

MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ: ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE FRONTEIRAS NA  
CIDADE DE CORUMBÁ-MS

**MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS**

**OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ: ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO  
DE FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Geografia.  
**Orientador:** Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti.

**DOURADOS - MS  
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B277b Barros, Maria Cristina Lanza De  
OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ: ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE  
FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS [recurso eletrônico] / Maria Cristina Lanza De  
Barros. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: EDVALDO CESAR MORETTI.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Bolívia. 2. Brasil. 3. Produção da Cidade. 4. Fronteira. 5. Conflitos. I. Moretti, Edvaldo Cesar.  
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Maria Cristina Lanza de Barros

Os bolivianos do lado de cá: além do limite, a produção de fronteiras na cidade de Corumbá-MS

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA

Presidente / Orientador

Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti

---

1º Examinador

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa

---

2º Examinadora

Profª. Drª. Flaviana Gasparotti Nunes

---

3º Examinadora

Profª. Drª. Mara Aline dos Santos Ribeiro

---

4º Examinador

Profº. Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira

---

Dourados-MS, 05 de Abril de 2021.

Dedico este trabalho à minha filha Isabela, que na flor de sua idade só passou pela graduação. Que um dia ela possa, com menos idade do que eu, chegar a ser doutora, não para se sentir superior a ninguém, apenas para ser melhor informada.

## AGRADECIMENTOS

Respeito todas as crenças (ou descrenças) das pessoas, em um ser superior. Eu creio em Deus, e é a Ele que, em primeiro lugar, quero agradecer pela minha existência, pela força e pela saúde de ter tido dias e dias dedicados a este trabalho sem problemas maiores, pois aqueles que tive, superei e resolvi. Agradeço, também, pela proteção nas inúmeras vezes que andei entre Dourados-MS e Corumbá-MS, viagens a trabalho e para matar saudades de casa.

E assim, nesta trajetória, quero deixar registrado aqui alguns agradecimentos:

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, com o qual entre desencontros e encontros, sempre nos esbarrávamos pela vida. À sua família (em especial à sua esposa Silvana Lucatto Moretti) que me acolheu mais uma vez, agora na cidade de Dourados-MS, como se dela eu sempre tivesse feito parte. Foram dias de muito trabalho, mas igualmente felizes e ao sabor de algumas comidas gostosas compartilhadas.

A todo corpo docente do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados, em especial meus professores, com os quais aprendi muito. Aprendi, inclusive, o que achava que já sabia. Meu muito obrigado pelas contribuições que obtive e ainda obtenho.

Aos professores da banca de qualificação: Prof<sup>o</sup> Dr. Edgar Aparecido Costa, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flaviana Gasparotti Nunes, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mara Aline Santos Ribeiro e ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr. Edvaldo Cesar Moretti, pelas contribuições sugeridas. Ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Aguinaldo Silva, colega do curso de Geografia do CPAN/UFMS, que me acolheu e forneceu suporte para realização da qualificação deste trabalho.

À Prefeitura Municipal de Corumbá-MS, que através de várias secretarias me auxiliaram na coleta de dados.

A Câmara Municipal de Corumbá-MS, pela oportunidade de manusear documentos da história deste lugar.

Aos sujeitos entrevistados, que muito contribuíram para a construção desta tese com suas histórias de vida e relatos de existir e resistir neste lugar,, os quais não revelarei os nomes por respeito a suas privacidades.

Aos colegas de turma. Conheci e reencontrei gente da e na Geografia e gente de outras bandas. Fiz amigos e construímos boas lembranças durante o período de curso, meu muito obrigada. Isto foi muito bom.

À Érika, secretária do Programa de Pós Graduação em Geografia/UFGD, por sua prontidão e disponibilidade em ajudar sempre.

À Dra. Karoline Batista Gonçalves, colega do GTA (Grupo de Pesquisa Território e Ambiente), que por muitas vezes se disponibilizou, na leitura de meus artigos, provendo sugestões valorosas.

Aos colegas do GTA (Grupo de Pesquisa Território e Ambiente) pelo apoio e orientação.

À minha filha Isabela, que me apoiou, me ajudou a superar momentos difíceis nesta caminhada e na guinada que a vida deu. Me acolheu em Dourados-MS onde já morava e estudava. Cheguei e me tornei estudante junto com ela.

Ao meu marido Lucas, que sempre me deu forças para concretização deste trabalho, forças que, por vezes, surgiam dos maiores obstáculos por ele mesmo impostos.

Às duas criaturas que sempre estiveram junto comigo nesta jornada e sempre me tirando de casa para dar uma caminhada, espairar e pensar, meus cachorros: Lola e Toy. Fiéis companheiros, sempre deitados embaixo da escrivaninha, pacientemente esperando pelo momento deles.

À Rosa, minha secretária, que cuidou das coisas e dos outros *pets* em Corumbá-MS, uma turminha de cinco elementos, sempre me esperavam ansiosos e na minha chegada me recebiam externando alegria.

Agradecer a todos que conheci neste período da minha vida. Voltei a ser estudante me instalei em meio a outros, amigos de minha filha. Foram alguns domingos em que virei mãe de muitos nos almoços, quando me pediam para comer “comida de mãe” e eu dava uma pausa e cozinhava para eles. Saudades. Hoje, já formados e espalhados pelo mundo, continuam presentes a minha vida pelas redes sociais, mas no nosso período de convivência, fui “mãe” de muitos e “conselheira” de alguns. Sem dúvida, foi um período de muito aprendizado, outros tempos.

Enfim, agradecer àqueles que de certa forma, direta ou indiretamente, estiveram ligados a construção deste trabalho, apoiando e ajudando conforme o necessário. Obrigada!

A fronteira é a fronteira da humanidade... Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 162).



## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema analisar a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS, buscando a compreensão da participação dos mesmos na produção de geografias e de fronteiras na cidade. Objetiva compreender a produção de situações de fronteira, identificando os conflitos visíveis e invisíveis na produção de geografias na cidade de Corumbá-MS, considerando a participação dos bolivianos. Eles adentram a cidade e participam do cotidiano urbano, produzindo territorialidades permeadas por aproximações sociais e conflitos, configurando rompimento e a produção de fronteiras. É uma pesquisa qualitativa com levantamento de dados, observação da paisagem urbana; uso de técnicas de história oral; observação e pesquisa participante; análises de cunho bibliográfico-documental; entrevistas gravadas, escritas e diálogos registrados em “caderno de campo”. Quanto à análise da presença dos bolivianos em Corumbá-MS, nota-se que para eles a cidade é tida como lugar de oportunidades para segmentos da sociedade boliviana ligados ao comércio, feiras e prestação de serviços, o que impulsiona o fluxo migratório, dia após dia, alterando, conformando e enfrentando as fronteiras que se estabelecem. A presença dos bolivianos é notada pela paisagem desenhada nos bairros que eles ocupam, principalmente na borda oeste da cidade, como também pela sua presença no uso de serviços públicos brasileiros como a saúde, por exemplo. Esta, por sua vez, é mais almejada pelos imigrantes que chegam e pelos os que ainda se encontram do outro lado. Depois de quase três séculos de sua existência, desde que foi fundada como um vilarejo, Corumbá-MS ainda continua sendo o lugar de oportunidades para muitos vizinhos bolivianos. Eles se instalam do lado de cá, no Brasil, ocupando, produzindo e imprimindo uma nova geografia, notada, principalmente nos bairros da borda oeste da cidade que concentram o maior número de seu comércio instalados e conseqüentemente o maior número de residentes.

A situação fronteiriça e a construção social do lugar que afloram da convivência entre bolivianos e brasileiros na cidade de Corumbá-MS aponta que a fronteira a ser transposta, cotidianamente, não é a dos limites territoriais entre os dois países, mas sim a que se estabelece no urbano, reforçadas pelas diferenças socioculturais das duas nacionalidades.

**Palavras-Chave:** Bolívia. Brasil. Produção da Cidade. Fronteira. Conflitos.

## ABSTRACT

This research has as its theme to analyze the presence of Bolivians in the city of Corumbá-MS seeking to understand their participation in the production of geographies and borders in the city. It aims to understand the production of border situations, identifying the visible and invisible conflicts in the production of geographies in the city of Corumbá-MS, considering the participation of Bolivians. They enter the city and participate in the urban daily life, producing territorialities permeated by social approaches and conflicts, configuring disruption and the production of borders. It is a qualitative research with data collection, observation of the urban landscape, use of oral history techniques, observation and participatory research; bibliographic and documentary analyzes; recorded interviews, writings and dialogues recorded in "field notebook". Regarding the analysis of the presence of Bolivians in Corumbá-MS, it is noted that for them the city is seen as a place of opportunities for segments of Bolivian society related to trade, fairs and service provision, which drives the immigration flow, day after day changing, conforming and facing the boundaries that are established. The presence of Bolivians is noted for the landscape designed in the neighborhoods they occupy, mainly on the western edge of the city, as well as for their presence in the use of Brazilian public services such as health, for example. This, in turn, is the most desired by immigrants who arrive and by those who are still on the other side. After almost three centuries of its existence, since it was founded as a village, Corumbá-MS still remains the place of opportunity for many Bolivian neighbors. They settle here, in Brazil, occupying, producing and printing a new geography, noticed, mainly in the neighborhoods on the western edge of the city that concentrate the largest number of their installed businesses and, consequently, the largest number of residents.

The border situation and the social construction of the place that emerge from the coexistence between Bolivians and Brazilians in the city of Corumbá-MS points out that the border to be crossed daily is not that of the territorial limits between the two countries, but that which is established in the urban, reinforced by the socio-cultural differences of the two nationalities.

**Keywords:** Bolivia. Brazil. City Production. Border. Conflicts.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como tema analizar la presencia de los bolivianos en la ciudad de Corumbá-MS buscando comprender su participación en la producción de geografías y fronteras de la ciudad. Tiene como objetivo comprender la producción de situaciones de frontera, identificando los conflictos visibles e invisibles en la producción de geografías en la ciudad de Corumbá-MS, considerando la participación de los bolivianos. Entran en la ciudad y participan de la cotidianidad urbana, produciendo territorialidades permeadas por planteamientos y conflictos sociales, configurando disrupción y producción de fronteras. Es una investigación cualitativa con recolección de datos, observación del paisaje urbano, uso de técnicas de historia oral, observación e investigación participativa; análisis bibliográficos y documentales; entrevistas grabadas, escritos y diálogos registrados en “cuaderno de campo”. En cuanto al análisis de la presencia de bolivianos en Corumbá-MS, se destaca que para ellos la ciudad es vista como un lugar de oportunidades para segmentos de la sociedad boliviana vinculados al comercio, ferias y prestación de servicios, lo que impulsa el flujo migratorio, día tras día. día cambiando, conformándose y afrontando los límites que se establezcan. La presencia de los bolivianos se destaca por el paisaje diseñado en los barrios que ocupan, principalmente en el borde occidental de la ciudad, así como por su presencia en el uso de servicios públicos brasileños como la salud, por ejemplo. Este, a su vez, es el más deseado por los inmigrantes que llegan y por los que todavía están del otro lado. Después de casi tres siglos de existencia, desde que fue fundada como aldea, Corumbá-MS sigue siendo el lugar de oportunidad para muchos vecinos bolivianos. Se instalan aquí, en Brasil, ocupando, produciendo e imprimiendo una nueva geografía, notada, principalmente en los barrios del borde occidental de la ciudad que concentran la mayor cantidad de sus negocios instalados y, en consecuencia, la mayor cantidad de residentes.

La situación fronteriza y la construcción social del lugar que surge de la convivencia entre bolivianos y brasileños en la ciudad de Corumbá-MS señala que la frontera a cruzar diariamente no es la de los límites territoriales entre los dos países, sino la que se establece en lo urbano, reforzado por las diferencias socioculturales de las dos nacionalidades.

**Palabras-clave:** Bolivia. Brasil. Producción de la ciudad. Frontera. Conflictos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos países Brasil e Bolívia na América do Sul.....	22
Figura 2 – Localização de Corumbá-MS.....	23
Figura 3 – Localização da Feira Boliviana – 1963.....	71
Figura 4 – Localização da feira boliviana em relação ao centro da cidade e às ruas principais da cidade na década de 60, do século XX.....	74
Figura 5 – Localização da Comunidade São Francisco – Bairro Cristo Redentor.....	81
Figura 6 – Maior ocorrência de bolivianos atualmente na cidade de Corumbá-MS.....	102
Figura 7 – Localização dos estabelecimentos comerciais.....	103
Figura 8 – Distribuição dos cartões SUS emitidos por bairro.....	177

## LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Movimento do Porto de Corumbá em 1879.....	60
Imagem 2 – Entrada da Alameda São Francisco – Comunidade São Francisco.....	81
Imagem 3 – Área Central da Comunidade.....	82
Imagem 4 – Viela que converge para o centro.....	82
Imagem 5 – Altar de Nossa Senhora de Urcupiña em festa na residência do Sr. C.F.....	89
Imagem 6 – Danças coreografadas apresentada por um grupo de dança boliviano.....	90
Imagem 7 – Convidados dançando e tomando cerveja.....	91
Imagem 8 – Batismo de uma criança com cerveja aos pés de Nossa Senhora de Urcupiña.....	92
Imagem 9 – Batismo de uma jovem com cerveja em frente a imagem da Santa.....	93
Imagem 10 – Nossa Senhora de Urcupiña exposta em uma conveniência no Bairro Cristo Redentor onde é festejada.....	94
Imagem 11 – Lojas de comerciantes bolivianos na Rua treze de junho – Centro.....	105
Imagem 12 – Lojas de comerciantes bolivianos na Rua treze de junho – Centro.....	105
Imagem 13 – Esquina da Rua Edu Rocha com Rua Cuiabá, Bairro Arthur Marinho.....	106
Imagem 14 – Comércio na Rua Edu Rocha, Bairro Aeroporto.....	106
Imagem 15 – Comércio na Rua Cuiabá, Bairro Dom Bosco.....	107
Imagem 16 – Interior de uma das lojas da Rua Edu Rocha, Bairro Aeroporto.....	107
Imagem 17 – Vista da Rua Edu Rocha esquina com Rua Cuiabá – Bairro Dom Bosco.....	108
Imagem 18 – Comércio de bolivianos na Rua Dom Pedro I – Bairro Popular Nova.....	108
Imagem 19 – Comércio boliviano na Rua Dom Pedro I- Bairro Popular Nova.....	109
Imagem 20 – Comércio boliviano em frente ao supermercado – Bairro Popular Nova.....	109
Imagem 21 – Mercadorias expostas no Atacado Mega – Bairro Popular Velha.....	111
Imagem 22 – Atacado Fronteira localizado no Bairro Dom Bosco.....	112
Imagem 23 – Atacado Safira Suzan de propriedade de bolivianos no Bairro Aeroporto.....	112
Imagem 24 – Vendedora ambulante - Senhora C.....	117
Imagem 25 – Ambulante vendendo adornos de carnaval.....	119
Imagem 26 – Ambulante vendendo adornos de carnaval próximo a lojas do centro da cidade.....	119
Imagem 27 – Adornos carnavalescos expostos em loja da Rua Delamare, no Centro I.....	120
Imagem 28 – Adornos carnavalescos expostos em loja da Rua Delamare, no Centro II.....	120
Imagem 29 – Bolivianas vendedoras de alho pelas ruas de Corumbá-MS.....	123

Imagem 30 – Barraca de frutas e verduras comercializadas por bolivianos nas feiras livres de Corumbá-MS.....	127
Imagem 31 – Barraca de roupas usadas norte americanas.....	128
Imagem 32- Feirantes brasileiros vindos dos assentamentos.....	129
Imagem 33 – Foto Frontal da extinta feira Bras-Bol.....	131
Imagem 34 – Centro Comercial Cidade Branca – fachada.....	133
Imagem 35 – Interior do Centro Comercial Cidade Branca.....	134
Imagem 36 – Praça Nossa Senhora de Urcupiña – Rua Edu Rocha.....	135
Imagem 37 – Carro boliviano com adesivo das eleições 2016, circulando até os dias atuais.....	136
Imagem 38 – Comércio estabelecido hoje na Alameda Joaquim Alcides Pereira, lateral da praça Nossa Senhora de Urcupiña.....	138
Imagem 39 – Outro ponto comercial próximo a praça, esquina da Alameda Alcides Pereira com Edu Rocha.....	138
Imagem 40 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários.....	143
Imagem 41 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários.....	144
Imagem 42 – Loja localizada na Rua Frey Mariano, principal rua do comércio de Corumbá-MS.....	146
Imagem 43 – Pátio de um dos Estacionamentos particulares em Corumbá-MS, carretas que transportam produtos de exportação para Bolívia.....	149
Imagem 44 – Limites territoriais Brasil – Bolívia fechada por questões políticas internas da Bolívia – novembro de 2019.....	150
Imagem 45 – Outros registros do fechamento dos Limites territoriais Brasil – Bolívia por questões políticas internas da Bolívia- novembro de 2019.....	150
Imagem 46 – O simbolismo do cadeado que trancou a passagem entre os dois países.....	151
Imagem 47 – A circulação na divisa dos dois países somente de pessoas.....	151
Imagem 48 – Caminhão boliviano fechando a passagem, carregado de dizeres que clamavam democracia.....	152
Imagem 49 – Indicação de sanitários – Hospital CASSEMS Corumbá-MS.....	189
Imagem 50 – Porta da sala de curativos – Hospital CASSEMS Corumbá-MS.....	189
Imagem 51 – Bairro Nossa Senhora de Fátima.....	194
Imagem 52 – Bairro Jardim dos Estados.....	194

Imagem 53 – Pedinte boliviana que cotidianamente fica na porta dos bancos.....	195
Imagem 54 – Boliviana caminhando pelas ruas centrais do comércio.....	195
Imagem 55 – Uma manhã de agosto na Rua Major Gama, área central.....	196

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de cartões SUS expedidos a Bolivianos por bairro nos anos de 2018 e 2019.....	175
---	-----



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Corumbá-MS  
BRAS-BOL – Brasil - Bolívia  
BO – Bolívia  
BR – Brasil  
CASSEMS – Caixa de Assistência dos Servidores de Mato Grosso do Sul  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
EFNOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil  
GTA- Grupo de Pesquisa Território e Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano  
MEI – Micro Empreendedor Individual  
MS – Mato Grosso do Sul  
MT – Mato Grosso  
NIS – Núcleo de Informação em Saúde  
OMS – Organização mundial de Saúde  
RNE – Registro Nacional de Estrangeiro  
RG – Registro Geral  
SIS Fronteiras – Projeto Integrado de Saúde das Fronteiras  
SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório  
SP – São Paulo  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados  
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento  
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2 A FRONTEIRA: UM RESGATE TEÓRICO .....</b>	<b>36</b>
2.1 ESTADO-NAÇÃO, IDENTIDADE E CONFLITOS .....	45
<b>3 A CONSTRUÇÃO DE LIMITES: EM FOCO OS TERRITÓRIOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA.....</b>	<b>56</b>
3.1 ENTRE AS GUERRAS, AS ESTRATÉGIAS E OS TRATADOS, A CONSOLIDAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS DO BRASIL COM A BOLÍVIA .....	63
3.2 A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA BRASIL – BOLÍVIA: O ÁPICE DO MOVIMENTO DE ENTRADA DOS BOLIVIANOS EM CORUMBÁ-MS .....	67
3.3 A FEIRA BOLIVIANA: PONTO DE APOIO E ACOLHIDA NA CHEGADA DOS BOLIVIANOS A CORUMBÁ-MS .....	70
3.3.1 A feira Boliviana: motivo de discórdia e conflitos na cidade.....	74
3.4 APESAR DOS LIMITES O BOLIVIANO OCUPA A CIDADE DE CORUMBÁ-MS .....	78
3.5 O BAIRRO CRISTO REDENTOR: UM BAIRRO “QUALHADO” DE BOLIVIANOS?.....	84
3.6 OUTROS BOLIVIANOS CHEGARAM .....	97
<b>4 AS GEOGRAFIAS PRODUZIDAS EM CORUMBÁ-MS RESULTANTES DA PRESENÇA DO BOLIVIANO NO COMÉRCIO, NAS FEIRAS, NAS RUAS.....</b>	<b>102</b>
4.1 O COMÉRCIO FORMAL DOS BOLIVIANOS EM CORUMBÁ-MS.....	103
4.2 OS AMBULANTES BOLIVIANOS ESPALHADOS PELA CIDADE .....	117
4.3 AS FEIRAS LIVRES E A PRESENÇA DOS BOLIVIANOS .....	126
4.4 A HISTÓRIA SE REPETE: OUTRA FEIRA BOLIVIANA É BANIDA E OS BOLIVIANOS SE REORGANIZAM.....	131
4.5 O BOLIVIANO CONSUMIDOR: O “BOLIVIANO BOM” .....	142
<b>5 O ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA AO BOLIVIANO: UM SONHO, UMA REALIDADE QUE ROMPE FRONTEIRAS E GERA CONFLITOS.....</b>	<b>154</b>
5.1 SAÚDE PÚBLICA - OS USUÁRIOS “ESTRANGEIROS” .....	159
5.2 O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUA CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM CORUMBÁ-MS..	169
5.3 O CARTÃO SUS A CHAVE PARA A ENTRADA DO BOLIVIANO NO SISTEMA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS .....	176
5.4 O ATENDIMENTO DO BOLIVIANO NA SANTA CASA E PRONTO SOCORRO .....	182
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>193</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>

## APRESENTAÇÃO

### O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Nesta apresentação, gostaria de fazer entender como cheguei a esta pesquisa. Ela é fruto de muitos anos de vivência e convivência em um lugar que um dia escolhi para construir minha vida, o encontro de duas nações, Brasil-Bolívia.

Sou graduada em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista FCT – UNESP, de Presidente Prudente-SP e, durante o curso, era pensamento latente ministrar aulas e pesquisar, não para o ensino fundamental e/ou médio, mas sim em uma universidade, atuando como docente e pesquisadora. Por essa razão, quando concluí a graduação em 1987, optei por continuar a trabalhar no setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente-SP, posto que já ocupava desde meu período de estudante.

Meu sonho estava por se realizar, quando em 1988, a convite de um professor da graduação, recebia proposta de me mudar para Corumbá-MS e ministrar aulas no curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como professora substituta. Imediatamente parti para este “lugar longínquo” no extremo oeste do Brasil, mesmo assustada com a distância que iria percorrer, pois durante a graduação eu ouvia alguns professores chegando a Presidente Prudente-SP e dizendo que ali seria sua Tordesilhas, lugar fim de linha. Enfim, eu já estava no fim da linha de alguns, mas ousei ir mais adiante e ver que além do meu lugar de vida havia muitos outros lugares, o fim da linha estava muito longe de onde alguns diziam.

Embarquei rumo ao desconhecido. A viagem pelo trem do Pantanal foi linda, mas, apesar da beleza, assustava-me a vastidão observada. Cheguei a um lugar que parecia brotar em meio ao Pantanal. Fui muito bem acolhida pelos colegas que aqui encontrei e teci amizades vindouras, especialmente com a saudosa Maria Esthér Batesti, que me acolheu na chegada e foi amiga de jornada de longa data, a qual teve sua história findada recentemente, vítima de complicações da COVID-19, à ela minha eterna gratidão pelo primeiro afago e acolhida naquele lugar longínquo.

Comecei a realizar o sonho de graduanda, trabalhar numa Universidade como professora, embora ainda substituta, com contrato temporário, dando início a minha vida profissional nesta cidade em setembro de 1988..

Os dias foram se passando e eu fui descobrindo as peculiaridades deste lugar de fronteira. Idas à Bolívia nos finais de semana era a diversão que tínhamos, excelente opção para compras. Em meio a estas idas e vindas, notava conexões que me chamavam a atenção, inflando curiosidade acerca do movimento existente na região dos limites territoriais e das dinâmicas sofridas no interior da cidade de Corumbá-MS.

Sem sombras de dúvida, ir às feiras livres em Corumbá-MS, aos domingos, era um acontecimento muito diferente de tudo que eu já havia visto e, na minha ignorância, ainda não entendia muitas coisas do que via por lá e cá.

Em abril de 1989, meu contrato como professora substituta findou-se. Em meio às dúvidas, entre ficar na cidade ou voltar para a minha região de origem, optei por me estabelecer em Corumbá-MS. Para tal, passei a docência na Rede Estadual de Ensino, vendome a frente de salas de aula repletas de crianças e jovens. E fiz valer a experiência de aplicar a Geografia Crítica que havia aprendido nas minhas aulas de Prática de Ensino na graduação.

A experiência foi frustrante, tudo era novidade. Ao aplicar uma junção entre as disciplinas de Geografia e História na mesma turma fui chamada na direção da escola e convidada a me dirigir à Agência de Educação (na época órgão de representação do ensino estadual nos municípios). Fui com o diretor da escola conversar sobre o ocorrido e prontamente fui remanejada da escola a uma equipe de construção da reforma curricular do Estado de Mato Grosso do Sul. Minha experiência não serviu para a escola, não estavam preparados para aquilo, mas eu tinha o perfil de professor de Geografia que procuravam para construção de uma nova proposta estadual de ensino de Geografia. Assim, passei a correr o Estado de Mato Grosso do Sul com esta equipe, dando cursos e discutindo a Geografia Crítica e o Ensino. A fronteira ainda era minha casa, mas meu cotidiano estava ali e em outros lugares.

Com o passar dos dias, fui ajudando os professores do Estado de Mato Grosso do Sul a construir um novo olhar para o ensino de Geografia. Meses se passaram, as inquietações e o sonho para retornar ao ensino na universidade se mantiveram vivos no meu íntimo. Na primeira oportunidade que tive, submeti-me ao concurso para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, desde dezembro de 1989, sou professora efetiva da UFMS.

Com a retomada da docência na universidade e oficialmente estabelecida em Corumbá-MS, a curiosidade de outrora e diversas inquietações povoavam meus pensamentos. A curiosidade de lá de trás volta a me chamar atenção sobre aquele movimento que eu via na cidade. Montei um projeto de pesquisa e apresentei em um programa de mestrado, da mesma universidade onde fiz minha graduação (FCT/UNESP), no qual fui aprovada. Tive a honra de

ter aulas com ícones da Geografia Humana bem como da Física, nas disciplinas que cursei do Programa de Pós-Graduação. Infelizmente pela falta de entendimento entre eu e minha orientadora à época, senti-me desestimulada na construção do trabalho. Talvez a sua falta de vivência e contato com o cotidiano do lugar não lhe permitia entender as peculiaridades sobre as quais eu queria escrever, sobre um lugar de fronteira de onde eu via uma dinâmica diferente de tudo já visto. Fui conduzida a um caminho que me retirou todo entusiasmo daquela investigação. Não consegui fazer-me entender naquele momento, mas a fronteira que eu queria pesquisar não era a da matemática e da economia dos produtos importados e exportados que a professora me orientava a estudar, eram algumas curiosidades e peculiaridades sobre um lugar de fronteira. Gostaria, então, que a minha orientadora pudesse ler este trabalho, para entender o que eu já queria estudar há 30 anos atrás. Enfim, a este desestímulo somou-se a minha gravidez de risco. O nascimento de minha filha (1995) e tudo mais me levou a desistir, naquele momento, do meu mestrado. Durante três anos assumi a coordenação do curso de Geografia CPAN/UFMS e me dediquei ao trabalho de estruturação deste curso, implantação do Bacharelado e a algumas pesquisas e extensões.

Inconformada com a situação e trabalhando nas disciplinas de Ensino de Geografia, decidi me submeter à seleção no Programa de Mestrado em Educação da UFMS (1998), o qual concluí (março de 2000), visto que minha experiência como membro da equipe de construção da Proposta Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul, do ensino da disciplina de Geografia muito me ajudou e estimulou.

A disciplina de Geografia é fascinante, faltava-me ainda o entendimento de algumas coisas sobre ela. Minha dissertação de mestrado, que versa sobre sua história, faz-me construir um novo olhar sobre a importância desta disciplina no currículo escolar e na formação dos indivíduos. Intitulada “A história da disciplina de Geografia nas décadas de 1930 e 1940: A fisionomia do Estado controlador”, busquei nela entender a sua história, o início e a implantação desta disciplina nas escolas do Brasil.

Vivendo em Corumbá-MS, nas entrelinhas de minhas atividades, a cada dia me chamava mais a atenção a presença dos bolivianos e toda a dinâmica sociocultural que dela advinha. Em 2004, realizei projeto de pesquisa relevante, mapeando a inclusão/exclusão da cidade de Corumbá-MS. Nesta pesquisa, alguns dos dados levantados já me chamavam atenção quanto à presença, ainda pequena, mas presente, dos bolivianos.

No mesmo ano, coloquei-me à disposição para assumir cargo como vereadora no município e fui eleita. Os conhecimentos que trazia comigo sobre a cidade foram importantes na construção da minha trajetória política, que durou doze anos. Mas também foi frustrante

descobrir que o conhecimento e a pesquisa nem sempre são respeitados e considerados quando os fatos se tornam políticos, a outra face deste caminho.

Em 2016, decidi, depois de doze anos dedicados à política, retomar minhas energias ao fazer docente/pesquisador, buscando entender o movimento dos bolivianos que vivi e vi crescer. A vivência me mostrava que os bolivianos estavam cada dia mais presentes na cidade de Corumbá-MS, gerando inúmeras situações, modificações, conflitos culturais e sociais.

Desta forma, depois de três décadas de inquietações e observações, vivendo neste lugar onde duas nações se encontram e as fronteiras se afloram, nasceu esta pesquisa.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS, buscando compreender a participação dos mesmos na produção das geografias e de fronteiras na cidade. A temática definida para este estudo tem como base o entendimento desta produção em um lugar de situação fronteira, que reflete-se em como as fronteiras vão se estabelecendo e se constituindo à medida que as relações vão se consolidando entre os diferentes territórios que se limitam. Tais cenários afloram quando se analisa situações ligadas ao comércio da cidade, ao uso da saúde pública, da educação pública, dentre outras, enfim distintos lugares onde os bolivianos estão presentes do lado de cá.

A fronteira, que além de significar um limite que separa dois Estados-Nação, revela lugar de moradia e de existência de seus habitantes, um lugar de demarcação de diferenças e conflitos, traz à tona distintas relações onde prevalecem intercâmbios sociais, culturais, políticos e econômicos, tal qual aponta Raffestin (1993). Tal convivência, por sua vez, proporciona a constante construção de identidades. A fronteira é moradia de desigualdades, é arcabouço de complexidade, abrigo de limite, delimitadora de espaço de poder entre os Estados territoriais. Ela abriga o limite, mas dele se diferencia pela expansividade socioeconômico-cultural (AMARAL, 2013).

No decurso deste trabalho, em diálogos e levantamento de dados, busca-se a reflexão no sentido que apresenta Martins (1997) de que a fronteira não é apenas o *limite geográfico*, ela é de muitas e diferentes coisas. Ela não se resume à fronteira geográfica; é a fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem, sobretudo a fronteira do humano, na qual o outro é degradado e subjugado para reforçar a existência de quem domina.

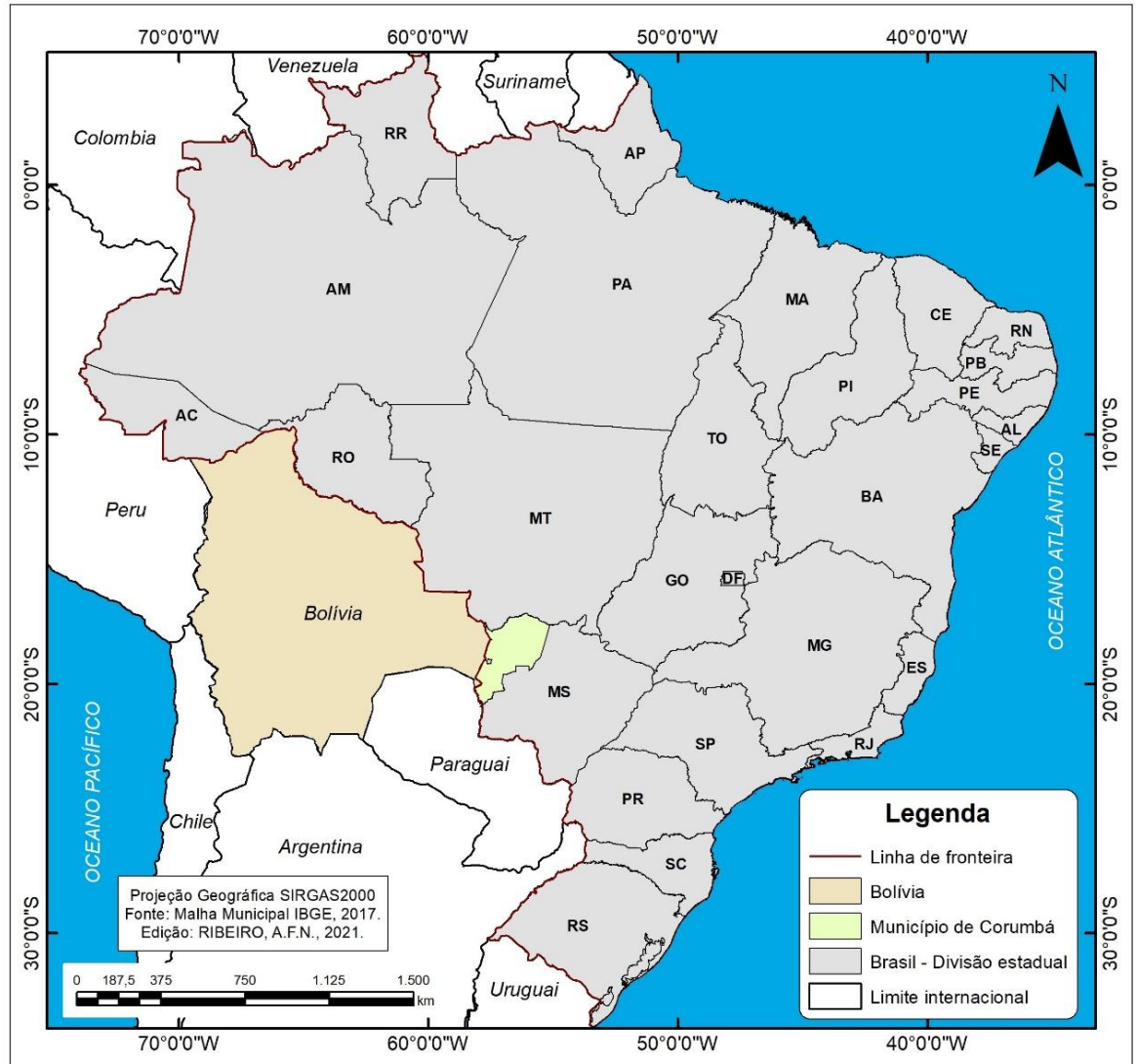
A convivência pessoal e a pesquisa de campo corroboram com Martins (1997) quanto à humanidade presente na situação de fronteira, ou seja, a construção social do lugar. A cidade de Corumbá-MS é o lugar aqui estudado. Trata-se de uma cidade que se diferencia das demais do Estado de Mato Grosso do Sul pelos seus costumes, sua cultura, seu bairrismo<sup>1</sup> e até mesmo seu sotaque.

---

<sup>1</sup> Como apresenta o dicionário Aurélio da Língua portuguesa *on line*, bairrismo é sinônimo de regionalismo, nativismo e localismo, ou seja, defesa dos interesses do seu bairro, da sua cidade ou da sua terra. [www.dicio.com.br/aurelio](http://www.dicio.com.br/aurelio), consultado em 25/06/2020. Popularmente acontece uma adoração exagerada pelo lugar de nascimento, chegando até excluir ou desprezar os demais lugares. Característica notória nos moradores da cidade de Corumbá-MS, que enaltecem sua cultura, culinária e até seu diferente sotaque no modo de falar.

Corumbá localiza-se a 428 km da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e a cerca de 4 km do limite territorial entre Brasil e Bolívia, conforme vê-se na Figura 1.

Figura 1 – Localização dos países Brasil e Bolívia na América do Sul



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2017.

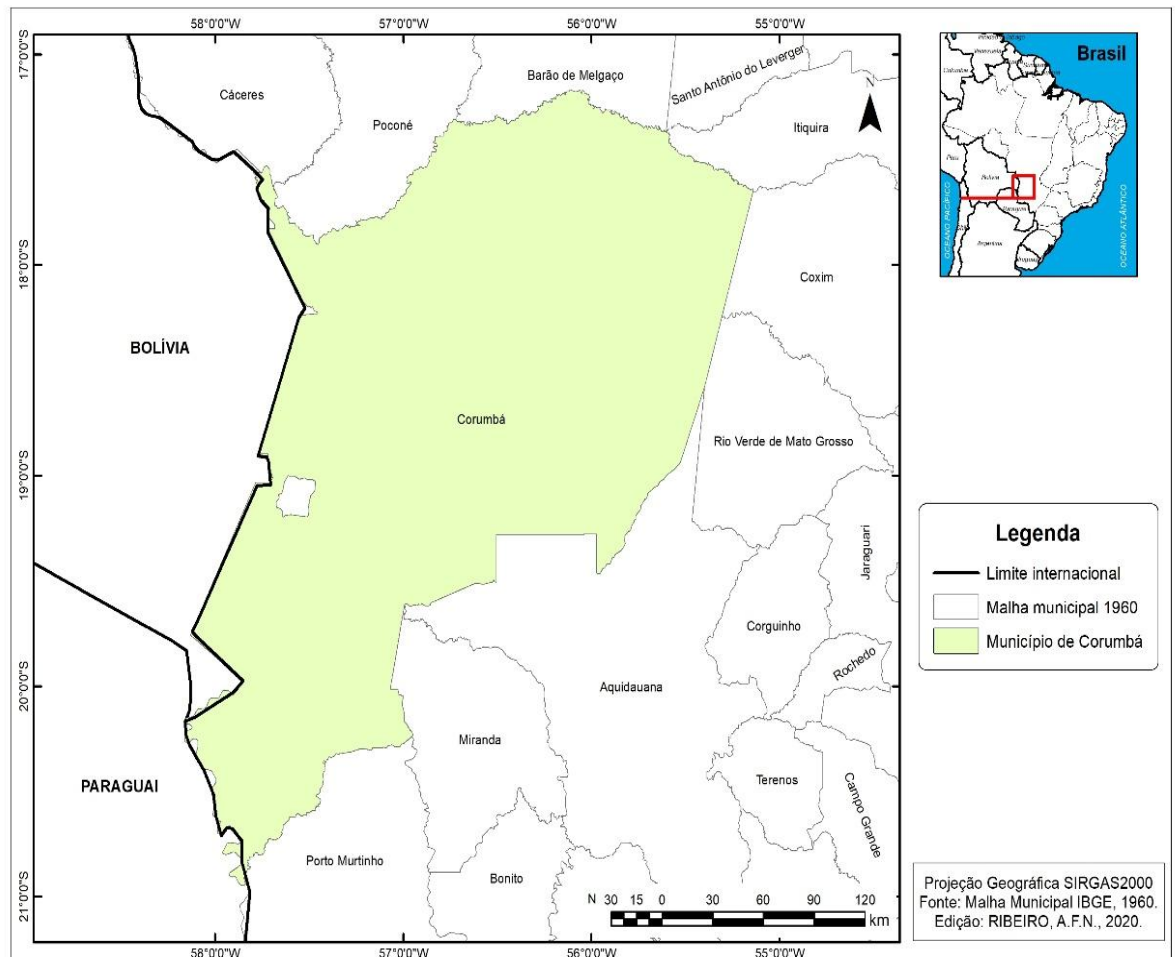
À margem direita do Rio Paraguai e com cerca de 112.058 habitantes<sup>2</sup>, com extensão territorial de 64.721, 71 km<sup>2</sup>, Corumbá é o maior município do Estado de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste do Brasil, tendo suas divisas ao norte com os municípios de Poconé (MT) e Barão de Melgaço (MT), ao sul com os municípios de Porto Murtinho (MS), Miranda (MS) e

<sup>2</sup> Estimativa 2020 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).



Aquidauana (MS), a leste com os municípios de Sonora (MS), Coxim (MS), Rio Verde de MT e a oeste a fronteira com a Bolívia e Paraguai, tal qual observado na Figura 2.

Figura 2 – Localização de Corumbá-MS



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

Durante a pesquisa, busca-se explicitação do vivenciado. A identidade de fronteiro não é verbalizada e sentida pelos moradores da cidade de Corumbá-MS, raramente se verbaliza: "eu moro na fronteira". E quando ocorre, aparece num discurso aludindo à fronteira como limite entre os dois países, distantes do centro da cidade cerca de 4 km, como se a distância fosse o suficiente para separar, cada qual em seu país.

A identidade nacional prevalece sobre qualquer outra vinculação coletiva, havendo, inclusive, em certos setores sociais (sobretudo a elite corumbaense), a exacerbação de um sentimento de apartamento e repulsa pelo fato da cidade situar-se na fronteira, nutrindo e reproduzindo estigmas e preconceitos a respeito dos bolivianos e da fronteira.

Leituras recentes da situação de fronteiras têm indicado que essa negação vem se espalhando pelos diferentes segmentos sociais, visto que surgem concorrências com os bolivianos para vagas da escola, no atendimento de saúde, nos espaços das feiras livres, enfim, disputas de espaços e formação de novos territórios (COSTA, 2012, p. 73).

Mas estes fronteiriços estão misturados em ambos os lados, circulando e transitando diariamente, produzindo geografias nesta fronteira. O desafio da tese perpassa a reflexão acerca dessa dualidade, da negação, da situação de fronteira e, ao mesmo tempo, da dinâmica estabelecida entre brasileiros e bolivianos no cotidiano, ou seja, nos limites geográficos entre os dois países.

Apesar do papel estratégico das fronteiras para os Estados nacionais, não é possível menosprezar a construção local do espaço social fronteiriço a partir de seus moradores. São eles que constroem o direito de ultrapassar as barreiras nacionais, e o fazem cotidianamente, isto é, indivíduos dos dois lados da linha divisória entre os Estados nacionais fomentam laços que vão além das meras relações comerciais e da manutenção de negócios transfronteiriços.

Uma motivação para esta tese foi o fato que embora muitos corumbaenses não se sintam moradores de fronteira, o cenário visto em Corumbá-MS os relembra, a todo momento, que se trata de um lugar fronteiriço, onde o *outro* está presente, onde diferentes povos se encontram. A presença dos bolivianos é uma constante e o fluxo cada vez maior se revela na ocupação dos espaços pela cidade.

O que se propõe aqui é verificar como os bolivianos tem se instalado do lado de cá, no lado brasileiro, ocupando e produzindo a cidade fronteiriça em questão. Historicamente eles se inserem e desenham a geografia da cidade, tanto no comércio quanto na condição de usuários dos serviços públicos oferecidos pelo município. Estas relações geram situações conflituosas, levando a constituição de fronteiras outras, reforçando as dificuldades adjacentes desta convivência que, numa ótica distante, parece ser amistosa, mas sob o prisma local transborda não ser.

Eles estão em constante movimento e constituem-se como parte integrante da cidade, produzindo lugares diferenciados, introduzindo costumes e manifestações culturais. Os bolivianos, mesmo com as fronteiras estabelecidas e apesar delas, participam da produção da cidade de Corumbá-MS.

A problemática desta pesquisa é averiguar, uma situação que se desenha, visivelmente, nessa fronteira. Faz-se necessário aprofundar e investigar tal território que, pouco a pouco, vai sendo produzido com a presença dos bolivianos na cidade. O fronteiriço boliviano, com

presença constante na cidade, ocupa o espaço "do lado de cá", reconfigurando novas fronteiras que ultrapassam os marcos de delimitação do território físico.

Sob este escopo interpretativo, este estudo tem como objetivo geral compreender a produção de situações de fronteira, identificando os conflitos visíveis (e invisíveis) na produção de geografias na cidade de Corumbá-MS. E como objetivos específicos para tal entendimento: analisar a ocupação do espaço urbano de Corumbá-MS pelos bolivianos; discutir as manifestações culturais dos bolivianos e sua (s) influência (s) na identidade fronteiriça de Corumbá-MS; entender as territorialidades e os conflitos gerados das relações sociais estabelecidas entre bolivianos e brasileiros em Corumbá-MS; analisar como o uso dos serviços urbanos (com foco na questão dos serviços de saúde pública) atuam na produção de conflitos na construção das territorialidades.

A metodologia adotada foi híbrida, variando de acordo com o momento da pesquisa: pesquisa qualitativa, coleta de dados, observação da paisagem urbana e anotações do cotidiano, visando compreender e interpretar aqueles sujeitos da pesquisa, ao longo do tempo, foram culturalmente incorporados ao ambiente da cidade, constituindo culturas de fronteira. À luz das ideias de Bortoni-Ricardo (2008, p. 58) “[...] a pesquisa qualitativa reconhece que o olho do observador já é uma espécie de filtro no processo de interpretação da realidade com a qual se defronta. Este filtro está associado à própria bagagem cultural dos pesquisadores”.

A bagagem adquirida ao longo de uma vida no local da pesquisa e do conhecimento que esta vivência proporcionou à pesquisadora foram fundamentais no desenvolvimento da metodologia empregada para alcançar os objetivos e responder a problemática que ora se apresenta neste trabalho. E deste entendimento de seu lugar de fala e pesquisa que outras metodologias foram elencadas e aplicadas conjuntamente, passando pelo uso de técnicas de história oral, através dos relatos de vida, observação e pesquisa participante, análises documentais e bibliográficas.

A cada etapa artimanhas do arcabouço intelectual da pesquisadora são içados e postos em prática, com o emprego de entrevistas gravadas, escritas e diálogos registrados em “caderno de campo”, que se estabeleceram principalmente quando foi desenvolvido o papel de pesquisador participante.

Ressalta-se que as entrevistas ocorreram sem o preestabelecimento de equidade de gêneros, logo, sem a preocupação de denominação de boliviano e/ou boliviana, no texto quando é denominado “bolivianos” subtende-se todas as pessoas, de ambos os sexos, que vieram do país vizinho, a Bolívia.

Outro ponto adotado é do uso das iniciais dos nomes dos entrevistados, buscando preservar a natureza anônima dos sujeitos participantes desta pesquisa, mesmo que no ato da documentação eles tenham dado autorização à publicação de sua identidade.

A organização desta tese compreende seis seções. A Seção 1 – Introdução - faz vistas aos elementos introdutórios da temática, apresenta problemática elencada, traz os objetivos da pesquisa e descreve, brevemente, as metodologias empregadas.

A Seção - 2 - se constitui em pesquisa bibliográfica onde busca-se o entendimento sobre os conceitos que sustentam este trabalho, tais como: fronteira, Estado Nação, identidade e conflitos. Para tal recorreu-se aos considerados autores clássicos brasileiros, autores de outras nacionalidades, bem como a trabalhos de dissertações e teses defendidas, nos quais a abordagem sobre estes assuntos esteve em evidência. Nesta seção é construída a trama que fundamenta teoricamente a base para o desenvolvimento da pesquisa em diálogos constantes com a realidade pesquisada.

A Seção 3 - Construção de Limites: em foco os territórios do Brasil e da Bolívia – detém-se a história da formação da região investigada, especificamente a da cidade de Corumbá-MS e da formação dos limites entre o Brasil e a Bolívia nesta localidade. Reflexão elaborada através de levantamentos em teses, dissertações e bibliografias sobre a história da região e sua formação e com entrevistas realizadas, que deram conta de relatar os acontecimentos, contribuindo com a construção mais próxima da fidelidade desta história.

Na referida seção, tratou-se da chegada dos bolivianos em Corumbá-MS, partindo da análise da construção da ferrovia, ápice da entrada destes imigrantes na cidade; da feira boliviana que se forma, na década de 50 do século XX, com a chegada dos mesmos; a sua extinção e do movimento dos bolivianos pela cidade desde então. A construção de seu conteúdo ocorreu via levantamentos bibliográficos e relatos pessoais dos sujeitos que vivenciaram esta história. A escolha dos entrevistados baseou-se em investigações, resultando em um recorte de informantes chave elencados da consulta de dados e documentos pesquisados, diálogos com presidentes e moradores de vários bairros e moradores mais antigos da cidade.

Posteriormente, utilizou-se a técnica de bola de neve<sup>3</sup>, com uso das informações colhidas nas entrevistas como elementos norteadores para o prosseguimento e direcionamento do caminhar desta pesquisa. Através do método da história oral, tendo a entrevista como

---

<sup>3</sup> A técnica bola de neve é utilizada em pesquisas sociais e se caracteriza pela indicação do entrevistado futuro a partir dos anteriores e assim sucessivamente formando uma espécie de cadeia. De acordo com Neto (2018), a “amostragem não-probabilístico denominado ‘bola de neve’, consiste na indicação de uma nova amostra, a partir da recomendação do primeiro entrevistado e assim sucessivamente até saturar a questão” (p. 42).

técnicas de pesquisa, buscou-se ouvir a história de vida destas pessoas, conforme surgiam as indicações. O emprego deste método foi de suma importância, trazendo em suas narrativas a revelação de informações ainda não documentadas, colaborando na construção da história da Feira Boliviana, seu fechamento e do movimento dos bolivianos pela cidade. O uso da modalidade de histórias de vida, através de entrevistas, foi fundamental para apontar fatos importantes e que dão conta de auxiliar na construção desta história, pois foram ouvidas pessoas que estiveram presentes e vivenciaram aquele momento:

[...] a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não (MATOS & SENNA, 2011, p. 96).

Os autores apontam que, como procedimento metodológico, a história oral busca registrar, eternizar vivências e lembranças daqueles indivíduos que estão dispostos a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Já Thomson (2002) afirma que os profissionais que trabalham com história oral esculpiram uma teoria a partir de histórias e experiências pessoais complexas, desafiando teorias monocasuais, lineares e econômicas, numa reformulação das maneiras pelas quais se entendem a migração. A isso, pode-se acrescentar que:

Nos estudos de migração, a história oral tem se constituído em um valioso instrumento de pesquisa. Trata-se de uma maneira de registrar a experiência e o conhecimento dos participantes diante do fato narrado. Enquanto os estudos de caráter macroestrutural concentram esforços nas políticas migratórias, no mercado de trabalho e nos meios de locomoção, a história oral põe em evidência as trajetórias dos migrantes a partir de suas próprias narrativas (JESUS, 2020, p. 25).

Neste sentido buscou-se relatos que pudessem contribuir para o entendimento dos fatos, neste período, na cidade de Corumbá-MS, a exemplo de entrevista realizada com o único vereador da época ainda vivo, em sua residência. Em tal momento, ele discorreu sobre os atos políticos correlatos aos bolivianos ocorridos naquele período e, principalmente,

tópicos ligados à Feira Boliviana. Além dessa entrevista, dialogou-se com outras cinco pessoas, que embora não estejam citados trechos das entrevistas diretamente, os diálogos engajados com estes antigos moradores favoreceram, de maneira significativa, a construção deste trabalho, além da pesquisa documental direcionada aos arquivos da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

Relato de história oral de uma moradora do local, brasileira, que passara sua infância junto com os bolivianos na Feira Boliviana, em entrevista realizada em sua residência na cidade de Campo Grande-MS, onde vive hoje, ajudou no esclarecimento e elucidação de detalhes acerca da estrutura do local. A narrativa compreende riqueza de detalhes e juntamente com diálogo amistoso com mais membros desta família; relatos de outros sujeitos, de três diferentes famílias, que direta ou indiretamente estiveram ligados à Feira, adornaram o debate deste tópico, cujas informações estão embutidas na elaboração do texto desta Seção, especificamente neste assunto.

Foi da história oral que se construiu, também, parte textual, nesta seção, que versa sobre o deslocamento dos bolivianos, com o fechamento da Feira, para a Comunidade São Francisco. As entrevistas elencadas, transcritas e apresentadas descrevem as situações detalhadamente, com narrativas de três pessoas que vivenciaram esta época e que se emocionaram ao lembrar e contar sobre o tempo quando chegaram ali. A narrativa destas senhoras bolivianas seguramente dá conta de sustentar a história da formação daquele local, tratam-se de histórias de vida que carregam em si fatos da história dos bolivianos em Corumbá-MS.

A construção da terceira Seção contou também com dados obtidos de visitas de outras 46 residências, no Bairro Cristo Redentor, com moradores bolivianos ou descendentes diretos destes. Por meio de investigação e indicação de pessoas conhecidas da pesquisadora, que vivem no referido bairro, foi tecida uma rede de informantes, configurando, nesta etapa do trabalho, mais uma vez, a técnica da bola de neve.

Para estas entrevistas um roteiro foi construído, cuja finalidade foi contemplar informações sobre a origem do imigrante, suas relações com a Bolívia, a preservação de seus costumes (culinária, hábitos alimentares, maneira de se vestir) e sua cultura (língua, religiosidade, festas típicas da Bolívia) suas impressões e conexões com o outro lado, buscando o lado de cá para viver. Também foram abordadas questões quanto suas relações com brasileiros, mais especificamente com os corumbaenses, a questão dos preconceitos, os documentos que possuem, como é a frequência dos filhos na escola e se fazem uso dos serviços de saúde pública. Enfim, todas as informações possíveis de se trazer, da forma mais

autêntica, a vivência destes imigrantes na cidade de Corumbá-MS. As entrevistas foram conduzidas nas residências destes moradores, com duração variadas, ricos diálogos registrados em anotações e gravações.

O material obtido foi transcrito (gravações e anotações) pela pesquisadora, suscitando inúmeras reflexões sobre o objeto de pesquisa, ajudando na construção desta tese. A gravação, a passagem para a forma escrita e a análise são exemplos de procedimentos comuns na metodologia da história oral. Não se trata de uma reescrita literal, mas uma criação a partir dela, uma síntese com correções de erros gramaticais que garantem a coerência do texto. Trata-se de um “ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY e HOLANDA, 2018).

Cabe aqui reportar a autora Bortoni-Ricardo quando diz que:

O pesquisador não é um relator passivo e sim um agente ativo na construção do mundo. Sua investigativa tem influência no objeto de investigação e é por sua vez influenciada por esse. Em outras palavras, o pesquisador nas ciências sociais, é parte do mundo social que pesquisa. Ele age nesse mundo social e é também capaz de refletir sobre si mesmo e sobre as ações como objetos de pesquisa nesse mundo (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 59).

Os moradores bolivianos do bairro Cristo Redentor, que têm suas entrevistas citadas na Seção 3, forneceram relatos de vida e vivência dos fatos em relação ao seu movimento na cidade de Corumbá-MS. Trata-se da fala de idosos de origem boliviana, que dão conta de mostrar como a história desse lugar se deu via detalhes e riqueza de informações. De maneira geral, as informações colhidas das entrevistas atuaram como rico aporte para construção acerca da vivência destes indivíduos, pois são informações relevantes dos fatos ocorridos na história do povo boliviano nesta cidade. As demais entrevistas e diálogos, dos moradores bolivianos deste bairro, que não estão citadas, trouxeram informações que contribuiriam para enriquecer a construção e dar sustentação ao texto que ora se apresenta nesta Seção em relação à vivência desta gente.

Quanto à festa de Nossa Senhora de Urcupiña, os resultados foram obtidos via observação participante, com incursão ao local das festas, observação, criticidade e diálogos com os participantes. Novamente a técnica elencada para escolha dos sujeitos dos diálogos foi a bola de neve, bastava conversar com uma pessoa, para ser encaminhado a outra, e outra, assim por diante, além de saber quando e onde aconteceriam as demais festas. No total, seis festas foram frequentadas, todas no Bairro Cristo Redentor e com a presença repetida da maioria dos bolivianos, pois eles costumam frequentar uns as festas dos outros. Optou-se pela

exposição do memorial fotográfico da festa que conteve maior número de pessoas participantes entre as seis visitadas.

Ao final da terceira seção, a chegada de outros bolivianos a cidade é abordada. O cenário se volta para as relações comerciais acontecidas nas décadas de setenta e oitenta do século XX. A investigação se dá com consulta de publicações correlatas ao assunto, somadas à história oral concedida em entrevistas por comerciantes, representante político da época e moradores antigos da cidade de Corumbá-MS. Utilizou-se, também, análise documental e bibliográfica como complementação às fontes primárias.

A Seção 4 – As geografias produzidas em Corumbá-MS resultantes da presença dos bolivianos no comércio, nas feiras e nas ruas – aborda as geografias produzidas na cidade; como os espaços foram/são ocupados através da instalação de pontos comerciais, de barracas nas feiras e pelos ambulantes, até mesmo pelos bolivianos consumidores; como são feitas as articulações de sobrevivência destes bolivianos em Corumbá-MS. Além de entrevistas e investigação da história oral, a coleta de dados se deu por observação e pesquisa participante, na qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.

A técnica de *observação participante* se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 2001, p. 60).

O emprego deste método investigativo se fez necessário pois as prévias tentativas de entrevista com os bolivianos comerciantes e feirantes em Corumbá-MS não obtiveram sucesso. Eles se mostravam arredios e desconfiados, negando-se a responder aos questionamentos inquiridos por confundirem a entrevistadora com algum tipo de fiscalização municipal. O fato deste temor da fiscalização chamou atenção, levando a avaliação junto aos órgãos fiscalizadores acerca da situação destes indivíduos e entrevista com o dirigente da postura municipal, sobre a operação e funcionamento destes comércios. Tais questões estão apresentadas no decurso da referida Seção.

Ciente da impossibilidade de uma entrevista formal com os bolivianos, donos de pontos comerciais e feirantes, e da importância destas informações para construção desta



Seção, lançou-se mão da observação participante. Ao frequentar os estabelecimentos comerciais dos bolivianos, em diferentes bairros, como cliente que ora comprava feijão, ora verduras, ora refrigerantes, tomavam corpo diálogos que em sua riqueza propiciava levantamento das informações almejadas, o que se apresentam no decorrer da quarta seção, bem como foram plotados os pontos resultantes na construção do mapa de estabelecimentos comerciais. Durante três meses ininterruptos as feiras livres, mais especificamente as barracas de bolivianos, foram frequentadas, com horas de procura a roupas nos “montes<sup>4</sup>”, compra de verduras, frutas e conversas com os donos das barracas. Ressalta-se que devido a naturalidade no trato com a cultura local adquirido em anos como frequentadora destas feiras, como consumidora destes produtos nos anos antecessores, a abertura ao diálogo ocorreu de forma tranquila e harmoniosa. Mas foi diferente caminhar pela feira livre com olhar de pesquisadora. Os diálogos, recheados de informações versavam, em suas entrelinhas, sobre o cotidiano, expectativas em relação ao comércio em Corumbá-MS, como se deu a mudança para o lado de cá e qual razão os impulsionavam ao desenvolvimento de comércio no Brasil e não nas cidades fronteiriças da Bolívia. Para esta parte do trabalho, também foram utilizadas entrevistas junto aos dirigentes da Associação dos Feirantes e levantamentos de dados condizente aos feirantes junto ao órgão responsável na Prefeitura Municipal de Corumbá-MS.

Um misto de história oral e pesquisa participante se deu no levantamento com os bolivianos ambulantes. Muito solícitos e destemidos em responder as questões que lhes eram feitas, muitas vezes o sentimento notado era de que eles estavam clamando para melhorias de suas condições, expondo suas dificuldades e seus medos no trabalho nas ruas. No curso do rico diálogo, notou-se que os ambulantes são maioria mulheres, contabilizando oito entrevistas com vendedores de diversas mercadorias. O recorte escolhido foi da exposição de duas das entrevistas, visto que as respostas obtidas possuíam similaridade.

Ao comprar alguns produtos que estavam sendo vendidos pelas ambulantes, a pesquisadora ganha a simpatia e conquista a confiança dos mesmos em falar e expor a situação sem medo de nada, e ao longo do diálogo estabelecido foi explicado que se tratava de uma pesquisa. Assim se deram as entrevistas com as ambulantes.

As bolivianas vendedoras de alho, em sua maioria mulheres também, espalham-se por toda a cidade e três foram entrevistadas, as quais foram abordadas para comprar alho e daí

---

<sup>4</sup> A feira livre em Corumbá-MS é predominantemente barracas de bolivianos, sendo que a maioria delas vendem roupas usadas, pontas de estoques, são roupas de vestuário, cama, mesa e banho, enfim, encontra-se de tudo, são recebidas pela Bolívia dos Estados Unidos. A Bolívia comercializa estas roupas vendendo os fardos grandes para os feirantes bolivianos e nas feiras elas são expostas e separadas em montes, por isto é popularmente conhecida como feira do montão ou do monte.

começou o diálogo e está citado no trabalho o diálogo de uma delas, muito rico em detalhes e expõe a situação de vida das mesmas que, embora sejam diferentes pessoas, as condições expostas são similares.

As lojas comerciais do centro comercial de Corumbá-MS também foram visitadas e dos diálogos estabelecidos com os comerciantes acerca da situação do comércio sobre a presença dos bolivianos ambulantes nas ruas centrais compõem ricos diálogos. Foi possível identificar, durante as visitas, que alguns não gostariam que fossem citados na tese e quando foi garantido o anonimato e guardado o gravador a conversa fluiu. Está presente na Seção o posicionamento de alguns comerciantes em relação aos bolivianos, chegam a ser discriminatórios, talvez por isto não tenham permitido a identificação, pois só assim se soltaram para falar o que pensam e a relação exposta nos diálogos deixam transparecer a difícil relação que existe entre os ambulantes bolivianos e a maioria dos comerciantes, principalmente os que concorrem com produtos semelhantes aos vendidos nas lojas.

Fato curioso se encontrou durante a pesquisa de campo, são os comerciantes que dão guarida aos bolivianos, guardando seus carrinhos nos momentos de fiscalização, ou no dia a dia para pernoitar. Voltou-se no campo para averiguar esta situação e de fato acontece, são os comerciantes que vendem comida aos bolivianos. Assim, enquanto eles incomodam alguns, agradam aqueles dos quais consomem seus produtos.

Outros comerciantes foram entrevistados, os proprietários de comércios atacadistas, muito satisfeitos com a presença dos bolivianos, público potencial para consumo de seus produtos.

A presença dos bolivianos incomoda aos comerciantes quando eles são concorrentes desleais, mas quando são consumidores, são bolivianos “bons” e agradam.

Um banco de imagens expressa o que os moradores corumbaenses pensam em relação à presença dos bolivianos consumidores na área central. Durante os meses de junho e julho de 2019, período de festividades de São João na cidade e das férias escolares, há um fluxo expressivo de bolivianos dirigidos ao consumo nas lojas comerciais do centro da cidade. Este fato vivenciado foi averiguado em uma rede social (*facebook*) e matérias de jornais *online* onde foram encontrados comentários que estão colocados na referida Seção, que expõem satisfação e insatisfação sobre a presença destes bolivianos consumindo na cidade.

No curso da pesquisa, fatos políticos na Bolívia promovem o fechamento do ir e vir entre os dois países, impactando diretamente a região fronteira, oportunizando aproximações e diálogos com brasileiros e bolivianos. Tal acontecimento foi então registrado, apontando evidências da importância que a Bolívia tem na vida econômica da cidade de

Corumbá-MS. O momento está exposto em imagens feitas na região fronteira e na cidade, diálogos com pessoas ligadas ao comércio varejista, e também de exportação, que embora não seja objeto desta pesquisa, foi citado apenas para exemplificar os grandes impactos causados na economia da cidade através da exportação, bem como nas feiras e no comércio varejista local. Este momento foi importante pois o fato de estar fechado o trânsito entre os dois países, pode-se perceber o comportamento das feiras livres ratificando os depoimentos em diálogos dado pelos bolivianos quanto à questão dos depósitos de mercadorias que mantêm na cidade, pois somente os feirantes bolivianos que comercializam produtos hortifrutigranjeiros estiveram ausentes nas feiras neste período.

Entre a técnica de entrevista, a metodologia de pesquisador participante e os diálogos estabelecidos, construiu-se esta Seção, parte da tese fundamental para o entendimento da situação de fronteira que se consolida na cidade de Corumbá-MS e os conflitos que se apresentam.

Ao longo das seções procurou-se apontar que as situações conflituosas se fazem em vários momentos do cotidiano de trabalhador desta gente na cidade, mas buscou-se expor as situações em que se evidenciam os conflitos, quando os bolivianos se tornam usuários dos serviços públicos da cidade. Escolheu-se a saúde pública para expor esta situação, visto que das entrevistas e diálogos realizados com os bolivianos ficou explicitado o desejo de aquisição de documentos brasileiros para, principalmente, tornarem-se usuários do sistema público de saúde brasileiro, adquirindo o cartão SUS (Sistema Único de Saúde).

Desta questão, com o intuito de entender a construção das territorialidades, conflitos e como ocorre o uso da saúde pública na cidade pelos bolivianos, construiu-se a Seção 5 – O Atendimento na Saúde Pública ao Boliviano: um sonho, uma realidade que rompe fronteiras e gera conflitos. Sua elaboração passou por entrevistas e levantamento documental, elencando dados para situar, neste trabalho, como os usuários bolivianos procedem para se tornarem usuários do sistema de saúde pública no Brasil, os problemas levantados em relação a este atendimento e os possíveis conflitos gerados. Foram revistas leis, acordos e tratados celebrados entre os dois países, além da situação da estrutura de atendimento à saúde na Bolívia e na cidade de Corumbá-MS. Investigou-se, ainda, se os entrevistados eram ou não usuários do SUS, e opiniões dos usuários brasileiros (selecionados por conhecimento da pesquisadora e entrevistados em suas casas, nos bairros da borda oeste da cidade). Dos dados levantados sobre os usuários bolivianos que conseguem a emissão do cartão SUS, construiu-se mapa da cidade a partir de seus endereços, subsidiando a discussão da construção das territorialidades na cidade de Corumbá-MS.

Durante as entrevistas, notou-se que dirigentes da Saúde Pública do Município de Corumbá-MS se referem aos bolivianos, a todo o tempo, como estrangeiros. Este trato com o indivíduo fronteiriço externa presença de certo conflito, no qual os bolivianos são tratados como os “outros”, apesar da comprovação de que residam na cidade, pré-requisito necessário para o passaporte ao atendimento público de saúde, o cartão SUS.

Alguns dos comentários e análises tecidos do decorrer do trabalho não foram lançados com intuito denunciativo, mas sim em tom de crítica e reflexão, cuja finalidade é contribuir para a melhoria do atendimento, visando à construção de um panorama que contemple a categorização de pessoas atendidas, se brasileiros ou se fronteiriços bolivianos. O cartão SUS não é diferenciado entre brasileiros e estrangeiros, os atendimentos aos bolivianos não são computados com distinção, o que impacta nos parâmetros aplicados para repasses dos recursos federais destinados à saúde pública do município, visto que muitos fronteiriços não residem na cidade, apenas utilizam de endereço brasileiro fictício para obtenção do passaporte da saúde.

Os atendimentos aos bolivianos não são computados com distinção, portanto, não servem de parâmetros para os repasses dos recursos federais destinados à saúde pública do município, uma vez que muitos dos fronteiriços não residem na cidade, apenas forjam um endereço com intuito de conseguir o passaporte da saúde. Tal ocorrência sobrecarrega o sistema em custos, principal ponto de conflito ao atendimento do fronteiriço. Os repasses deveriam considerar Corumbá-MS, como cidade fronteiriça, aonde o ir e vir constante e as relações que se estabelecem nesta região deveriam ser tomadas como parâmetros diferentes das demais, o que não acontece. Esta situação perdura por anos, sem que as administrações apresentem soluções que viabilizem mais recursos para a cidade melhorar seu sistema de saúde. Os dados expõem que o problema não reside no atendimento dos bolivianos, mas sim na precariedade do sistema de atendimento que não suporta o aporte populacional desta demanda por atendimentos. Neste jogo de empurra, a culpa ainda recai sobre os pacientes fronteiriços, muitos entendem que a precariedade do sistema se dá em virtude destes atendimentos. Nesta trama expõem-se situações de fronteiras conflituosas atuantes da construção das territorialidades na cidade de Corumbá-MS.

Através dos levantamentos bibliográficos, documentais, entrevistas, participações no cotidiano, estabelecimento de diálogos com os sujeitos desta pesquisa, dados e informações foram levantados para que a discussão aqui travada trouxesse a realidade da cidade hoje. Para isto, buscou-se em bibliografias ou relatos de vida a construção da história desta gente e seus movimentos na cidade até os dias atuais, resgatando acontecimentos que marcaram sua

trajetória na cidade de Corumbá-MS. Buscou-se, assim, prover subsídios para que o leitor deste trabalho entenda como historicamente os bolivianos se instalaram nesta cidade, como se deram os seus movimentos, quais foram os conflitos gerados e as fronteiras encontradas na construção destas territorialidades.

Para tanto, foram estabelecidos contatos com aproximadamente 130 pessoas, bolivianos e brasileiros, que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta pesquisa. Desse modo, mediante entrevistas ou diálogos, relataram suas histórias de vida, contando suas experiências e seu cotidiano ou fornecendo informações institucionais. Enfim, a contribuição relatada, ao longo desta tese, traz à baila a história dos bolivianos que vivem na busca por melhores condições de vida e sobrevivência, participando da produção de uma nova geografia na cidade, a qual integram e fazem parte.

A Seção 6 apresenta as considerações finais, trazendo os argumentos conclusivos desta tese: “Os bolivianos historicamente apresentam-se instalados do lado de cá, na cidade de Corumbá-MS, estão em constante movimento e se constituem como parte integrante da cidade. Vivem sempre na busca de melhores condições de vida e/ou sobrevivência, através do trabalho, seja formal ou informal, participam da produção de uma nova geografia na cidade, e apesar das fronteiras que se estabelecem nesta construção, eles estão integrados nela e dela fazem parte. Não existe Corumbá-MS sem bolivianos”. Respondendo aos objetivos apresentados para o direcionamento do trabalho e apresentação dos resultados alcançados, apontam-se algumas críticas, com objetivo de contribuição à construção de políticas públicas que impulsionem melhorias no Município de Corumbá-MS. Debater e dar visibilidade a esta temática promove abertura de um leque de possibilidades de desenvolvimento de novas pesquisas nesta região fronteiriça, que, assim como este trabalho, possam colaborar para a compreensão e entendimento da conformação geográfica da cidade.

## 2 A FRONTEIRA: UM RESGATE TEÓRICO

Analisar a região fronteira, sob a perspectiva de uma divisa entre dois países, onde acontece um ir e vir constante, entre os povos que ocupam espaços e constituem fronteiras, este ponto de vista, enquanto categoria de análise geográfica, tem ocupado espaço relevante no debate acadêmico, na atualidade. A fronteira é tema de discussão de inúmeros estudiosos, notória presença nos estudos das ciências humanas e sociais, sobretudo em disciplinas como a Geografia, a História, a Antropologia e a Sociologia, temática explorada e colocada em cena suas preocupações.

A ideia de fronteira muitas vezes se confunde com a noção de limite. A palavra *fronteira* está presente no cotidiano dos bolivianos, que ocupam a cidade de Corumbá-MS, pois, todos os dias, atravessam fronteiras e também vivem situações de fronteira, pois elas existem em todos os lugares. Desse modo, novas territorialidades são estabelecidas/construídas, seja materialmente ou imaterialmente, delimitando situações e, no contexto globalizado vivido, esse processo se torna recorrente.

A fronteira deixa de ser apenas uma linha divisória entre dois lugares, duas nações e/ou povos. Ela ganha uma dimensão simbólica, separando sujeitos, sejam eles da mesma ou diferente nação. Ela também separa sujeitos de cultura, língua, hábitos e costumes diferentes sendo uma situação recorrente na atualidade. A fronteira torna-se um lugar de construção social do *outro*, um lugar de estranhamento e de indiferença. Ela nasce da diferença, no espaço que delimita duas nações com culturas diferentes, línguas distintas, mas, ao mesmo tempo, converge para o mesmo lugar: a pluralidade dos seus habitantes e de relações que estabelecem entre si (MONDARDO, 2009).

O olhar sobre fronteira, resumido apenas à fronteira geográfica é uma ideia, que a Geografia, através da Cartografia, tem reproduzido, usando aspectos físicos-naturais como linhas divisórias entre os lugares, nações e/ou povos. Ainda que sejam assim representadas, já não são vistas e discutidas apenas como estrutura física ou edificadas nos lugares de divisão.

O movimento inerente às fronteiras é levado em consideração desde os estudos de Frederick Turner, 1893, em sua obra “*The significance of the Frontier in American History*”, que tratou da expansão norte americana e sua história, caracterizando o desenvolvimento do povoamento no Oeste norte-americano, enfatizando em sua tese não somente a fronteira por si só, mas atribuindo toda a história da evolução daquele país a perspectiva da sua influência sobre a sociedade, tendo a fronteira não como o fim, mas sim o começo do Estado (VELHO, 2009; MACHADO, 1998).

O conceito de fronteira, do ponto de vista geográfico, está associado a movimento. É comum o uso de fronteira e limite como sinônimos. Os dois, porém, tratam de conceitos etimologicamente diferentes, carregados de significados conceituais que se inter-relacionam mas com riqueza conceitual atribuída à fronteira é muito mais ampla do que a de limite (BENTACOR, 2008).

As fronteiras se estabelecem ao passo que as relações se consolidam entre os diferentes territórios que elas limitam. Tal fato pode ser constatado entre Corumbá-MS (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), quando são analisadas situações ligadas ao comércio da cidade, ao uso da saúde pública, da educação pública, dentre outras.

Machado (1998) destaca que confundir as palavras fronteira e limite como se fossem sinônimos é algo comum, mas indica que existem diferenças, consideradas essenciais, embora pouco percebidas ao senso comum. Quando aborda a origem da palavra fronteira, o referido autor considera que ela não está ligada a nenhum conceito legal, ela nasce como um fenômeno da vida social espontânea. Com análises e reflexões do real, as fronteiras foram sendo compreendidas como *lugares de comunicação* e acabam adquirindo caráter político. Porém não marcam o limite definido de uma unidade política, mas sim do começo do Estado, ou seja, o lugar de onde ele tenderia a se expandir.

Os limites se manifestam por símbolos ou marcos que expressam abstração, não estão ligados a presença de pessoas e sim a legislações nacionais e internacionais e atuam como um fator de separação. Em Raffestin (1993, p. 165) “O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder”. Em contrapartida, fronteira pode ser um fator de integração.

E nas palavras de Machado (1998):

A fronteira pode ser estendida ‘para fora’, não a partir do estado central, o que provocaria conflito, mas a partir dos lugares. *Cada lugar quer estender sua esfera de influência e reforçar sua centralidade além dos limites internacionais e sobre as faixas de fronteira* (grifo do autor) (MACHADO, 1998, p. 3).

A fronteira, enquanto controle e vinculação, apresenta-se como um fator de preocupação constante para os Estados, pois, ao mesmo tempo que integra, pode também manipular estruturas sociais, políticas e culturais distintas.

No campo da Sociologia, tratando das fronteiras agrícolas no Brasil, Martins (1997), faz observações importantes sobre este cenário de encontro de diferentes. Sua obra enfatiza o movimento das fronteiras e traz à tona a discussão sobre as situações de fronteira e os

conflitos, resultantes da dinâmica ali existente. A fronteira não é apenas o *limite geográfico*, ela é de muitas e diferentes coisas:

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. E nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (itálicos do original) (MARTINS, 1997, p. 11).

As diferenças entre quem domina e quem é dominado se apresentam e se diversificam nas várias relações que se estabelecem na cidade de Corumbá-MS com sua vizinha Puerto Quijarro/BO. A presença do boliviano nem sempre é vista com bons olhos por parte da população corumbaense, que os veem como um povo que representa o atraso e que, por vezes, incomoda<sup>5</sup>. Assim, simplesmente pelo fato de serem bolivianos, são tratados de forma diferente e preconceituosa. Talvez se fosse outra nacionalidade, uma que figurasse numa hierarquia superior em suas mentes, a situação seria diferente.

Apesar disto, existem setores na cidade que não sobreviveriam sem a presença deste *outro*, como o comércio de exportações e transportes, por exemplo. Existe um jogo de dominação e subjugação que se dá ora pelos brasileiros e ora pelos bolivianos, jogo este atrelado a alguns fatores como a variação cambial<sup>6</sup>.

O mais relevante para definir e caracterizar a fronteira é entendê-la como um espaço de várias temporalidades, como um lugar de conflito e alteridade entre “nós” e os “outros”, ou seja, lugar e tempo de conflitos e de alteridade:

---

<sup>5</sup> Nesse processo de representação da alteridade na fronteira, a construção negativa do “outro” sustenta a própria identidade brasileira, ou seja, o boliviano se constrói no imaginário brasileiro fora dos parâmetros que definem os valores “civilizados”. Nesse contexto, a imagem do “outro” ganha contornos específicos em Corumbá, na medida em que a Bolívia é vista por parte da população como símbolo do atraso, da pobreza e da falta de “civilidade”, de higiene, das leis. Esses estigmas podem ser resumidos nas categorias identitárias de “chocos”, “collas” ou simplesmente “índios” ou “bugres”. Percebe-se, em inúmeras conversas com moradores de Corumbá, que a Bolívia é representada como um lugar “sem lei” e “corrupto”. “Você já dirigiu na Bolívia? Lá não tem lei, cada um faz o que quer. E a polícia lá? São todos corruptos... qualquer coisinha errada querem dinheiro... e quando eles vêm aqui, não querem seguir as leis... no Brasil a lei é pra todo mundo” (COSTA, 2011).

<sup>6</sup> A interferência da variação cambial no ir e vir da fronteira é constante, e pode modificar toda sua dinâmica. Pode-se citar aqui dois momentos marcantes que alteraram a situação deste lugar de fronteira: 1- o ano de 1994, no século XX até meados de 2005, no século XXI; 2- o ano de 2015 e 2016, até os dias atuais. Estes períodos se destacaram por fluxos intensos, de brasileiros na Bolívia e de bolivianos consumindo em Corumbá/MS, respectivamente.



Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si [...] Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro (MARTINS, 1997, p. 150).

Como qualquer limite social, a fronteira separa e delimita uma realidade de outras realidades e, muitas vezes, é considerada como espaço de conflitos, no qual se estabelecem relações diferentes de grupos distintos que se interrelacionam em um espaço e tempo determinados. Estas relações são fundamentais para compreender a construção e a desconstrução de fronteiras enquanto limite. Martins (1997) afirma que a fronteira se revela, sobretudo, como a fronteira do humano, como o limite do humano:

A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 162).

As relações que se estabelecem, nesta região fronteira, mostram que ora cá e ora lá os estranhamentos aparecem, pois, as ligações que existem nesta região são intensas e necessárias. Os bolivianos estão tão entranhados em determinados setores da economia da cidade brasileira que a mesma não sobreviveria sem eles, como as feiras livres, por exemplo. Segundo dados da Associação dos Feirantes de Corumbá, atualmente mais de 90% dos feirantes são bolivianos.

São nestas e por estas relações que as fronteiras se estabelecem, não mais pela imposição de limites ou disputas de territórios, mas sim no campo da imposição da cultura, dos costumes. A presença do *outro* vai se constituindo e se impondo perante as mais diversas situações que se apresentam do lado de cá. Os conflitos não se dão pela coprodução da geografia local, mas pela questão hierárquica na qual os brasileiros “pintam” a nação boliviana de “inferior”. Revelam-se, aqui, as fronteiras do humano.

Desta forma, a realidade fronteira deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre *nós* e os *outros* e como um espaço de várias temporalidades. A fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira e etc.) que entram em conflito e obedecem distintas visões de mundo e a tempos históricos diferenciados, que o autor denomina de *situações de fronteira*.

Ainda analisando fronteira sob o ponto de vista do movimento constante e para melhor entendimento do que acontece nos limites entre Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO, buscou-se no campo da sociologia, em Albuquerque (2010), subsídios para melhor compreensão das denominadas situações de fronteira que encontramos nesta região. Para o autor, a sociedade moderna altera as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos e seus deslocamentos para além dos limites nacionais. As fronteiras não são somente o marco de delimitação fixados no território físico, elas representam os limites da cidadania e invariavelmente significam zonas de hibridismo da língua, meios de comunicação e culturas. As fronteiras nacionais são lugares de controle e de movimento de ir e vir das pessoas, através de suas travessias, cruzando os limites territoriais e configurando outras fronteiras. Assim, não existe fronteira em abstrato, existem situações sociais e singulares de fronteira. As fronteiras são fenômenos sociais, plurais e dinâmicos.

Albuquerque (2010, p. 42) afirma, ainda, em sua obra, que “as fronteiras são fenômenos sociais, plurais e dinâmicos (...) fronteiras não são estáticas, mas estão em constante movimento de redefinição e negociação”. A ideia de limites fixos, como territórios já definidos historicamente, é questionada a partir do momento em que as fronteiras são vistas como fronteiras nacionais em movimento, através dos fluxos migratórios, estratégias geopolíticas, influências econômicas e circulação de mercadorias no espaço fronteiriço.

Para o autor, a noção de fronteira em movimento vem da geopolítica e da Geografia política dos séculos XIX e XX:

A geopolítica é uma visão de domínio de um determinado espaço geográfico como área estratégica de poder. As estratégias geopolíticas visam ocupar os denominados "espaços vazios" e garantir a expansão e unidade de um território Nacional. Nessa perspectiva, as fronteiras estatais não são estáticas, são vivas e se estruturam mediante processos de expansão ou retração. Os Estados nacionais estão em constante movimento, comandados por forças centrípetas ou centrífugas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 43).

Fundamentado no seu estudo sobre a presença brasileira na região entre o Paraguai e o Brasil e na análise do movimento das frentes de expansão pioneiras que ocorrem no Brasil, como frentes de expansão e de conflitos, discutidas por Martins (1997), é que Albuquerque (2010), afirma que as fronteiras não podem ser vistas com limitações e como se fossem estáticas, pois é a partir da análise dos conflitos gerados no encontro de grupos étnicos diferenciados, é que se enfatiza as frentes de expansão como produtoras de outras fronteiras.

Todos os encontros entre diferentes expõem fragilidades, geram contradições, conflitos e criam situações diferentes das preexistentes e quem vive em regiões de limites

territoriais entre dois países distintos que se depara com estas situações todos os dias. Em vários momentos, as situações de encontros acontecem, eles podem ocorrer por solidariedade, fortalecendo os laços entre brasileiros e bolivianos, mas também de estranhamento, causando afastamento. Em Corumbá-MS, não é raro encontrar situações das quais os conflitos insurgem e afluem.

As fronteiras que se constituem mediante os limites são expressões das relações de produção que ali se estabelecem, econômicas, políticas, sociais e culturais e são carregadas de historicidade que podem ser modificadas ou até mesmo ultrapassadas. Todos os dias nos esbarramos com limites, tudo tem limites. As noções de limites e de fronteiras têm se modificado e/ou evoluído consideravelmente, contudo, nunca desaparecerem. Seus significados variam muito nos diferentes momentos históricos (RAFFESTIN, 1993).

Sempre utilizado para marcar território, o limite, como forma de apropriação, tem correlação com trabalho e, conseqüentemente, com o poder. Para Raffestin (1993, p. 165), “os limites são utilizados para manifestar o modo de produção. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder”. Desde que surgiram mudanças nos modos de produção, nas relações de produção, na organização das forças de trabalho, o sistema de limites conhece então mutações sensíveis, que não são somente econômicas, mas também políticas, sociais e culturais.

Já o geógrafo Michael Foucher (2009), em “Obsessão por fronteiras”, trabalha a temática das fronteiras, entendendo que elas são nada mais, nada menos, que “instituições” estabelecidas por ordem política, servindo, assim, de estratégia para o exercício do poder, a defesa da soberania nacional. Assim, são consideradas instituições territoriais, as quais podem operar em escala estatal, interestatal e regional. E quando se refere ao Estado, o referido autor aponta que:

A fronteira é, para o Estado, um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção. Nada mais desastroso para uma autoridade soberana do que ser acusada de ter perdido o controle de sua fronteira. A função ideológica é muito marcante. As fronteiras são o tempo inscrito no espaço (FOUCHER, 2009, p. 25-27).

Este caráter de poder que Foucher (2009) ressalta em sua discussão existe e é visível nas estruturas que demarcam os limites entre Brasil e Bolívia, na região em questão. A fiscalização habitual, que é feita pela Receita Federal do Brasil e Polícia Federal do Brasil sofre reforços em momentos que fatos políticos ocorrem, impulsionando ações do Governo Federal que demonstrem sua preocupação com a proteção de seu País. Neste caso, policiais do

grupo denominado “Força Nacional” se estabelecem nas fronteiras, fiscalizando, dia e noite, o ir e vir daquele lugar, demonstrando, claramente, o interesse do poder político de guarnecer seus limites. Para os governantes, naquele momento, a fronteira é viva, somente no poder das forças armadas do país. Nos dias atuais, por conta do enaltecimento às forças armadas do Brasil pelo atual Governo Federal, esta fronteira tem estado guarnecida diuturnamente pelo Exército do Brasil.

Viver na divisa pode significar, abstratamente, experimento de uma situação limite, de viver no limiar do novo, seja para melhor ou pior. Vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras, entre limites, espaços socialmente reconhecidos, entre territórios (HAESBAERT, 2014). Este modo de vida, viver no limite, leva a uma condição de existência, uma maneira de driblar situações difíceis e encontrar uma forma de usufruir do que os dois lados oferecem. Não só bolivianos buscam o que o Brasil oferece de melhor e, às vezes, com menor custo, como os brasileiros também se utilizam deste trunfo para buscar na Bolívia o que pode atender as suas necessidades com um menor custo.

Na região fronteira, diversas situações que tomam forma se dão por questão de sobrevivência. Contudo, outras são nutridas pelo prazer de exploração, de aventurar-se no que o outro lado oferece de melhor, principalmente quando a variação cambial<sup>7</sup> favorece um ou outro. Brasileiros buscam a faculdade de Medicina, em Puerto Quijarro/BO, porque a mensalidade é muito menor<sup>8</sup> do que a praticada por faculdades particulares no Brasil; brasileiros buscam o botijão de gás de cozinha na Bolívia, e o abastecimento de seus veículos em postos de lá, pois os preços bolivianos são menores que o praticado em território nacional. Enfim, os brasileiros se movimentam em busca de menores preços, para comprar produtos e serviços.

---

<sup>7</sup> A economia boliviana tem como moeda nacional o peso boliviano, mas a circulação da moeda americana, o dólar, se faz presente nas transações comerciais e é aceita em qualquer transação dentro da Bolívia, as contas bancárias podem ser abertas em valores na moeda americana ou no peso boliviano, ali circulam as cédulas das duas moedas. Assim, o sistema econômico da Bolívia tem praticamente duas moedas: o peso boliviano e o dólar americano. O peso boliviano está praticamente atrelado ao dólar e sua variação, nos últimos 18 anos tem estado entre Bs 6,70 a 6,90 bolivianos por dólar, pois a política do Banco Central Boliviano não deixa aumentar nem diminuir esta cotação, então se o dólar sobe o peso valoriza e se o dólar cai o peso desvaloriza. E todas as vezes que o dólar altera de preço, a moeda boliviana, o peso, se valoriza perante a moeda brasileira, o real, elevando assim o poder de compra dos bolivianos no Brasil.

Em relação a moeda nacional brasileira, acontece o inverso, todas as vezes que o dólar cair de preço o real valoriza e o poder de compra do brasileiro será maior dentro da Bolívia e todas as vezes que o dólar subir na cotação o real se desvaloriza e o poder de compra do brasileiro será menor dentro da Bolívia.

<sup>8</sup> O valor da mensalidade da faculdade de medicina é cobrado em dólar, são 350 dólares, que no câmbio atual (14/08/2020 o câmbio é de R\$ 5,42) convertido são R\$ 1.897,00. Enquanto que as mensalidades das Universidades particulares no Brasil estão muito acima disto, algumas chegam a mensalidades no valor de R\$ 15.000,00.

Os bolivianos fronteiriços se deslocam para o Brasil para compras e em busca de benefícios oferecidos pelos serviços públicos gratuitos, como educação e saúde, pela melhor qualidade que o município de Corumbá-MS oferece. Por vezes, chegam a utilizar até dos serviços de assistência social do Governo Federal, destinado principalmente ao atendimento da parcela populacional de baixa renda.

Com o câmbio do dólar favorável ao lado boliviano (R\$ 5,42 em 12/08/2020), tanto os fronteiriços quanto os indivíduos vindos de Santa Cruz (BO) e demais localidades têm aproveitado dos preços encontrados no comércio brasileiro, em especial os das lojas de grandes redes brasileiras instaladas em Corumbá, como *Lojas Americanas*, *Casas Bahia* e lojas atacadistas, além das lojas tradicionais com renome de grifes internacionais. O aumento do poder de compra, impulsionado pela taxa cambial, estimula os bolivianos a gastarem seu dinheiro no comércio brasileiro, buscando mercadorias que satisfaçam suas necessidades e prazeres, misturando-se e dividindo espaços com os consumidores corumbaenses, criando diferentes cenários na cidade, em suas ruas comerciais e lojas.

A variação cambial se configura como a mola propulsora dos movimentos e das relações entre os dois países, Brasil e Bolívia. A demanda, seja de brasileiros ou de bolivianos cresce à medida que o câmbio favorece a compra e a aquisição de bens, empregos, lazer ou investimentos. São as variações de câmbio que propiciam, a um ou a outro, maior parcela de benefícios no território vizinho. Disso, as relações interpessoais se tornam responsáveis pela produção do espaço em ambos os lados. Tratam-se de ligações que fortalecem/estreitam laços, criam estranhamentos, e no ínterim do movimento o *outro* vai se consolidando e impondo sua presença, vai se inserindo na realidade do país vizinho.

As conexões estabelecidas no movimento entre lugares são discutidas por Haesbaert (2014), quando ao discutir sobre a mobilidade trata dos deslocamentos entre lugares, os quais são dotados de significação e territórios, moldados no interior de específicas relações de poder. Tais contextos, marcadamente complexos, não facilitam a distinção de quais são os limites territoriais de ação de uma e de outra modalidade de poder, quem domina e quem está na situação de subordinado.

A presença da fronteira não é condição para cessar o movimento, até porque, além de uma linha divisória que delimita, a fronteira é um lugar de encontro e de desencontro, no qual o fato de poder usufruir de dois territórios ao mesmo tempo pode ser considerado um recurso ou trunfo espacial (HAESBAERT, 2014).

O encontro/confronto de territórios na fronteira não inibe os fluxos para um e outro lado. A mobilidade humana acena para escolhas territoriais que tragam algum tipo de benefício ao indivíduo e/ou ao seu grupo:

[...] cada passagem de fronteira “tem características particulares arranjadas em razão das combinações territoriais possíveis a cada tempo, a cada indivíduo/coletividade”. A partir deste entendimento, vislumbram-se enormes desafios para os governos adotarem medidas eficazes de desenvolvimento dos territórios em zonas de fronteira, em razão da contradição aparente dos próprios limites da jurisdição, enquanto nas fronteiras as mobilidades humanas frequentemente avançam para além dos limites, produzindo territorialidades que afetam a lógica local. Contudo, a fronteira não é necessariamente um problema. Na verdade, é, muitas vezes, tratada como problema por aqueles que não entendem ou não desejam entender suas dinâmicas. Frequentemente suas potencialidades são apropriadas por agentes e atores espaciais que operam em ambas as bandas territoriais, levando em consideração as vantagens econômicas produzidas pelas diferenças cambiais, dentre outras. As fronteiras são, pois, portadoras de oportunidades (COSTA, 2013, p. 68).

Fazendo parte deste lugar de oportunidade, os moradores de regiões fronteiriças podem negociar e manipular certas situações de acordo com seus interesses, agindo a favor de proveito próprio. Flynn (1997, p. 311) aponta que “os moradores da fronteira forjam um forte sentido de identidade fronteiriça”. Isto implica que mesmo que diferentes concepções de fronteira sejam apresentadas, todas culminam para um lugar de existência e de moradia de sua gente, um lugar onde as diferenças afloram, fruto das relações humanas, um constructo social vivido neste espaço no qual o homem fronteiriço se reconhece, pois é neste lugar que acontece sua vida.

E nesta ciranda da fronteira, as pessoas vão se misturando e convivendo com situações novas a cada dia, com pessoas novas carregadas de “coisas” que expressam as diferenças, ou seja, o que o outro é em relação a mim. Neste lugar, as diferenças simplesmente existem, assim como a identidade. E, tal como coloca Foucher (2009), as identidades só existem por conta das fronteiras.

Embora enfatize o caráter político e de poder implícito nas fronteiras, Foucher (2009) afirma que nas fronteiras há um encontro de relações distintas, que se dá pelo intercâmbio social, cultural e político, as quais proporcionam incertezas entre o *eu* e o *outro*, favorecendo a concepção de identidades que dinamicamente se refazem. Para o autor, “*não há identidades sem fronteiras*” (*grifo nosso*) (FOUCHER, 2009, p. 22).

A fronteira se torna um lugar de referência identitária quando a convivência com a diferença instiga o fortalecimento de símbolos próprios de cada nação, sua história e cultura, além do sentimento de pertencimento. Contudo, ao mesmo tempo em que existe a necessidade de preservação do território, contraditoriamente se impõe a vontade de avançar para além dos limites territoriais e estabelecer relações com o outro. As fronteiras estão sempre em ação e nelas se cruzam as identidades nacionais, interculturais, de idiomas e de religiosidade. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada e tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, 2014). Nesse sentido, a fronteira é tanto um espaço de integração quanto de tensão e conflito. Elas surgem no mundo moderno e separam as nações. Cada qual, porém, com suas características e suas peculiaridades.

## **2.1 Estado-Nação, Identidade e Conflitos**

Necessário se faz compreender como se constituem os limites territoriais e se estabelecem as fronteiras. Elas existem nos mais variados lugares, delimitando coisas e situações. Convém aqui entender o surgimento das fronteiras internacionais, que delimitam territórios e nações diferentes.

Baseando-se nos escritos de Goettert (2017) e Albuquerque (2005), intenta-se compreender a parte histórica da formação dos Estados-Nações, tendo em vista o entendimento do processo que se configura e constitui a formação do Mundo Moderno. Não se busca aqui aprofundamentos na temática histórica, mas julga-se pertinente discorrer sobre o processo, sobre como os conceitos de Estado e de Nação estão vinculados e expressam as formas dominantes de organização e legitimação política e cultural do mundo contemporâneo.

Fatos históricos são de suma importância para traçar-se o desenrolar do processo, passando pela transição do modo de produção feudal à produção capitalista e pelo período das grandes navegações pelo mundo, evocando as conquistas europeias. Estes fatos são processos fundamentais para a produção de um “Novo Mundo”, que seriam as terras conquistadas, e outro modo de produção, diferente modo de pensar e de estruturar as relações econômicas, sociais, culturais e políticas, fundamentais para elucidação do contexto no qual teve origem os países e as nações, ou seja, os Estados-Nações.

Este recente modo de produção e pensamento surge em contraposição ao “Velho Mundo”, a Europa, que entre os séculos XIII e XIV, passou por mudanças nas relações econômicas estabelecidas, com o modo de produção feudal sendo substituído pelo capitalista, tendo no comércio o seu cerne. Deste recém paradigma de pensamento e produção que os processos de conquistas de novas terras são estabelecidos. O “Novo Mundo” apresentava

recursos para o estabelecimento de trocas comerciais, sendo estes mais importantes do que a terra propriamente dita. Do interesse partem as relações de comércio, tendo a mercadoria como o centro das relações, o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso das coisas. Desta forma, ocorreram os processos de conquistas de novas terras, inclusive o Brasil.

O fato dos países europeus terem sido os primeiros a se formarem como Estado Moderno, Estado-Nações ou países, e com a ascensão de uma nova classe de mercadores e comerciantes, Portugal e Espanha saem à frente do movimento das grandes conquistas por um Novo Mundo, primeiro fizeram as rotas das Índias Orientais, onde estabeleceram o comércio e, posteriormente, em direção às Américas.

Somente nos séculos XV e XVI é que se aceleram nova configuração política, econômica, social e cultural, resultando em uma formação territorial correspondente aos Estado-Nações, os países, com domínio político central, controlando o território e agindo como controlador dos tributos e do movimento de bens e pessoas. Tratou-se de um processo nada consensual, marcado por violência. As forças locais eram forçadas a renunciar ao controle de partes menores de um território em nome deste poder central, que tinha o domínio. Assim como o território, a população e os recursos materiais também eram controlados por este poder central.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, manifestava-se como produção de mercadorias e como formação e controle da mão de obra, controles estes que se dão articulados por grupos políticos e econômicos que, por sua vez, controlavam a política e a economia, igualmente possuíam o controle do território. Surgia, assim, a burguesia. Esta nova classe formada a princípio por mercadores e comerciantes (posteriormente por industriais e banqueiros) foi paulatinamente assumindo poderes e arrebatando, para si, os recursos, população e território.

Este foi o cenário para o surgimento dos Estados-Nações, os países. Primeiro os europeus, posteriormente, os americanos e somente no século XX parte importante dos países asiáticos e africanos.

O Estado moderno se desenvolveu numa relação direta com a economia capitalista. Consolidou-se através dos impostos e tributos, calçados pela legalidade e monopólio da violência garantidos pelo Estado.

Historicamente, a disputa de poder entre os Estados fomentam prestígio e destaque internacional às camadas dominantes dos países, no qual a existência de um país mais poderoso pode representar uma ameaça à soberania dos menores. Estabelecem-se, assim, uma dinâmica de poder onde os Estados são portadores de prestígio e respondem às políticas



expansionistas das grandes potências. Por exemplo, o Brasil no cone sul, que se apresenta como uma potência sul americana em relação ao Paraguai e à Bolívia (ALBUQUERQUE, 2005). Neste contexto, o Estado é poder que se constitui não apenas pelo consenso dado pela força, mas também por consensos ideológicos que se compõem.

E como coloca Goettert (2017):

[...] a formação da Nação Moderna (articulada ao Estado Moderno) se deu pela construção de sentidos de pertencimento baseados sobre o monopólio de uma Língua, uma Cultura, uma Tradição e uma História – a construção da identidade nacional (grifo do autor) (GOETTERT, 2017, p. 11).

Articulada a esta ideia de identidade nacional, tudo vira nação. Tudo se identifica com o território nacional, a língua, a cultura, as tradições, a economia, a história, a geografia. É um envolvimento de poder e ideologia, os dois combinados sustentam a construção de uma hegemonia do Estado-Nação sobre o território nacional. O estabelecimento da base territorial de cada Estado Nação determina ao mesmo tempo o poder de atuação que de cada Estado-Nação pode exercer sobre um dado território.

Os limites internacionais separam os Estados-Nações e, por sua vez, definem áreas de atuação dos mesmos e de mercados nacionais. Estes limites surgem com a formação dos Estados-Nações, os quais aparecem como a conformação territorial e temporal do modo de produção capitalista, onde as nações se desenvolveram. Enfatiza-se a criação e consolidação de uma cultura nacional homogeneizada e se estabelecem fronteiras políticas e culturais em relação a outras nações, prevalecendo o raciocínio da diferença conflituosa (ALBUQUERQUE, 2005).

No dia a dia do fronteiro, o Estado-Nação é recorrente, pois a tendência de afirmação da identidade nacional é uma constante, reforçando o processo de construção das identidades e ideologias nacionais. Neste sentido, Goettert (2017), coloca:

[...] a existência dos Estados-Nações (e das fronteiras) só é possível porque as tradições, as histórias e as identidades nacionais são inventadas, imaginadas e vividas. E são estas imaginações, invenções e vivências que dão *contorno* e sentido às fronteiras internacionais (grifo do autor) (GOETTERT, 2017, p. 11).

Os limites e as fronteiras vão ao longo da história sendo consolidadas pelas suas identidades nacionais, expressadas através das histórias, tradições e pela sua própria dinâmica. A situação que se estabelece ao longo da história da construção da fronteira Brasil/Bolívia,

das primordiais disputas entre Portugal e Espanha por territórios na América até a demarcação dos limites, mostra como os bolivianos foram se consolidando em terras brasileiras. Eles adentraram, construíram um lugar próprio de sua gente e, entre idas e vindas, esta gente nunca mais deixou de estar na cidade de Corumbá-MS, estabelecendo fronteiras, as quais afloram nas mais variadas situações. No entanto, este deslocamento para o Brasil não os faz separar de suas identidades nacionais, pois a nação vai além dos limites territoriais, é uma construção simbólica que os indivíduos carregam consigo.

A nação se constitui, na modernidade, a base para a legitimidade do Estado, razão pela qual ambos são tão atrelados. O sentido de nação deixa de ser somente relacionado à raça, à língua, à religião ou às fronteiras geográficas. A construção da ideia de nação vai além, trata-se de situações nacionais diversas que culminam em um sentimento de pertencimento. Ao longo da história, diversos autores buscaram o sentido do termo. No século XX, surge a ideia de nação como comunidades imaginadas, passando pela construção de repertórios culturais disseminados por um território nacional como um todo, no qual os indivíduos se imaginam parte de um todo através de uma comunhão idealizada, de um compartilhamento de sentidos e sentimentos com pessoas que se quer conhecem, imaginando ser parte da mesma nação. Neste caso, o que as identificam são os símbolos, mitos, heróis nacionais, ou seja, elementos da identificação nacional (ANDERSON, 2008).

O apego que os povos têm às suas imaginações e que são capazes de tudo por suas invenções, uma nação não é presumida no vazio, com base em nada, ela é imaginada a partir dos símbolos, que se tornam eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados “naturais e essenciais” (grifo do autor) (ANDERSON, 2008).

Nação pode ser definida como uma comunidade política imaginada, intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana:

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Ora a essência de uma Nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum (ANDERSON, 2008, p. 32).

A nação imaginada é limitada, possui fronteiras finitas, embora elásticas, para além das quais existem outras nações. Imagina-se soberana porque surge historicamente, quando estavam se destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina onde os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam com o pluralismo

religioso e a extensão territorial de cada credo. As nações sonham em ser livres e a garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano. É pretendida como uma comunidade porque apesar das desigualdades e da exploração dentro delas, a nação é sempre concebida como uma camaradagem horizontal, onde a fraternidade levou as pessoas, nos últimos dois séculos, a morrer pelas suas comunidades imaginadas e limitadas (ANDERSON, 2008).

O autor ainda destaca que a nação e o nacionalismo não são simplesmente ideologia, mas fenômenos culturais relacionados ao parentesco e à religião. Os heróis nacionais são muitas vezes vistos como “pais fundadores da pátria” e os símbolos nacionais adquirem uma áurea sagrada. Há um ressurgimento das tradições nacionalistas e um culto aos símbolos nacionais na nacionalidade moderna, que passam também pela religiosidade. A nação moderna nasce da convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana e são imaginadas com base em dados fundamentados na língua e na história.

A concatenação dos fatos levou os eventos vividos por diferentes testemunhas e analistas a se transformarem em coisas e com nome próprio, os símbolos. Estes, por sua vez, são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando se fundamentam na língua e na história.

O nacionalismo se constitui como uma poderosa força ideológica de produção de um discurso homogêneo para todos os cidadãos de uma determinada nação. Ele produz sentimento de pertencimento e comunhão acima das desigualdades e diferenças sociais (ALBUQUERQUE, 2005, p. 41).

A partir do momento em que a nação é imaginada, ela é então modelada, adaptada e transformada e é grande o apego que os povos têm às suas imaginações, sendo capazes até de morrer por elas. Aflora-se o sentimento de pertencimento presente nas expressões nacionais, que sobrepõe a ideia de individualidade e apaga as diferenças que existem em qualquer sociedade, em prol da defesa da nacionalidade.

Hall (2006, p. 2) aponta que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem”.

A identidade não se define pelo que o indivíduo é, mas pelo que ele não quer deixar de ser, ela está no seu cerne, mas não é uma essência porque ela é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação (SILVA, 2014).

O “não querer deixar de ser” (grifo nosso) se define no legado que este indivíduo traz consigo nas recordações que unem pessoas:

A nação é um acontecimento moderno cujo nascimento e desenvolvimento não é globalmente idêntico nem simultâneo em todos os lugares. [...] A nação “uma alma, um princípio espiritual” se assentaria em uma dupla plataforma: uma proveniente do passado que proporciona um legado de recordações em comum; e outra do presente que se reafirma o consentimento de um agrupamento de homens para viver juntos e conseqüentemente o desejo de manter a união. [...] esta união renuncia ao individualismo e uma memória em comum vai ser importante para compreender o nacional que a raça, a língua, a religião e a geografia, critérios cuja insuficiência se demonstra através de exemplos e observações históricas. A nação é um feito moderno cujo nascimento e desenvolvimento não é globalmente idêntico nem simultâneo em todos os lugares (MELLADO, 2008, p. 36-39).

O autor reforça a importância das identidades nacionais na união dos indivíduos, destacando as recordações e a memória comum como pontos importantes na compreensão do nacional.

Sayad (1998) afirma que as nações são formas culturais e políticas em movimento, tanto no sentido histórico, como espacial. Apesar de todos os controles dos denominados territórios nacionais, os imigrantes alteram os mapas simbólicos das nações e redefinem as representações nacionais. A aparente fixidez dos limites políticos dos Estados nacionais sempre se choca com a mobilidade das populações. As nações modernas são formadas a partir de vários movimentos migratórios que terminam modificando padrões políticos e culturais e redefinindo as fronteiras nacionais. Os imigrantes são estrangeiros que aparentemente estão como provisórios em uma determinada sociedade receptora, mantém variados elos culturais e sentimentais com suas nações de origem, mas geralmente se tornam permanentes e se integram de diferentes formas a essa nova nação, refazendo, assim, suas identidades.

Já Hall (2006) traz que as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Uma nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz, um sistema de representação cultural. As pessoas participam da ideia da nação representada em sua cultura nacional. As identidades nacionais representam o resultado da reunião da equação nacional, oferecendo tanto a condição de membro do Estado-Nação político, quanto uma identificação com a cultura nacional. Assim, não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça. A cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural da grande família nacional. A nação é o simbólico construído através de sua história, a partir das

delimitações e da identificação de um território, onde os limites garantem não só a unidade da nação bem como a integridade da sua identidade.

O sentimento de nacionalismo é um dos pontos mais característicos de um Estado-Nação. Este sentimento está atrelado a um conjunto de símbolos e convicções vistos como traços representativos de uma identidade nacional. Caracteriza-se como o princípio da unificação e mobilização entre povos, assim, a língua, a religiosidade, os símbolos que representam uma nacionalidade são usados como pontos de aglomeração entre os sujeitos.

Nota-se a presença desta união promovida pelo sentimento nacional entre os bolivianos na cidade de Corumbá-MS, pois, desde o momento que intensificam sua chegada na cidade, verificam-se as formações de grupo, uma necessidade intrínseca de ajuntamento, da moradia próxima uns dos outros no mesmo bairro, mantendo uma proximidade que, aparentemente, os fortalece. A própria feira boliviana que se forma quando chegam na cidade, abordada na próxima Seção deste trabalho, deixa claro que esta aglomeração atua como um fortalecimento das identidades e do encorajamento para enfrentamento do novo, do porvir apresentado em um outro território.

As conformações destes imigrantes nos bairros se deram mediante os seus deslocamentos, sempre em grupos, para estabelecimento de moradia próximo a de conterrâneos já previamente instalados. A prática do incentivo à imigração de parentes e amigos para que trabalhem juntos e vivam perto é uma maneira de fortalecimento das raízes nacionais, fundamentando a identidade desta gente. Hall (2006, p. 51) afirma que: “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. São identificações que estabelecem demarcações rígidas entre “nós” e “eles”, como a língua por exemplo, uma das características nacionais marcantes que reforçam este vínculo com o Estado-Nação.

Característica esta, implantada na formação dos Estados-Nações do continente americano por seus colonizadores, tal como expressa Albuquerque (2010):

No contexto da formação dos Estados Nacionais no continente americano, as línguas das metrópoles colonizadoras se transformaram nos idiomas nacionais de todas as novas nações nos períodos das independências. As várias línguas indígenas e negras foram destruídas, esquecidas ou silenciadas pelas elites dominantes desses países que desejavam consolidar os idiomas europeus, vistos como civilizados (ALBUQUERQUE, 2010, p. 219).

As diferenças culturais, da língua e dos costumes, são identidades nacionais, fundamentos e essências estabelecidas e consolidadas, porém em áreas fronteiriças (espaço de

conflito e integração) são situacionais, pois se redefinem conforme os jogos de interesses e visões de mundo acionadas em cada contexto histórico. Desta forma, verifica-se que as identidades não são estáticas, ou seja, elas se modelam, transformam-se e são construídas dinamicamente nas relações sociais estabelecidas.

Neste sentido, importantes contribuições sobre a questão da identidade vieram de Barth (1998), que trata da questão etnográfica da fronteira para entendimento das dinâmicas de grupo e os interesses envolvidos no processo identitário. O autor advoga que a identidade é construída e transformada através de interação de grupos sociais. Acerca destas contribuições Ferreira, Mariani e Braticevic (2015) argumentam:

[...] o autor substitui uma concepção estática e essencialista de identidade étnica por uma concepção dinâmica e construtivista, onde esta identidade, assim como qualquer outra identidade coletiva, é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que criam limites entre tais grupos, determinando os que estão inseridos ou não. Os atores sociais se manifestam a fim de categorizar o “eu” e o “outro”, atribuindo identidade fundada em fatores objetivos, muitas vezes não correspondentes às características reais. No entanto, na interação interétnica, os padrões valorativos definidores do comportamento diante de outros grupos não são fixos, podendo transformar-se e ressignificar-se em outro dado contexto social. A articulação interétnica ocorre, portanto, através da fronteira, a fronteira étnica, onde são criados os sentimentos de alteridade, a figura do “outro”, e consolidada a identidade do “eu” e do “nós” confrontada ao que é “diferente”. Um importante legado de Barth (1998) é apresentar as fronteiras como lugares de produção de revelação da identidade (FERREIRA, 2015, p. 1140).

No tocante à identidade, Castells (1999), acrescenta:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida. O autoconhecimento, invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta, nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros. Não é difícil concordar que do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se de matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos estes materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p. 23).

Estas contribuições são importantes para que se reflita a realidade que hoje se encontra em Corumbá-MS, uma cidade na qual vivem muitos moradores descendentes de bolivianos, com bairros onde a cultura do boliviano aflora através da língua, dos costumes e da religiosidade, e se percebe a interação destes costumes e da cultura entre estas pessoas que convivem todos os dias. Alguns bolivianos, ou seus descendentes residentes na cidade, declararam que dentro de suas casas o idioma de comunicação é a língua espanhola, nativa da Bolívia – “mas só dentro de casa”, afirmavam. Isto mostra que há um reforço da identidade nacional destes indivíduos, assim como talvez façam este exercício para se lembrar que são diferentes:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relação de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está o poder (SILVA, 2014, p. 81).

É esse poder as marcas que se apresentam na sociedade no ato de incluir/excluir (estes pertencem, aqueles não); de demarcação de fronteiras (nós e eles; nós e outros). A afirmação da identidade significa demarcação de fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A diferença é parte ativa da formação da identidade. O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la (SILVA, 2014).

Albuquerque (2008) enfatiza que as fronteiras nacionais se redefinem por conta das migrações internacionais, pois os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre dois ou mais países, denominados de migrações fronteiriças, geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.

Assim, as fronteiras podem ser consideradas como espaço onde afloram os conflitos, que surgem à medida que a formação de grupos sociais distintos, com pretensões e identidades em comum, buscam esses interesses contra outros, neste cenário, as rivalidades podem ser uma constante. Renoldi (2015) reforça esta questão referente aos conflitos, quando afirma:

[...] a fronteira é muito mais que um conceito. É uma experiência. Uma oportunidade de expansão e ao mesmo tempo um limite, é ideia é matéria. A fronteira encena contrastes. Cria variedades das possibilidades de vida, associação, proteção e também de ameaças e de riscos. A fronteira deixa a vista semelhanças e diferenças e com frequência manifestam-se conflitos (RENOLDI, 2015, p. 187).

As diferenças, por sua vez, são as características que provocam os conflitos nos indivíduos de identidades nacionais distintas, principalmente quando há interesses envolvidos.

Para Giddens e Sutton (2016), o conflito é tão antigo quanto a sociedade humana e, embora hoje nós o consideremos como algo inaceitável e que deva ser evitado, em termos históricos mais abrangentes, conflitos e conquistas influenciaram o universo humano e resultaram na expansão da humanidade pelo globo, tendo sempre como foco os choques de interesses entre grupos sociais. O autor destaca, ainda, que o conflito é uma forma de associação humana em que as pessoas são colocadas em contato entre si, podendo, inclusive, chegar a união. Sob esse horizonte interpretativo, não deve ser encarado como o fim das relações e interações, pois são nestes momentos que as partes se reconhecem umas às outras, mesmo que as relações sejam antagônicas.

Mélo (2004), diz que nacionalidades diferenciadas podem estabelecer um processo de integração sempre tenso e complexo, e que a complexidade aumenta quando se tem um número significativo de cidadãos que são de duas nacionalidades a um só tempo, ao que ele chama: “*doble chapa*” (grifo do autor). Ele afirma, ainda, que em momentos de crise na fronteira é que as representações dos agentes sociais ficam claramente demarcadas e, por meio delas, demonstra-se a existência de tensões que configuram uma situação de desigualdade.

Os momentos de estranhamento podem ser também situações em que o reconhecimento do outro é feito, pois o outro só existe à medida que é percebido, seja impondo sua presença, disputando espaço e até mesmo pela utilização de direitos que acredita serem também seus.

As principais desavenças de hoje em Corumbá-MS, relacionadas aos bolivianos, dão-se, exatamente, no campo das disputas por espaços, e aparecem cotidianamente na sua convivência na cidade brasileira. Os conflitos estão colocados na educação, na saúde, no comércio, em ações do dia a dia e passam, fundamentalmente, pela questão da identidade. A construção identitária do outro está por sua vez marcada pela hierarquização da forma de pensar pautada na formação dos Estados-Nação.



Este espaço fronteiriço onde se fundem estas duas nações, entendido como território de fronteira, apresenta misturas culturais, identidades construídas e negociadas. É um lugar de disputa política e econômica entre os dois países economicamente desiguais e, por sua vez, este desequilíbrio de poder, se reflete nas relações sociais entre os moradores de Corumbá-MS e os fronteiriços bolivianos que se estabelecem nesta cidade.

A presença do Estado Nação é quase impossível de ser apagada da identidade destes indivíduos. O traço nacional emerge nos momentos de tensões e conflitos, aflorando no corumbaense a visão do outro não como humano, mas como boliviano. Esta diferença se reforça pela hierarquia estabelecida na história da formação dos Estados Nacionais do Brasil e da Bolívia, visto que o poder econômico e situação de prestígio que o Brasil ostenta no cenário internacional sustenta o sentimento local de superioridade dos brasileiros perante os bolivianos. Os vizinhos bolivianos, através de muita resignação e resiliência, agarram-se as suas origens nutrindo um elo, uma comunhão que os fortalece, demonstrando que, apesar das fronteiras nacionais serem finitas, elas são elásticas (ANDERSON, 2008).

Assim, este movimento carregado de tensões produz variadas fronteiras, as quais extrapolam os limites territoriais. As várias dimensões desse fluxo migratório dos bolivianos podem ser compreendidas a partir da noção de fronteira em movimento, entendendo esta como frente de expansão, lugar de afirmação das identidades nacionais e, ao mesmo tempo, espaço de hibridismo cultural e de identidades híbridas e ambíguas (ALBUQUERQUE, 2008). Neste campo, distintos e variados conflitos surgem, impondo fronteiras e frustrando, muitas vezes, as conquistas almejadas por eles do lado de cá. Mas apesar das frustrações, eles têm demonstrado, através da história, persistência e resiliência pela busca de uma vida melhor. A geografia desenhada na cidade hoje, pela presença dos bolivianos, só é compreendida através da história. Entender a presença desta gente, desde os primórdios, quando o limite entre os dois países estava a se desenhar, passando pelos fatos ocorridos em Corumbá-MS ao longo de seu desenvolvimento e das relações e laços estabelecidos entre o Brasil e a Bolívia, é o panorama que será abordado na próxima Seção deste trabalho.

Afinal, a história é uma peça fundamental para a compreensão da construção dos limites e das fronteiras que se estabelecem na cidade, bem como dos movimentos peculiares desta gente que provocam alterações cotidianamente na sua geografia.

### **3 A CONSTRUÇÃO DE LIMITES: EM FOCO OS TERRITÓRIOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA**

O recorte apresentado nesta seção foi feito a partir da história deste lugar, objeto de estudo desta pesquisa, e se complementa em seis subitens, que auxiliam na busca do entendimento do movimento realizado, ao longo da história, por esta gente que chegou, se instalou e modificou a Geografia de Corumbá-MS. Procura-se, assim, compreender como é que o presente se formou e como certas situações de fronteira foram constituídas, na divisa entre os territórios do Brasil com a Bolívia.

Para entender a presença dos bolivianos em Corumbá-MS, recorre-se ao entendimento de suas histórias; o porquê de estarem na cidade e como foi a chegada deles. É esta proposta que se apresenta nesta seção, a compreensão de que desde os primórdios quando os limites territoriais foram se desenhando, até os dias atuais; passaram por alguns momentos que vão ao longo dos tempos construindo esta fronteira.

Desta forma, recorrer a história se fez necessário para que a geografia que se vê hoje, na cidade de Corumbá-MS, seja compreendida. Apenas levantar dados e discuti-los talvez desse algumas explicações sobre o que se vê, mas não seriam suficientes para compreender como as relações e os laços entre os dois países limítrofes (Brasil e Bolívia) foram se estabelecendo e constituindo a situação de fronteira atual.

Buscou-se em estudiosos que pesquisaram fatos, desde os primórdios deste lugar, para então compreender as relações entre estes povos e as situações estabelecidas na fronteira Brasil - Bolívia. Para tanto, procura-se fazer uma investigação dos fatos (Tratados, acordos e outras estratégias), ocorridos neste lugar, e como suas fronteiras foram se constituindo desde outrora.

Mato Grosso surgiu na primeira metade do século XVIII com a extração do ouro e diamantes e, apesar de sua decadência econômica na primeira metade do século XIX, com o decréscimo de exportações, sustentou-se com outra base, a das guarnições militares em Cuiabá e ao longo de suas extensas fronteiras (MAMIGONIAN, 1996).

O Estado brasileiro sempre teve uma preocupação com a questão da soberania sobre a província de Mato Grosso, uma vez que os tratados entre Portugal e Espanha se mostravam frágeis e inconsistentes (Tratado de Tordesilhas, Tratado de Madri, 1750 e de Santo Ildefonso em 1777), assim, os limites sul americanos não se estabeleciam, trazendo à tona as lutas fronteiriças, retomadas pelos países à medida que conquistavam sua independência. As primeiras povoações fixadas por Portugal em Mato Grosso foram estabelecimentos militares de guarnições de fronteiras, como Forte Coimbra e o povoado de Corumbá, pois temia-se a absorção do território de Mato Grosso por algum vizinho poderoso (QUEIROZ, 2004).

Fundado em 1778, o povoado de Corumbá tem localização militar estratégica (às margens do Rio Paraguai, principal rio da Bacia do Prata) e surge com objetivo de assegurar parte dos domínios portugueses na capitania de Mato Grosso. Este povoado foi estabelecido neste lugar para defender a região dos ataques espanhóis, pois os problemas de disputas por territórios eram recorrentes na época e além de fazer o papel de ponto avançado para fornecer suprimentos aos viajantes da região, teve um número reduzido de pessoas até meados do século XIX (QUEIROZ, 2004; SENA, 2012).

Em Queiroz (1997), viu-se que o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, feito em 06 de abril de 1856, muda a situação de Corumbá. A abertura da navegação internacional nos rios da bacia Platina<sup>9</sup>, mormente do rio Paraguai, após o término da Guerra com o Paraguai (1864-1870)<sup>10</sup>, constitui um marco importante no crescimento econômico de Mato Grosso, dando início ao processo de integração com o mercado nacional e internacional, durante a segunda metade do século XIX. A navegação foi possível por conta de acordos diplomáticos e guerras entre os países que formam a Bacia do Prata (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil), e não só permitiu

---

<sup>9</sup>Queiroz (2004, p. 113) afirma que a intervenção feita no Prata tem início em 1852 na guerra contra Rosas, que pretendia compor um antigo reinado sob a autoridade de Buenos Aires, a Argentina, Uruguai e Paraguai. Esta intervenção culminou na Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

<sup>10</sup>E em Queiroz (2004, p. 114) encontra-se a informação que ao final desta guerra até o término do império o Brasil tinha desavenças com a Argentina, perdurava um clima de desconfianças e desentendimentos entre os dois países. No sentido de proteger o extremo sul de Mato Grosso e a busca de um acesso mais rápido ao litoral brasileiro pela bacia do Prata, o império brasileiro entra em confronto com o Paraguai. Da guerra com o Paraguai de 1864 a 1870 o império brasileiro conquista o livre acesso fluvial a Mato Grosso e consolida sua soberania sobre o extremo sul da província. Embora persistisse o temor em relação a soberania da Argentina, pois este país dominava o estuário da Bacia do Prata.

escoamento mais rápido e mais barato dos produtos tradicionais (couros e peles), como também tornou possível o acesso a produtos anteriormente inexistentes, como a extração da erva-mate e a preparação do charque. Além disto, o rio Paraguai passou a ser via de comunicação obrigatória de Mato Grosso com a capital do Império, Rio de Janeiro, pela qual transitavam mercadorias estrangeiras e nacionais importadas.

E sobre a navegação no Rio Paraguai, Queiroz (1997) afirma que:

a abertura das vias platinas vinha, de fato, liberar a circulação de mercadorias da dependência dos penosos e demorados caminhos interiores de ligação com o litoral Atlântico, feitos anteriormente por terra e cortavam Goiás e Minas Gerais” (QUEIROZ, 1997, p. 40).

Corumbá era o porto limite para navios estrangeiros de grande calado, o que a tornou um lugar promissor, reconhecido na época como o empório do comércio da província pelas autoridades. Este crescimento econômico ocasiona conseqüentemente um aumento no número de habitantes, colocando Corumbá como um dos lugares da Província que mais crescia em economia e população (SENA, 2012). Em 1863, o povoado de Corumbá já apresentava número maior de habitantes que em relação às décadas anteriores. Diferentes povos formavam este lugar, como os negros, mestiços, indígenas e brancos, além da presença de imigrantes europeus, do Oriente e da América Latina e da Bolívia. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em maio de 1863, já registrava a presença do boliviano em Corumbá, embora bem discreta em relação aos demais estrangeiros (SENA, 2012).

Os crescimentos, tanto populacionais quanto econômicos, sofreram impactos negativos por conta do confronto com a República do Paraguai, no período de 1864 a 1870. Após o término deste conflito, a região voltou a crescer e receber pessoas de diferentes lugares da província de Mato Grosso, do Brasil e de outros países. Os incentivos, através da isenção de impostos fiscais a produtos importados e exportados por dois anos, impulsionaram a então Vila de Santa Cruz de Corumbá, que recuperou sua economia e crescimento urbano, não tardando reassumir a posição de principal entreposto da província. Segundo recenseamento do Brasil em 1872<sup>11</sup> totalizou 3.086 habitantes, sendo 2.439 brasileiros e 647 estrangeiros. Não se especifica neste recenseamento o número de bolivianos que se encontram na então Vila, nesta época.

Em Diniz (2014) encontra-se uma análise sobre a população estrangeira no Brasil, com dados fornecidos pelo IBGE no período de 1884 a 1939, dizendo que a presença do

---

<sup>11</sup>Dados extraídos do Recenseamento do Brasil em 1872, Mato Grosso. Fornecidos eletronicamente pelo IBGE.

boliviano não era contabilizada no quadro de Movimento geral da imigração segundo a nacionalidade, afirmando que:

A tabela computou portugueses, italianos, espanhóis, outras comunidades europeias de menor expressão, argentinos, turcos, sírios, japoneses, mas não enumerou os bolivianos, ou outros povos vizinhos, como os paraguaios, pois a referida publicação baseou-se nos dados da entrada de imigrantes obtidos no porto de Santos (DINIZ, 2014, p. 12).

O autor coloca, ainda, que a ausência de tais dados impede a compreensão do processo migratório dos bolivianos em Corumbá naquela época. E como vimos em Sena (2012), esta presença está registrada somente nos relatórios enviados à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, que eram feitos *in loco*.

Entre 1870 a 1880, há uma entrada grande de paraguaios na então Vila de Santa Cruz de Corumbá, maioria oriundos da Guerra do Paraguai que acompanhavam os soldados brasileiros. Estes estrangeiros recém chegados constituíram um contingente de mão de obra barata, na maioria dos casos direcionada a trabalhos forçados, e acabavam realizando diferentes atividades na região, tanto urbanas (afazeres eventuais, venda ambulante, transporte de cargas, ofícios mecânicos, costureiras, lavadeiras e até prostitutas) quanto nas propriedades rurais, onde desempenharam com destreza o trabalho do manuseio com os derivados do gado, com a carne e também utilizados, mais ao sul de Mato Grosso, na extração da erva-mate. A imigração paraguaia iniciou-se em 1870 com o término da guerra (SENA, 2012).

Apesar da imigração europeia ter sido cogitada, desejada e incentivada pelos governantes para a província de Mato Grosso, a guerra com o Paraguai foi um obstáculo. Com seu término, mesmo ainda tendo incentivos, a colonização já não tem os mesmos resultados. Os imigrantes europeus estavam voltados para o sul do país. Contudo, foram registradas a entrada de pessoas provenientes da Europa em Corumbá, porém em menor escala, dando lugar a presença de paraguaios, bolivianos e argentinos.

Naquele momento no Brasil, havia a incorporação do discurso eugenista, que com suas teorias racistas de “embranquecimento” da raça, buscava o branqueamento da população, sendo preciso que o europeu estivesse entre os brasileiros para que a população branqueasse. Como consequência direta deste discurso, incorporado nas elites brasileiras, ocorreu a depreciação da figura de uma parcela da população brasileira e dos imigrantes paraguaios e bolivianos, principalmente daqueles que ocupavam as funções menos qualificadas e os trabalhos informais na Vila de Santa Cruz de Corumbá (SENA, 2012).

Neste cenário, em franco desenvolvimento econômico e com as mudanças nas comunicações e no comércio mato-grossense com o exterior, veio a gênese e expansão de Corumbá, legitimada na condição de cidade em 1878. Neste período, o comércio prosperou e colocou a cidade, com seu movimentado porto, no circuito comercial mundial, tornando-a a cidade mais importante da província de Mato Grosso. O vilarejo da fronteira passa então a ser um importante centro comercial (MAMIGONIAN, 1996).

Queiroz também ressalta a mudança pela qual passa Corumbá:

Nas novas condições, a província do oeste passa a receber mercadorias e capitais, provenientes do exterior, em escala antes insuspeitada. O povoado de Corumbá (antes um minúsculo núcleo fronteiriço), em sua nova e importante qualidade de porto terminal da navegação internacional do Rio Paraguai, recebe, em sucessivas levas, considerável número de comerciantes estrangeiros, importadores e exportadores, que ali se estabelecem como mediadores entre o mercado mundial e o regional (QUEIROZ, 1997, p. 40).

O crescimento e a importância do porto alteram toda a dinâmica de circulação de mercadorias no Mato Grosso, levando a um declínio da cidade de Cuiabá, até então importante elo entre esta província e a capital do Brasil. A abertura do Rio Paraguai para navegação, marcou historicamente a ascensão econômica de Corumbá:

Pela sua condição de principal porto fluvial da região, Corumbá erigiu-se, nessa fase, no centro nervoso do comércio Mato-Grossense. As embarcações de médio calado, provenientes de Buenos Aires, Montevideu e Assunção, despejavam mercadorias nos depósitos das casas comerciais corumbaenses, ou suas cargas eram transferidas para embarcações menores, que se dirigiam para o norte da Província, especialmente Cuiabá. Enquanto principal entreposto comercial de Mato Grosso, não é surpreendente que em pouco tempo Corumbá tenha alcançado um grau de desenvolvimento ímpar na região (ALVES, 1985, p. 22).

O final do século XIX trouxe a ascensão do Porto de Corumbá, que alcançou o auge como entreposto de mercadorias e centro de redistribuição para todo o norte da província. (Imagem 1).

Imagem 1 – Movimento do Porto de Corumbá em 1879



Fonte: Acervo particular Tadeu Martinez, 2020.

Do final de século XIX até o início do século XX, a região foi marcada pelo deslocamento da pecuária para o Pantanal, sul da província, e pela instalação de charqueadas por pecuaristas argentinos e uruguaios, que estavam adquirindo terras para pecuária e cultivo da erva-mate, fatos que contribuíram também para ascensão econômica. Os laços territoriais-comerciais de Mato Grosso foram se intensificando, desde financiamentos bancários europeus, implantação de novas produções, como erva-mate para o mercado platino, mercado europeu e norte-americano, além do charque voltado ao mercado nacional. Consta-se que no final do século XIX a pecuária se sobressaiu, tornando-se a principal atividade econômica da região. O Pantanal, devido às suas características e condições naturais, foi ocupado pela pecuária de gado bovino, conformando os novos rumos econômicos e alterando o modo de vida dos seus habitantes, imprimindo ali um caráter essencialmente mercantil à sua economia (MAMIGONIAN, 1996).

A dinâmica econômica brasileira e seus diversos ciclos agroexportadores não tiveram impacto diretos na região de Corumbá: cana de açúcar, café, ouro, e até mesmo a borracha e o algodão no norte do país não modificaram a dinâmica local, que se diferenciava do restante do país (PERES, 2012, p. 50).

A ascensão de Corumbá, como entreposto comercial, foi visível, pois todo o comércio de exportação e importação do Mato Grosso passava por seu porto. Quanto à sua população, mesmo com o incentivo à imigração europeia, ainda era pequeno o número de indivíduos

européus, pois os mesmos se dirigiram para as regiões agroexportadoras da Província, ou seja, a região sul e sudeste do Brasil de hoje. Assim, crescia a presença dos paraguaios, argentinos e bolivianos nesta fronteira, imigrantes que muitas das vezes entravam sem serem computados pelos movimentos imigratórios, facilitados apenas pelo transpor dos limites territoriais, em alguns pontos ainda indefinidos.

O censo de 1920 não apresenta a descrição do número de bolivianos na cidade, incluindo-os no cômputo com habitantes de outros países, pois o destaque era para paraguaios, portugueses, turcos, italianos e espanhóis. Em conjunto com a maioria dos paraguaios, os poucos bolivianos que habitavam esta cidade ocupavam funções menos qualificadas, ligadas a informalidade, a venda ambulante e lidas domésticas. Muitos deles ligados as ocorrências policiais, principalmente por consumo de bebidas alcoólicas. Tais situações potencializavam a depreciação da imagem destes estrangeiros, pois a sociedade taxava os que não trabalhavam numa atividade regular e sistemática de vadios, preguiçosos, desordeiros. Como resultado, eram perseguidos pelas autoridades o que seria até obstáculo para o desenvolvimento da Província de Mato Grosso (SENA, 2012).

Relatos extraídos dos processos do Arquivo do Fórum de Corumbá, do ano de 1879, mostram o quanto as autoridades reforçavam a origem estrangeira dos envolvidos nos processos, chegando ao ponto de mencionarem a sua nacionalidade a frente de seus nomes, reforçando as identidades nacionais presentes na cidade de Corumbá no final do século XIX. Aos estrangeiros, eram atribuídos descréditos nos seus depoimentos (SENA, 2012).

Em um apanhado dos processos crimes que apresenta em seu trabalho, Sena (2012) demonstra como a identidade do cidadão era reforçada no sentido de enaltecer as diferenças:

Nos processos crimes, na grande maioria das vezes, os nomes dos estrangeiros aparecem acompanhados de suas respectivas nacionalidades, por exemplo: “o português José Bento de Almeida”, “a paraguaia Apolonia Palacios”, “Manoel Ignacio (boliviano)” José Thomas de Franda Paraguaio”, “o boliviano Miguel Velarde”...etc. Em algumas passagens era suprimido até mesmo o nome da pessoa, aparecendo apenas sua nacionalidade. Tal situação não era aplicada aos nacionais, já que quando seus nomes eram citados não aparecia menção de que eram brasileiros e nem referência às suas nacionalidades. Essas informações eram apresentadas apenas no ato da identificação deles como réus, testemunhas ou vítimas (SENA, 2012, p. 92).

Estes fatos ocorridos naquela época demonstram os mecanismos de reforço das identidades em ação, através do enaltecimento das diferenças:



[...] a diferença é aquilo que o outro é, [...] a diferença é nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença como a identidade, simplesmente existe... a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, 2014. p. 74-75).

Apesar dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia ainda não estarem totalmente definidos, percebe-se que os bolivianos já enfrentavam ali o comportamento de enaltecimento das diferenças. Mesmo sendo pequena parcela da população, encontravam naquele momento as suas fronteiras. A sua condição de pobreza os colocava à margem da sociedade e eram desacreditados, principalmente pelas autoridades da época. Fato também constatado por escritos nos processos crime, encontrados em Sena (2012, p. 92), quando “alguns trabalhadores bolivianos afirmaram que o indivíduo Olympio Nunes Garcia estava alcoolizado. E o mesmo retrucou dizendo que eles eram bolivianos não sabiam de nada”.

Neste contexto, havia uma preocupação do Brasil com a província de Mato Grosso, principalmente pelo isolamento o qual se encontrava no interior do continente e pela anarquia política reinante nesta província.

### **3.1 Entre as guerras, as estratégias e os Tratados, a consolidação dos limites territoriais do Brasil com a Bolívia**

Desde os primórdios da época das conquistas por territórios, diversos Tratados entre Portugal e Espanha (Tratado de Tordesilhas<sup>12</sup>, Tratados de Madri<sup>13</sup> e de Santo Idelfonso<sup>14</sup>) foram feitos a fim de estabelecer os limites no continente sul americano. Um anulava o outro e os limites não foram, de fato, estabelecidos. Assim, desde o século XIX entram em cena os tratados de limites<sup>15</sup>, entre Brasil e Bolívia, figurando definição dos territórios destes dois

<sup>12</sup> O Tratado de Tordesilhas, assim denominado por ter sido assinado no burgo espanhol homônimo, foi um acordo firmado entre os soberanos de Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, para definir a partilha do chamado Novo Mundo, descoberto por Cristovão Colombo, em 1492, entre as respectivas coroas, por uma raia distante trezentas e setenta léguas a oeste de uma ilha do arquipélago de Cabo Verde. (AMARAL, 2013, p. 20).

<sup>13</sup> A tradição era nomear os Acordos com o nome do lugar sede do ato solene de ratificação. No caso em pauta, o assunto considerado foi «Tratado de Limites entre Portugal e Espanha na América do Sul», com o título de “TRATADO DE LIMITES DAS CONQUISTAS ENTRE D. JOÃO V, REY DE PORTUGAL E D. FERNANDO VI, REI DE ESPANHA [...]”. Este Tratado consagrou-se como «O TRATADO DE MADRID» por ter sido ratificado na capital espanhola, Madrid, no dia 13 de janeiro de 1750 (AMARAL, 2013, p. 38).

<sup>14</sup> Tratado de Santo Ildefonso assinado, em 1º de outubro de 1777. Não foi de todo favorável à Portugal, que teve de ceder à Espanha a Colônia do Sacramento, grande parte do Rio Grande e as possessões da Ásia, porém restabeleceu os princípios básicos acordados em Madri. O tratado de Santo Ildefonso, apesar de ter nascido e existido em período de governança familiar nos dois reinos, não produziu os resultados esperados atinentes a transmutação, para a Espanha, das fronteiras já ratificadas para Portugal, pelo acordo diplomático de 1750. Foi apenas um Pergaminho Diplomático de curta duração e de estrutura jurídica insegura, por ser indeterminada, conforme reza já em seu preâmbulo: «Tratado Preliminar, que servirá de base e fundamento ao Definitivo de Limites, que se há de entender a seu tempo com a individuação, exação e notícias necessárias (AMARAL, 2013, p. 60).

<sup>15</sup> A concordância do Imperador do Brasil e da República da Bolívia de adotarem o conceito básico do *uti possidetis* (por ele as terras ocupadas por nacionais de cada parte teriam a pertença respeitada). Este princípio

países, e estabelecendo uma política de acordos que visam dar o acesso da Bolívia ao Rio Paraguai, através das baías dispostas a margem direita do Rio Paraguai, das quais coube à Bolívia apenas as metades ocidentais das Baías de Cáceres, Mandioré, Gaíva e Uberaba, que eram navegáveis e davam acesso ao Rio Paraguai por canais naturais. A baía de Cáceres era a mais próxima de Corumbá, ligada ao Rio Paraguai pelo canal do Tamengo. Visando se utilizar deste acesso, embora problemático, em 1880 o governo boliviano autoriza a construção de Puerto Suarez às margens desta baía.

Dentre vários acordos<sup>16</sup>, em 1903 o acesso ao Rio Paraguai volta a ser discutido entre Brasil e Bolívia, e se tornou objeto de um novo compromisso, o Tratado de Petrópolis<sup>17</sup> pondo fim a disputa pelo território do Acre entre estes dois países. Em contrapartida, o Brasil cedeu uma estreita faixa sobre as lagoas de Cáceres, Mandioré, Guaíba e também uma área sobre o rio Paraguai entre o Forte Coimbra e a Baía Negra. A Bolívia ainda concentrava em Puerto Suarez seu tímido movimento comercial e em 1910, algumas *trading houses* alemãs estabeleceram escritórios lá, importando produtos que vinham da rota do Prata, passavam por Corumbá e iam a Santa Cruz de La Sierra, mas o Brasil já cogitava a ideia de oferecer à Bolívia acesso ao Atlântico por meio de linhas férreas.

A época, os olhos das elites dirigentes do Brasil se voltavam temerosos para república da Argentina, com rumores inclusive de um estado de guerra entre estas duas nações. Foi neste cenário que surgiu a construção da ferrovia Noroeste. Tendo seu trajeto modificado, e diretamente dirigido para a fronteira com a Bolívia, a mesma assumiu um caráter estratégico, no sentido de prevenir um possível bloqueio pela Argentina da navegação no Rio Paraguai,

---

para definição das fronteiras de seus territórios, ensejou o início da formação da fronteira Brasil-Bolívia com o: “Tratado de Amizade, Limite, Navegação, Comércio e Extradicação Entre o Império do Brasil e a República da Bolívia”, assinado em La Paz em 17 de março de 1867. Conhecido também como “Tratado de Ayacucho” e “Muñoz-Neto” foi ratificado e concluído a extensa fronteira de 3125 km (AMARAL, 2013, p. 86).

<sup>16</sup> O primeiro Instrumento Diplomático firmado entre Brasil e Bolívia, tratando da fronteira, foi o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação assinado na cidade de La Paz de Ayacucho no dia 27 de março de 1867; nele o Brasil fez importantes concessões (Art. 7º. e 9º.) à Bolívia, com respeito a comércio e navegação.

O Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, encerrou a questão de limites do território do Acre entre o Brasil e a Bolívia.

O Tratado de Natal, assinado no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1928, ficou nomeado como o “Tratado de limites e comunicação ferroviária entre o Brasil e Bolívia”. O Brasil e a Bolívia assinaram, em 25 de fevereiro de 1938, no Itamaraty, dois Tratados: um sobre vinculação ferroviária e outro sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano (AMARAL, 2013, p. 133).

<sup>17</sup> Tratado de permuta de território e outras compensações, firmado em Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. O Tratado de Petrópolis, contendo dez artigos, estipulou que o Brasil, para conseguir da Bolívia a desistência do alegado direito sobre a área considerada litigiosa ao norte do paralelo 10º20’ (Território do Acre) avaliada em 148.900 quilômetros quadrados, bem como a cessão de parte de seu território ao sul desta latitude, com área aproximada de 42.108 quilômetros quadrados, totalizando 191.000 quilômetros quadrados, obrigava-se a permutar territórios, em vários trechos da fronteira mato-grossense, e retribuições compensatórias à Bolívia (AMARAL, 2013, p. 109).

bem como fortaleceu as relações com os países vizinhos: Paraguai e Bolívia. A ferrovia assumiu o papel de atrair as atenções da Bolívia e consolidar a interligação, em Corumbá, das redes ferroviárias dos dois países (QUEIRÓZ, 2007).

A construção desta ferrovia, estrategicamente modificada, além de interligar Brasil e Bolívia consolidou entre estes países, através de acordos e relações políticas que se desenharam no sentido de estabelecer um relacionamento fortalecido política e economicamente.

No contexto político do país havia uma preocupação com os riscos de sua territorialização, que na gestão do ministro Rio Branco (1902-1912) se destacou por evitar o domínio do Brasil a qualquer potência industrial.

A política colocada em prática na época ia ao encontro dos interesses das elites conservadoras, que dirigiam o país, pois preservavam as boas relações com os Estados Unidos da América e também tentavam não se afastar da Europa. Com este jogo, procurava preservar a liberdade de ação do país na política sul-americana. Delineia-se com a República dos Conselheiros, instaurada na política de Rio Branco, um projeto nacional que buscava integrar o Brasil à modernidade, mas que também incorporava os símbolos do progresso da época. Era o projeto das elites dominantes, baseado na modernização conservadora que mantinha os padrões de dominação das classes subalternas e salvaguardava o controle sobre o território. Quanto aos países platinos, esta política, que preservava a soberania, a honra e a dignidade, buscava impedir que surgissem hegemonias que pudessem se fortalecer e se constituir em ameaças políticas e conseqüentemente territoriais. Mesmo com o fim do Império e instauração da República, o Brasil mantinha a preocupação de sustentar a hegemonia e constituía-se, assim, um bloco junto com os países mais fortes (Brasil, Argentina e Chile), e os países menores (Uruguai, Paraguai e Bolívia) apareciam como peças de um jogo de poder onde a atração destes se dava mediante diversos tratados (QUEIROZ, 2004).

Porém, o cenário de guerra entre o Brasil e a Argentina perdurava e envolvia o Paraguai e a Bolívia. Quando na década de 30 as relações argentino-brasileiras foram colocadas a prova pela guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935), a Argentina cedeu apoio logístico e voluntário ao Paraguai. O Brasil, por sua vez, de modo mais discreto favoreceu a Bolívia (QUEIRÓZ, 2004). O governo de Vargas (1930-1945) tem uma aproximação estratégica com a Bolívia, visando a aquisição dos recursos energéticos deste país (DINIZ, 2014).

Em 1935 encerram-se os combates através de um protocolo, que teve seu fim em julho de 1938, com um tratado de paz e limites dando vitória ao Paraguai, concedendo-lhe quase

toda a região do Chaco Boreal. Para Queiróz (2004) a guerra do Chaco foi um momento importante para a definição das relações com a Bolívia e o Paraguai, principalmente no tocante ao projeto ferroviário do Noroeste do Brasil. As relações tanto da Bolívia quanto do Paraguai, com o Brasil, também foram marcadas pelas discussões sobre as vias de acesso ao oceano Atlântico, as quais deveriam se materializar em vias fluviais e ferroviárias.

As discussões para a construção da ferrovia que ligaria Corumbá a Santa Cruz de La Sierra já se encontravam bem avançadas quando terminou este conflito, pois em 1924 o congresso boliviano já havia aprovado um plano ferroviário que previa uma ligação ao Rio Paraguai, e em 1925 os dois países, através de um novo acordo<sup>18</sup> a respeito do tema, decidiram que o Brasil empregaria os recursos oriundos do Tratado de Petrópolis (Tratado que tinha como objeto o binômio ferrovia-petróleo) na construção de uma ferrovia ligando Santa Cruz de La Sierra a Mato Grosso. Porém, toda a discussão só seria definitivamente acordada e resolvida quando de fato findasse os combates da Guerra do Chaco.

A discussão travada sobre a construção da ferrovia passou também pelo tema do petróleo, ou seja, o abastecimento do Brasil com petróleo boliviano e, em outubro de 1936, o então ministro da Bolívia, Ostria Gutiérrez, chegou ao Rio de Janeiro para discutir o protocolo que incluía a construção de uma ferrovia. Em novembro de 1936 os entendimentos se consolidaram em dois protocolos que criaram duas comissões, uma para tratar do petróleo e a outra para a construção da malha ferroviária e rodoviária, chamada de Comissão Mista brasileiro-boliviana, que se fundiu em uma só, e em setembro de 1937 definiu a construção de uma estrada de ferro, que prolongando a Noroeste chegaria até Santa Cruz de La Sierra e recomendava também a construção da estrada de ferro Porto Esperança – Corumbá. Os aportes financeiros do Brasil que cobririam os gastos da construção da ferrovia até Santa Cruz seriam reembolsados em dinheiro ou em petróleo pela Bolívia. Resultando destes entendimentos dois novos tratados<sup>19</sup> entre Brasil e Bolívia. E em 1939, no segundo semestre,

---

<sup>18</sup>Em Amaral (2013, p. 111-116) encontra-se explicação dos referidos tratados: “Tratado de Natal de 1928: Tratado de Limites e Comunicação Ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, que surge com novas ideias às configurações do Tratado de Petrópolis. Em 1916, José Carrasco, que assume a representação diplomática da Bolívia, no Rio de Janeiro, adepto das comunicações ferroviárias, conduziu as negociações da Bacia Amazônica para Bacia Platina, convencendo assim o governo brasileiro a transformar o compromisso da ponte do Rio Mamoré (firmado no Tratado de Petrópolis), calculada em um milhão de libras esterlinas, em ajuda econômica para construir uma ferrovia que ligasse o Rio Paraguai a Santa Cruz de La Sierra, para explorar as riquezas e o potencial do oriente boliviano que até então era esquecido. Em 1919 a Companhia de Minas e Comunicação de Mato Grosso comunicava que o governo brasileiro aceitava a proposta de construir a ferrovia que ligaria Corumbá a Santa Cruz de La Sierra. Que se constituiu mais tarde no Tratado de Vinculação Ferroviária e de Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano de 1938”.

<sup>19</sup>Ainda em Amaral (2013, p.124) “Tratado de Vinculação Ferroviária e o Tratado de Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano de 1938. Os dois Presidentes, Vargas e Bush, do Brasil e da Bolívia, e dois negociadores, Pimentel Brandão e Ostria Gutiérrez, acordaram a seguinte negociação: dois grandes tratados, o de Vinculação

começaram as obras da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz, ao mesmo tempo que se iniciaram também a construção do prolongamento de Porto Esperança a Corumbá.

Em 1958 surgiu a ideia de um acordo diplomático com o objetivo de resolver todos os assuntos, entre o Brasil e a Bolívia, pendentes durante todos os acordos anteriormente feitos de modo a apagar ressentimentos e suspeitas, com especial atenção à dinamização da fronteira, resultando no Tratado de Roboré<sup>20</sup>.

### **3.2 A construção da ferrovia Brasil – Bolívia: o ápice do movimento de entrada dos bolivianos em Corumbá-MS**

A região de Corumbá-MS sofre transformações em sua dinâmica econômica na primeira metade do século XX. Além da inserção nas intensas atividades comerciais locais e da extensão da criação de gado no pantanal, a estrada de ferro ligaria esta região a centros mais distantes e dinâmicos, bem como ao país vizinho, a Bolívia. O governo de Vargas, a partir da década de 1930 até meados da década de 1950, proporcionou medidas que favoreciam a ocupação efetiva da fronteira oeste do Brasil. As políticas eram implementadas no momento em que o país precisa ser repensado, pois apesar de experimentar um processo de consolidação política e econômica, ainda enfrentava as consequências da crise de 1929. O Estado se firmou no discurso do nacionalismo, tendência acentuada em diversas ações do governo Vargas, tal qual a proibição do ensino de qualquer outra língua nas escolas<sup>21</sup>, que não a portuguesa, por exemplo. Foi um governo marcado por manifestações patrióticas e de extrema valorização aos bens nacionais.

---

Ferrovária e o de Saída e Aproveitamento do petróleo boliviano, assinado no Itamaraty, em 25 de fevereiro de 1938; ademais da nota reversal n°. NP/11577 (31), pela qual o Governo brasileiro considerou definitivo, e, portanto não susceptível de quaisquer modificações, o estatuto territorial boliviano. Se esses tratados e essa reversal houvessem sido assinadas antes de 1932, a guerra do Chaco não se teria materializado”.

<sup>20</sup> Segundo Amaral (2013), os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, Senhores José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaez, nas convenções que mantiveram em sua Entrevista Especial nas cidades de Corumbá e Roboré, nos dias 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 1958, consideraram diversos assuntos pendentes de solução entre ambos os países e relativos a: (I) Exploração do petróleo boliviano e o fornecimento de hidrocarbonetos ao Brasil, (II) Estrada de Ferro Corumbá -Santa Cruz de La Sierra, (III) limites, (IV) relações econômicas e comerciais e (V) intercâmbio cultural; resolveram subscrever a presente Ata, que consigna os acordos adotados a respeito dos referidos assuntos, acordos estes que deverão ser postos em práticas pelos dois países. [...] Roboré, 28 de janeiro de 1958.

<sup>21</sup> Em Barros (2000) constata-se que um dos grandes investimentos que o Governo de Getúlio Vargas faz no Brasil em seu governo nacionalista, é a construção de escolas, pois acreditava-se que pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil nos caminhos das grandes nações do mundo e que a crença que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicariam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro. A escola foi então a grande disseminadora da ideologia Nacionalista do governo de Vargas, pois em 1932, eram 391 unidades de educação secundária e que até 1947 chegariam a 1344 unidades. A grade curricular da época contemplava com maior número de horas aulas as disciplinas de Geografia e História.

Corumbá, vista como um espaço migratório relevante neste momento, comporta-se como terra de ninguém e de todos, pois o ir e vir provocado pela construção da ferrovia tornava difícil quantificar a presença dos bolivianos na região. Em 1940, o Censo Demográfico apontou que dentre os estrangeiros em Mato Grosso os maiores grupos de migrantes registrados eram os paraguaios e os bolivianos. A entrada de bolivianos no Brasil, mais especificamente nesta região, intensifica-se com o contexto da construção da estrada de ferro.

Com a formação da Comissão Mista, Brasil e Bolívia, para desenho e discussão do projeto da ferrovia, integrada por engenheiros e funcionários de ambos países, deu-se início a este ir e vir, marcando um processo migratório nesta fronteira sem medidas. A comissão tinha como função realizar o desenho do projeto e nos trabalhos de campo definir as direções, vigilância e fiscalização da construção da ferrovia. Sua sede de operações foi instalada em Corumbá, em 09 de setembro de 1939, começando os trabalhos para construção da primeira das quatro sessões planejadas da ferrovia, ligando a fronteira a El Carmem. O oriente boliviano e a fronteira com o Brasil ganhava vida e formava a história do povo boliviano na região, redesenhando a história de Corumbá ao sul de Mato Grosso.

A primeira estação ferroviária construída no oriente boliviano foi a Estação de Quijarro. Desse modo, as relações da Bolívia com o Brasil se intensificaram e a região do oriente boliviano, que antes possuía uma baixa densidade populacional, passou a atrair mão de obra para esta fronteira, em virtude da construção da ferrovia, e fez com que o governo boliviano repensasse a ocupação. A então estação de trem logo daria vida a um dos povoados mais importantes da região fronteira, Puerto Quijarro, fundado em 18 de junho de 1940. Este povoado boliviano se instalou bem próximo a Corumbá. Para Suarez Riglos (2011) a fundação de Puerto Quijarro está associada com o desenvolvimento das obras da ferrovia Corumbá-Santa Cruz.

A construção da ferrovia gerou uma grande mobilização de pessoas na Bolívia. Os trabalhadores contratados para fabricação dos dormentes eram levados de vários povoados chiquitanos para extração da madeira tendo sido somados a muitas outras pessoas que eram levadas para os mais diferentes trabalhos na construção da ferrovia. De certo modo, estas pessoas foram se fixando e formando novas comunidades e, na maioria dos casos, estes povoados nasciam ao redor das estações ferroviárias que foram sendo construídas na região do oriente boliviano.

A passagem da estrada de ferro Santa Cruz de La Sierra - Corumbá pela Chiquitania<sup>22</sup> gerou impactos nas populações indígenas e não indígenas desta região. Silva (2011) coloca que muitos bolivianos se deslocaram em direção à fronteira da Bolívia com o Brasil, pois segundo os relatórios da CMFBB (Comissão Mista Ferroviária Bolívia e Brasil), dos anos de 1940 a 1954, o número de trabalhadores bolivianos era maior que o de brasileiros empregados na construção da ferrovia e dentre estes, tiveram os que ingressaram para o Brasil de forma irregular, na clandestinidade. Os camba<sup>23</sup> ingressaram por conta do trabalho na ferrovia e os indígenas que se deslocaram viram neste trabalho uma das maneiras de não mais se submeterem ao trabalho servil nas estâncias. Já outros, vieram por chamados de parentes que já estavam em Corumbá:

Desde que chegaram, os camba foram se estabelecendo em áreas periféricas de Corumbá, realizando ofícios que exigiam pouca ou nenhuma especialização e voltados, na maioria das vezes, para a informalidade... e todos os indígenas que vieram foram atraídos pelo trabalho que sobrava em Corumbá e que, para obtê-lo, assumiam a nacionalidade brasileira em detrimento da boliviana (SILVA, 2011, p. 161).

Em pesquisa de campo entrevistou-se a Senhora E., 72 anos, que chegou em Corumbá ainda criança e hoje moradora do Bairro Cristo Redentor. Oriunda da cidade de Mairana<sup>24</sup>, no ocidente da Bolívia, veio na companhia de sua irmã, pois não tinha mãe. Sua irmã, a época, veio para trabalhar em casas de famílias, como doméstica, lavando e passando roupas. A Senhora E. relatou que as duas vieram de trem:

Tomamos o trem em Pailon<sup>25</sup>, pois o trem não chegava até Santa Cruz de La Sierra, atravessamos o Rio Grande de barquinho e embarcamos no trem rumo a Corumbá. Eu era criança tinha como uns doze anos, mas minha irmã já tinha quase vinte anos, a nossa mãe já era falecida. Chegamos em Corumbá e fomos morar na feira boliviana, ali alugamos um barracinho e

---

“Em Bolívia, se hacen las siguientes distinciones: Los Collas son los habitantes de la región andina, em oposición a los cambas que son los mestizos del trópico. Campesinos se llama a los quéchuas y aymaras rurales de la región andina” (SILVA, 2012).

<sup>22</sup> A Bolívia encontra-se dividida em duas grandes regiões: a região andina ou altiplano e a região de “terras baixas”. As “terras baixas” cobrem toda a parte norte e leste da Bolívia e dividem-se em quatro regiões: Yungas, Amazônia, Chaco e Chiquitania. A Chiquitania, no noroeste do país é a região da Bolívia que compreende as cinco províncias dos Territórios indígenas Chiquitano, são elas: German Bush, Angel Sandoval, Chiquitos, Ñuflo de Chavez e Velasco. Os indígenas Chiquitano genericamente são identificados e identificam-se como Camba (SILVA, 2012).

<sup>23</sup> Os indígenas Chiquitano são identificados e identificam-se como Camba (SILVA, 2012).

<sup>24</sup> Mairana é uma pequena cidade da Bolívia, próximo a Santa Cruz de La Sierra, fica na estrada sentido a Cochabamba na região dos Altiplanos, atualmente é produtora de frutas cítricas e vários tipos de batatas e conhecida na região pelas suas feiras e seu promissor comércio (conhecimento *in loco*).

<sup>25</sup> Região próxima a Santa Cruz de La Sierra, um povoado pequeno que fica na estrada sentido a Puerto Suarez, fronteira Brasil-Bolívia (conhecimento *in loco*).

eu acompanhava minha irmã no serviço dela, que lavava e passava roupas em várias casas e trabalhava mais dias na casa do dono do armazém que tinha na cidade na época (informação verbal)<sup>26</sup>.

Acrescentou ainda que:

Quando chegamos, moramos as duas na feira Boliviana, próxima a Estação do trem, ali minha irmã alugou um barraquinho, que eram de madeira, onde éramos todos moradores e chamavam de feira porque eram bastante barraquinhas mas eram todos moradores, os que trabalhavam fora saíam e chegavam ali, porque ali eram suas casas; muita gente tinha pensão, outros vendiam comida (Entrevista com senhora E. realizada em setembro de 2019).

Ao continuar, ela afirmou se lembrar de que quando chegou já havia muitos bolivianos em Corumbá-MS. Este fato se dá no final da década de 50 e a feira já estava consolidada, sendo um ponto de apoio e moradia aos bolivianos que chegavam. A Senhora E. informou ter vivido e morado nesta feira até seus 23 anos de idade, quando engravidou vindo a ser mãe solteira. Nesse período, já havia rumores de que a prefeitura tiraria a feira daquele local. Por essa razão, foi morar com sua irmã, no Bairro Cristo Redentor, no qual já moravam muitos bolivianos e haviam terrenos que eram vendidos a boas ofertas.

### **3.3 A feira Boliviana: Ponto de apoio e acolhida na chegada dos bolivianos a Corumbá-MS**

A feira boliviana, segundo Diniz (2014), a primeira da região, começa a ser formada no final da década de 1940. Era um espaço no qual aglomeravam-se os bolivianos recém chegados a Corumbá, atraídos pelo início das obras da ferrovia Brasil-Bolívia. Situada na rua Frey Mariano, entre as ruas Joaquim Murtinho e Porto Carrero, ficava próxima a Estação Ferroviária de Corumbá, (Figura 3), e concentrava a maior parte dos imigrantes bolivianos da época, ali construíam seus casebres em terrenos alugados ou simplesmente ocupados, faziam um comércio na frente e moravam neste local. Vinham procurando novas oportunidades de empregos e negócios, tanto homens quanto mulheres. As edificações eram construídas de maneira improvisada em terrenos de terceiros, alugados ou simplesmente ocupados. O aspecto local era de favelização, que associado a falta de saneamento e sujeira, geravam uma imagem bem desagradável aos olhos dos demais habitantes de Corumbá, assim como dos visitantes

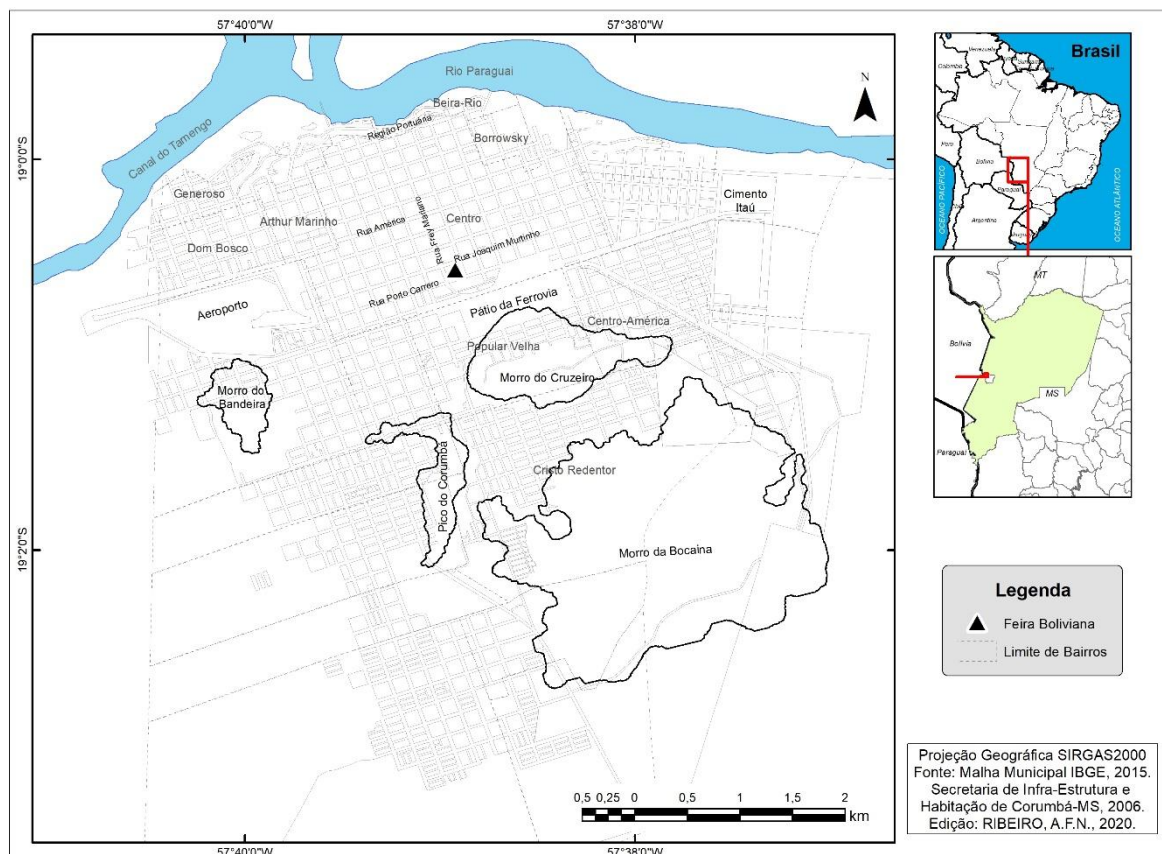
---

<sup>26</sup> Entrevista concedida pela Senhora E. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



que chegavam a cidade através da ferrovia, uma vez que a mesma era o principal elo deste lugar com o resto do mundo. Esta situação gerava um incômodo nos dirigentes locais que tinham a preocupação com a imagem da cidade.

Figura 3 – Localização da Feira Boliviana – 1963



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

A condição de pobreza local, os aspectos de sujeira, falta de higiene, aglomeração de pessoas e prostituição, fazia desta feira um lugar mal visto pelos demais moradores da cidade.

Esta condição transtornava o Município e na década de 1960 este local passou a ser tratado de maneira política na cidade sendo tema de debates na Câmara Municipal e na imprensa local, como podemos ver neste artigo da Folha da Tarde de Corumbá-MT:

O Vereador Geraldino Martins de Barros após colher informações junto ao Senhor Médico Chefe do 8 Distrito Sanitário de Corumbá tomou ciência de que existem na chamada Feira Boliviana, 201 barracos, onde residem 201 famílias com 645 habitantes que fazem uso somente de 29 privadas, existindo ainda 29 focos de mosquitos. O Vereador acima requereu em regime de urgência, o que foi aprovado, por unanimidade, seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando informações a respeito de vários itens constantes no ofício do Sr. Médico do Distrito Sanitário, propondo ainda que sejam convidados os proprietários de terrenos daquele bairro, a fim de tomarem providências para o caso (DINIZ, 2014, p. 341).

Para a elite corumbaense, os produtores rurais e os comerciantes da feira eram associados a disseminação de doenças, lugar feio e de degradação dos seus moradores. Davam ao local um significado de não trabalho, vadiagem e prostituição caracterizando sempre como um espaço que precisava ser extinto. Este posicionamento seguramente foi responsável pela pressão que o poder público Municipal recebeu para extinguir a feira, contando com apoio de vereadores da época e imprensa local.

A entrevista concedida pelo Senhor R.S., 86 anos, vereador corumbaense e líder do prefeito na década de 1960, relata fatos que corroboram com os lidos sobre esta Feira:

No local era uma prática de comércio sem fixação, era uma exploração comercial desordenada não havia nada de normatização, fixação nada. Toda aquela região da cidade era considerada de explanada da NOB (Ferrovia Noroeste do Brasil), ficava muito próximo a estrada de ferro e automaticamente concentrou pessoas que faziam comércio. Esta explanada era concentração de bolivianos, tinham muitos bolivianos ali, muitos...muitos ... era grande o movimento deles, não havia nada fixado para a exploração, mas eles exerciam atividades comerciais da forma deles, traziam suas mercadorias, o trem chegava até aqui com os bolivianos a maioria eram famílias carentes e vinham exercer o comércio de mercadorias que traziam, eram mais verduras e comidas que vendiam, não tinham roupas, brinquedos, nada, eram comidas. Havia um certo comprometimento com a higiene. Chegavam e construíam seus barracos que crescia dia após dia. Não tinham uma grande expressão econômica, até porque a economia do município, na época, estava no Porto Geral, que através da navegação fomentava a economia da cidade, o Porto era a concentração econômica. Os imóveis naquela região eram desvalorizados por causa desta feira. Mas a manifestação contrária àquela feira pela população de Corumbá e pelos

políticos estava cada dia mais apertando o prefeito no sentido de tomar providências (informação verbal)<sup>27</sup>.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a Feira abrigou os bolivianos que chegavam a Corumbá-MS. A grande maioria trabalhava e morava neste local. Como desbravadores de novas oportunidades de emprego e vida, chegavam diariamente e engrossavam as filas da favelização e comércio informal na cidade.

Em entrevista com a Senhora M.D.S., na época da entrevista com 63 anos, foi possível obter a informação de que a mesma passou sua infância no local, moradora antiga da região, filha de comerciante de secos e molhados da Rua Frey Mariano, esquina com Joaquim Murtinho, no coração da chamada feira boliviana, ela diz sobre a feira o seguinte:

Eu me lembro que eram muitas casinhas envolta da minha casa, ia até em frente à estação, era tudo barraquinho um atrás do outro, era um quarto emendado no outro, você saía da casa de um já entrava na casa de outro, dos dois lados da rua, eram barracos e barracos, todos os bolivianos que vinham ficavam por ali. Nossa como tinha!!! Eles eram muitos, o local foi ficando com um aspecto ruim por conta da sujeira que eles faziam, eles não tomavam banho, e a água era escassa e o pouco que tinha era dividida entre eles, pois me lembro que tinha uma caixa d'água que eles compartilhavam a água de lá. A água que eles lavavam as vasilhas e roupas, água servida, corria a céu aberto e isto dava um aspecto de sujeira no local. Mas eles eram pessoas boas, não tinham roubos nem ladroagem feitas por eles, não existia bandidagem. Do lado da minha casa se formou um prostíbulo da Maria Mulata, nós éramos criança e íamos lá espiar os homens e mulheres dançarem. Os bolivianos vendiam de tudo um pouco, mais eram verduras que eles traziam da Bolívia. Me lembro que eram quartinhos que eles viviam e às vezes em cada quartinho moravam até dez pessoas, porque eles iam trazendo a família e os amigos. Era muita gente que tinha no local desta feira (Informação verbal)<sup>28</sup>.

Os depoimentos de brasileiros e bolivianos, que vivenciaram a realidade desta feira na época, auxiliam no traçado da realidade local, são relatos de histórias de vida. Através da história oral destes entrevistados, identifica-se que a feira era um local de aglomeração, com muitos bolivianos que viviam com a escassez de água e em condições sanitárias e de higiene precárias. Nos relatos das entrevistas é esclarecido que no local também ocorria a prática de prostituição. Durante vários anos, esta população foi invisível aos olhos do poder público municipal, não recebendo qualquer tipo de assistência ou atendimento dos serviços públicos essenciais, era um descaso total, pois se tratava de uma ocupação de terrenos particulares por

<sup>27</sup> Entrevista concedida pela Senhor R.S. [agosto 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>28</sup> Entrevista concedida pela Senhora M.D.S. [fevereiro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

moradores estrangeiros. Estes sujeitos passaram a ser observados somente quando incomodaram a elite local, diante suas condições de sobrevivência e ameaça de expansão em direção às ruas de moradias nobres da cidade.

### **3.3.1 A feira Boliviana: motivo de discórdia e conflitos na cidade**

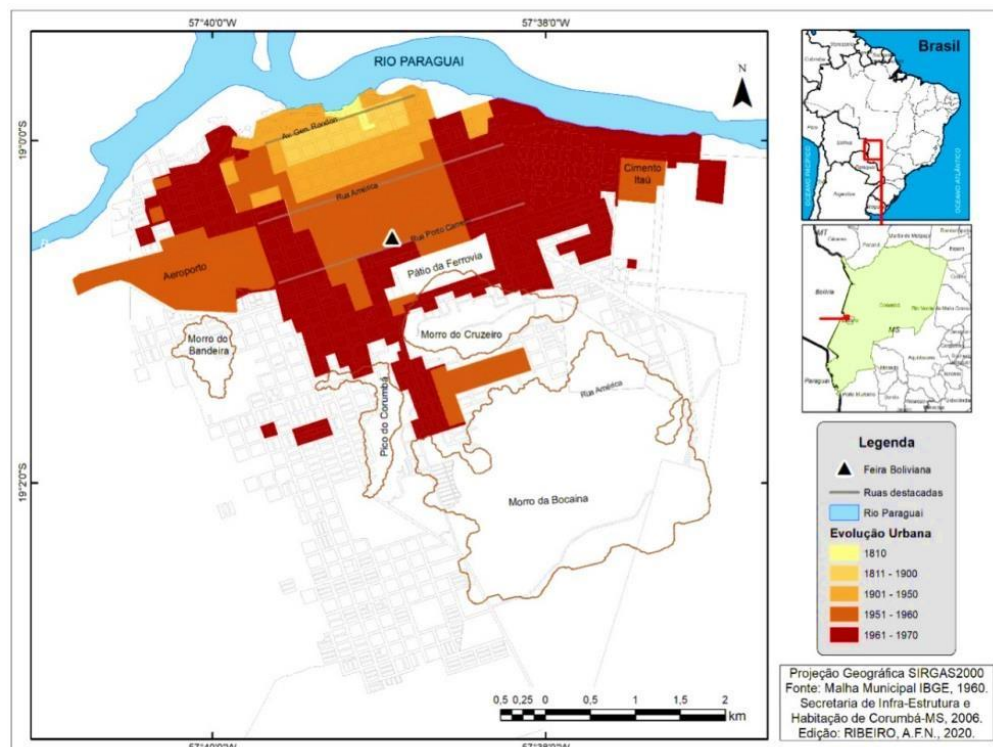
Na década de 1960 o poder público Municipal é pressionado a tomar providências quanto ao local, que já abrigava mais de 600 pessoas em condições precárias de higiene e sanitárias, como está demonstrado em citação anterior, nesta seção. Este fato foi constatado em documento, do então Vereador Geraldino Martins de Barros, que ao mesmo tempo que lembra que são pessoas pobres que ali vivem, pede providências para que as remova da área próxima do centro da cidade, pois como representante das elites locais, por mais que este vereador reconhecesse as condições de pobreza daqueles moradores, não poderia contrariar os interesses da classe dominante da época, conforme consta em jornais do período:

[...] Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aquela imundície continua resistindo a tudo, talvez devido aos seus poderosos proprietários que cobram absurdos de aluguéis da pobre gente que ali vive. É necessário que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal faça cumprir o Código de obras pelos proprietários daqueles terrenos (DINIZ, 2014, p. 341).

Continuadamente, através da imprensa, a elite local passou a cobrar providências do poder público municipal, retratando os temores desta classe pantaneira a época, pois receavam que este aglomerado de bolivianos se estendesse em direção ao centro da cidade, mais especificamente até a Rua América, onde havia concentração de casarões dos então pecuaristas. Provavelmente, a pobreza e os costumes peculiares deste povo incomodavam e amedrontavam os habitantes da nobreza da cidade, possivelmente viam o local desta feira e seus moradores como depreciativos para a cidade e temiam sua expansão presumindo aproximação com estes estrangeiros.

A Figura 4 mostra quão próximo era a feira da Rua América, local de residência da elite pecuarista da cidade, bem como da Avenida General Rondon, ambos locais de destaque dos casarões das famílias abastadas que detinham o poder econômico na cidade a época.

Figura 4 – Localização da feira boliviana em relação ao centro da cidade e às ruas principais da cidade na década de 60, do século XX



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

A Figura 4 também traz o mapa da evolução urbana da cidade, até a década de 1970, do século XX. As cores variam em tonalidades, das mais claras às mais escuras e, conforme as Leis Municipais e o crescimento da cidade ao longo dos anos organizam a sua expansão, verifica-se o porquê do temor das elites da época em relação ao avanço da feira boliviana. Esta surgiu num determinado momento em que se encontrava fora dos limites da malha urbana, mas no decorrer dos anos passou a integrá-la, tornando-se muito próxima e envolvida com o cotidiano da cidade.

Em resposta às pressões da sociedade local, a Câmara Municipal convoca, em maio de 1963, o então Secretário de Obras Públicas Sr. José Sebastião Candia, e assim volta a debater o problema da Feira Boliviana. Quando questionado sobre este local, o Secretário justificou-se dizendo que aquele amontoado de casebres e barracões continuava ali porque os proprietários de terrenos, homens de recursos financeiros, faziam negócio com os aluguéis das áreas não beneficiadas e nem muradas e se negavam a cumprir o Código de Postura do Município. Mediante esta colocação, questionaram o porquê de a Prefeitura não obrigar estes proprietários a cumprir as leis vigentes e terminam dizendo que já é tempo de acabar com esta situação (DINIZ, 2014, p. 345).

Percebe-se que o imigrante boliviano, ao mesmo tempo que se constituía em um problema para a cidade, servia à exploração e especulação imobiliária por parte de

proprietários de terrenos na área urbana. Apesar de todos os transtornos e condições péssimas que a Feira Boliviana impunha para a cidade, havia uma parcela da população que ganhava com os aluguéis praticados ali e talvez esta tenha sido a causa, durante muitos anos, desta situação ter perdurado naquele local.

Em 1963, na administração do Prefeito Edmir Moreira Rodrigues se extingue a Feira Boliviana, e a Senhora M.D.S., na sua entrevista, relata o que presenciou na época:

Não me lembro bem como foi a retirada dos bolivianos de lá, mas me recordo que derrubaram tudo, igual fazem com essas favelas, eles tiraram os bolivianos e deixaram tudo limpo, derrubaram todos os barraquinhos, eu não me lembro quem foi, mas derrubaram tudo. Durante muitos anos aqueles terrenos ficaram limpos. Ficaram alguns bolivianos morando por ali, mas bem poucos, a maioria, eles sumiram, não sei exatamente para onde eles foram...Aquilo ficou abandonado por muitos anos, aí foram aparecendo a construção de uma exportadora, um hotel, o prostíbulo da Maria Mulata continuou lá(informação verbal)<sup>29</sup>.

Tanto Silva (2011) como Baeninger (2012) afirmam que o então Prefeito Municipal de Corumbá, na década de 1960 fechou a feira boliviana. Contudo, na pesquisa documental realizada nos arquivos da prefeitura Municipal de Corumbá-MS e na Câmara Municipal de Corumbá-MS, deste período, não apontaram documentos (Decretos ou Leis) mencionando a existência desta feira ou sua retirada do local. Fato confirmado em entrevista, pelo ex-vereador da época, Senhor R.S., que nega a ação da prefeitura em expulsar os bolivianos da feira.

Acredita-se então, que a extinção da Feira, por conta da pressão da Câmara Municipal e da sociedade local da época, deva ter ocorrido por exigências do poder público aos proprietários dos terrenos locados. Eles foram impelidos a tomarem providências quanto ao local e agiram para a remoção dos bolivianos daquele lugar.

Concomitante ao período de extinção da Feira Boliviana, a prefeitura empreendeu o lançamento do Mercado Municipal, o qual unificava e dava vazão aos produtos boliviano, além de concentrar todo comércio de hortifrutigranjeiros na cidade. Inúmeros bolivianos foram trabalhar no Mercado Municipal. O Senhor R.S. relata que no Mercado Municipal ocorria uma integração entre os produtores das hortas de Corumbá e os bolivianos que traziam frutas e verduras da Bolívia.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida pela Senhora M.D.S. [fevereiro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

No entanto, os relatos apresentados por Silva (2011) deixam claras as intenções da Prefeitura no sentido de acabar com a aglomeração dos bolivianos na região das Ruas Frey Mariano e Joaquim Murtinho. A entrevista com a Senhora. E, ela diz que, junto com sua irmã, saiu da feira boliviana porque a prefeitura havia prometido tirar todos de lá.

Documentos da Câmara Municipal e Prefeitura Municipal da época apontam constante preocupação nas discussões políticas, com o processo de favelização na cidade e o ordenamento urbano nos anos de 1962 e 1963, com sucessivas alterações nas Leis de Zoneamento Urbano da cidade neste período. A Lei 396 de dezembro de 1962, que dispunha sobre o Código de obras e Postura do Município de Corumbá, mostrava uma preocupação acentuada com o tipo de construção nas áreas residenciais. Já na Lei 408 de janeiro de 1963, dispondo sobre o zoneamento da cidade, verificou-se que a região onde estava implantada a feira boliviana, imediações da ferrovia, figurava como zona residencial média e o Código de obras, citado anteriormente, determinava o tipo de construção desta área, que não condizia com as descrições deste local, detalhado nas entrevistas realizadas. A mesma Lei, que determina a zona urbana do Município, apontava os trilhos da Noroeste do Brasil como os limites da então reconhecida área urbana.

Em maio de 1963, por decreto n. 84, mais uma vez, alteram-se os limites do perímetro urbano da cidade de Corumbá-MS e amplia-se os limites da área urbana da cidade. Estas alterações feitas no Código de Obras foi peça fundamental para que os vereadores cobrassem, do Secretário de Obras, o cumprimento por parte dos proprietários dos terrenos no local da Feira Boliviana, onde estavam instalados os bolivianos. Mais uma vez o poder público municipal se via pressionado a tomada de providências em relação ao aglomerado de bolivianos naquele local.

Mas mesmo com a extinção da Feira Boliviana, o local teve por anos circulação intensa de viajantes que chegavam na cidade e por ali se hospedavam, frequentavam os bares e prostíbulos que resistiram naquele lugar. Tais fatos fizeram esta região da cidade, durante anos, ser vista com preconceitos e desvalorização por uma parcela da população corumbaense.

Por muito tempo a região da antiga *Feira Boliviana* abrigou uma quantidade ainda não mensurada de bares/casas de prostituição que se beneficiavam do intenso trânsito de viajantes e trabalhadores locais que passavam por ali não apenas em busca da companhia feminina, mas também para fazer refeições, jogar e consumir bebidas alcoólicas em grupos de amigos. De fato, o local era ponto de encontro de trabalhadores braçais envolvidos com carga e descarga na ferrovia, carroceiros que realizavam pequenos fretes,

vendedores ambulantes diversos, entre eles muitas crianças e adolescentes (DINIZ, 2014, p. 348).

Corrobora-se este panorama com a fala da Senhora M.D.S que em sua entrevista relata o vazio que ficou aquele local sem os casebres dos bolivianos, e confirma a fama de prostíbulo do local:

mas o bar da Maria Mulata permaneceu lá ao lado da loja de meu pai; eu era criança e subia na sacaria para espiar dentro do bar e ai descobriram e me davam guaraná para descer e não espiar mais..... Mas todos os dias eu estava lá, espiando para ganhar guaraná (Entrevista concedida pela Sra. M. D. S. no dia 04 de fevereiro de 2020).

A Senhora M.D.S relata também que se formou um enorme ponto de carroceiros naquele local, que atendia toda a cidade com o transporte em charretes, e a ocorrência de dois assassinatos, fatos que também contribuíram para a depreciação da localidade. Até meados de 1980, ainda existia o ponto de charretes e carroças nas proximidades da estação do trem, mas o fluxo daqueles que circulavam por aquele local era o de viajantes que chegavam e saíam de trem em Corumbá, tanto rumo à Bolívia quanto ao Brasil.

Mesmo com a saída dos bolivianos do local e finda a Feira Boliviana, o lugar estereotipado e carregado de preconceitos permanecia perante a cidade.

### **3.4 Apesar dos limites o boliviano ocupa a cidade de Corumbá-MS**

A localização e a falta de condições sanitárias existentes na Feira Boliviana foram os principais motivos dos conflitos ocasionados na cidade e da pressão política sobre o poder público municipal para que providenciasse a remoção dos moradores daquele local. A posição de proximidade do centro da cidade, entre as Ruas Porto Carrero e Avenida General Rondon bem como das casas dos grandes comerciantes e pecuaristas da época, localizadas na Rua América (Figura 4), motivou a pressão para que atitudes em relação aos mais de seiscentos bolivianos que ali se instalavam fossem tomadas.

Não se sabe ao certo o que aconteceu e como aconteceu, pois não existem documentos que oficializem esta ação, tão pouco se obteve entrevista de algum residente da época que fornecesse precisa informação sobre a retirada destes imigrantes de lá. Sabe-se, apenas, que o poder público tinha interesse nestas ações, pois sofria pressões da Câmara Municipal, da imprensa e da sociedade local. Por meio de relatos, é sabido que os casebres, no ano de 1963,



foram todos demolidos de uma vez, uma verdadeira “limpeza” no local, uma ação de grande porte, com tratores que tudo demoliam, levando ao entendimento de que foi uma ação coordenada para retirada destes moradores daquela localização.

A maioria desta população, advinda da Feira Boliviana, se espalhou pela cidade de Corumbá-MS, mas constatou-se em pesquisas, tanto bibliográfica quanto em entrevistas, que grande parte deles instalaram-se no Bairro Cristo Redentor, ocupando, inicialmente, uma área de lixão com possível anuência de algum integrante da administração pública municipal, não se sabe. Entraram nesta área, localizada no meio do lixo, e foram desbravando, de modo que construíram um *pueblito*<sup>30</sup>, refazendo e recompondo o que haviam perdido e deixado para trás. A existência de um *pueblito* talvez tenha ocorrido como resgate e reafirmação, neste momento de adversidade, evidenciando o quanto foram fortes, devido a esta forma de construção reforçar as suas origens no meio do nada, no meio do lixo, sendo possível se reerguerem num traçado de ruas abertas que expressavam sua identidade.

Aqui pretende-se fazer um relato da situação da ocupação dos bairros de Corumbá-MS pelos bolivianos, revelando a dinâmica deste processo na cidade, onde produzem territórios que visivelmente se apresentam, que crescem e se espalham a cada dia. Durante o trabalho de campo, foram feitas questões que possivelmente auxiliarão no entendimento da dinâmica desta apropriação dos locais da cidade, que os vizinhos bolivianos têm feito do lado de cá, onde ele é o outro, o estrangeiro. A compreensão do que os levam a se instalarem, morarem fora de seu país e porque estão aqui, também foi alvo da investigação proposta neste trabalho.

Entrevistas realizadas com moradores bolivianos da cidade de Corumbá-MS fomentaram uma análise da ocupação dos bairros. Um relato chamou a atenção, o da Senhora C., moradora do Bairro Cristo Redentor, que declarou ter vindo com seu marido, trabalhador da Companhia Mista da Estrada de Ferro de Santa Ana de Velasco<sup>31</sup>, próximo a San Inácio<sup>32</sup>:

Meu marido adoeceu de tanto trabalhar na época e foi mandado de volta a Santa Cruz de La Sierra, ele trabalhava em Motacusito<sup>33</sup>, na primeira sessão da construção da ferrovia. Quando ele melhorou voltamos para Matacusito em busca de serviço, não encontrando, ele resolveu então vir para Corumbá procurar serviço, e eu permaneci lá e só depois de um mês que ele voltou para Matacusito para me buscar. Meu marido conseguiu emprego na fábrica de cimento Itaú, onde trabalhou até aposentar. Chegamos a nos instalar em

<sup>30</sup> Pueblitos são vilarejos da região de Chiquitania, na Bolívia, construído pelos camba, com uma área maior no centro, semelhante a uma praça central, para onde as ruelas se convergem.

<sup>31</sup> Pequeno povoado na região da Chiquitania, no oeste Boliviano, província de Velasco.

<sup>32</sup> Localidade do interior da Bolívia, fundada em 1748, capital da província de Velasco, pertencente ao Departamento ou Estado de Santa Cruz.

<sup>33</sup> Comunidade localizada a 8 Km da cidade Puerto Suarez, sentido Santa Cruz de La Sierra.

uma casinha no Bairro Cidade Jardim, que hoje é o Bairro Dom Bosco, lá, eram somente casinhas. Eu conheci a feira boliviana, lá tinha comida, coisas para comprar, eu gostava muito de ir na feira boliviana lá encontrava meus amigos e conhecidos. Depois eu me mudei para o bairro Popular Velha, era um vazio, não tinha nada, fomos cuidar de uma área de um senhor, e anos depois começamos a procurar terreno para comprar no Bairro Cristo Redentor, onde moravam muitos conhecidos bolivianos. E me mudei para a comunidade São Francisco, no Bairro Cristo Redentor. Lá tinha bastante moradores, todos bolivianos.(informação verbal)<sup>34</sup>.

Ela descreve o local como uma concentração de moradores bolivianos, corroborando com o que Silva diz:

Uma vez em terras brasileiras, os camba chiquitano recriaram uma espécie de *pueblito* no bairro Cristo Redentor (localizado na periferia de Corumbá), buscando reproduzir, parcialmente, em termos de práticas culturais, um pouco da paisagem deixada para trás, nos tempo antigos (SILVA, 2011. p. 63).

A Senhora E.V., hoje com 71 anos de idade, moradora deste local desde os 17 anos, relembrou quando ocorreu a retirada do pessoal da Feira Boliviana, afirmando que:

Aqui era um lixão, ai cada um foi pegando uma parte de terreno e se instalando, as casinhas eram feitas de pau a pique, não tinha água, não tinha luz e aqui só morava bolivianos, os que fundaram já se foram, faleceram, só sobrou eu e Dona Alice. Aqui hoje só tem filhos de bolivianos morando, os descendentes e brasileiros. Quando saímos da feira boliviana cada um foi procurando seu canto, a maioria veio prá cá. As irmãs de caridade brasileiras vinham visitar e faziam reuniões conosco e elas traziam doações para nós; elas que deram o nome de Comunidade São Francisco e nos diziam que poderíamos ficar aqui que ninguém iria nos tirar. E nunca nos tiraram, não pago IPTU da minha casa até hoje. Este local foi fundado pelos cambas, os índios, que já se foram. Na praça central, ali onde estão aqueles pilares era a caixa d'água que era para todos os moradores, durante muito tempo nos pegávamos água ali. Aqui sempre moraram só bolivianos, agora vivem alguns descendentes e outros brasileiros (informação verbal)<sup>35</sup>.

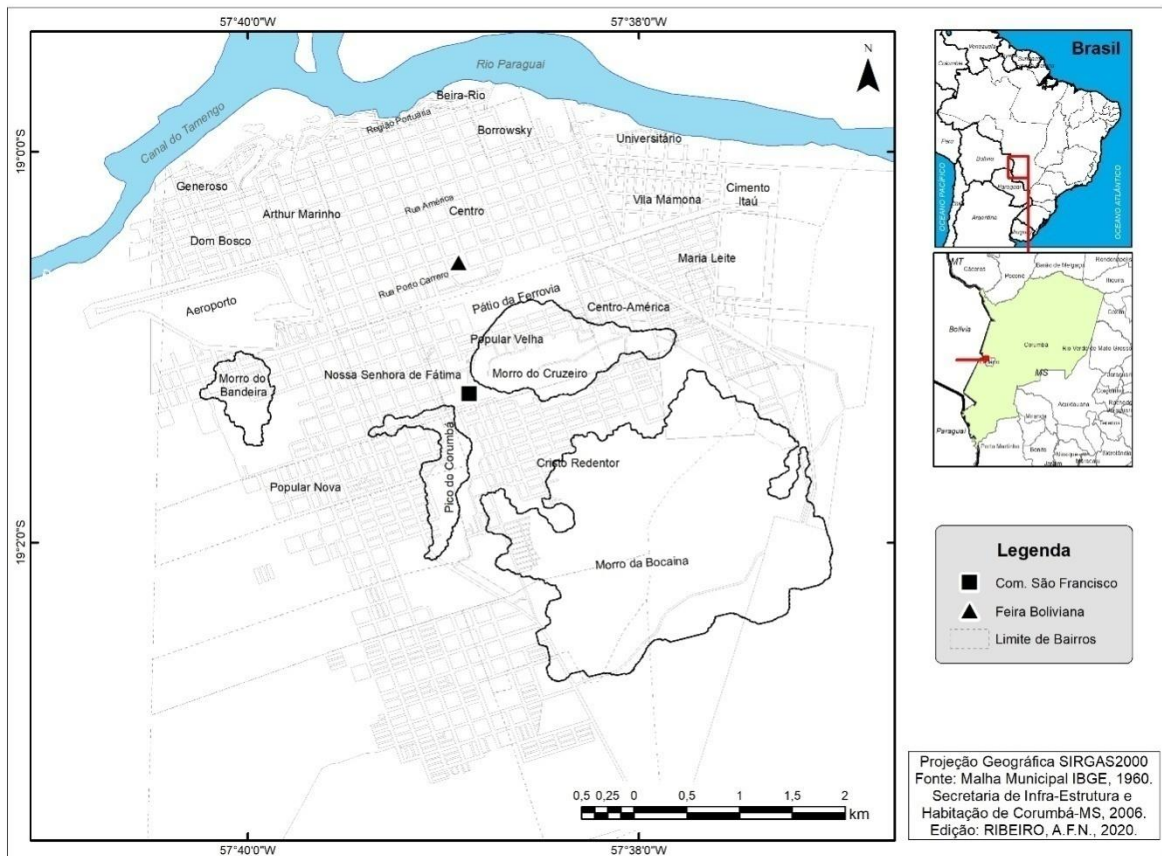
A Comunidade São Francisco, localizada na Alameda São Francisco, no Bairro Cristo Redentor (Figura 5), tem semelhança com um *pueblito*, referência aos *pueblos* de onde vieram, localizados na região de Chiquitania na Bolívia, construído com uma área semelhante a uma praça central e ruelas que convergem para a mesma (Imagens 2, 3 e 4). As relações que

<sup>34</sup> Entrevista concedida pela Senhora C. [novembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>35</sup> Entrevista concedida pela Senhora E.V. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

ali se estabelecem, com moradores compartilhando terrenos, não mais para o plantio, mas sim para abrigar amigos e parentes, tornou o lugar parecido com um *pueblo* da região de Chiquitania. Segundo informações dos moradores, descendentes dos bolivianos que moraram na área central, neste local ficava um abastecimento de água comunitário que por muitos anos atendeu os moradores daquela região e esta caixa d'água era abastecida por caminhão da prefeitura.

Figura 5 – Localização da Comunidade São Francisco – Bairro Cristo Redentor



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

Imagem 2 – Entrada da Alameda São Francisco – Comunidade São Francisco



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 3 – Área Central da Comunidade



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 4 – Viela que converge para o centro



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.



Pelos relatos e leituras dos autores que estão sendo utilizados nesta pesquisa, acredita-se que o destino de um grande número de moradores da Feira Boliviana foi o bairro Cristo Redentor e alguns, em menor número, para o então Bairro Cidade Jardim, na atualidade denominado Dom Bosco, onde construíram suas casas.

As feiras livres<sup>36</sup>, que já existiam na cidade, podem ter sido também o destino de vários comerciantes bolivianos que saíram da Feira Boliviana, pois existem relatos da presença deles, nesta época, nas feiras livres da cidade.

Com o passar do tempo, e a convivência em Corumbá-MS, os camba foram percebendo que a própria linha do trem, que os trouxeram até aqui, era na cidade um limite que dividia os espaços sociais, ou seja, quanto mais afastados do Rio Paraguai e acima da linha do trem menor era o prestígio social do morador.

Atualmente, no local da Comunidade São Francisco, a estrutura das alamedas permanece as mesmas, tendo sido revestidas com lajotas e a infraestrutura de água e luz já fazem parte do local. Por lá, ainda vivem senhoras bolivianas, como a Senhora E. e a Senhora R., moradoras da época da fundação do local, com suas respectivas famílias brasileiras. As demais casas são ocupadas por descendentes bolivianos que chegaram na década de 50 e 60 do século XX, mas são todos brasileiros, com documentação brasileira. Algumas famílias ainda cultuam os costumes que herdaram de seus pais e avós, como comida, devoção a Nossa Senhora de Urcupiña e as vestes. O local é hoje denominado como bugreiro<sup>37</sup>, uma maneira pejorativa e preconceituosa de se referir a região, marcada pela presença dos bolivianos.

### **3.5 O Bairro Cristo Redentor: Um bairro *qualhado*<sup>38</sup> de bolivianos?**

O decreto n. 84, de maio de 1963, que alterou o perímetro urbano da cidade de Corumbá-MS, ampliou os limites da área urbana, incluindo áreas que até então se enquadravam como rurais. Com esta nova lei, algumas áreas começam a ser loteadas e em agosto de 1963, o então proprietário das terras, que hoje compõem o bairro Cristo Redentor, o senhor Edmundo Roque Lopes loteou sua propriedade, colocando à venda, a princípio, 85 lotes e entregando outra metade do terreno à Prefeitura Municipal como parte de pagamento

<sup>36</sup> Em Espírito Santo (2015, p.67) viu-se que as feiras foram criadas por decreto em 1952 pela Lei Municipal n. 58, de 05 de maio de 1952, mas só iniciaram em 03 de maio de 1959. As feiras funcionavam em três pontos da cidade: a Praça Uruguais, o Largo da caixa d'água e a rua Sete de Setembro entre Rua Delamare e a Avenida General Rondon.

<sup>37</sup> O local outrora conhecido como comunidade São Francisco, hoje é popularmente conhecido como bugreiro, termo oriundo da palavra bugre, forma pejorativa atribuída aos indígenas bolivianos que ali habitaram.

<sup>38</sup> A expressão “qualhado” é usual nesta região para se referir a lugares cheios de pessoas, de coisas, de animais. Expressa quantidade.

dos impostos atrasados (informações obtidas pelas escrituras da cadeia dominial desta propriedade no Cartório do 1º Ofício de Corumbá-MS).

Esta oferta de terrenos, em uma área ainda desconhecida e distante do centro, dentro do perímetro urbano, provavelmente tenha sido um fator de prática de preços mais baixos, e um fator determinante para atrair um número significativo de bolivianos para este bairro, aliado ao fato de já haver bolivianos morando nas imediações. Nos relatos apresentados por Silva (2011), a informação de que o então Prefeito assentou os bolivianos na área da Comunidade São Francisco, um lixão na época, parece ser procedente, uma vez que esta área foi entregue como forma de pagamento a prefeitura pelo então proprietário<sup>39</sup>, e nos relatos da Senhora E., citado anteriormente, as informações se confirmam.

Surge, então, o Bairro Cristo Redentor, que carrega até os dias atuais, na cidade de Corumbá-MS a fama de concentrar população de bolivianos como moradores. Tal imagem foi construída por conta deste movimento e da confluência de bolivianos que se deslocaram na região, na Comunidade São Francisco ou em outras localidades próximas, nas décadas de 60 e 70. Durante a pesquisa realizada, foram encontrados alto índice de descendentes de bolivianos, filhos e netos, além de algumas senhoras de mesma nacionalidade, já de idade bastante avançada. Até pouco tempo atrás era comum, ao andar pela cidade de Corumbá-MS, ouvir a expressão “o bairro Cristo é *qualhado* de bolivianos” ou “os bolivianos moram todos lá no Cristo”. Contudo, com o passar dos anos, não procede mais, a paisagem mudou, sendo hoje apenas um boato antigo, sendo possível encontrar os bolivianos em diversos bairros da cidade.

No curso das entrevistas realizadas, muitos moradores, que foram indicados como bolivianos no Bairro Cristo Redentor, são brasileiros, mas descendem diretamente de bolivianos que no passado ocupavam este bairro. No caso da Comunidade São Francisco, os moradores atuais se dividem entre brasileiros sem relações com a história do local e com descendentes dos bolivianos que fundaram o local. Embora o mesmo ainda tenha as características de um “*pueblito*” os ocupantes da maioria das casas atualmente têm pouca ligação com o passado e com a história daquele lugar.

Foram realizadas 46 entrevistas, com residentes bolivianos ou descendentes, no Bairro Cristo Redentor, destas, cerca de 70% são filhos destes, nascidos no Brasil. Os entrevistados de nacionalidade boliviana são os 30% restantes, os quais estão neste universo em número bem menor, sendo uma expressão da realidade, já que hoje são uma parcela menor que no

---

<sup>39</sup> Informações coletadas junto à Secretaria de Infraestrutura do Município de Corumbá-MS.

passado. Os comentários sobre muitos moradores desta nacionalidade neste bairro, se dão por conta da grande quantidade de descendentes de bolivianos (filhos e netos) destes, que além de cultivar os costumes dos antepassados, trazem em suas características físicas os traços da descendência indígena das pessoas do país vizinho, que outrora povoaram o bairro.

Os bolivianos, em geral, valorizam muito a posse de documentos brasileiros e entre os entrevistados não foi diferente. Os moradores bolivianos declaram-se brasileiros, pois afirmam, logo no início da conversa, possuírem todos os documentos do Brasil, reforçando a importância que dão à posse destes documentos, principalmente para acesso à saúde pública. Oficializar a nacionalidade brasileira, sejam eles natos ou descendentes, é um trunfo para amenizar o preconceito ou discriminação que, por vezes, ocorre validando aos bolivianos natos o direito de viver no Brasil e aos descendentes a igualdade de cidadão corumbaense.

O Senhor A., que veio há 40 anos de Roboré, na Bolívia, a procura de emprego, afirma ter saído aos 16 anos de idade da sua cidade, deixando para trás os pais e nunca tendo retornado. Trabalhou mais de 30 anos como cozinheiro em restaurantes em Corumbá-MS e em Puerto Quijarro/BO. Quando indagado se gosta de viver em Corumbá, ele respondeu: “Viver na Fronteira é bom você pode transitar dos dois lados por serviços, só é ruim por causa da violência”. Quando questionado sobre os seus costumes, ele diz que não come comida boliviana, que só a cozinha a trabalho em restaurante boliviano, mas na sua casa não come e não sente falta. Nega sua própria identidade, e esta negação é uma forma de se solidificar no outro país. Por fim, quando perguntado sobre o que mais sentia falta em relação à Bolívia ele responde:

Lá na Bolívia é bom porque onde você vai é bem acolhido, aqui no Brasil as amizades são diferentes, você não pode chegar em qualquer lugar. Tenho todos os documentos brasileiros, aqui sou brasileiro, mas se me perguntam falo que sou boliviano, me sinto feliz que falem que eu sou boliviano, mas não tenho vontade de voltar para Bolívia. A Bolívia existe mais no meu coração e no meu pensamento (informação verbal)<sup>40</sup>.

O Senhor A. construiu o que Giddens (1991) denomina de autoidentidade, pois ele se denomina brasileiro, mas é boliviano, gosta de ser chamado de boliviano e não tem saudades da Bolívia, esta relação dialética que estabelece sobre sua identidade, o autor assim explica:

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida pela Senhor A. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



Quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos veem-se forçados a negociar opções por estilo de vida em meio a uma série de possibilidades...O planejamento da vida organizada reflexivamente... torna-se característica fundamental da estruturação da autoidentidade (GIDDENS, 1991, p.1-5).

Albuquerque (2010), também discute esta relação dialética e negociação da identidade em seu trabalho sobre a dinâmica nas fronteiras paraguaias. Na discussão que trava sobre esta região fronteira, aborda situações onde as identificações às vezes são explicitadas e outras ocultadas, até negadas. Estes comportamentos se dão de acordo com as relações que se estabelecem com o *outro*, que podem ser harmoniosas ou não. Denomina estes casos de identificações ambíguas, situacional e negociadas que se dão de acordo com os interesses que precisam ser evidenciados ou ocultados.

Para Hall (2006), são identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal, mas continuam retendo fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. São obrigadas a negociar com as novas culturas, sem necessariamente serem assimiladas por elas, ou perderem completamente suas identidades. Carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas, sendo assim, agora pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias casas.

Embora alguns descendentes de bolivianos preservem a cultura deixada pelos seus antepassados, é notório que as tradições vão se diluindo no mesclar de estilo de vida que impõem outros costumes. Nas entrevistas realizadas, detecta-se laços familiares entre eles, ou seja, ligações de parentesco com os bolivianos que vieram para o Bairro Cristo Redentor na década de 1950 e 1960, do século XX. Muitos não são os descendentes diretos, mas retém elos familiares. Dentre os entrevistados declarados bolivianos natos, 19 vieram morar no Brasil recentemente e se instalaram no Bairro Cristo Redentor, devido aos amigos e parentes que ali residem. e em m geral, estão ligados ao comércio local de ambulante ou de feiras. Muitas informações que compõem esta Seção foram extraídas de diálogos com os moradores do Bairro Cristo Redentor.

Estas pessoas se sentem pertencentes a esta comunidade e se identificam com o local. O ambiente que encontram faz parte da vida, da sua realidade, é como se fosse uma continuação do que deixaram para trás. O pertencimento diz respeito aos laços familiares, a ser membro de uma dada sociedade, dentre outras relações que vão se estendendo com o estabelecimento de vínculos, referências e valores. Pertencer significa partilhar características,

vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo sentimento de pertença (BERGER e LUCKMANN, 1985).

Em entrevista, a Senhora B., se declarou do lar e moradora do Bairro há sete anos. Disse ter vindo morar em Corumbá-MS por causa do emprego do marido que é brasileiro; disse que voltaria para Bolívia se tivesse emprego. Quando perguntado sobre seus documentos, diz que todos os quatro filhos têm documentos brasileiros, já os dela são de permanência. Sobre seus costumes e sua identidade diz o seguinte, respondendo sempre em espanhol:

Aquí en mi casa solo comemos comida boliviana, hago la primera (sopa) y la segunda (marradito, pollo picante). Todos hablamos español, yo y mis hijos y mi esposo también. En la escuela mis hijos hablan portugués porque tienen que aprender. Quiero que siempre te sientas boliviano a pesar de que tienes todos los documentos brasileños<sup>41</sup> (informação verbal)<sup>42</sup>.

Nota-se que, embora a Senhora B. deseje que seus filhos aprendam o português, pois, acredita se tratar de uma questão de interação e sobrevivência em um outro país, no qual são estrangeiros, ela também reforça as raízes da identidade deles enquanto bolivianos, através da manutenção dos costumes culinários e da língua, reiterando, assim, o sentimento de pertencimento a um outro local, a Bolívia.

Já a Senhora C., boliviana, casada com boliviano e com dois filhos bolivianos, está em Corumbá-MS há 16 anos, veio por conta de emprego e se hoje lhe oferecessem casa e emprego na Bolívia não voltaria. Contudo, declarou que cozinha suas comidas com gás de cozinha comprado na Bolívia<sup>43</sup> por ser mais barato, e afirma ser uma sobrinha quem traz. Ao ter sido interrogada sobre idas e vindas a fronteira, respondeu que costuma cruzar os limites entre os países quase todos os dias, por ser vendedora ambulante de produtos que busca na feira da fronteira. Quanto ao sentimento nutrido pelo traslado no limiar dos dois países, respondeu:

---

<sup>41</sup>Aqui em minha casa comemos somente comidas bolivianas, faço o primeiro (sopa) e o segundo (marradito, pollo picante). Todos falamos espanhol, eu meus filhos e meu marido também. Na escola, meus filhos falam português porque têm que aprender. Quero que sempre se sintam bolivianos mesmo tendo todos os documentos brasileiros.

<sup>42</sup> Entrevista concedida pela Senhora B. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>43</sup>Em Puerto Quijarro foi levantado o preço do botijão de gás de 10 Kg custa Bs 28 (vinte e oito bolivianos); no câmbio de hoje o preço deste botijão, em reais, é de R\$ 18,00 (dezoito reais), enquanto se paga R\$ 80,00 (oitenta reais) por um botijão 13 Kg de gás no Brasil (levantamento realizado *in loco* em janeiro de 2019). Esta compra é ilegal e sempre é feita burlando a fiscalização que não permite comercialização deste produto com o Brasil.

Vou na feira boliviana todos os dias, mas quando volto da Bolívia, quando atravesso a ponte da fronteira tenho a sensação de que estou voltando para minha casa e quando entro na Bolívia sei que vou fazer minhas compras de mercadorias e só (informação verbal)<sup>44</sup>.

Destaca-se que a Senhora C. declarou comer e cozinhar comidas bolivianas todos os dias e que quando lhe perguntam se é boliviana ou brasileira ela responde que é boliviana, porque tem que respeitar a memória de seus pais falecidos.

Dos bolivianos entrevistados, 90% declararam posse de documentação brasileira, mas, apesar disto, o Bairro Cristo Redentor carrega consigo marcas dos migrantes bolivianos e seus descendentes, influenciando o modo de viver do local, com as manifestações culturais, diferentes costumes e a presença de seus moradores perpetuando manifestações de uma identidade herdada ou do país de origem, a Bolívia, ou dos seus antepassados bolivianos, tudo mesclado aos costumes e modo de vida dos brasileiros. Como afirma Costa (2012, p. 18), “[...] se tornaram fronteiraços de seus próprios patrícios e embora exista uma proximidade geográfica, a cultura dos bolivianos foi modificada substancialmente, tornando-se híbrida, fronteiraça”.

Este hibridismo se manifesta, por exemplo, nos costumes culinários, que embora alguns entrevistados tenham declarado cozinhar comidas bolivianas, não a fazem todos os dias, mas figuram em suas mesas por algumas vezes na semana ou em dias de festas. Mesmo aqueles que declararam falar espanhol somente dentro de casa, entre os pares, já admitem que mesclam o português e o espanhol. Estas manifestações reforçam as origens nacionais e identitárias que esta gente carrega, e ainda que muitas delas se declarem brasileiras, seus costumes deixam transparecer as raízes imigratórias, com sua cultura e seus hábitos mesclados e definidos pela sociedade na qual vivem. E como coloca Cuche, (1999):

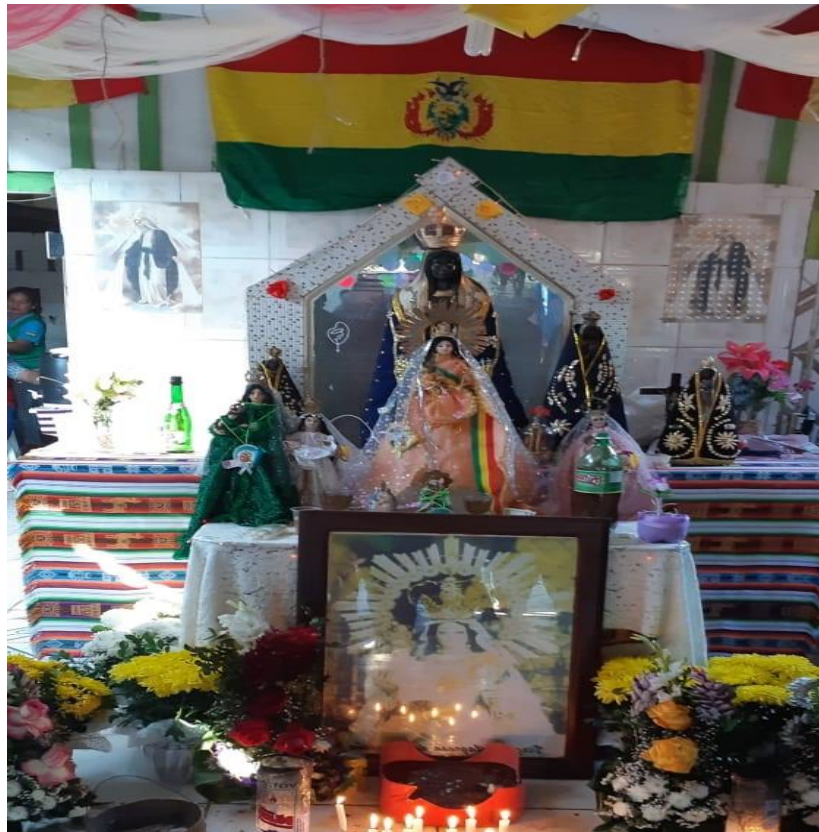
A cultura chamada dos imigrantes é na verdade uma cultura definida pelos outros, em função dos interesses dos outros, a partir de critérios etnocêntricos. A cultura dos imigrantes é tudo que os faz parecerem diferentes, e apenas isto. (...) ser imigrante é por si só ser diferente ser estrangeiro (estranho). Quanto mais um indivíduo for encarado como diferente, mais ele será considerado como imigrante. A cultura dos imigrantes é definida a partir de toda uma série de sinais exteriores (práticas alimentares, religiosas, sociais, etc...) cujo significado profundo ou coerência não são compreendidos, mas que permitem situar o imigrante enquanto imigrante, lembrar suas origens....lembrá-lo de suas origens, o que é uma maneira de colocá-lo no seu lugar(CUCHE, 1999, p. 229-230).

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida pela Senhora C. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

Outro aspecto que reforça a cultura dos bolivianos residentes neste Bairro, e seus descendentes, é a festa de Nossa Senhora de Urcupiña<sup>45</sup>, Santa cultuada entre os católicos na Bolívia, como na casa do Senhor C. F., que todos os anos realiza a comemoração à Santa. O culto a esta Santa foi herdado dos costumes do país vizinho, onde a mesma é comemorada como uma Santa consagrada nacionalmente (Imagem 5).

Imagem 5 – Altar de Nossa Senhora de Urcupiña – Festa na residência do Senhor. C.F.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

O mês de agosto é marcado por diversas festas, celebradas em várias casas e atraindo moradores de vários bairros de Corumbá-MS, e de localidades da fronteira do lado boliviano.

<sup>45</sup> O dia da Virgem de Urcupiña celebra a aparição da Virgem Maria Asunta, durante o século XVIII, filha de uma família indígena pobre na Bolívia. Da região de Cota, município do sudoeste de Quillacollo, na região de Cochabamba. A menina levava seu rebanho de ovelhas para pastar pelas colinas baixas. Um dia encontrou uma bela Mamita e seu filho. Desde então, toda vez que ia ao pasto, a mamãe e a criança desciam para brincar com ela no pequeno rio que emanava das pedras. Os pais atônitos não conseguiam acreditar na história. Mas depois de acompanhá-la várias vezes até a colina, a pequena exclamou Urcupiña! Urcupiña e eles experimentaram a manifestação da Virgem: uma imagem foi desaparecendo no céu. A partir deste momento tornou-se conhecida como a Virgem de Urcupiña. Muitos devotos testemunham seus milagres. A festa é comemorada todos os anos em 15 de agosto por toda Bolívia.

Urcupiña em Quechua (língua indígena do Andes sul-americanos) significa “já está na colina”, frase que a menina exclamou durante a aparição para sinalizar a presença da Virgem. Os festejos dedicados a esta Santa perduram toda a segunda semana de agosto (site pesquisado: Wincalendar.com/pt/Virgem-de-Urkupinha, consultado em 27/11/2019).

Nestas festas, pode-se presenciar a manifestação do hibridismo do qual se refere Costa (2012), e embora as comemorações sejam uma festa religiosa boliviana, as comidas oferecidas nestas festividades já não são somente as típicas bolivianas como o *majadito*<sup>46</sup>, pollo com picante<sup>47</sup>, o *mocochinchi*<sup>48</sup>, dentre outras. Nas festas observadas, foram oferecidos, além da culinária típica, o churrasco, o cachorro quente, o arroz carreteiro, o bobó de galinha e outras comidas brasileiras, acompanhadas de refrigerantes e cervejas, consumidas em grande quantidade<sup>49</sup> pelos participantes que durante a festa ficam visivelmente embriagados. As danças apresentadas são da cultura boliviana (Imagens 6 e 7).

Imagem 6 – Danças coreografadas apresentada por um grupo de dança boliviano



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

<sup>46</sup> Típico prato boliviano feita de arroz com carne seca desfiada, acompanhada de batatas fritas, banana frita e ovo frito.

<sup>47</sup> Frango ensopado com molho de tomate e colorante com pimenta.

<sup>48</sup> Refresco feito à base de pêssegos descascados e desidratados, com açúcar, canela e cravo da índia.

<sup>49</sup> Em conversa com um dos festeiros de Nossa Senhora de Urcupiña o mesmo me disse que com um bom volume de participantes, as festas chegam a consumir de 20 a 30 caixas de cervejas.



Imagem 7 – Convidados dançando e tomando cerveja



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

Entrevistamos o Senhor C. F., descendente de bolivianos, morador do Bairro Cristo Redentor, que promove a festa há 21 anos e declarou ser devoto de Nossa Senhora de Urcupiña, a Santa dos bolivianos, pelas suas origens bolivianas tendo revelado que passou a realizar a festa por conta de uma graça alcançada. Quando teve a graça alcançada, “pagou” a sua promessa com cem caixas de cerveja, em uma festa da Santa.

Nesta festividade, de fato, o consumo de cerveja é marcante. Durante seu desenrolar, um dos pontos altos da mesma é o batismo dos indivíduos. Os que ainda não foram batizados pela Santa de Urcupiña, com cerveja, submetem-se ao ritual do banho de cerveja. Este ato acontece com pessoas de todas as idades, crianças, jovens e adultos, onde o indivíduo é colocado em frente ao altar, de joelhos e banhado com a bebida que é jogada na cabeça. Abre-se a garrafa e despeja-se o líquido, sendo a função de realizar este batismo pertencente ao festeiro. Nas festas frequentadas durante a construção deste trabalho, observou-se que além do consumo excessivo de cerveja durante o festejo, cumpre-se este costume boliviano do batismo bem como o oferecimento desta bebida no altar (Imagens 8 e 9).

Imagem 8 – Batismo de uma criança com cerveja aos pés de Nossa Senhora de Urcupiña



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros

Imagem 9 – Batismo de uma jovem com cerveja em frente a imagem da Santa



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

As festas têm duração de um dia, fechando um ciclo de nove dias de rezas, uma novena. Estas manifestações religiosas acontecem nas cidades vizinhas da Bolívia e em Corumbá-MS, onde a maior concentração em número de festas se dá no Bairro Cristo Redentor. Durante a pesquisa de campo, visitamos 6 (seis) festas, manifestações que trazem à tona a ligação deste local com os bolivianos. Um outro local visitado, neste mesmo bairro, que cultua sua devoção por Nossa Senhora de Urcupiña e a festa acontece ali mesmo, é a



conveniência chamada Bar do Boliviano, onde a Santa está exposta em cima dos freezers de cerveja (Imagem 10).

Imagem 10 – Nossa Senhora de Urcupiña exposta em uma conveniência no Bairro Cristo Redentor onde é festejada.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

Para compreensão de quem são os moradores bolivianos do Bairro Cristo Redentor e seus descendentes, buscou-se através de entrevistas algumas informações necessárias para formulação desta tese. Foram visitadas e entrevistadas 46 residências em diversos pontos do bairro e destas, 86% dos entrevistados declararam que ainda falam o espanhol (língua oficial na Bolívia) em suas casas e também mantém costumes bolivianos, como cozinhar as comidas

tradicionais e comer sopa antes das refeições, costume que na Bolívia é chamado de primeiro (sopa) e segundo (prato principal).

Quando indagados se voltariam a viver ou morar na Bolívia a resposta foi unânime por parte de 100% dos entrevistados em dizer que não, por diversos motivos, como falta de condições de vida, de higiene, água salobra, aluguéis caros, extrema pobreza do povo na fronteira, enfim, diversas causas foram colocadas para que os mesmos justifiquem sua permanência em Corumbá-MS.

Este posicionamento dos moradores reforça o sentimento de pertencimento que os mesmos têm. Romper os laços culturais é muito mais difícil do que as ligações territoriais, e embora tenham motivos de sobra para abandonar a Bolívia, percebe-se que o processo de mudança ainda é doloroso, pois abandonam tudo o que tem e conhecem, para se aventurar em um outro país sem a certeza do acolhimento, negociando por diversas vezes suas identidades na integração com a população local. A distância do seu território de origem e a integração com a população local resultam em uma espécie de hibridismo cultural (COSTA, 2012), onde o imigrante assimila ou substitui alguns valores da sua cultura original, como forma de se adaptar à nova realidade, mas mantém vivo parte daquilo que lhe confere o sentimento de pertença, como os símbolos nacionais de seu país.

Manifestações na língua, na comida e nas festividades fazem do Bairro Cristo Redentor um local diferente na cidade. Embora não seja o único bairro a abrigar bolivianos e seus descendentes, carrega através de seus moradores e costumes o peso da história de ser o bairro onde se iniciou a aglomeração dos moradores bolivianos em Corumbá-MS, dando-lhe a fama de ser “qualhado de bolivianos”. O que de fato se percebe no bairro é que apesar da existência de moradores bolivianos natos, em maior número aparecem seus descendentes, e muitos deles são reconhecidos pela comunidade como boliviano<sup>50</sup>, quando na verdade são brasileiros descendentes. Lá existem muitos brasileiros descendentes destes antepassados bolivianos, que ali chegaram e que além de cultivar os costumes e a cultura boliviana, trazem os traços físicos desta gente que outrora desbravou aquela região da cidade.

Acredita-se que logo após o fechamento da Feira Boliviana, que era constituída por uma aglomeração de bolivianos, a maioria destes vieram para o Bairro Cristo Redentor, mas não se sabe ao certo o paradeiro de todos. Existem relatos de que alguns começaram a

---

<sup>50</sup> Muitos moradores são reconhecidos pela comunidade local como bolivianos ou até mesmo são apelidados de bolivianos por conta de seus traços físicos, quando na verdade são brasileiros que descendem dos bolivianos. Chamar um morador de boliviano pode ter um tom discriminatório, uma vez que esta denominação é dada às pessoas pelas suas características indígenas, etnia que compõem majoritariamente os bolivianos que estão em Corumbá-MS.

trabalhar no mercadão Municipal, inaugurado na época, e outros tantos nas feiras livres, que já funcionavam na cidade, mas não se sabe o local de suas moradias, a sorte e o destino de cada um; acredita-se, que naquela época, uma grande maioria se estabeleceu em moradias no Bairro Cristo Redentor, mas outros Bairros receberam, naquele tempo, alguns moradores, como o Bairro Cidade Jardim, hoje Dom Bosco e alguns voltaram a viver nas cidades bolivianas da fronteira. Estas informações são relatadas durante as entrevistas por bolivianos e seus descendentes que residem na cidade hoje. O que se consegue entender perante as entrevistas é que todos que permaneceram em Corumbá-MS estavam ligados ao comércio das feiras, aos serviços braçais e algumas mulheres se dedicaram ao trabalho se empregando como domésticas. Durante alguns anos, este local da feira ficou abandonado e na década de 1970 começam a surgir casas exportadoras na Rua Joaquim Murtinho e no centro da cidade. Assim, aos poucos, os bolivianos vão entrando novamente na cidade, agora ligados diretamente ao comércio de exportação.

### **3.6 Outros bolivianos chegaram**

Existe um hiato de informações, sobre os bolivianos da feira, nos jornais da década de 70 do século XX, conforme aponta Diniz (2014, p. 330): “Há uma grande lacuna durante as décadas de 70 e 80 sobre o pequeno comércio boliviano nos jornais de Corumbá, as fontes silenciaram sobre estes trabalhadores...”. No entanto, de maneira alguma eles deixaram de estar na cidade, apenas não mais se aglomeravam em grande quantidade como faziam na feira boliviana, agora encontram-se espalhados e muitos trabalhando no Mercadão Municipal e nas feiras livres.

Outro momento econômico se apresenta em Corumbá-MS com a chegada dos trilhos e das rodovias em Mato Grosso, nesse contexto, a cidade perde a importância da economia desenvolvida no seu porto e a expansão da ferrovia de Bauru (SP) para Campo Grande (MS) até Porto Esperança, bem como a construção da rodovia ligando a Cuiabá (MT), tiraram da navegação do Rio Paraguai a importância de rota de abastecimento e escoamento da produção de todo este Estado, incorporada pela economia paulista, o que afetou profundamente a cidade. A chegada dos trilhos a Corumbá, torna a cidade o ponto final da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) e redefine o papel deste centro urbano no contexto político e econômico da região (ITO, 2000).

A presença dos bolivianos, pelo que se percebeu princípio, incomodava e bagunçava o espaço urbano com sua instalação desordenada na Feira Boliviana, causando alguns traumas; mas com a decadência do comércio portuário é o mercado consumidor boliviano que passa a

ser o foco para o escoamento dos produtos brasileiros, uma opção para expandir o comércio atacadista e de exportação, fomentando inclusive o papel geopolítico de Corumbá-MS em relação à Bolívia.

A cidade perdeu a posição do maior porto importador e exportador da região, mas transformou-se em um entreposto comercial exportador para Bolívia. Nesse contexto, surgem centenas de casas exportadoras pelas ruas centrais da cidade e muitas na região da antiga feira boliviana, e mais uma vez entra em cena os bolivianos, que passam a ter uma importância muito grande na ascensão do comércio de exportação desenvolvido nos finais dos anos 60, nas décadas de 70, 80 e 90, do século XX, figurando nas transações de exportações até os dias atuais.

Na área da antiga feira boliviana, muitos comerciantes instalaram suas exportadoras e transportadoras no centro comercial, mas no final das décadas de 1970, 1980 e 1990, há uma explosão do comércio de exportação em Corumbá:

...o ponto vital do comércio varejista de Corumbá passa a ser o consumidor boliviano, principalmente após 1972, quando foi assinada a “Nota Conjunta” entre os presidentes Hugo Bamzer, da Bolívia e Garrastazu Médici, do Brasil, segundo a qual havia o comprometimento dos dois países com projetos que viessem beneficiar as zonas vizinhas à Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz, sobretudo, com a ascensão de facilidades para a importação de mercadorias (ITO, 2000, p. 35).

Em entrevista com Senhor J. K., hoje com 94 anos, tendo sido um dos comerciantes de exportação mais antigos de Corumbá, diz sobre os bolivianos:

O boliviano é importantíssimo para o comércio de Corumbá, desde que me conheço como comerciante é cada vez mais importante, se temos empresas atacadistas se instalando na cidade não é por causa do consumo dos corumbaenses e sim do consumo dos bolivianos. Nós fomos campeões de venda da 3M do Brasil por causa dos bolivianos que atendíamos na exportação. Corumbá economicamente depende dos bolivianos. Eles são muito importantes para o comércio de Corumbá e falta ter mais integração por parte das entidades sociais para reforçar o comércio. O boliviano é valioso para Corumbá, precisamos ter mais contatos com as autoridades bolivianas, eles nos ajudam a ter progresso nesta região. É muito importante este relacionamento para Corumbá (informação verbal)<sup>51</sup>.

Este depoimento traz à tona o que foi a ascendência das exportações no final das décadas de 1970, 1980 e 1990, tomando o século XX até o princípio do século XXI. Em

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida pela Senhor J.K. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

Corumbá-MS, a ascensão do comércio é marcada pelas exportações e pelas relações estabelecidas com os bolivianos e nesse período entra ntra em cena o boliviano que alguns comerciantes de Corumbá classificam como os “bolivianos bons”<sup>52</sup>.

Ito (2000) diz que as transações comerciais entre Brasil e Bolívia foram impulsionadas desde março de 1958, com a assinatura do Convênio de Comércio Inter-Regional, que tornava isentos de pagamentos de impostos e taxas aduaneiras alguns produtos de exportação do Brasil para Bolívia. Outra característica abordada pela autora em sua obra é sobre o comércio “formiga”, que embora seja uma característica de todas as cidades fronteiriças, em Corumbá este tipo de transação recebe apoio, nos anos de 1970 e 1980, de uma medida protecionista baixada pela Receita Federal, na qual o limite para produtos adquiridos na praça local era de US\$ 2.000 (dois mil dólares), enquanto que para produtos de qualquer outra origem o teto máximo era de US\$ 1.000. Isto resultou em uma movimentação grande no comércio local onde a venda a varejo para os bolivianos representava na época aproximadamente 60% das vendas (ITO, 2000).

Em entrevista com o Senhor A. L., que foi chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Corumbá nas décadas de 80, do século XX, e morador há mais de 50 anos em Corumbá, a respeito deste movimento de exportação ele nos diz:<sup>53</sup>

O que eu me lembro especificamente sobre o comércio na década de 70 e 80 foi a explosão das exportadoras. Em Corumbá, tinha os atacados que eram pouquíssimos, eram 5 ou 6, estes eram as exportadoras que trabalhavam com a Bolívia. Ai houve uma explosão de exportadoras, chegou num ponto em começou um boom de exportação. Passou a ter o boliviano comprador, eu me lembro do boom dos calçados, foi a época que o comércio de Corumbá se consolida com a venda de calçados, que saiam daqui em sacos e não podiam sair em caixas porque a Bolívia não permitia a entrada. Os bolivianos tinham uma estrutura de distribuição para Argentina, canal do Panamá. Num certo ponto começou um movimento que este calçado tinha que sair por exportadoras legais. Começou um movimento que esta mercadoria tinha que ser exportada, com guias e com toda documentação, a partir disto houve a explosão das exportadoras, imagina de seis atacados passamos a ter, na época que eu estava na Prefeitura, centenas de exportadoras, qualquer porta de comércio virava exportadora, começou a entrar comerciantes de fora, e com a ligação por rodovia começaram a vir as transportadoras. Os produtos já não vinham para o comerciante vender e o boliviano tinha que adquirir por meios

<sup>52</sup> Termo utilizado por um comerciante da cidade, em diálogos que foram feitos no comércio durante a pesquisa, deixando claro que eles veem os bolivianos que consomem no comércio como o “boliviano bom” e os ambulantes que estão nas calçadas competindo com eles como os “bolivianos ruins”. Esta temática será tratada na seção 4 deste trabalho.

<sup>53</sup> Esta citação transcreve a entrevista realizada com um morador nascido em Corumbá-MS, hoje com 60 anos de idade, participou ativamente na política da cidade e traz informações consideradas importantes para o entendimento dos acontecimentos em Corumbá/MS nos anos 80 e 90 do século XX, por este motivo ela é transcrita na íntegra sem cortes, o que a tornou longa.

de exportação. Ai provavelmente evoluiu para o que é hoje. Permanecem algumas exportadoras até hoje mas muitas fecharam. Esta explosão de comércio se deve a capacidade de comércio que os colchas tem inculcido no seu jeito de ser. Até os anos 90 a Associação dos exportadores era uma entidade mais forte do que a própria Associação Comercial.

O prefeito Dr. Fadah Gattas organiza o comércio ambulante na Praça da República, que era o ponto tradicional perto do ponto de ônibus urbano. O ambulante quando acaba a feira boliviana ele se esparrama para as feiras tradicionais diárias e sai de cena por um tempo, mas na década de 80 ele volta e volta com força porque, na verdade, ele nunca deixou de existir. Esse ambulante era um levador de mercadoria, ele deu muita vida ao comércio formal da cidade, eu citei o boom dos sapatos, mas tinham outras mercadorias que eles compravam e levavam para vender e traziam mercadorias para ser vendidas aqui. Nesta época se deslanchou o comércio formiga, que tem uma origem formal no tratado de Roboré, mas é um comércio informal, ele continua informal até os dias atuais. Nos anos 70, 80 antes da explosão das exportações, o grande aliado do comércio era o boliviano, como é hoje, porque tem a atratividade por conta do dólar, dos produtos. O câmbio é que constrói e destrói esta relação entre o comércio do comércio dos dois países. O governo controlava o câmbio, ele mesmo encareceu o câmbio ao mesmo tempo que deu facilidades aos exportadores e apresenta uma solução, o exportador sem imposto, que foi a fase da explosão destas exportadoras. O exportador brasileiro entregava o produto lá. E os ambulantes que eram distribuidores de produtos brasileiros passaram a trazer coisas de Santa Cruz; o que previa o Tratado de Roboré, que os produtos de Santa Cruz entrariam aqui e os produtos daqui entrariam lá, ele cria um comércio livre entre os estados fronteiriços Mato Grosso e Santa Cruz de La Sierra. Ai, entra em cena os governos nacionais manipulando o câmbio.

É uma relação de amor e ódio, somos Hermanos, mas é um Hermano que não são Hermanos...tem problemas, tanto aqui como lá, mas já mudou muito, eu diria que já há uma conurbação entre as cidades da fronteira, pela quantidade de bolivianos que entraram aqui no Brasil. A Bolívia expandiu-se muito, principalmente estas cidades aqui da fronteira. O Tratado de Roboré vale mais pra eles do que para nós.

Corumbá hoje sobrevive por conta do boliviano, existe um certo temor do boliviano, que no meu ponto de vista não é justificado, e acho que vai ser superado. O boliviano de classe média alta está vindo para Corumbá, hoje é irreversível a convivência do corumbaense com o boliviano. Qualquer lugar que você vai em Corumbá o boliviano está lá. O boliviano vem pra cá ele quer saúde, educação, asfalto, querem estrutura (informação verbal)<sup>54</sup>.

Os elos entre corumbaenses e bolivianos cresceram e se fortaleceram por conta do comércio que se desenvolveu nas décadas de 1970, 1980 e 1990, e adentra o século XXI e permanece até os dias atuais. As ligações dos bolivianos com os moradores da cidade de Corumbá-MS se estabelecem e se fortificam basicamente por conta das relações comerciais, sempre regidas pela variação cambial entre os dois países, que funciona como uma espécie de

---

<sup>54</sup> Entrevista concedida pelo Senhor A.L. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

pêndulo, sendo que, quando favorecem uma das localidades, desfavorecem a outra e consequentemente sempre existirá os que ganham e os que perdem com esta movimentação.

As situações de fronteira que foram surgindo ao longo desta Seção são fundamentais para entendermos a produção de geografias na cidade e são parâmetros para entender os conflitos que vão aflorando nas relações estabelecidas.

A história desta gente boliviana, e a sua trajetória de ocupação em Corumbá-MS, expõe as peculiaridades de um lugar onde diferentes nações se encontram. Neste encontro/confronto afloram as fragilidades das diferenças identitárias e da hierarquia nacional entre os dois países e vão surgindo as dificuldades e os estranhamentos que constituem as fronteiras deste processo. Mas, apesar delas, os espaços vão sendo produzidos do lado de cá, onde os bolivianos envolvidos de muita resignação, coragem e ousadia vão se inserindo na cidade, se organizando e se reorganizando quando necessário, na construção e produção do que lhes é peculiar, desenhando a geografia do lugar com sua presença e continuando a construção de sua história, sempre recheada de movimentos e deslocamentos.

#### **4 AS GEOGRAFIAS PRODUZIDAS EM CORUMBÁ-MS RESULTANTES DA PRESENÇA DO BOLIVIANO NO COMÉRCIO, NAS FEIRAS, NAS RUAS...**

Ao longo da formação econômica da cidade de Corumbá-MS, principalmente depois da queda da economia portuária, o boliviano foi presença marcante das relações estabelecidas no comércio entre os dois países, figurando como feirante, ambulante, comerciante, comprador e consumidor. É notória que, ao longo da história da formação econômica desta região, a presença dos bolivianos foi uma constante, estando estreitamente ligados aos negócios de compra e venda de mercadorias, sejam elas do tipo que for. Comercializa-se uma grande variedade de mercadorias nesta região fronteiriça, com as relações estabelecidas e atreladas as variações cambiais do dólar. A presença dos mesmos se intensifica desde os tempos da construção da ferrovia Brasil-Bolívia, quando a imigração boliviana cresce na cidade. A falta da produção industrial na economia boliviana talvez seja o que leve seus comerciantes a buscar outros países para ter suas mercadorias.

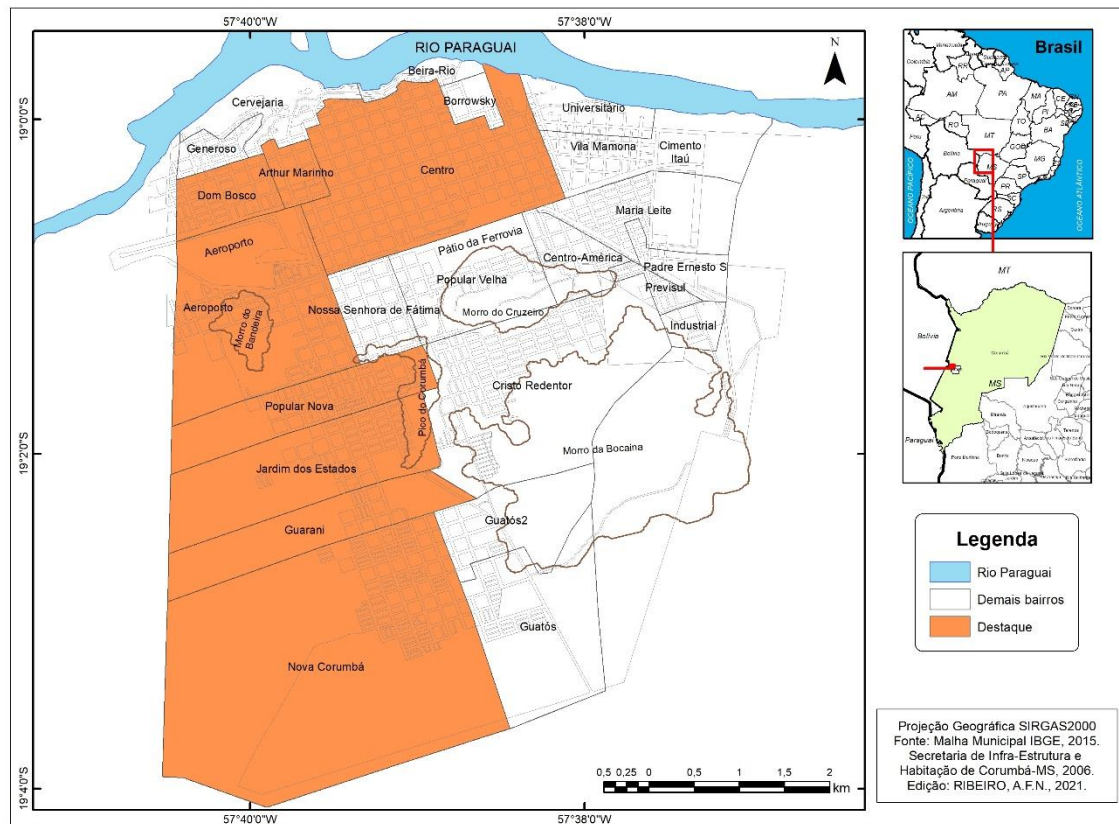
Atualmente, os bolivianos não só buscam mercadorias em Corumbá-MS, como também se instalam, vivenciando e produzindo a cidade, num movimento diferente do de outrora. Hoje, eles chegam e se instalam como comerciantes, alugam e/ou adquirem imóveis e constroem seu comércio e suas casas, a maioria deles, aparentemente, chegam providos de recursos para investimentos. A cidade tem sua configuração de comércio modificada por conta das instalações dos bolivianos e a hegemonia do centro comercial, com suas lojas instaladas nas ruas tidas como comerciais, encontram-se contrapostas aos espaços produzidos e dominados por lojas de propriedade de bolivianos, espalhados por diversos bairros. Um comércio promissor e atraente que altera a geografia da cidade.

Outro espaço ocupado por comerciantes de origem do país vizinho são as feiras livres da cidade. Segundo o presidente da Associação dos Feirantes, atualmente existem em torno de 110 barracas em cada feira livre, das quais cerca de 99% são de propriedades dos bolivianos. E aqueles que não conseguem se inserir como proprietários de lojas ou feirantes se dedicam a vender mercadorias como ambulantes.

Os bolivianos estão presentes em quase todos os bairros da cidade de Corumbá-MS, mas detectou-se, durante a pesquisa, que a maior concentração está na borda oeste da cidade, nos Bairros Dom Bosco, Arthur Marinho, Centro, Aeroporto, Popular Nova, Jardim dos Estados, Guarani, chegando até o Bairro Nova Corumbá e já, embora timidamente, adentrando o Bairro Guatós, conforme Figura 6. Em geral, eles alugam casas que possam servir tanto ao estoque de suas mercadorias, seu comércio, e por vezes, de moradia.



Figura 6 – Maior ocorrência de bolivianos atualmente na cidade de Corumbá-MS



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

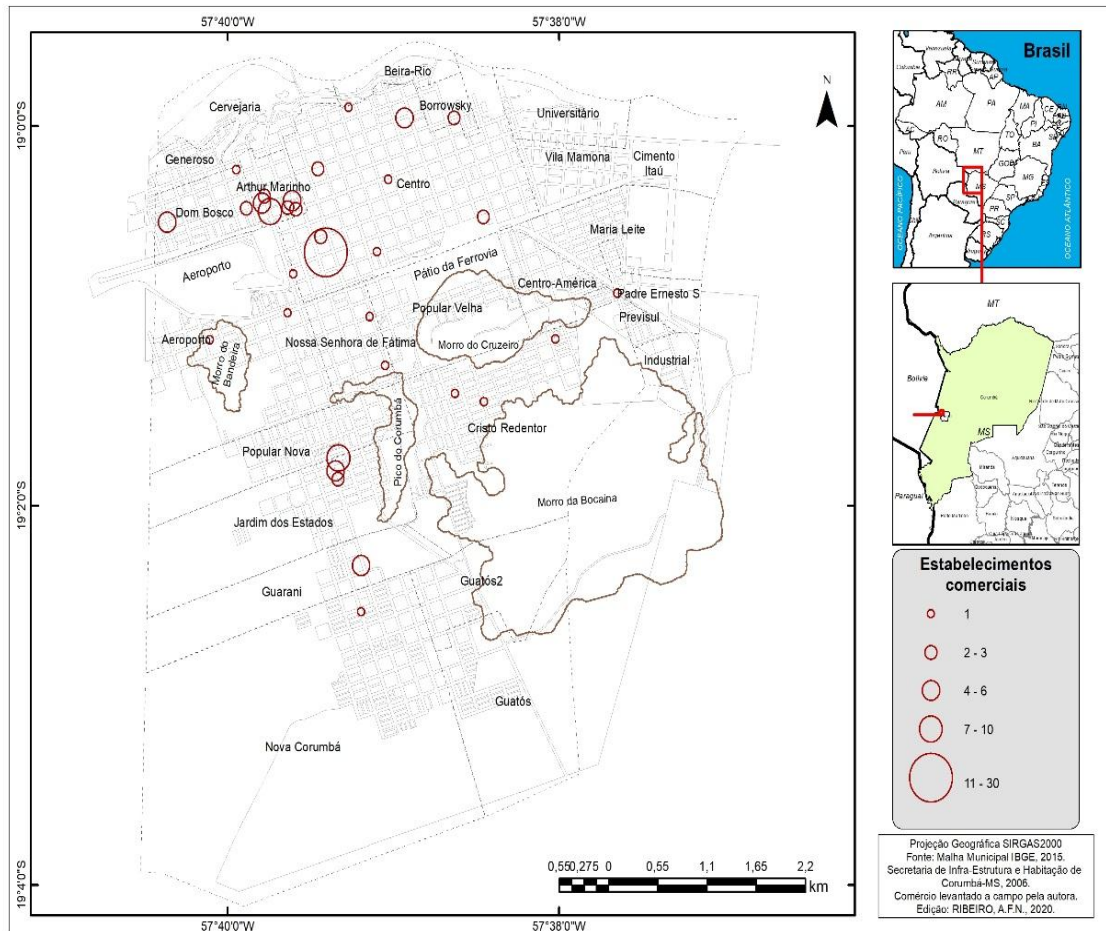
É notório que a presença destas lojas e edificações está mudando a conformação destes bairros, criando novos espaços, os quais recebem denominações populares, como no Bairro Popular Nova, em que a rua do comércio hoje é denominada popularmente por “rua dos bolivianos”. As lojas surgem com uma rapidez espantosa, a cada dia uma nova porta de comércio gerido por um boliviano se abre alterando o local e produzindo espaços e relações nos bairros onde vão se instalando, costuma-se dizer na cidade que eles, assim como plantas, “brotam”.

#### 4.1 O comércio formal dos bolivianos em Corumbá-MS

O comércio boliviano se apresenta com suas peculiaridades por toda a cidade. As mercadorias são expostas nas calçadas das lojas e comercializadas ali mesmo, como se fosse uma extensão do local. Comercializam bebidas, principalmente cerveja e refrigerantes, mas também são encontrados itens como rações para pets, hortifrutigranjeiros, mercadorias alimentícias, entre outras.

A Figura 7 traz os pontos plotados por bairros, resultado do trabalho de pesquisa de campo, feito pelas ruas da cidade, orientado por observações e conversas com moradores de diferentes bairros sobre a existência de comércios de bolivianos nos mesmos e pelo conhecimento de vivência local.

Figura 7 – Localização dos estabelecimentos comerciais



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

O mapa contabiliza os estabelecimentos encontrados em cada bairro. Este universo comercial passa por lojas de produtos alimentícios, bebidas, rações e variados materiais. Existem lojas de celular, roupas e prestação de serviços (salão de beleza e barbearia), que se espalham por praticamente toda a cidade. Nota-se que em certos pontos há uma concentração do comércio de bolivianos, deixando claro o companheirismo e a proteção de uns com os outros. O número de lojas mapeadas em cada local está representado por variados círculos. Quanto maior o círculo, maior concentração de estabelecimentos comerciais bolivianos. É possível afirmar que, passados alguns meses, este mapa sofrerá modificação notória, visto que

cotidianamente novos empreendimentos geridos por bolivianos são abertos na cidade. Observa-se, também, na borda oeste da cidade, maior número destes estabelecimentos.

Dom Bosco, Arthur Marinho, Aeroporto, são nestes bairros que há um número maior de lojas e o movimento de pessoas comprando é significativo. Os estabelecimentos são grandes, assemelhando-se aos conceitos de minimercado. Há, ali, acirrada competição por preços entre os comerciantes bolivianos e o comércio brasileiro, nas quais os bolivianos garantem quase que exclusivamente as transações comerciais que se dão nestes bairros.

No Centro, os estabelecimentos bolivianos concentram-se em determinados locais e sua presença é notada devido as características marcantes dos empreendimentos. No bairro Popular Nova, ocupam quase que toda a extensão do centrinho comercial e é neste bairro que está crescendo diariamente a quantidade de empreendimentos, estendendo-se pelo Jardim dos Estados, chegando na parte alta da cidade, no Bairro Guarani, próximos ao maior supermercado atacadista da cidade e na Rua Paraíba centro comercial do Bairro Nova Corumbá, um local de intenso movimento.

Um recorte analítico foi feito e, com isso, selecionou-se alguns pontos do mapa para verticalizar a análise. Foram escolhidos os locais de aglomerações comerciais bolivianas, os mais expressivos na cidade. No centro da cidade de Corumbá-MS, existe um aglomerado de lojas na rua 13 de junho, entre as Ruas Antônio João e Rua Tiradentes, próximo a um dos maiores supermercados da cidade e ao local da maior feira livre, que acontece aos domingos, (Imagens 11 e 12). Ali, dispõem-se lado a lado, seis lojas, que se dedicam a venda de roupas, utensílios de cozinha, fraudas, ração para *pets*, bebidas em geral, dentre outras mercadorias.



Imagem 11 – Lojas de comerciantes bolivianos na Rua treze de junho - Centro



Fonte: Trabalho de Campo em fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 12 – Lojas de comerciantes bolivianos na Rua treze de junho – Centro



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.



A situação se repete nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho e Aeroporto. Nestes locais há uma concentração considerável de casas de comércio de propriedade de bolivianos (Imagens 13 a 17), que estão nas ruas Edu Rocha, Rua Cuiabá e na Alameda Joaquim Alcides Pereira, nas proximidades da Praça Nossa Senhora de Urucupiã, antiga feira Bras-bol.

Imagem 13 – Esquina da Rua Edu Rocha com Rua Cuiabá, Bairro Arthur Marinho



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 14 – Comércio na Rua Edu Rocha, Bairro Aeroporto



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

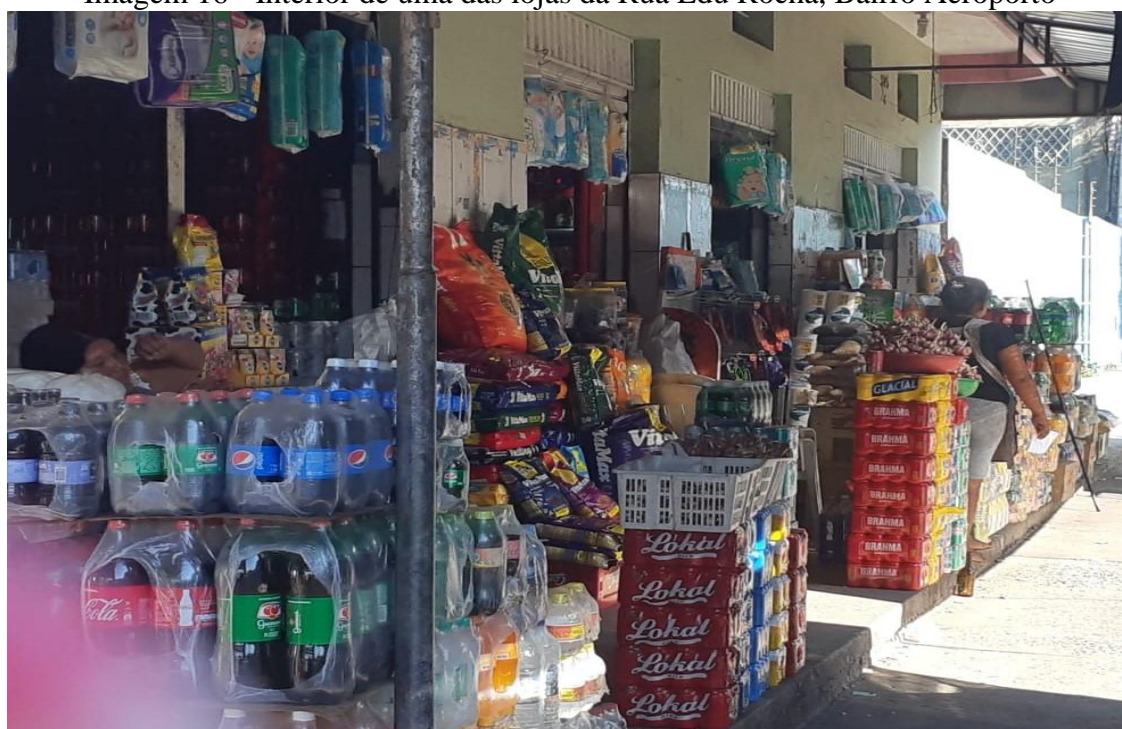
Imagem 15 – Comércio na Rua Cuiabá, Bairro Dom Bosco



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

As mercadorias encontram-se expostas nas portas das lojas, principalmente bebidas, cerveja de várias marcas e refrigerantes, dando uma característica que é peculiar às casas comerciais dos bolivianos (Imagens 16 e 17).

Imagem 16 - Interior de uma das lojas da Rua Edu Rocha, Bairro Aeroporto



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.



Imagem – 17 – Vista da Rua Edu Rocha esquina com Rua Cuiabá – Bairro Dom Bosco



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

No Bairro Popular Nova, há ruas repletas de lojas que comercializam de tudo um pouco, como as Ruas Dom Pedro I e Ciríaco Félix de Toledo, conforme descrito na Figura 7, e registrado nas imagens 18, 19 e 20, a seguir:

Imagem 18 – Comércio de bolivianos na Rua Dom Pedro I – Bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 19 – Comércio boliviano na Rua Dom Pedro I - Bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Estes comércios localizados no Bairro Popular Nova situam-se frente de um supermercado local (Imagem 20) e neles são comercializados produtos similares aos do supermercado, porém a preços mais baixos, chegando até a uma diferença de 50% nos valores, principalmente nos de bebidas em geral.

Imagem 20 – Comércio boliviano em frente ao supermercado – Bairro Popular Nova



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

No período de elaboração deste trabalho, notou-se concentração de comércios bolivianos na Rua Ciríaco de Toledo, no Bairro Popular Nova, com estabelecimentos



chegando no Jardim dos Estados e Bairro Guarani, onde também tem um conjunto de lojas. No Bairro Guarani e Nova Corumbá verificam-se a existência de estabelecimentos de propriedade de bolivianos instalados no coração do comércio da parte alta da cidade. As lojas recentemente abertas conseguem operar preços mais acessíveis do que o comércio formal do referido bairro, pois as mesmas estão instaladas próximas ao Atacadista Pantaneiro, o maior supermercado da cidade.

Enfim, observa-se que as lojas, de propriedade dos bolivianos, se proliferam em alguns locais dos bairros, como: Dom Bosco, Arthur Marinho, Aeroporto, Centro e Popular Nova, mas estão instalando-se em outros bairros onde antes não eram ocupados pelo comércio formal de propriedade destes vizinhos. Nota-se, visivelmente, uma expansão destes comércios pela cidade, que surgem com rapidez. Sem dúvida, caso continue esta mesma dinâmica, e o preço do dólar se mantiver alto em relação ao Real, o mapa da Figura 7 provavelmente se configurará diferente, aparecerão mais e maiores círculos.

Em diálogos engajados com cinco empresários do setor dos transportes, obteve-se informações de que os comerciantes bolivianos estão articulados em rede de compra de mercadorias dentro do território brasileiro e por isso conseguem, em conjunto, através de um comerciante atacadista brasileiro ou atacadista boliviano instalado no Brasil, comprarem produtos em carretas fechadas (cerveja, refrigerantes, rações para animais, açúcar, arroz etc.), barateando custo, assegurando o abastecimento dos seus empreendimentos e, assim, justificando os baixos preços praticados dos produtos. Uma das razões que os tornam competitivos é porque conseguem vender dentro do mercado brasileiro produtos nacionais a preços mais baixos. A legalidade das transações assenta-se na inscrição como Micro Empreendedor Individual (MEI), que lhes atribui tributação específica e autoriza emissão de notas fiscais, tanto de compra quanto de venda.

Recentemente, se instalou na cidade, no Bairro Popular Velha, uma rede de atacados, “Mega Atacadista” (Imagem 21), representado por um de seus gerentes. Obteve-se algumas informações, em entrevista para esta pesquisa, em que o Senhor R. informou que a rede se instalou em Corumbá-MS, porque viu na região um potencial de clientela para o comércio de atacado e varejo, mas que o cliente boliviano foi uma surpresa positiva muito grande para eles. Confirmou que cerca de 60% do faturamento de atacado da loja, em Corumbá/MS, vem dos clientes bolivianos que atendem e que os mesmos garantem hoje, cerca de 50% do

faturamento das vendas do varejo<sup>55</sup>. Informou também que atendem a vários comerciantes bolivianos da cidade e que eles não operam com uma margem de lucro exorbitante, por isto atraem sua clientela. Estas informações ratificam as de outros comerciantes atacadistas. Desta forma, e com um sistema familiar de trabalho, se inserem no mercado corumbaense e atraem clientela que colabora com o crescimento dos mesmos.

Imagem 21 – Mercadorias expostas no Atacado Mega – Bairro Popular Velha



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Verificam-se, espalhados pela cidade, expressivo número destes comércios atacadistas, dirigidos por brasileiros ou bolivianos. Nos Bairros Dom Bosco e Aeroporto contabilizaram-se doze<sup>56</sup> estabelecimentos atacadistas, instalados exclusivamente para atender os comerciantes bolivianos que operam tanto aqui no Brasil quanto na Bolívia.

No Bairro Dom Bosco (Imagem 22), um dos pontos comerciais desta natureza, suas mercadorias estão instaladas na Rua Dom Aquino, principal acesso ao país vizinho. Este tipo de comércio é abastecido pela produção das indústrias brasileiras e posteriormente comercializados com atacadistas ou comerciantes varejistas bolivianos.

<sup>55</sup>Reflexo da cotação alta do dólar que nos dias atuais estão sendo cambiados a R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos) e com este câmbio alto o real se desvaloriza e a moeda boliviana e o dólar aumentam o poder de compras dos vizinhos bolivianos.

<sup>56</sup>Esta informação foi obtida em trabalho de campo, observação do local. O número não é exato, mas foram os computados como sendo os que trabalham exclusivamente com comércio de bolivianos. Na Junta Comercial de Corumbá-MS encontraram-se muitos comércios com inscrição como atacadistas, mas que não tinham esta característica de trabalho. Assim, optou-se por levantar em campo o número aproximado de locais que atendem os comerciantes bolivianos.

Imagem 22 – Atacado Fronteira localizado no Bairro Dom Bosco



Fonte: Trabalho de campo em Janeiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

A Imagem 23 é um dos estabelecimentos de propriedade de bolivianos, situado no bairro Aeroporto.

Imagem 23 – Atacado Safira Suzan de propriedade de bolivianos no Bairro Aeroporto



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Esta dinâmica de comercialização espalha-se pela cidade, abastecendo os comerciantes bolivianos. As informações obtidas sobre esta modalidade comercial vieram através de comerciantes atacadistas brasileiros.

Os comerciantes bolivianos, no geral, tornam-se difíceis quando se chega para conversar, eles temem muito a fiscalização e são desconfiados. As informações foram colhidas de incursões aos comércios na figura de cliente, estabelecendo-se diálogos na informalidade. Assim foi feito com vários estabelecimentos, de propriedade de bolivianos, de modo que se tornam mais amigáveis e esclarecem muitos pontos que em entrevistas formais não seriam revelados.

Para melhor entendimento do mecanismo empregado na abertura de pontos comerciais por bolivianos e a fiscalização dos mesmos, procurou-se o Chefe da Coordenadoria de Postura do Município de Corumbá, Senhor L.C., responsável pelo setor que fiscaliza os estabelecimentos comerciais e disse que:

A atribuição deste setor é verificar se os bolivianos possuem alvará de funcionamento, no que diz respeito a mercadorias é de atribuição da Receita Federal. O boliviano na sua grande maioria são MEI – Micro Empreendedor Individual, eles conseguem através do portal do empreendedor, site do Governo Federal, tirar uma licença provisória, posterior a isto eles procuram a prefeitura Municipal e conseguem o Alvará de Localização para exercer sua atividade. E para o boliviano conseguir ser um Micro Empreendedor no Município de Corumbá basta ele ter CPF e um endereço na cidade, dar entrada nos papéis e em questão de três dias consegue o alvará de localização. Eles contribuem com 5% do valor que eles pagam ao governo federal (R\$ 60,00 (sessenta reais) por ano), já vem direto ao ISS do Município repassado pelo Governo Federal(informação verbal)<sup>57</sup>.

Quanto a questão da legalidade e a fiscalização dos empreendimentos, afirmou que:

Na verdade, eles temem a fiscalização por desconhecimento da própria legislação, porque eles têm condições de estarem plenamente legais e exercerem a atividade sem ter problema nenhum. Na verdade é um equívoco deles fugir da fiscalização porque a fiscalização da prefeitura não é de cunho coercitivo mas de cunho preventivo e educativo, a gente vai lá e orienta o indivíduo o que fazer para exercer a atividade sem ter problemas.

Os comércios dirigidos por bolivianos funcionam em horários que não obedece aos rigores de horários do comércio local da cidade. Funcionam até mais tarde, além das 18 horas, horário previsto ao encerramento de expediente do comercio local. Também abrem suas

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida pelo Sr. L.C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

portas aos domingos e feriados. E muitas vezes começam, no dia a dia, seu funcionamento bem mais tarde que o horário habitual de abertura do comércio local, as 8 horas da manhã. É muito comum andar pela cidade e ver o comércio dos bolivianos aberto até dez horas da noite, em domingos e feriados, ou seja, o comércio deles não obedece aos horários de funcionamento do comércio local. Uma situação que chama atenção por quem anda pela cidade. Acerca desta diferenciação dos horários de funcionamento, o dirigente municipal informou que o estabelecimento:

Ele tem o funcionamento liberado, geralmente vem no alvará de localização dependendo do tipo de atividade exercida, quem exerce atividade com bebidas alcoólicas existe um alvará especial, para poder trabalhar após as 22 horas, aqueles que não vendem bebidas alcoólicas ele não tem este tipo de restrição, então por muitas vezes não vem no alvará dele descrevendo um horário então ele pode trabalhar ininterruptamente na atividade. O que dificulta para os brasileiros trabalharem ininterruptamente na atividade é a questão trabalhista, porque os empregados têm um limite de horário diário e isto geraria um ônus. Geralmente os bolivianos não tem empregados eles trabalham com a própria família, então isto faz com que se diminua muito valor em relação a mercadoria por questão dos próprios encargos trabalhistas; isto já foi objeto de discussão em reunião com a Receita Federal, com a Receita Tributária do Estado, eles tem esta possibilidade de não estar no sistema trabalhista e por não estar neste sistema eles acabam não tendo este ônus de gasto e aí o funcionamento deles fica mais barato do que o comerciante que contrata cinco empregados com carteira registrada pagando todos os impostos. A estrutura familiar deles é que facilita, talvez seja o fator mais forte para o comércio deles ter um preço mais vantajoso.

E quando se refere aos bolivianos em relação ao comércio o define de uma maneira peculiar:

O Boliviano é uma parte singular, são diferenciados não se misturam com o restante, contudo primordial para a manutenção do equilíbrio hoje do comércio em Corumbá, eles entram para comercializar mas também entram para consumir, isto é uma cadeia conexa, não é uma via de mão única onde só se dá, também se recebe. Existe uma conexão onde eles precisam da gente e nós precisamos deles. O boliviano salvou o comércio na situação da crise econômica, o fluxo de receita no município foi sustentado pelo consumo do boliviano. A gente acaba agregando a problemática que eles trazem que é atendimento de saúde, educação, assistência social, mas também eles agregam na parte econômica com este fluxo de pessoas, extremamente necessário e em momentos emergenciais são precisos, são nossa reserva em uma situação de extrema necessidade econômica (informação verbal)<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida pelo Sr. L.C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

Por fim, quando questionado acerca de em qual momento o boliviano se apresentaria como um problema no comércio, ele diz:

Ele acaba sendo um problema quando a gente identifica que por eles abrirem várias atividades comerciais aqui eles conseguem fazer isto com valor mínimo com relação a parte trabalhista eles não geram empregos na cidade, embora tenham várias lojas na cidade comandadas por bolivianos nenhuma delas emprega na formalidade alguém, se tivéssemos pelo menos cada loja aberta empregando um cidadão (brasileiro) corumbaense teríamos um certo número de empregos gerado por eles, mas a estrutura do comércio deles é familiar é da cultura dele e quando muito, gera algum emprego passageiro na informalidade. O maior problema deles aqui na atividade comercial é a não geração de emprego, eles geram receita para o Município, mas não emprego. Não geração de emprego. Na economia do Município hoje ele contribui vendendo, oferecendo produtos, consumindo e ofertando poucos empregos informais. O gargalo problemático é a não oferta de emprego formal. Porque mesmo que eles sejam MAI, nesta modalidade eles podem ter um empregado formal com carteira assinada. Se cada MEI de boliviano tivesse um empregado formal, cada boliviano estaria empregando um brasileiro. E seriam bastante.

Assim, os bolivianos estão com seus pontos comerciais nas ruas da cidade de Corumbá-MS, vendendo diversos produtos, concorrendo com o comércio de brasileiros. Como Micro Empreendedor Individual (MEI), conseguem pagar uma menor carga tributária, não contratam funcionários, pois optam por um sistema familiar de trabalho, que os livra dos encargos trabalhistas. Estes fatores incidem diretamente nos preços das mercadorias, dando às vezes a impressão de concorrência desleal com o mercado brasileiro. Estão crescendo em número de estabelecimento, dia a dia, e percebe-se que todos têm um bom fluxo de clientela. Durante as visitas a esses comércios, observou-se que uma parcela da população, que se apresenta como clientelas ativas destes estabelecimentos, são os beneficiários dos programas sociais de Governos Estaduais e Federais, como Bolsa Família, por exemplo. A partir de diálogos travados com oito senhoras beneficiárias destes programas, houve unanimidade das respostas em declarar preferência de compras nos empreendimentos bolivianos do que nos supermercados, devido aos melhores preços praticados.

Mediante tais informações, é possível entender a estratégia comercial dos bolivianos em se instalarem próximos aos supermercados da cidade, eles têm condições de concorrer com os preços operados nestes estabelecimentos, pois possuem menos despesas trabalhistas e menor carga tributária, além de operar com uma margem de lucro que não é excessiva, tão pouco abusiva, porque se eles não fossem competitivos não sobreviveriam nas portas dos supermercados.



#### 4.2 Os ambulantes bolivianos espalhados pela cidade

Outra situação que ocorre na cidade de Corumbá-MS são os ambulantes bolivianos que se apresentam de vários tipos: os que ficam parados na região central da cidade, os que perambulam pelos bairros vendendo somente alho e aqueles que fazem comércio de várias mercadorias e andam de porta em porta, visitando sua fiel clientela nos bairros.

Espalham-se pelas principais ruas do centro comercial da cidade, vendendo vários produtos em carrinhos. Segundo alguns entrevistados, essa é a forma mais fácil para correr caso a fiscalização apareça. Relataram que já tiveram casos de perderem todas as mercadorias.

Segundo o chefe da Postura do Município de Corumbá-MS, estes são fiscalizados periodicamente e não é possível combatê-los, quando começa a fiscalização sempre se pega um ou outro, os demais fogem e escondem seus carrinhos, muitas vezes com anuência de alguns comerciantes estabelecidos na área central, que os protegem, contradizendo o que a maioria dos comerciantes dizem sobre estes ambulantes.

Em entrevista, a ambulante Senhora D. declarou morar em Corumbá-MS, afirmando que ficou aqui porque está acostumada a viver aqui. Seus pais são bolivianos e vivem do lado de lá em Arroyo Concepción, mas trabalham em Corumbá também como ambulantes pela cidade. A mesma se denomina trabalhadora autônoma e diz trabalhar todos os dias, das sete da manhã às cinco da tarde, sempre nas ruas de Corumbá, na região central. Diz que faz renda o suficiente para sobreviver, mas fala das dificuldades que existem em ser ambulante:

A maior barreira que encontramos é a fiscalização, se a prefeitura pegar leva tudo mesmo, por isto já trabalhamos com carrinhos que quando percebo o movimento fecho meu carrinho e saio. Outro problema que encontramos é a falta de respeito de alguns brasileiros que às vezes falam alto conosco e até faltam com respeito, me chamam de “choca”, eu não sou “choca”(informação verbal)<sup>59</sup>.

Esta fala reforça e reafirma as fronteiras humanas expostas pelas diferenças que os Estados Nações impõem historicamente aos bolivianos em Corumbá-MS.

Outra situação retratada é a da vendedora ambulante Senhora C (Imagem 24), boliviana, vive do outro lado da fronteira em Arroyo Concepción, vem e volta todos os dias e a sete anos trabalha no centro de Corumbá. Ela se diz acostumada neste serviço, tem dois filhos de 12 e 14 anos que ficam com o pai, pois ele não possui emprego fixo lá na Bolívia, então cuida as crianças. Seu turno de trabalho nas ruas de Corumbá-MS é de oito horas por dia, durando até as cinco horas da tarde, todos os dias. Guarda suas mercadorias na loja de um

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Senhora D. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

amigo, não declarou onde, e vai para o outro lado. Chegando na fronteira anda quase uma hora a pé até chegar em sua casa, diariamente faz este trajeto. Dentre os vários produtos que vende, o alho é o carro chefe. Ela afirma que lá na Bolívia vende o alho a cinco bolivianos, meio quilo<sup>60</sup>, e aqui a cinco reais. No câmbio atual a diferença do preço entre as moedas é mais que o dobro do valor, pois o real é mais valorizado, o câmbio é determinante.

A fiscalização amedronta ela:

Eles pedem a nota e não tem nota, ai perdemos tudo por isto. Eu já perdi minha mercadoria umas duas vezes nestes anos que estou aqui, é triste, mas não tenho outra opção de trabalho. Lá na Bolívia ninguém olha para meu carrinho porque é pequeno. Aqui eu vendo bem. Mesmo pagando passagem de ida e volta compensa eu vir trabalhar aqui todos os dias.

Além da fiscalização que sofremos aqui na cidade, também fico com medo quando passo na Receita Federal lá na fronteira por causa das revistas que às vezes são feitas nas nossas mercadorias, mas eu já sei quando posso passar e o dia que não consigo passar de manhã passo a tarde, porque tenho que repor minhas mercadorias. E eu venho trabalhar porque tenho que pagar minhas contas (informação verbal)<sup>61</sup>

Imagem 24 – Vendedora ambulante - Senhora. C.



Fonte: Trabalho de Campo, julho/2019. Por: Isabela Lanza de Barros.

<sup>60</sup> Refere-se a este peso por ser o tamanho das embalagens de alho que colocam à venda, saquinhos de meio quilo.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Senhora D. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



Da entrevista com a vendedora ambulante, transparece seu conhecimento de que ao atravessar os limites entre os dois países ela entra no território do outro, buscando seu sustento, temendo as fronteiras que precisa ultrapassar todos os dias, ou viver na espreita delas, neste caso a fiscalização. Sua fala deixa claro que, ao atravessar o limite entre os dois países todos os dias criou-se uma rotina de observação do movimento, e vai se adequando às condições estabelecidas para que possa ultrapassar esta barreira sem que nada lhe aconteça. Esta é a arte de contornar os obstáculos impostos na vivência do limiar entre dois países, necessária na busca da sobrevivência no território vizinho.

Mesmo durante a entrevista, a Senhora C. continuou suas vendas e uma situação a qual presenciamos chamou atenção: um casal de brasileiros se aproximou, a mulher pergunta o preço de uma determinada mercadoria e pede desconto. Mediante negativa da Senhora C., respondeu em tom intimidador: *“Você está em nosso país tem que fazer descontos”* (grifo nosso). Ela, por sua vez, não se deixou abater. A cena explicitou a relação que muitos brasileiros estabelecem com o outro na cidade. A relação de alteridade/diferença que é notória em relação ao boliviano, tratado como o outro e inferior, como se o fato dela estar do lado de cá, em outro país, a obrigasse a fazer o que a consumidora queria. Expõem-se, assim, um conflito ocasionado pela tentativa do Estado-Nação impor uma identidade nacional, de forma hierárquica. O fato dela ser boliviana e estar trabalhando no Brasil a obriga fazer desconto, como se isto fosse uma forma de pagar por estar usando o território do outro. Aí está a fronteira do humano, segundo aponta a advogada Martins (1997).

Além das mercadorias que são oferecidas cotidianamente, outros produtos são sazonais, oferecidos de acordo com o momento, em razão das condições climáticas e das festividades nacionais e locais. A entrevista da Imagem 24, realizada no mês de julho, encontrou a vendedora com várias peças de lã por conta do inverno, como luvas, meias e toucas. Já os ambulantes encontrados no mês de fevereiro de 2020, época do carnaval brasileiro, uma troca no perfil das mercadorias foi observada, eram ofertados adornos e adereços carnavalescos idênticos aos vendidos em várias lojas estabelecidas no comércio das proximidades (Imagens 25 e 26).

Imagem 25 – Ambulante vendendo adornos de carnaval



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 26 – Ambulante vendendo adornos de carnaval próximo a lojas do centro da cidade



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Estes ambulantes estavam na Rua Delamare, no centro comercial de Corumbá-MS, e bem próximos das lojas que comercializam produtos semelhantes, expondo a concorrência desleal que acontece neste local, Imagens 27 e 28.

Imagem 27 – Adornos carnavalescos expostos em loja da Rua Delamare, no Centro – I



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 28 – Adornos carnavalescos expostos em lojas da Rua Delamare, no Centro - II





Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Em diálogos com comerciantes<sup>62</sup> brasileiros que estão instalados na cidade, ouviu-se reclamações da presença destes ambulantes no centro comercial, pois concorrem com as mercadorias que eles oferecem. Para alguns, a relação com os bolivianos permeia o amor e o ódio, pois dependem do consumo do boliviano e ao mesmo tempo têm o ambulante boliviano concorrendo na porta de sua loja com produtos idênticos aos seus e com menores preços. Esta relação está explícita na fala de alguns comerciantes com os quais obteve-se contato durante a pesquisa de campo.

Das entrevistas realizadas, os comerciantes foram unânimes em admitir a importância do consumidor boliviano para que seus estabelecimentos tenham bons rendimentos, porém existe adversidades, como visto neste trecho:

O comércio de Corumbá não seria o mesmo se não tivéssemos os consumidores bolivianos, mas os ambulantes bolivianos atrapalham muito, além da concorrência desleal, enfeiam a cidade dando um aspecto ruim(informação verbal)<sup>63</sup>.

A afirmação deixa claro que, apesar do lado positivo como consumidor, o boliviano, o *outro*, ainda é visto com um estereótipo carregado de juízos de valores que julga os bolivianos, os imprime características negativas e evidenciam, nas e pelas diferenças culturais, os motivos da alteridade. É na afirmação da diferença que a identidade finca suas estacas mais primitivas, demarcando fronteiras (BAIBICH, 2001).

Em outro diálogo, um comerciante chegou a afirmar que para ele existe o “*boliviano bom*” e o “*boliviano ruim*”. Quando questionado sobre esta afirmação respondeu que os bolivianos bons são os compradores no comércio local e os ruins são os concorrentes que não pagam impostos e vendem os mesmos produtos que ele, mais barato, na informalidade, estabelecendo uma concorrência desleal. As expressões citadas explicitam um pensamento arraigado entre os comerciantes que não se constroem ao falar desta maneira, demonstrando uma naturalização nesse tipo de construção da ideia do sujeito boliviano. O mais interessante, neste caso, é que este mesmo comerciante é proprietário de uma loja na Bolívia há muitos anos. Vê-se explicitamente uma relação discriminatória latente e naturalizada em relação ao boliviano pobre e ambulante, o *boliviano ruim*, pois a este é destinado o tratamento com

<sup>62</sup> Durante a pesquisa foram tecidos diálogos com oito comerciantes da região central, mas todos solicitaram que não fossem identificados. Expuseram assim o que pensam sobre o assunto e as impressões dos mesmos sobre o assunto estão diluídas no texto.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por comerciante de Corumbá, proprietário de Loja na Rua Frey Mariano. [julho2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

inferioridade, afinal, ele é boliviano, vindo de um país pobre. Em contrapartida, presenciou-se a entrada de um casal de bolivianos na loja deste comerciante que vieram de Santa Cruz, estes, os consumidores, foram tratados muito bem, compraram e o pagamento foi feito em dólar, o *boliviano bom*.

O confronto das identidades aflora e as diferenças vem à tona na medida em que o boliviano é interessante ou não para o comerciante brasileiro. Percebe-se que para os comerciantes brasileiros mais antigos, do centro comercial estabelecido na cidade, onde estão as lojas de redes nacionais, lojas mais sofisticadas de roupas, calçados, joalherias, enfim a estes lojistas o boliviano só é interessante enquanto consumidor, mas o ambulante que está nas esquinas é abominável.

Este posicionamento vai ao encontro do que diz Baibich (2001):

No sentido de reafirmar a identidade e a pertença a seu grupo é atribuído ao outro (alter) características, também grupais, super generalizadas sobre seu comportamento ou constituição. Estas características são comumente negativas e, quando positivas, carregam consigo uma avaliação negativa. (BAIBICH, 2001, p. 20).

Embora revele-se um empoderamento na maioria dos comerciantes locais, existem também aqueles que dão apoio ao trabalho dos bolivianos ambulantes no centro da cidade. Na entrevista com o chefe da postura, ele afirmou que a fiscalização é dificultada porque alguns ambulantes se escondem em lojas locais que lhes oferece guarida. Embora não deixe claro quais são estes comerciantes, pode-se atribuir este papel, talvez, aos comerciantes desta região, ligados ao ramo de alimentação, que tem nos ambulantes bolivianos clientela em potencial.

Também foi entrevistado um outro perfil de ambulante, os que andam a cidade inteira, geralmente são mulheres, e sua principal mercadoria é o alho. Estas bolivianas são encontradas em todas as partes da cidade (Imagem 29).

Imagem 29 – Bolivianas vendedoras de alho pelas ruas de Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de Campo, julho de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros

Entrevistada, a Senhora A. de 65 anos, declarou fazer este serviço a nove anos, vendendo de 15 a 20 Kg de alho por dia. Ela veio de Cochabamba e vive sozinha em Arroyo Concepción. Declarou que a renda para sua sobrevivência sai toda da venda de alho, e se passa um dia sem andar não tem dinheiro para se sustentar. Afirmou ainda que vende alho somente no Brasil, trazendo o produto de Cochabamba/BO, porque lá não comem alho, pouco consomem. Quando questionada se gostaria de morar aqui no Brasil, a resposta é afirmativa. Revela, porém, não possuir recursos para residir no lado brasileiro. E fala, em espanhol mesclado de português, seu sentimento em relação ao lado de cá: *“Bonito aqui, me gusta aqui, la gente buena, muchos me conocen, a mim me gusta de Brasil”*. Ela segue informando sua situação: vive em uma casa cedida do outro lado, passa o dia inteiro em Corumbá-MS e quando vem, passa a fronteira tranquila, visto que todos a conhecem e não lhe quitam a mercadoria. No final da sua entrevista questionou como faria para “sacar” os documentos brasileiros, o objetivo de muitos bolivianos é tirar os documentos brasileiros:

A cidadania é um elemento importante na construção das nações modernas e na definição da fronteira entre os incluídos e excluídos de um determinado território nacional. Os indivíduos que ultrapassam um limite territorial de um Estado moderno sem a documentação exigida se transformam não somente em estrangeiros, mas em “irregulares”, “ilegais”, “clandestinos” [...] (ALBUQUERQUE, 2010, p. 209).

Quando perguntado sobre o desejo de possuir documentos brasileiros, a resposta é direta: para andar mais tranquila aqui e ter a assistência caso venha necessitar, principalmente o atendimento de saúde. A Senhora A. declarou que tem aposentadoria boliviana de 350 bolivianos, nos dias atuais cerca de cento e sessenta reais. Ela vem todos os dias da fronteira e quando acaba de vender vai embora; o vem e vai todos os dias é feito de ônibus.

Está claro na fala desta ambulante, que ela é mais uma boliviana que trabalha no Brasil e deseja ter os direitos que os brasileiros têm, pois ao dizer que quer os documentos, menciona que todos os bolivianos têm, e que ela também quer ter direito aos serviços de saúde e programas sociais.

Ao se inserir na cidade como trabalhadores, mesmo que informais, os bolivianos sentem-se no direito e querem usufruir dos serviços públicos oferecidos pelo Município, mesmo que para isto tenham que ocultar sua verdadeira moradia ou suas próprias origens.

Andando pela cidade e conversando com os comerciantes bolivianos, percebe-se naqueles que chegaram recentemente, que os mesmos têm foco no comércio e em geral armazenam suas mercadorias e moram no mesmo espaço. Muitos declararam que sua casa é do lado de lá da fronteira, mas como trabalham em Corumbá-MS, do lado de cá, muitas vezes pernoitam na cidade, ou seja, o que considera sua casa, o ponto fixo, sua residência, é lá do outro lado. Outros já apresentam situação diferente, trabalham e moram em Corumbá-MS, mas também tem sua casa do outro lado da fronteira em Arroyo Concepción ou Puerto Quijarro, Bolívia. E ainda tem aqueles que vivem, moram e trabalham no mesmo espaço, no Brasil.

Uma outra situação foi encontrada na pesquisa, foi o Senhor H. Boliviano que veio de La Paz e vive a 17 anos em Arroyo Concepción-BO, declarou que vive lá do outro lado, sua casa é lá do outro lado, mas a um ano veio para o lado de cá e abriu um salão de corte de cabelos masculinos para aproveitar a variação cambial e vem a Corumbá-MS somente para atender seus clientes. Ele afirmou estar tirando proveito do valor do dólar para ganhar seu dinheiro. Todos os dias, no período da tarde, abre seu estabelecimento, onde tem os aparatos de um salão de beleza e um espaço reservado contendo uma cama e cozinha conjugada. Disse que em alguns dias, quando fica trabalhando até tarde, dormem ali mesmo, ele, a mulher que o acompanha para cozinhar durante o dia e os dois filhos, que ainda são crianças pequenas. Passa um período na Bolívia, onde trabalha com madeiras em uma marcenaria, e no meio da tarde vem para o lado de cá abrir o salão. Corumbá-MS é uma oportunidade de ganhar dinheiro, não tem altos lucros, mas ganha o suficiente. Diz ter uma clientela certa porque faz um preço mais baixo do que os cabeleireiros brasileiros. Logo, os pais que tem vários filhos

vêm cortar aqui. Contou que não tem problemas em atravessar os limites entre os dois países, o que faz diariamente, pois está sempre correto com seus documentos. Afirma que se tivesse oportunidade de trabalhar só no Brasil ficaria do lado de cá para sempre.

Uma peculiaridade deste povo é o culto aos laços familiares e de amizade. Percebe-se uma forte ligação entre muitos deles e as relações de parentesco e fraternais são constantemente nutridas. Boa parte das lojas dos bolivianos na cidade pertence a mesma família sendo este culto aos laços de amizade e familiares do costume dos bolivianos. Historicamente, estas relações consistem em uma espécie de ajuntamento de famílias e amigos, atuam como uma forma de proteção ou de fortalecimento da permanência dos mesmos em um território onde eles são estrangeiros. A Feira Boliviana lá dos anos de 1950, tratada na Seção 3 deste trabalho, foi um exemplo desse agrupamento, manutenção da sua identidade e de se fortalecerem perante o outro. E foi assim nos demais movimentos que fizeram e até hoje fazem na cidade.

Atualmente, nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho, Aeroporto, Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova, Conjunto Jatobazinho, Jardim dos Estados e Nova Corumbá, ou seja, a borda oeste da cidade, há uma aglomeração significativa de pontos comerciais em posse de bolivianos. Aos poucos eles foram entrando na área urbana, vindos a chamado de parentes ou amigos ou, ainda, procurando serviço e melhores condições de infraestrutura de educação e saúde para a família. A maioria ligada ao comércio formal, ao comércio de ambulante e às feiras, locais que concentram os bolivianos na comercialização de produtos diversos na cidade de Corumbá-MS.

### **4.3 As feiras livres e a presença dos bolivianos**

As feiras livres começam a ser discutidas na cidade de Corumbá-MS pelo Projeto de Lein. 37, em 1943, mas somente em maio de 1952 é que a Câmara Municipal conseguiu aprovar o mesmo. Embora tenha sido deferido, não se sabe ao certo e nem porque o poder público municipal demorou tanto para sancionar esta lei. As feiras só começam a acontecer em Corumbá em maio de 1959 e a princípio funcionavam em apenas três locais da cidade e contavam com cerca de 133 feirantes, que foram aumentando ao longo dos anos (ESPÍRITO SANTO, 2015).

Nesta época, é provável que os bolivianos estivessem presentes nas feiras, pois com o fechamento e desmantelamento da Feira Boliviana em 1963, alguns certamente procuraram as feiras livres para fazer seu comércio e garantir sua subsistência. Embora alguns estudos se referem a presença da feira boliviana na Rua Joaquim Murtinho até meados dos anos 90 do



século XX, as entrevistas e esta pesquisa leva a crer que os bolivianos não estavam concentrados somente ali, eles estão praticamente desde o início nas feiras livres de Corumbá-MS, com o fim da Feira Boliviana da rua Frei Mariano.

As ações de desmantelamento, por parte do poder público municipal, em relação aos espaços de feiras que concentravam bolivianos, provocam em Corumbá/MS um reordenamento e, com isso, novas territorialidades se constituem, produzindo espaços na cidade e, conseqüentemente, modificando a geografia local. Pode ser citado aqui a feira boliviana da rua Frei Mariano, em 1963 (tratada seção 3) e a feira Brasbol em 2013, que será abordada mais adiante nesta seção. Estes movimentos dos bolivianos contribuíram para o aumento do número de feirantes nas feiras livres nos municípios de Corumbá-MS e Ladário-MS<sup>64</sup>, também. Atualmente as feiras livres ocorrem todos os dias na cidade, espalhadas por diversos bairros, e três vezes na semana no município vizinho. Em todas, predominam a presença dos bolivianos comercializando as mais variadas mercadorias.

Buscou-se junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS dados atualizados sobre estes números referentes às feiras. Segundo os dados do Sistema Tributário do Município<sup>65</sup>, atualmente existem 759 feirantes cadastrados, dos quais estima-se que apenas 10% ,aproximadamente, sejam brasileiros. Destes, somente 300 feirantes estão ativos e trabalhando nas feiras. Mesmo que todos os brasileiros cadastrados estivessem atuando, ainda assim, eles seriam minoria se comparados ao número de feirantes bolivianos. Esta situação é percebida em qualquer passeio pelas feiras livres da cidade. Os bolivianos dominam a comercialização, vendendo hortifrutigranjeiros, roupas novas e usadas, eletro eletrônicos, produtos *pets*, enfim, vendem de tudo um pouco, assim como nas lojas comerciais de posse dos bolivianos em pontos fixos pela cidade.

Ainda segundo informações do Sistema Tributário do Município, estes feirantes bolivianos precisam dos mesmos documentos que os brasileiros para operar. A única distinção é a solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), que opera como documento de identificação do estrangeiro em terras brasileiras. Ademais, solicita-se CPF e comprovante de residência, além das taxas recolhidas que são as mesmas para os feirantes, sem distinção do brasileiro ou do boliviano. Todos os feirantes são submetidos às leis de fiscalização conforme o Código de Postura do Município e Lei Complementar 100/2006. Renovam seu cadastro perante a Prefeitura Municipal de Corumbá anualmente, portanto, este

---

<sup>64</sup>Município sul-mato-grossense que é cercado pelo município de Corumbá-MS por todos os lados, as cidades estão muito próximas, praticamente juntas.

<sup>65</sup> Dados emitidos pelo Sistema Tributário do Município de Corumbá-MS através do processo n. 7872/2020 de 10/03/2020.

número fornecido pelo Sistema Tributário de 759 feirantes é resultado do crescimento anual nos últimos dez anos. Os períodos entre 2010 a 2015 foram 408 feirantes cadastrados e de 2015 a 2020 foram 351. Estes números refletem, sem dúvida, conforme mencionado anteriormente, o episódio do fechamento em Corumbá-MS da Feira Brasbol em 2013, quando as feiras livres se tornaram a opção de trabalho de muitos comerciantes bolivianos.

Principalmente ligados a comercialização de hortifrutigranjeiros, os bolivianos dominam as feiras com sua comercialização, conforme a Imagem 30. Outra mercadoria predominante são as roupas usadas norte americanas, compradas em fardos em Santa Cruz de La Sierra (Imagem 31).

Imagem 30 – Barraca de frutas e verduras de bolivianos nas feiras livres de Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 31 – Barraca de roupas usadas norte americanas



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Em entrevista com o Senhor L., presidente da Associação das Feiras Livres, o mesmo afirma que nos últimos três anos, na feira, evoluiu muito a demanda de bolivianos; e sobre esta demanda diz:

Eles começam com uma caixa de alho e vai aumentando, aí vai para uma barraca e isto inchou muito a feira. 99% da feira hoje é constituída por bolivianos, onde a maioria dos feirantes bolivianos vão e voltam todos os dias; eles têm depósitos em Corumbá-MS, alugam locais aqui e deixam a sua mercadoria. Alguns bolivianos fazem uma MEI (Micro Empreendedor Individual) ajudado pela Associação dos Feirantes e buscam mercadorias em outros locais como roupas em São Paulo, Goiânia e Minas Gerais. Apesar disto predomina ainda as roupas que vem da Bolívia principalmente o brechó de roupas americanas. E o que fomenta a feira em Corumbá são as mercadorias bolivianas, principalmente o Hortifruti. Foi feita uma parceria dos produtores bolivianos da feira com Instituições de pesquisa de Corumbá como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Embrapa Pantanal, que fizeram uma união com os bolivianos no sentido de orientar a produção dentro dos padrões de produção saudável, desta forma a maior parte das verduras vem das hortas da fronteira, e também tem alguns que compram algumas mercadorias nos assentamentos. O que vem de lá, mais para dentro da Bolívia, é a batata e a cebola. As feiras movimentam aproximadamente mil e quinhentos bolivianos por semana em Corumbá-MS, pois cada barraca tem de quatro a cinco pessoas trabalhando e são trezentas. Se os bolivianos saírem das feiras livres elas acabam na cidade, pois hoje basicamente a feira é dos comerciantes bolivianos (Informação Verbal)<sup>66</sup>.

<sup>66</sup>Entrevista com Senhor L. – Presidente da Associação dos Feirantes de Corumbá/MS em julho de 2019.



Os bolivianos têm o domínio do comércio exercido nas feiras livres, pois encontram nelas espaço para exercer sua atividade com fácil instalação, visto que as exigências não são tão dificultosas de serem atendidas. Percebe-se, principalmente nos hortifrutigranjeiros, este domínio.

As barracas dos feirantes bolivianos são sortidas de produtos variando entre frutas, legumes e verduras, garantindo um visual chamativo às feiras livres. Em conversa com os feirantes, descobriu-se que a aquisição destes produtos se dá um tanto na Bolívia e um outro tanto da produção de verduras de alguns assentados e quilombolas.

Os poucos feirantes brasileiros, estão concentradas basicamente na venda de produtos alimentícios, mas não concorrem com os bolivianos, são muito menores e expõem timidamente sua produção para venda, sem estrutura alguma. Em geral, são pessoas dos assentamentos que trazem sua própria colheita ou produção para venda (Imagem 32).

Imagem 32 - Feirantes brasileiros vindos dos assentamentos



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

As feiras livres são parte da rotina na vida do corumbaense., são importantes pontos de comércio. Os bolivianos, porém, são detentores da maior parte deste fluxo de recursos que circulam diariamente pelas comercializações de produtos em Corumbá-MS. Eles são responsáveis pelo funcionamento e sobrevivência das feiras livres, não há feira livre em Corumbá-MS sem bolivianos.

As feiras fazem parte da cultura dos bolivianos, historicamente se vê estes povos comercializando, trabalhando e até morando em feiras e não foi diferente do lado de cá, onde se instalaram. A circulação da maioria dos bolivianos na região fronteira em questão está diretamente ligada ao comércio desenvolvido na cidade.

Muitos dos bolivianos que hoje estão morando no bairro Dom Bosco, Aeroporto, Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova e outras localidades próximas a estes bairros, como Conjunto Jatobazinho, por exemplo, são remanescentes da Feira Brasbol, que funcionava no Bairro Dom Bosco e foi fechada no ano de 2013 pelo Poder Público Municipal, em cumprimento de exigências do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o Corpo de Bombeiros, que apontaram irregularidades no funcionamento da mesma, sobre a qual trata-se a seguir.

#### **4.4 A história se repete: outra feira boliviana é banida e os bolivianos se reorganizam**

Ação promovida pelo poder público Municipal em Corumbá, por meio da Lei 1283/93, cria uma feira permanente para comercializar produtos dos assentamentos, atrás do Cemitério central, no Bairro Dom Bosco. Poucos anos mais tarde este espaço é praticamente tomado por comerciantes bolivianos, tornando o local conhecido como a Feira Brasbol. Anos depois a feira foi novamente regulamentada, beneficiando a implantação do boliviano na cidade para comercialização de artesanatos neste local determinado e cedido por Lei pelo Município de Corumbá-MS para tal.

Esta ação modificou a paisagem do local e a feira foi aumentando, atraindo para a região um grande número de barracas/lojas dos mais variados artigos e formou-se um grande aglomerado de bolivianos no local, aos poucos foram entrando brasileiros e se instalando também no local.

Com o passar dos anos, o espaço se transformou em uma feira que vendia de tudo um pouco, os mais variados artigos, desde roupas, brinquedos, celulares, calçados, comidas, peças e ferramentas, produtos alimentícios, os bolivianos traziam de tudo para vender naquela feira e os brasileiros que ali estavam juntos, a maioria comercializavam roupas. Os produtos vendidos pelos bolivianos eram em sua maioria provenientes da Bolívia e a comercialização

no local burlava qualquer tipo de imposto estabelecendo uma concorrência desleal com o comércio formal da cidade, um dos gatilhos foi a pressão dos comerciantes brasileiros para sua extinção.

O local se transformou em um aglomerado de barracas que cobriam uma imensidão de bancas que, aos poucos, foram sendo cobertas com edificações de telhas que emendavam umas nas outras. Ali se comercializavam de tudo, entre lícitos e ilícitos (Imagem 33).

Imagem 33 – Foto Frontal da extinta feira Brasbol



Fonte: Acervo particular da pesquisadora, imagem capturada em 2012.

O lugar era impregnado de irregularidades tanto fiscais quanto estruturais, até que no ano de 2013, por determinação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Corpo de Bombeiros, além da pressão política da Associação Comercial de Corumbá, o poder público municipal é impelido a tomar providências em relação aos bolivianos implantados em feiras, desta vez era a feira BRASBOL.

O então Prefeito Municipal, o Sr. Paulo Roberto Duarte, através do Decreto 1.171 de abril de 2013, cria um grupo de trabalho destinado a discutir e organizar o funcionamento da feira dos comerciantes brasileiros e bolivianos (BRASBOL). Esta comissão, em 90 dias, teria que apresentar soluções para esta feira e seu funcionamento e a intenção com a criação deste grupo já era extinguir a feira daquele lugar. Chegou-se à conclusão que o local era tomado por irregularidades e o mais correto seria a remoção dos comerciantes daquele local. Em julho

de 2013, o então Prefeito Municipal solicita à Câmara Municipal a aprovação de um projeto de Lei, criando o Centro Comercial Popular de Corumbá-MS e dispendo sobre sua organização e funcionamento, atendendo a Lei 2.328/13.

Tal ação gerou uma revolta muito grande não só dos brasileiros que ali estavam trabalhando, mas também dos bolivianos que estavam implantados naquele local. Houveram diversos protestos e reuniões com os vereadores nas sessões da Câmara Municipal e em frente a Prefeitura Municipal de Corumbá-MS com gritos de palavras de ordem contra o então prefeito que, por sua vez, não cedeu às reivindicações por conta da pressão do Ministério Público Estadual e também por pressões políticas da Associação Comercial de Corumbá-MS.

Estas manifestações foram sem efeitos naquele momento, e no mesmo ano os feirantes foram remanejados daquele lugar. Num primeiro momento todos os comerciantes foram alocados próximos ao Estádio Artur Marinho, como um primeiro local para atendê-los fora da feira. As inquietações, indignações e protestos continuaram tanto na Câmara Municipal como no Paço Municipal. O movimento era encabeçado por bolivianos, brasileiros e palestinos que tinham suas barracas na extinta feira, oram meses protestando. Durante este movimento, já tendo percebido a derrota, muitos comerciantes bolivianos procuraram outros rumos, como o estabelecimento de suas lojas nas ruas ou montando barracas nas feiras livres da cidade.

Depois de meses de discussões e manifestações se consolidou a negociação de um local particular onde estes comerciantes se juntaram, compraram o terreno e construíram um lugar, o Centro Comercial Cidade Branca, que hoje funciona na Rua Joaquim Murtinho, entre as Ruas Firmo de Matos e Luiz Feitosa Rodrigues. Com uma estrutura para instalação de cem lojas, este local foi construído pelos comerciantes e a prefeitura ajudou com serviços de terraplanagem do terreno, somente, Imagem 34.

O Centro Comercial foi erguido e os boxes foram vendidos, segundo informações coletadas em diálogos com os comerciantes, brasileiros e bolivianos, no local. A maioria das lojas são de propriedades de brasileiros e palestinos, alguns possuem até quatro boxes e os alugam. Na época da construção, muitos dos bolivianos que saíram da feira BRASBOL não detinham poder aquisitivo para comprar um Box e hoje, os bolivianos que estão ali instalados pagam aluguel do local para trabalhar.



Imagem 34 – Centro Comercial Cidade Branca - fachada



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

A feira BRASBOL tinha o mesmo aspecto das feiras que se tem no território boliviano, onde o típico comércio deste país acontece misturado com os costumes, a cultura e a culinária. Quando se entrava naquele mar de barracas, a sensação era de estar diante das feiras dos maiores centros da Bolívia, como na Feira de Sete Calles ou Bairro Lindo, ambas em Santa Cruz de La Sierra. Embora alguns brasileiros estivessem por lá instalados, aquele local era a reprodução de uma feira boliviana no coração de Corumbá-MS, que se acabou.

E hoje, muitos dos comerciantes bolivianos instalados no centro comercial estão vivendo uma outra realidade, distante daquela vivida nos tempos da Feira BRASBOL. Os comerciantes bolivianos que se instalaram neste centro comercial são os que comercializam roupas e aqueles que comercializavam produtos alimentícios não ficaram no local, provavelmente fazem parte do comércio instalado nas ruas dos bairros da cidade. Portanto, este Centro Comercial é um local onde predominantemente se comercializam roupas, calçados, bolsas e brinquedos (Imagem 35).



Imagem 35 – Interior do Centro Comercial Cidade Branca



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Embora a estrutura seja melhor, ouviu-se dos bolivianos, com os quais se dialogou, que o movimento não é o mesmo de outrora, como aquele da Feira BRASBOL, mas mesmo assim resistem. Também informaram que a diferença é que hoje, neste Centro Comercial, trabalham dentro da legalidade e formalidades exigidas por lei para o comércio funcionar na cidade. Estes comerciantes, que outrora comercializavam em uma feira sem esta preocupação, hoje fazem parte do comércio formal dos bolivianos em Corumbá-MS. E segundo as informações dos mesmos buscam suas mercadorias nos grandes centros brasileiros.

O local onde funcionava a feira BRASBOL foi transformado em uma praça denominada de Praça de Nossa Senhora de Urcupiña em homenagem aos bolivianos (Imagem 36). Acredita-se que esta foi uma tentativa do prefeito da época de se redimir da ação do fechamento da feira.

Imagem 36 – Praça Nossa Senhora de Urucupiã – Rua Edu Rocha



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Contudo, seu esforço foi em vão, pois os bolivianos, detentores de títulos eleitorais<sup>67</sup> do Brasil, votantes em Corumbá-MS, compareceram na campanha eleitoral seguinte. Agiram durante a campanha eleitoral adesivando seus carros para o adversário do então prefeito, vieram em massa participar do sufrágio<sup>68</sup>, eram carros e carros que chegavam às sessões eleitorais cheios de bolivianos para votar. Mais uma vez demonstraram o companheirismo que os mesmos têm entre si.

Vale a pena abrir um parêntese para comentar tal episódio. Aquela eleição foi coisa nunca vista na cidade, um fato exemplar que revelou as diferentes faces das relações das pessoas em situação de fronteira. No dia da votação, logo pela manhã, já no primeiro horário, eram muitos carros com placas bolivianas vindos do outro lado, carregados de pessoas originadas do país vizinho, que desciam em frente aos locais de votação, nas suas referidas sessões eleitorais e cada vez mais chegavam bolivianos para votar. Este movimento durou o

---

<sup>67</sup> Aos bolivianos, principalmente os nascidos no Brasil, e aos que possuem documentos brasileiros é facultado o direito de adquirir o título eleitoral e participar do sufrágio tanto na escolha dos representantes do Município de Corumbá-MS, bem como nas eleições que escolhem governadores e presidente do Brasil. Embora não existam estudos que confirmem o número, estima-se, segundo agentes da política local, que existam cerca de três mil eleitores bolivianos residentes na região fronteiriça.

<sup>68</sup> Este fato foi presenciado pela pesquisadora.

dia todo e, certamente, votaram contra o prefeito que proporcionou o fim da Feira BRASBOL, candidato à reeleição.

Os bolivianos participam ativamente das eleições em Corumbá-MS, muitos têm dupla nacionalidade e por consequência seu título eleitoral, mas no ano de 2016 foi atípico o acontecimento na cidade em relação ao movimento dos bolivianos vindo votar. sendo que os eleitores bolivianos demonstravam satisfação ao votar. Naquele ano, as urnas deram a resposta a uma ação política contra eles, ocorrida três anos antes. Ao final do sufrágio, a surpresa: o então prefeito, candidato à reeleição, terminou não sendo reconduzido ao cargo. Muitas pessoas, inclusive algumas ligadas à política, atribuíram esta derrota aos votos dos bolivianos, que demonstraram em uma ação conjunta um companheirismo e união que os identificam. Há quem diga que o então prefeito carrega esta marca em sua vida política até os dias atuais.

Foi tão marcante este movimento na história desta gente na cidade de Corumbá-MS, que os carros com adesivos dos candidatos vencedores circulam até os dias atuais carregando esta estampa como se levassem um troféu da vitória ou da revanche contra alguém que expulsou o povo boliviano daquele local (Imagem 37).

Imagem 37 – Carro boliviano com adesivo das eleições 2016, circulando até os dias atuais



Fonte: Trabalho de campo fevereiro de 2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

Apesar da desestruturação ocorrida no local da Feira BRASBOL, parte dos comerciantes bolivianos, que ali estavam, se deslocou com seu comércio para outros endereços na cidade. Uns para as feiras livres, outros para pontos de comércio próximos a praça Nossa Senhora de Urcupiña, onde funcionavam a feira, e outros, por fim, retornaram para seu país de origem.

Os que ficaram reelaboraram seus esquemas de comercialização e de circulação de capital e se reorganizaram. Desta ação, produziram espaços configurando e intensificando na cidade, suas ruas e bairros, uma geografia peculiar. Foi visível na cidade, depois do fechamento da Feira BRASBOL o surgimento de vários pontos comerciais de posse de bolivianos, vendendo os mais diversos artigos.

Segundo coloca Massey (2008), em sua concepção, espaço é o produto de inter-relações e elas só podem existir num espaço de multiplicidade, onde não há nada dado de forma definitiva. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as



suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. A mudança requer interação, e essa requer espaço. Deste modo, a multiplicidade é fundamental para a geração da temporalidade, para haver multiplicidade tem que ocorrer espaço. Assim, o espaço nos oferece a possibilidade da história.

O redimensionamento destes comerciantes é, portanto, fruto das mudanças sofridas ao longo dos anos, apresentando espaços produzidos a partir das interações resultantes em uma nova geografia construída na cidade de Corumbá-MS. O espaço é ressignificado pela política, que dá uma nova forma tanto às identidades quanto às relações espaciais estabelecidas.

O comércio que surge na Alameda Joaquim Alcides Pereira (Imagem 38 e 39) é de propriedade de bolivianos que eram proprietários de barraca na antiga Feira BRASBOL e agora abriram loja de rua e também trabalham nas feiras livres comercializando roupas novas.

Imagem 38 – Comércio estabelecido hoje na Alameda Joaquim Alcides Pereira, lateral da praça Nossa Senhora de Urcupiña



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2020 Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 39 – Outro ponto comercial próximo a praça, esquina da Alameda Alcides Pereira com Edu Rocha



Fonte: Trabalho de Campo. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Muito semelhante ao que aconteceu na década de sessenta com a Feira Boliviana, ocorre novamente no ano de 2013, agora uma feira mesclada com bolivianos e brasileiros, mas um lugar que provocou um incômodo, principalmente aos comerciantes brasileiros estabelecidos na cidade, que sofriam as consequências de uma concorrência um tanto quanto desleal na venda de produtos, pois neste local não havia uma organização fiscal.

Os espaços produzidos na cidade de Corumbá-MS, por conta da instalação de pontos comerciais de propriedade de bolivianos, cresceram muito depois do ano de 2013, após a extinção da Feira BRASBOL. Embora muitos dos bolivianos tenham se instalado no Centro Comercial Cidade Branca, na Rua Joaquim Murinho, outros preferiram seguir seu caminho em separado e abriram suas lojas nas ruas da cidade ou se cadastraram para trabalhar nas feiras livres. Houve um aumento significativo no número de lojas comerciais bolivianas ocupando lugares antes nunca explorados por eles, como o Bairro Guarani, Nova Corumbá e até no Guatós, demonstrando que este comércio exercido pelos bolivianos está em franca expansão na cidade hoje.

Ao andar pelos bairros de Corumbá-MS, nota-se destacadamente os locais do comércio dos bolivianos, pois em geral, eles se concentram próximos uns dos outros, formando aglomerados de lojas, que se estendem com suas mercadorias expostas pelas calçadas e desta forma, produzem espaços na cidade, que se diferenciam pelas características marcantes do comércio dirigido pelos bolivianos.

Além dos bolivianos dedicados ao comércio e ao consumo, Corumbá-MS também detém moradores bolivianos possuidores de certo poder aquisitivo, que estão na cidade por outros motivos, situação detectada também durante a pesquisa. São os bolivianos que estão comprando ou alugando casas na área central da cidade. Em entrevista com alguns moradores bolivianos do centro, com este perfil, detectou-se que vieram morar em Corumbá-MS procurando uma infraestrutura melhor de saúde, educação para os filhos e os alugueis mais em conta, “aqui se aluga casas melhores por menor preço”, respondeu uma das entrevistadas. As casas onde vivem estes bolivianos, em geral, são residências estabelecidas em locais considerados nobres da cidade e com um padrão de construção diferenciado. Nas entrevistas, não houve relatos que demonstrassem terem sofrido atitudes preconceituosas morando do lado de cá. Aqui vivem e usufruem de toda a infraestrutura que a cidade oferece, alguns até como usuários de serviços públicos, mas são detentores de um poder aquisitivo que os colocam, perante a visão de alguns e parafraseando o comerciante entrevistado anteriormente, como os “*bolivianos bons*”.

Em entrevista a Senhora N., boliviana, esposa de pecuarista na Bolívia, afirmou ter buscado Corumbá-MS pela sua melhor infraestrutura em educação e saúde em relação às cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez na Bolívia. Disse achar a cidade brasileira mais tranquila do que Santa Cruz de La Sierra e, por estes motivos, optou por morar no Brasil. Reportou também que morando aqui ficam mais próximos da estância que tem em Puerto Suarez, assim pode trabalhar lá do outro lado e usufruir das melhores estruturas que a cidade tem com mais tranquilidade.

Estes moradores têm um perfil que varia entre pecuaristas, empresários, ex-políticos, profissionais liberais e comerciantes de exportação. São indivíduos ligados aos serviços autônomos, em menor número e, diferentemente dos bolivianos ligados ao comércio de rua, vivem quase que despercebidos na cidade, distinto dos bolivianos que estão ligados ao comércio, que caracterizam com sua maneira de se organizar, espaços que vão formando novas territorialidades e transformando a geografia da cidade.

Ao longo da história, as relações entre os bolivianos e a cidade de Corumbá-MS vão se estabelecendo. Elas são recheadas de acertos e desacertos políticos que, por vezes, coloca esta gente à prova. Os mesmos demonstram sua resiliência e persistência em existir e habitar um lugar onde buscam, na maioria dos casos, sua sobrevivência. A cidade brasileira tão próxima a Bolívia se apresenta como um lugar de oportunidades, onde vários cidadãos bolivianos vêm em busca de emprego, sobrevivência e melhores condições de vida. Nesta busca, estabelecem

relações espaciais com o *outro*, no dia a dia, e estas por sua vez, dão forma nova às identidades.

A presença destes imigrantes na cidade e seu movimento, é permeada de uma simultaneidade de história que está explicitada nas geografias produzidas em Corumbá-MS.

Entre conceitos e preconceitos, os bolivianos são vistos como bons e ruins por aqueles que pensam somente na economia da cidade. O boliviano consumidor do comércio em geral é o bom, pois salva, de uma certa forma, a economia local; ao passo que o boliviano que sobrevive de suas vendas é o concorrente, é o ruim para o comércio local de brasileiros. O de melhor poder aquisitivo se torna importante figura no comércio local, pois não concorre, consome.

#### **4.5 O Boliviano Consumidor: o “*boliviano bom*”**

Corumbá-MS vive atualmente momentos de euforia em seu comércio pelo consumo dos bolivianos, que vem já se mantendo há alguns anos, devido ao fato da alta do dólar ocasionado pela crise no Brasil. Desde 2014, quando se instala uma crise econômica no Brasil<sup>69</sup>, causada pela instabilidade política vivida pelo governo, ocorre a desvalorização das commodities e erros na política macroeconômica, que culminam em recessão, desemprego, aumento de juros e inflação, ocasionando queda no comércio e no consumo das famílias, reforçados pela alta do dólar e consequente desvalorização da moeda corrente no país, o Real. Enfim, o país sucumbiu em índices temerosos para sua economia e estabilidade, suas consequências foram sentidas em todos os cantos do Brasil, mas em menor escala no comércio de Corumbá-MS.

Se ao final da década de 90, no século XX e início dos anos 2000, vimos uma corrida de brasileiros tirando proveito do câmbio favorável, o panorama pós-crise econômica de 2014, deu vezes aos bolivianos de se beneficiarem com a desvalorização da moeda brasileira, o Real, ocasionada pela alta do dólar. Fluxo sentido não somente na região fronteiriça, como também de bolivianos que deram entrada no país<sup>70</sup> legalmente e seguiram Brasil a dentro.

---

<sup>69</sup> Oliveira, 2016.

Todas as vezes que o dólar sobe na cotação o real se desvaloriza e o poder de compra do brasileiro dentro da Bolívia diminui. A história mostra os bolivianos como consumidores assíduos em Corumbá-MS e dos anos de 2014 até os dias atuais, os bolivianos têm se tornado os principais consumidores da cidade. O câmbio favorável e a pouca oferta de produtos industrializados na Bolívia, são fatores que contribuem para a procura do comércio brasileiro, principalmente na fronteira.

<sup>70</sup> Segundo informações da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá – DPF/CRA/MS, no período de 2015 a 2019 a migração de bolivianos para o Brasil cresceu muito em relação a outros períodos e foi ano a ano deste período, maior que o dobro da entrada de brasileiros na Bolívia. No ano de 2018, por exemplo entraram 71.141 bolivianos no Brasil, dos quais a maioria seguiu para São Paulo em busca de emprego. Aí também estão



Corumbá-MS, ao contrário de outros locais no Brasil, não sentiu, nos anos de 2014 a 2019, a crise econômica no seu comércio. Não ocorreu fechamento de lojas, pelo contrário, algumas franquias e lojas escolheram aquele momento para sua instalação na cidade, como as Lojas Americanas e Casas Bahia, por exemplo. O que se viu no comércio foi um fluxo elevado de bolivianos consumindo de tudo que era oferecido em todas as lojas não só os fronteiriços, como também os vindos de Santa Cruz de La Sierra e até de La Paz.

Por todas as lojas se encontravam brasileiros e bolivianos dividindo os espaços do consumo, não só nas lojas de grandes redes, bem como em outras lojas frequentadas pela população corumbaense de maior poder aquisitivo, lá também estavam os consumidores bolivianos. Um encontro que, se para alguns consumidores brasileiros não agradou, para os lojistas foi muito bem-vindo. Presenciou-se no centro comercial da cidade cenas que anteriormente só se via do outro lado, na Bolívia: pessoas comprando eletro eletrônicos e carregando pelas ruas, comprando móveis, colchões, roupas, calçados, brinquedos, tudo que o comércio ofertava era atrativo aos consumidores bolivianos, que se mesclam nas ruas durante o dia todo e a noite frequentam os restaurantes locais, dos mais simples aos mais sofisticados, novamente estão juntos e misturados aos brasileiros corumbaenses e turistas de outros locais do Brasil.

Este fluxo é sentido até os dias atuais, pois a balança cambial continua a impulsionar o aumento no poder de compra dos bolivianos, uma vez que os mesmos utilizam o dólar em sua economia. Por consequência, está havendo também uma valorização do Peso Boliviano em relação ao Real, que no momento está com o menor câmbio visto nos últimos vinte anos. Esta variação cambial é o pêndulo que impulsiona as relações entre os dois países, Brasil e Bolívia, onde a demanda, seja de brasileiros ou de bolivianos, cresce a medida que o câmbio favorece.

A associação comercial de Corumbá e a Prefeitura Municipal não possuem um levantamento dos reflexos desse *boom* na economia do município, quanto à geração de empregos e aumento da arrecadação tributária. Contudo, não é preciso nenhum diagnóstico para entender e comprovar essa inversão de consumo na fronteira com a alta da moeda norte-americana, basta frequentar o comércio corumbaense e verificar *in loco* o movimento e a circulação de bolivianos comprando.

Fato veiculado e comentado nas redes sociais nos meses de junho e julho de 2019 (Imagem 40), demonstram, pelos diálogos, o espanto sentido por uns com a intensificação do

fluxo de bolivianos na cidade de Corumbá-MS. Há aqueles que demonstram satisfação e gratidão por eles estarem na cidade movimentando o comércio e comprando e até mesmo os insatisfeitos, que pela expressão parecem se incomodar com o fato da cidade estar cheia de bolivianos. A pergunta de uma internauta deixa bastante claro o que já afirmamos nesta pesquisa anteriormente, que não existe Corumbá sem bolivianos, pois ela pergunta: “Até hoje vocês não acostumaram com isto? ”, se referindo aos comentários ali expostos. Como se esta situação sempre existisse e não vai deixar de existir. A internauta, (por conhecimento da pesquisadora) se trata de uma pessoa que pertence a uma classe social elevada. Ela é uma boliviana que se casou com um brasileiro da alta sociedade corumbaense e que na época chocou a família, porque ela era boliviana; depois como ela mesma relata, descobriu que na família rica do marido tinham tios bolivianos que só falavam castelhano, com costumes diferentes dos dela que era a boliviana nova da família. Isto soou como um salvo conduto para ela, aos preconceitos que talvez tenha sentido (Imagem 40).

Outro comentário que ratifica a importância do boliviano consumindo no comércio da cidade é quando uma outra internauta escreve que faz tempo que é o boliviano que vem dando sustentação ao comércio corumbaense, demonstração de reconhecimento da importância destes consumidores para o comércio da cidade de Corumbá-MS, (Imagem 40).

Imagem 40 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários



Fonte: Pesquisa nas redes sociais junho e julho/2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

Em uma outra postagem, que se refere ao movimento de turistas na cidade, os comentários transparecem que o boliviano fronteiriço é colocado como turista, como se ele não estivesse aqui pela cidade com maior frequência, demonstrando o anteriormente citado sobre a questão do corumbaense não se reconhecer como fronteiriço (Imagem 41). Este movimento ao qual estão se referindo, acontece em épocas de câmbio favorável aos bolivianos. Praticamente todos os dias os bolivianos estão na cidade do lado de cá consumindo, não são turistas, são fronteiriços que fazem parte do ir e vir deste lugar de limites e participam ativamente da cidade não só como consumidores do comércio local.

Imagem 41 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários



Fonte: Pesquisa nas redes sociais junho e julho/2019. Por Maria Cristina Lanza de Barros.

Além das redes sociais, os sites de notícias locais ressaltam em suas matérias o aquecimento das vendas no comércio de Corumbá, desde que o dólar começou a aumentar de preço em relação a moeda brasileira<sup>71</sup>, como podemos comprovar por esta reportagem do Diário *on line* de 11 de agosto de 2015 “Com a alta do dólar, bolivianos aquecem vendas no comércio de Corumbá”:

Com a alta do dólar, o comércio na Bolívia anda parado e com poucos consumidores brasileiros. No entanto, os bolivianos estão aproveitando a desvalorização do Real para adquirirem produtos com maior qualidade no Brasil. Produtos de cama, mesa e banho, além de calçados e roupas têm atraído bolivianos por causa dos preços que estão agora para eles mais acessíveis. O comércio de Corumbá tem esquentado com a vinda desses estrangeiros que não apenas compram para si, mas para revenda também. Kamila Trindade Souza Colombo, gerente comercial de uma loja especializada em calçados masculinos, afirmou que os bolivianos estão

<sup>71</sup> O sistema econômico da Bolívia tem praticamente duas moedas: o peso boliviano e o dólar americano. O peso boliviano está praticamente atrelado ao dólar e sua variação, nos últimos 18 anos tem estado entre Bs 6,70 a 6,90 bolivianos por dólar, pois a política do Banco Central Boliviano não deixa aumentar nem diminuir esta cotação. Então, se o dólar sobe o peso valoriza e se o dólar cai o peso desvaloriza. Todas as vezes que o dólar altera de preço, a moeda boliviana, o peso, se valorizará perante a moeda brasileira, o real, elevando assim o poder de compra dos bolivianos no Brasil.

ajudando bastante nesse período de crise econômica vivida no Brasil. A empresa, que fica no centro de Corumbá, tem muitos clientes assíduos de Corumbá e Ladário, mas atualmente está vendendo de 60% a 70% de seus produtos para consumidores bolivianos. “Eles compram em quantidade muito alta. Levam um produto em 8 ou 9 unidades, compram para fazer a revenda dos nossos produtos, acredito que pela qualidade e isso nos ajuda bastante. Como nós tivemos agora no mês dos pais várias promoções, eles aproveitaram também”, afirmou.

A gerente comercial disse que alguns bolivianos que já adquiriram CPF brasileiro estão, inclusive, comprando no crediário. Eles também adquirem muitos produtos à vista. “Eles já são frequentes, todo mês estão aqui para comprar nossas mercadorias”, afirmou Kamila. Ela acredita que a desvalorização do Real e a alta do dólar têm influenciado nas compras dos estrangeiros. “Para a gente comprar lá, não compensa tanto quanto eles comprarem aqui, então eles conseguem comprar um produto bom por um custo acessível e revendem por um custo onde eles conseguem obter um lucro maior”, explicou.

Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Corumbá, Otávio Philbois, o consumo dos bolivianos “é muito importante para a cidade neste momento em que o dólar está valorizando a moeda dos moradores da Bolívia, eles engrossam o volume de vendas porque se tornam consumidores que encontram bastante atração nos preços, devido à força da moeda que eles usam”. Philbois afirmou que o fato de os bolivianos começarem a usar o crediário em Corumbá “é muito bom para o comércio” (GALVÃO, 2015, p. 1-2).

Esta situação reportada anteriormente por um site local da cidade de Corumbá-MS perdura na atualidade no comércio local, pois a moeda americana, o dólar, só tem aumentado seu valor em relação ao real, aumentando cada vez mais o poder de compra dos vizinhos bolivianos.

O comportamento do comércio local se dá em função dos novos consumidores, os comerciantes, que anunciam vendas no atacado e varejo em espanhol para atrair os consumidores bolivianos (Imagem 42).

Imagem 42 – Loja localizada na rua Frey Mariano, principal rua do comércio de Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de Campo. Por: Maria Cristina Lanza de Barros, 2019.

O fluxo de bolivianos no comércio brasileiro, na fronteira entre Corumbá-MS e Puerto Quijarro/BO, tem suscitado manchetes em jornais de alcance estadual e de outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. A reportagem do Jornal *on line*, do Correio do Estado, em 03/08/2019, intitulada “Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá”, descreve que:

O comércio de Corumbá nunca faturou tanto em um período de recessão e incertezas na economia brasileira. O boliviano quebrou a sazonalidade que existia no comércio, que passou a ter movimento o ano todo e não está sofrendo tanto com essa crise. Com isso, a cidade atraiu grandes lojas e muitos empresários querem investir em hotelaria e outros setores. A cidade ganhará seu primeiro hipermercado, do grupo atacadista Mega, que atua em Campo Grande, Costa Rica e Chapadão do Sul. O empreendimento de R\$ 15 milhões está sendo construído no bairro Popular Velha e vai gerar 100 novos empregos diretos.

“Ninguém faz um investimento desse sem pesquisa de mercado”, diz, animado, o presidente da Associação Comercial de Corumbá, Lourival Vieira Costa. “O boliviano segurou o nosso comércio com a inversão do fluxo de consumo na região, embora exista sempre essa gangorra em função do dólar”, cita. “Hoje, estamos recebendo compradores de outras cidades da Bolívia, como La Paz e Santa Cruz. Realmente estamos vivendo um momento especial”.

O empresário e presidente da Federação das Associações Empresariais do Estado (Faems), Alfredo Zamlutti, afirma que o comércio de Corumbá estaria falido sem o boliviano. Presidente da associação comercial local por

11 anos, ele estima que 70% do giro financeiro se deve ao consumidor vizinho, que aqueceu também o setor imobiliário e toda a cadeia de serviços. “Mesmo discriminado, o boliviano tem sido o ‘salvador da pátria’ do comércio de Corumbá” (ANDRADE, 2019, p. 1-2).

Outra matéria recente comprova a importância dos bolivianos para o comércio de Corumbá-MS. Por conta do episódio do fechamento da fronteira por problemas políticos internos na Bolívia, no qual o turismo e o comércio de Corumbá-MS sentiram os reflexos desta ação. Fato reportado por site de uma região econômica importante do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Dourados. A reportagem foi veiculada pelo site Dourados News em novembro de 2019, intitulada “Fechada há 16 dias, fronteira Bolívia/Brasil gera prejuízos a Corumbá”:

Fechada há 16 dias, a fronteira da Bolívia com o Brasil, próximo à cidade de Corumbá, já causa prejuízos em torno de R\$ 5 milhões no setor econômico no município sul-mato-grossense.

Segundo a Associação Comercial e Industrial de Corumbá, a cidade brasileira, também sente o reflexo das manifestações por conta reeleição de Evo Morales na área do turismo. Alguns bolivianos já cancelaram as viagens para o Pantanal e eles não são mais vistos na região.

Conforme o gerente comercial de uma loja de roupas, Marco Antônio Borges de Oliveira, as vendas estão paradas pela falta dos principais clientes. Ele conta que os cabides estão lotados de vestimentas e o caixa vazio.

"Corumbá sem o boliviano fica um pouco complicada. 40% das vendas é um número muito significativo para uma loja da nossa proporção e a gente sente bastante", explicou.

O empresário Rubens Fernandes, também lamenta sobre a atual situação por conta do fechamento da fronteira que interfere diretamente no comércio da cidade brasileira: “tudo é realizado em cima do fluxo de vendas, se esse fluxo cai, automaticamente a empresa começa a ter alguma dificuldade para honrar com seus compromissos.”

Segundo a empresária do ramo de turismo, Raquel Amaral Ribeiro, o setor também já sente o reflexo das manifestações do país vizinho. Ela conta que turistas bolivianos deixaram de viajar para Corumbá e estão cancelando pacotes de viagens.

"Foi o segundo grupo nosso que desmarca, justamente por não conseguir atravessar a fronteira. Essa instabilidade de não saber se vão poder voltar [para a Bolívia], é uma insegurança muito grande", lamenta. Manifestações na Bolívia (G1, 2019, p. 1-2).

O movimento dos bolivianos no comércio local sempre esteve, e estará, atrelado à variação cambial entre a moeda nacional, o peso boliviano e o dólar americano. A variação da cotação do dólar americano que faz elevar o preço da moeda nacional em relação ao peso boliviano e vice-versa é o grande fiel da balança deste movimento comercial estabelecido entre Brasil e Bolívia, mais especificamente na região fronteira.

Os jornais locais também noticiaram o episódio do fechamento da fronteira e suas consequências para o comércio local, com matéria intitulada “Com fronteira fechada, prejuízos no comércio de Corumbá já chegam a quase R\$ 5 milhões”, afirmou que:

O impasse político na Bolívia está afetando não só a economia daquele país, mas também o comércio de Corumbá, que faz fronteira com as cidades de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. O município pantaneiro ainda recebe bolivianos de cidades mais distantes, como Santa Cruz de La Sierra, pela rodovia Bioceânica.

Em tempos de crise econômica, são os estrangeiros que ajudam a movimentar as vendas dos lojistas corumbaenses, mas com a fronteira fechada há 17 dias, o prejuízo só aumenta.

Conforme a Associação Comercial e Industrial de Corumbá (ACIC), o comércio tem deixado de faturar R\$ 300 mil por dia, principalmente nos setores de vestuário, calçados e alimentos. Essas quedas são sentidas diretamente nas lojas da região central da cidade. A empresária Elizabeth Bento da Silva, proprietária de uma loja de calçados, localizada na rua Treze de Junho afirmou ao **Diário Corumbaense** que as vendas no atacado e varejo caíram 40%.

“Só não caíram mais porque alguns bolivianos que vivem na fronteira podem cruzar a pé e vêm comprar. Mas além desse público, eu atendo também excursões que chegam de ônibus aqui em nossa cidade, que saem da Bolívia, e compram por atacado. Realmente sentimos muito a queda no movimento”, falou a empresária Elizabeth Bento.

O presidente da ACIC, Lourival Vieira Costa, informou que os prejuízos do lado brasileiro já chegam a quase R\$ 5 milhões. “Fora o comércio, outro setor que também está parado é o das transportadoras. São mais de 40 aqui em Corumbá. São motoristas, funcionários e os próprios caminhoneiros que ficam parados devido a essa situação do lado boliviano”, disse Lourival (CABRAL, 2019, p. 1-2).

Esta matéria veiculada na imprensa local demonstra os prejuízos que já se sentia com 17 dias de fronteira fechada. Ao todo foram 32 dias de protestos que culminaram na saída do Presidente Evo Morales, renunciando ao mandato por pressão popular, que camuflou, aos gritos nas ruas, uma articulação política golpista<sup>72</sup>, problemas internos da Bolívia, que refletiram diretamente do lado de cá.

O período de fechamento da fronteira impactou o comércio local e foram visíveis os reflexos desastrosos na economia de Corumbá-MS. As exportações e transportes pararam e afetaram diretamente a economia de outras localidades do Brasil, e embora não sejam objeto desta pesquisa, vale a pena ressaltar porque é mais um setor onde os bolivianos atuam muito. Centenas de carretas carregadas de produtos para exportação permaneceram paradas pela

<sup>72</sup> Em entrevista à Revista Fórum o ex-presidente Evo Morales disse que foi vítima de um golpe e explica como os políticos de oposição se articularam para construir este golpe. Falou também que os mesmos estavam trabalhando para atender aos interesses do Presidente dos EUA na América Latina. (<https://RevistaFórum.com.br/noticias> – consultada em 11 de junho de 2020.)



cidade (Imagem 43), segundo relato do empresário Senhor J.A.S., dono de uma exportadora, que em entrevista declarou que pelos seus cálculos e com a experiência que tem no ramo, os prejuízos para exportação neste período de fechamento da fronteira foram de cerca de 500 mil reais por dia.

Imagem 43 – Pátio de um dos Estacionamentos particulares em Corumbá-MS, carretas que transportam produtos de exportação para Bolívia



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros, nov/2019.

Foram dias em que pode-se perceber a importância do comércio feito com os bolivianos através da exportação, os prejuízos vultuosos causados por esta greve tiveram reflexos em diversos setores de serviços da cidade de Corumbá-MS, tanto formal quanto informal, pois os dividendos gerados pelo comércio de exportação e os empregos seguramente são hoje na cidade uma fonte importante de geração de renda e empregos.

O fechamento da fronteira, além dos reflexos desastrosos na economia, foi um momento carregado de simbolismo em que foi muito emocionante ver *in loco*, pois todos os obstáculos colocados no limite dos dois países (montes de terra, corrente com cadeado, caminhão atravessado na rua) ao mesmo tempo que cessavam o ir e vir marcavam as páginas da história política boliviana. O visto naqueles dias neste lugar, era a expressão de algo muito maior e de articulações políticas que estavam modificando os rumos daquele país. No limiar dos dois países, foi colocado uma corrente com um cadeado, embora as pessoas passassem

por baixo da corrente, mas aquela cen, deu um sentido muito forte no que foi este fato da história boliviana, passaram um cadeado simbolizando a maior das fronteiras que pode existir, o impedimento do ir e vir, expressando que aquele momento era só deles. O trânsito, ainda permitido, era de pessoas, mas simbolicamente ninguém saía e ninguém entrava (Imagens 44 a 48).

Imagem 44 – Limites territoriais Brasil – Bolívia fechada por questões políticas internas da Bolívia – novembro de 2019



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 45 – Outros registros do fechamento dos Limites territoriais Brasil – Bolívia por questões políticas internas da Bolívia - novembro de 2019



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.



Imagem 46 – O simbolismo do cadeado que trancou a passagem entre os dois países



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 47 – A circulação na divisa dos dois países somente de pessoa



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019 Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 48 – Caminhão boliviano fechando a passagem, carregado de dizeres que clamavam democracia



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Os reflexos do fechamento da fronteira também foram sentidos nas feiras<sup>73</sup>, principalmente nas barracas que comercializam hortifrutigranjeiros trazidos da Bolívia, não tinham como passar, todos os acessos foram bloqueados, então não puderam vir, eram estes os espaços que se encontravam vazios nas feiras livres em Corumbá-MS, durante o período deste bloqueio fronteiriço.

A variação cambial se configura como a mola propulsora dos movimentos e das relações entre os dois países, Brasil e Bolívia. Fica claro que a demanda, seja de brasileiros ou de bolivianos, cresce à medida que o câmbio favorece a compra e a aquisição de bens, empregos, lazer ou investimentos, aproveitando-se do que o outro lado tem a oferecer no momento oportuno em que o câmbio propicia a um ou a outro ter mais benefícios.

Estas relações, que acontecem entre pessoas, tornam-se responsáveis pela produção de geografias em ambos os lados. Se fortalecem e estreitam os laços, criam estranhamentos e, neste movimento, o outro vai se consolidando e impondo sua presença, vai aos poucos se inserindo na realidade do país vizinho.

<sup>73</sup>A partir das observações de campo feitas nesta pesquisa e com diálogos travados com moradores locais e feirantes, percebeu-se que no fechamento da fronteira o maior prejuízo sentido nas feiras pelos bolivianos foi no comércio de hortifrutigranjeiros, que não tinham como passar, diferente das outras mercadorias comercializadas por bolivianos nas feiras, que não tiveram prejuízo algum, pois este episódio do fechamento da fronteira confirmou uma outra realidade que se vive em Corumbá-MS, que é o número de casas alugadas por bolivianos para estoque de mercadorias, principalmente roupas. Existe hoje no Bairro Dom Bosco e Aeroporto um número considerável de casas alugadas por bolivianos destinadas ao depósito de suas mercadorias. Esta é uma maneira dos comerciantes e feirantes bolivianos driblarem a fiscalização.

A presença dos bolivianos é uma constante no território brasileiro e vai no dia a dia reforçando os laços de pertencimento como fronteiriços, nos quais já estão inseridos no cotidiano de Corumbá-MS. Ao se instalarem na cidade, os bolivianos além de produzirem o espaço com características peculiares, buscam ter uma vida legalizada. De posse das documentações básicas, como CPF, RG e Título Eleitoral, partem em busca de beneficiar-se dos direitos oferecidos pelo poder público no Brasil e o mais almejado por 80% dos entrevistados é a saúde. É constante a presença de bolivianos usufruindo de programas sociais, utilizando vagas de escolas públicas e do aparato da saúde pública brasileira. Uma vez documentados, são reconhecidos como cidadãos com dupla cidadania.

Para entender como estes vizinhos se utilizam dos serviços públicos do lado de cá, bem como o rompimento das fronteiras e os possíveis conflitos com os beneficiários brasileiros, tomou-se como objeto de estudo a utilização da saúde pública pelos bolivianos, por ter sido detectado em pesquisa que este é o serviço mais almejado por estes fronteiriços. Assim, na seção 5, a seguir, discute-se a situação da saúde pública no município de Corumbá-MS, em relação a presença dos beneficiários bolivianos e seus possíveis conflitos.

## **5 O ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA AO BOLIVIANO: UM SONHO, UMA REALIDADE QUE ROMPE FRONTEIRAS E GERA CONFLITOS**

A Geografia que se desenha em Corumbá-MS, pela presença dos bolivianos, é resultante da vivência cada dia mais crescente destes fronteiriços na cidade. Uma vez instalados do lado de cá, buscam além do trabalho, estar em situação legal, obtendo seu CPF, RNE e Título eleitoral, para além de viver como cidadão legalizado, ter direitos e acesso à cidadania.

Durante o levantamento em campo, para a construção desta pesquisa, nas entrevistas realizadas com bolivianos residentes, ou não, em Corumbá-MS, percebeu-se que um dos desejos manifestados pelos entrevistados, em sua totalidade, era ter a documentação brasileira. Quando indagados porque esta vontade de ter tais documentos, as respostas se dividiram em: 12% - ter tranquilidade de viver na cidade; 8% - ir e vir dos dois lados; 80% - dos entrevistados responderam ter direito a saúde pública. Percebeu-se então que a saúde é, sem dúvida, o serviço público de maior anseio dos bolivianos residentes, ou não, na cidade de Corumbá-MS.

Nesta Seção, se discutirá a importância para os bolivianos do acesso a saúde pública brasileira. Este é o serviço público almejado por quase todos que chegam para aqui viver e para outros que estão do outro lado do limite. O viver no limiar e as melhores condições de atendimento que o Brasil dispõe são quesitos favoráveis para que eles se desloquem e procurem ter direito a este atendimento. Desse modo, entender como se dá este acesso, quais as fronteiras e os possíveis conflitos que a presença destes fronteiriços pode gerar é o foco desta discussão.

Aqui, o recorte será restrito a utilização dos serviços de saúde no processo de produção da cidade de Corumbá-MS, mas outros serviços, como a educação, por exemplo, também são alvos dos anseios dos bolivianos da fronteira e apresentam relevância no processo de produção da cidade.

Partindo desta premissa, busca-se a compreensão de como se dá a construção desta territorialidade através do uso dos serviços de saúde, os conflitos e as aproximações gerados na cidade; como acontece e quais são os caminhos que os bolivianos, que vivem do lado de cá e do outro lado, o fronteiriço<sup>74</sup>, percorrem para se utilizar da saúde pública no Brasil.

---

<sup>74</sup>Fronteiriço é o sujeito que vive na fronteira, que está na fronteira e é o responsável pelas interações de escala local entre as sociedades que se avizinham.

A presença dos bolivianos utilizando-se destes serviços é uma discussão frequente na cidade de Corumbá-MS. Se comparada às cidades bolivianas vizinhas, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, Corumbá-MS é, atualmente, dotada de uma melhor infraestrutura para atendimento e assistência à saúde pública, tornando-se um atrativo para um fluxo considerável de bolivianos, que vivem do outro lado, procurá-la. Sobre esta infraestrutura na Bolívia, buscou-se informações com o médico brasileiro Dr. E. M., residente em Corumbá/MS, que cursou medicina na Bolívia, fez residência na Santa Casa de Corumbá-MS e, atualmente, atende nas cidades vizinhas da Bolívia, e sobre esta infraestrutura comentou:

Nas cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, a infraestrutura é muito ruim, os atendimentos são feitos na maioria somente nos casos de baixa e média complexidade, os de alta complexidade tem que direcionar para Santa Cruz ou mandar para Corumbá dependendo da urgência. Os dois hospitais existentes, um em cada cidade não tem Unidade de Terapia Intensiva (UTI), fato que já demonstra que os casos mais graves não têm condições de atender. A infraestrutura da saúde nesta região fronteiriça boliviana é extremamente precária. Os médicos se formam cirurgiões gerais e médicos generalistas, então nós temos em sua maioria médicos generalistas (clínico general) e obstetra, não tem médicos aqui nas cidades fronteiriças da Bolívia com especialidades como urologista, ortopedista, neurologista, todos estes atendimentos são feitos por clínico geral ou cirurgião. Não se compara a estrutura que se tem em Corumbá com a estrutura que temos lá na Bolívia. Aqui em Corumbá apesar de precária também é infinitamente melhor. Além de que lá as consultas são cobradas, 20 bolivianos e os remédios não são gratuitos. A saúde lá é de graça somente para crianças de até seis anos, mulheres grávidas e idosos acima de sessenta anos. Apesar de ter a lei da gratuidade ela ainda não funciona para todos. Aqueles que podem recorrer a saúde em Corumbá assim o faz, lá na Bolívia o atendimento se dá aos mais carentes e menos informados (informação verbal)<sup>75</sup>.

Além de uma infraestrutura melhor, a procura pela saúde também ocorre pela gratuidade oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Embora na Bolívia já haja um similar Sistema Único de Saúde, nem todos os serviços são gratuitos, como vimos na fala do médico citada acima.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a Santa Casa e o Pronto Socorro da cidade de Corumbá-MS, têm sido palco de convivência de

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida, via telefone pelo Dr. E.M. [setembro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.



diferentes culturas e identidades, reforçadas pela presença dos bolivianos que são vistos pelos usuários brasileiros como o *outro*. Os conflitos de diferenças e alteridade afloram nestes espaços revelando esta *situação de fronteira*<sup>76</sup>. Constata-se na fala da beneficiária do SUS, a Senhora R.S.<sup>77</sup>, moradora do Bairro Guatós, que diz que quando precisa de atendimento de saúde, frequenta a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município pela proximidade de sua casa. Ela tem apenas uma filha de 14 anos e disse que está impossível ir na UPA, sempre lotada, muita gente. Quando foi perguntado sobre a presença dos bolivianos, ela prontamente respondeu:

Eles são os que lotam o atendimento, semana passada precisei ir lá levar meu marido e estava cheio deles, parecia que eu estava lá na feirinha da fronteira. Eles deveriam ficar lá no país deles, ir no hospital lá e não vir tirar o pouco que temos aqui (informação verbal)<sup>78</sup>.

Este depoimento reforça as fronteiras humanas, onde os bolivianos são tratados como bolivianos, gente de outra nação, e não como seres humanos. Este posicionamento de que os bolivianos tiram o espaço e o lugar dos brasileiros no atendimento à saúde pública é a impressão passada por outros entrevistados sobre esta situação em Corumbá-MS. Os atendimentos cotidianos feitos para os pacientes oriundos da Bolívia, assim como para o boliviano que se instala na cidade, se dão pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) espalhadas pelos bairros, que são a ponta da rede de Saúde Pública do Município, desde que estes tenham o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

O cartão SUS trata de forma igualitária brasileiros e bolivianos, uma vez de posse do mesmo não há mecanismos de identificação entre os pacientes que chegam nas UBS's. Além destes atendimentos na ponta da rede pública, com o cartão SUS, existem também os atendimentos de urgência que são encaminhados diretamente ao pronto socorro, onde o cidadão consegue ser atendido sem o cartão e este serviço é garantido aos estrangeiros. Trata-se de atendimentos que, em geral, são de média e alta complexidade (urgência e emergência). O mesmo é garantido a todos os cidadãos que chegam no atendimento emergencial, tenham ou não o cartão SUS.

Aos bolivianos é assegurado atendimento por tratados celebrados entre os dois países, o que acaba se tornando um direito, mas a prerrogativa ainda é do dirigente Municipal

---

<sup>76</sup> A realidade fronteiriça deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre nós e os outros e como um espaço de várias temporalidades. A fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira e etc.) que entram em conflito e obedecem distintas visões de mundo e a tempos históricos diferenciados, que Martins (1997) denomina de *situações de fronteira*.

<sup>77</sup> Esta é uma das beneficiárias entrevistadas nesta pesquisa, as demais são citadas no item 5.2 desta seção.

<sup>78</sup> Entrevista concedida pela Senhora R.S. [fevereiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.



da Saúde atendê-los ou não (BRANCO, 2013). Na gestão pública do Município de Corumbá-MS (2016-2020) o posicionamento humanitário do atual secretário de saúde assegura atendimento a todos. Além de encontrar acolhimento pelo poder público Municipal, os bolivianos, contam com melhores condições de atendimento e curta distância; estes fatores os fazem recorrer com os casos de urgência de média e alta complexidade ao Brasil, pois muitas vezes não existe tempo para direcioná-los a Santa Cruz de La Sierra, capital do Departamento de Herman Bush-BO, distante 680 quilômetros da fronteira. Nestes casos, Corumbá-MS se apresenta como a única oportunidade de um tratamento melhor e mais próxima, e os pacientes se dirigem diretamente para o Pronto Socorro e Santa Casa, não precisam ter cartão SUS porque são amparados pelos acordos estabelecidos entre Brasil e Bolívia.

Desde sua implantação, pela Lei no. 8.080 de 19 de setembro de 1990, o Sistema Único de Saúde tem a emissão dos seus cartões acontecendo no Município, não se levando em conta um controle numérico da expedição do mesmo a estrangeiros, sejam bolivianos ou outra nacionalidade, bastando apenas apresentar os documentos exigidos, principalmente comprovantes de endereço na cidade brasileira. A facilidade para tal se deu durante muitos anos, pois de certa forma os tratados entre os dois países desenhava o direito a este serviço público para o boliviano. Por isto, hoje, este atendimento ao boliviano, se torna um problema financeiro e de sobrecarga no sistema de saúde pública brasileiro, uma vez que os repasses a saúde dos governos estadual e federal se dão pela estimativa populacional dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que não computa os usuários bolivianos moradores do outro lado, embora comprovem residência no Brasil. A fronteira nos repasses financeiros para a saúde é morta, mas ela aflora cotidianamente quando se expõe a sobrecarga do sistema, inchada pelo uso dos bolivianos, principalmente os residentes do outro lado.

É sobre este atendimento e sua prática que esta seção discutirá, buscando entender quais são as fronteiras que se estabelecem e os conflitos que se afluam na rede de saúde pública de Corumbá-MS.

Esta situação de fronteira que se dá na cidade, possibilita o encontro entre bolivianos e brasileiros e se torna palco de relações, aproximações e conflitos destes que passam a utilizar serviços públicos conjuntamente. Assim, um dos temas relevantes, definido para estudo desta tese, é a utilização dos serviços de saúde pública.

## **5.1 Saúde Pública - Os usuários “estrangeiros”**

A construção da territorialidade da cidade de Corumbá-MS, que se dá através do uso dos serviços de saúde, fundamenta-se em diversos fatores referentes a esse setor nos dois países e por tratados entre os mesmos.

A procura pelo atendimento na saúde pública do Município de Corumbá-MS acontece por bolivianos que em sua maioria são residentes da cidade, e também pelos que residem do outro lado do limite, nas cidades vizinhas bolivianas. Este ir e vir entre os diferentes territórios proporciona ao fronteiriço a possibilidade de usufruir o que os dois lados oferecem e de participar na construção da geografia da cidade. No atendimento à saúde não tem sido diferente, porém, nele também existem barreiras para o atendimento a serem contornadas.

Haesbaert (2014) denomina esta dinâmica de condição “transidentitária”, que permite ao fronteiriço acionar mais de uma identidade territorial, pois este ir e vir, ou este trânsito entre diferentes territórios, permite usufruir dois ou mais territórios ao mesmo tempo, dependendo das estratégias de poder que estiver em jogo. A possibilidade de trânsito entre diferentes territórios e/ou da vivência, concomitantemente, de múltiplas territorialidades, de certa forma, representa também a chance do que o autor denomina de "contornamento" de certos limites ou fronteiras territoriais, denominado por ele de "transterritorialidade", ou seja, dinâmicas territoriais complexas da contemporaneidade:

Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma territorialidade, ora perante outra, como se os nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial. (...) pode-se dizer que as identidades pós-modernas são também, num sentido geográfico, “transterritoriais” (HAESBAERT, 1999, p. 183).

Desse modo, isto é vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras, limites, espaços socialmente reconhecidos e territórios. Este modo de vida, que consiste em viver no limite, pode ser uma condição de existência, uma maneira de driblar situações difíceis e usufruir do que os dois lados oferecem. Além disso, é transpor as barreiras e os limites constituídos no processo de construção dos Estados-Nações, que surgem como a conformação territorial e temporal do modo de produção capitalista, onde se estabelecem fronteiras políticas e culturais em relação a outras nações, afirmando as identidades nacionais e prevalecendo o raciocínio da diferença conflituosa (ALBUQUERQUE, 2005).

Vive-se atualmente neste espaço fronteiriço, nesta situação colocada por Haesbaert (1999), pois a precariedade do sistema de saúde<sup>79</sup> dos municípios limítrofes com Corumbá-MS, no oriente boliviano, faz com que a procura ao atendimento destes serviços pelos moradores do país vizinho seja constante. Esta busca também se salvaguarda em acordos<sup>80</sup> feitos entre os dois países permitindo e amparando-os nesta questão. A existência destas parcerias oficializadas entre os dois países, são desconhecidos pela população brasileira e até mesmo por alguns ocupantes de cargos de direção de setores da saúde do Município de Corumbá-MS, essa desinformação provoca o estranhamento quanto ao uso dos serviços públicos de saúde pelos bolivianos. Ainda segundo o Secretário de Saúde da atual gestão, 2016-2020, os bolivianos se interessam em fazer estes acordos somente para ter acesso e direito ao SUS.

Ao procurar por estes serviços, o boliviano, morador tanto da cidade, como do país vizinho, são considerados estrangeiros. Como tal, encontram a principal barreira ao acesso a toda rede de atendimento, que é o cartão SUS. Embora os acordos estabelecidos entre os dois países deixam subentendido que existem direitos reconhecidos aos nacionais da outra parte, ainda é na emissão deste passaporte do atendimento à saúde que os bolivianos encontram a fronteira que por vezes os impedem de ter acesso ao sistema público de saúde no Brasil.

---

<sup>79</sup> Foram também entrevistados três estudantes brasileiros de medicina, que estudam na Universidade em Puerto Quijarro/BO, denominados médicos provincianos, ou seja, médicos estagiários do curso de medicina que terminaram sua residência e atuam durante um ano prestando serviços para o governo boliviano, para obtenção de informações sobre o sistema de saúde na Bolívia e compará-lo com o brasileiro, nesta região fronteiriça. Estas informações estão no item 5.4 desta seção e as mesmas complementam a entrevista citada anteriormente com o médico generalista E.M.

<sup>80</sup> **1 - Decreto 5541 de 19 de setembro de 2005** – Firma acordo entre o governo do Brasil e Governo da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios, de 08 de julho de 2004, firmado em Santa Cruz de La Sierra.

Este Decreto é resultante do acordo firmado entre Brasil e Bolívia em La Paz em 15 de agosto de 2005. Objetivo do acordo é o de promover a integração socioeconômica dos nacionais dos dois países que se encontram em situação imigratória irregular no território de seus respectivos países, com interesse de fortalecer o relacionamento amigável entre os dois países.

No item 6 deste acordo encontra-se a seguinte redação:

Direitos Reconhecidos

- i. As Partes adotarão as medidas necessárias para instruir as instituições envolvidas na aplicação deste Acordo, a fim de não impor requisitos que impliquem desconhecimento dos direitos reconhecidos aos nacionais das Partes.
- ii. Os imigrantes regularizados na forma deste Acordo gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral em vigor para os trabalhadores nacionais do Estado receptor e da mesma proteção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e à segurança do trabalho.
- iii. O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de outras normas bilaterais ou multilaterais vigentes entre as Partes e que resultem mais favoráveis aos interesses dos imigrantes.

**2 - Decreto Nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009** – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

3 - Acordo Interinstitucional Internacional Subscrito entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira, firmado em outubro de 2017.

Aos que residem em Corumbá-MS se torna mais fácil, uma vez que tem endereço fixo e assim conseguem tirar os demais documentos requisitados para tal. Mas, os bolivianos fronteiriços que vivem do outro lado, ao buscar o cartão SUS usam de subterfúgios para driblar as barreiras, principalmente o comprovante de residência fixa no Brasil, ou seja, na maioria dos casos eles participam de tramas com outros bolivianos, ou até mesmo com brasileiros, que lhes emprestam o endereço, podendo assim ter acesso a toda a estrutura gratuita de saúde do Município e aos atendimentos feitos pela rede de atenção básica como portadores de cartões SUS, nesta situação, se encontram um elevado número de bolivianos e com isso, estima-se que este número ultrapasse milhares de cartões SUS expedidos, e o secretário de saúde do Município confessa não saber ao certo qual seria este montante. Reside nesta situação um dos conflitos, pois quando o boliviano passa a fazer parte dos pacientes da saúde pública sem morar no município, os repasses de recursos, estaduais e federais, recebidos não computam a sua presença como usuário de tal. No censo do IBGE são 112 mil habitantes versus o número de cartão SUS, ultrapassando a casa dos 140 mil emitidos, segundo o secretário de saúde do Município. Um número muito superior ao de habitantes da cidade, ocasionando um déficit na saúde pública do Município.

Até o ano de 2014 o boliviano tinha acesso mais facilmente a este benefício, pois de posse de seu CPF, emitido nas agências dos correios e um comprovante de endereço, que facilmente conseguia com outros bolivianos ou conhecidos, que vivem em Corumbá-MS, adquiria o documento que lhe dá acesso ao atendimento de saúde público. Durante anos, as emissões destes cartões ocorreram desta forma, para que o boliviano utilizasse deste benefício, aumentando a demanda e agravando os problemas dos recursos disponibilizados ao município, para suprimento dos atendimentos a saúde pública. Além desta situação, existem também aqueles que nasceram do lado de cá, possuem registro de nascimento brasileiro, e moram do lado de lá, os cidadãos que tem dupla nacionalidade a um só tempo, os denominados de “*doble chapa*” (MÉLO, 2004, p. 134).

Em entrevista a esta pesquisa o Senhor J.M. boliviano, morador em Puerto Quijarro, caminhoneiro, entrevistado na cidade de Corumbá-MS, quando indagado sobre o cartão SUS, prontamente abre a carteira e o exhibe com um sorriso e diz:

Eu tenho meu cartão SUS, consegui fazer quando morava em São Paulo, uso ele aqui em Corumbá-MS sempre que preciso ir ao médico, nem vou em

médico em Puerto Quijarro, lá não tem médicos bons e nem remédios gratuitos, se tenho o cartão SUS então venho aqui. (informação verbal)<sup>81</sup>.

Percebe-se que o problema é complexo, pois além dos cartões expedidos por aqui, ainda vem os expedidos fora desta região fronteiriça. Buscando solucionar, ou pelo menos tentando controlar a situação, a Resolução nº 02 de 04 de Dezembro de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde, que normatiza o cadastramento no Sistema de Saúde no Município de Corumbá-MS, adotou medidas para coibir a expedição do benefício aos estrangeiros não residentes no Brasil. A cerca disso, procurou-se a secretária de Saúde da época, gestão 2012- 2016, Senhora D.R., e a mesma nos informou:

Esta atitude se deu por conta de denúncias apresentadas na Secretaria de Saúde do Município, na época, de comércio de documentos (comprovantes de residência) para facilitar ao boliviano, não residente na cidade, este benefício e pelo fato do número de cartões SUS emitidos no Município estar muito além do número de habitantes estimados pelo IBGE. Por isto tomamos providências tentando fechar esta torneira aberta na saúde do Município de Corumbá. E tentar começar a controlar esta situação (informação verbal)<sup>82</sup>.

Percebe-se que é um problema que vem se arrastando sem controle algum. Esta Resolução normatizou a exigência do Registro no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), documento emitido pela Polícia Federal aos imigrantes com residência comprovada no Brasil. Esta é uma tentativa de coibir a emissão destes cartões aos bolivianos que não residem na cidade, tentando impor restrições, limites e amedrontar os indivíduos que emprestavam comprovantes de residência.

Segundo os dirigentes da saúde da atual gestão, o efeito da Resolução coibiu momentaneamente, mas não atingiu os objetivos. Fato comprovado no levantamento feito nos dois últimos anos, com dados dos cartões SUS emitidos para bolivianos<sup>83</sup>, onde percebe-se concentração de bolivianos em endereços únicos, em diversos bairros, demonstrando que a prática de outrora, o uso de endereços “emprestados”, persistiu.

Haesbaert (2014) diz que esta é a arte do "contornamento" de certos limites ou fronteiras territoriais. A barreira para acesso a toda rede de atendimento público e gratuito de serviços de saúde na cidade de Corumbá – o Cartão SUS - é contornada e driblada para

<sup>81</sup> Entrevista concedida pelo Senhor J. M. [agosto 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

<sup>82</sup> Entrevista concedida, via telefone, pela Senhora D.R. [abril 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020.

<sup>83</sup> Estes dados estão trabalhados e apresentados no ítem 5.3 - O cartão SUS a chave para a entrada do boliviano no Sistema de saúde no Município de Corumbá-MS, que trata especificamente deste assunto.

usufruir do que o outro lado oferece, atendimento local e o de alta complexidade, este necessita se deslocar para capital do Estado de Mato Grosso do Sul ou outras cidades.

É contornando e driblando os problemas que encontram pela frente que conseguem ainda ter acesso ao benefício e usufruir do sistema de saúde pública no Brasil, situação que verificou-se nas declarações da Senhora L. V., moradora do Puerto Quijarro, a mesma relata:

Tenho uma irmã, em Santa Cruz de La Sierra, que está com câncer e buscamos meios de fazer o cartão SUS dela para que o oncologista de Corumbá-MS a encaminhasse para a cidade de Barretos-SP, para dar seguimento ao seu tratamento de quimioterapia e radioterapia gratuito pelo SUS, porque na Bolívia é tudo pago, não existe tratamento de câncer gratuito aqui, como no Brasil (informação verbal)<sup>84</sup>.

Questionada como obteve o comprovante de endereço para tal, informou que através de um amigo boliviano que reside em Corumbá-MS. Fizeram um contrato de aluguel como se sua irmã residisse na cidade, tiraram a permissão na Polícia Federal, no SISMIGRA e, assim, conseguiram o cartão SUS. Transpuseram a fronteira do Sistema Único de Saúde brasileiro.

Desta maneira, bolivianos se tornam usuários da saúde pública na cidade brasileira, ultrapassando os limites territoriais, driblando a fronteira que os impede de ter acesso a mesma e dando corpo a uma situação de fronteira e a produção do espaço em Corumbá-MS, estabelecendo relações sociais no encontro e confronto com o *outro*, que revelam alguns conflitos. Os fronteiriços procuram meios de sobrevivência e usufruto do que o outro lado oferece de melhor, escapando das amarras dos limites criados pelo Estado-Nação, criando uma geografia da fronteira.

A matéria publicada no periódico local, Correio de Corumbá, em 2017, intitulada: “Bolivianos que não moram em Corumbá, conseguem Atestado de Residência e carteira do SUS?”; denuncia um esquema de venda de comprovantes de endereços para emissão de cartão SUS, o que levanta suspeitas da participação de funcionários do próprio hospital, que recebiam propinas para facilitação do processo:

É um verdadeiro absurdo essa situação ilegal! Até onde chegou a saúde de Corumbá, onde as dificuldades para o atendimento de brasileiros já são grandes, imaginem só com essa invasão de bolivianos em nosso Sistema, onde postos, UPA, e praticamente 30% dos leitos atualmente são ocupados por eles que residem no país vizinho.  
Comenta-se largamente que algum funcionário do Hospital de Corumbá seria o responsável, pelo encaminhamento da solução para legalizar o ilegal, ou

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida pela Senhora L.V. [abril de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Puerto Quijarro, 2020.

seja, esquentar comprovantes de residência dos Hermanos que moram em Puerto Quijarro, Puerto Suarez e em outras localidades da Bolívia.

Segundo se comenta pela cidade, a conta de luz (Energisa), às vezes é cedida por algum morador de Corumbá, que leva o seu \$\$\$ e depois é levada para o elemento que atende este setor na Santa Casa local, que por sua vez, também exige um agardo por fora na faixa de R\$ 150,00 para dar a legalidade à concessão de tudo que os brasileiros recebem do SUS, inclusive vagas nos leitos hospitalares, aos moradores do lado de lá da fronteira.

Como leigo, indago: essa manobra escusa não se caracteriza como falsidade ideológica dos dois lados envolvidos? E lembrando mais uma vez que segundo os comentários, o tal funcionário que faz o encaminhamento para que os bolivianos tenham os mesmos direitos dos brasileiros, estaria faturando na faixa de R\$ 150,00 por cada comprovante de luz esquentado...

E que fique bem claro: nada contra os irmãos bolivianos

Que têm residência fixa em Corumbá e Ladário, que aqui trabalham e são muito bem vindos por todos nós. Sou contra dar os mesmos direitos para os que moram na Bolívia e são enviados ao nosso hospital para tomarem os lugares dos que aqui vivem. Que o presidente boliviano faça investimentos em Quijarro e Porto Suarez, num grande hospital.

E que nenhum “boca de burro”<sup>85</sup> sem noção, fique falando ou escrevendo tentando tampar o sol com a peneira citando cartas e tratados ou que os invasores possuem os mesmos direitos. Vai um brasileiro fazer o mesmo que esses bolivianos atrevidos aprontam aqui em Corumbá com transporte clandestino, afrontando o comércio corumbaense e burlando a saúde pública, pra ver o que acontece (YUNES, 2017, p. 1-2).

A reportagem expõe não só uma denúncia sobre a emissão dos cartões do SUS, bem como expressa sentimentos racistas ao tratar os bolivianos como invasores e atrevidos evidenciando os conflitos que se afloram no sistema de saúde e no modo de pensar de muitos corumbaenses. Os sentimentos externados demonstram o quanto é recorrente no dia a dia do fronteiro a questão do Estado-Nação, onde a afirmação das identidades nacionais é uma constante, que reforça as hierarquias nacionais, a supremacia econômica que sobrepõe sobre o *outro*. Os termos “intruso” e “invasores” demonstram um sentimento de pertença característico na afirmação das identidades nacionais, pois revelam aí as fronteiras do humano (MARTINS, 1997), ficando evidente que os bolivianos são tratados aqui como bolivianos e não como seres humanos, onde prevalecem os limites nacionais.

Haesbaert (2014) aponta que viver “no limite” ou “nas fronteiras” seguramente é viver nas incertezas entre o legal e o ilegal, a exceção e a regra. O capital se reproduz pela recriação da diferença e, com ela, constitui novos limites e fronteiras no interior do próprio território por ele incorporado:

---

<sup>85</sup>“Boca de burro” é uma expressão muito utilizada na cidade de Corumbá-MS quando se quer menosprezar a inteligência de alguém. Quando se refere a uma pessoa chamando-a assim, quer dizer que a mesma é desentendida do assunto, não sabe nada sobre a temática (qualquer que seja) em questão.



De certa forma se vivemos hoje no limite significa, em primeiro lugar, ser dotado de mobilidade, pois o limite-fronteira, nesse caso não é estabelecido apenas para controlar, conter, deter, mas também para ser transposto, contornado, transgredido, enfim "*usufruído*", já que, de algum modo, muitas vezes pode tornar-se o próprio *locus* central da nossa vida e, ao propor diferenças, incita-nos mais diretamente a enfrentá-las e/ou partilhá-las (HAESBAERT, 2014, p. 274).

Tem-se ainda, que:

A transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades. (...) Destaca-se a própria transição, não no sentido de algo temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de "trânsito", movimento e do próprio "atravessamento" e imbricação territorial - não um simples passar por, mas um estar entre (HAESBAERT, 2014, p. 285).

Essa mobilidade se refere aos movimentos entre lugares, dotados de significação, e territórios, moldados no interior de específicas relações de poder. Não é fácil distinguir quais são os limites territoriais de ação de uma e de outra modalidade de poder, quem domina e quem está na situação de subordinado. A vivência no limite, numa situação de multi/transterritorialidade, não significa que a presença da fronteira seja condição para cessar o movimento, até porque, além de uma linha divisória que delimita, a fronteira é um lugar de encontro e de desencontro; é o espaço onde se depara com o "*outro*", e neste encontro há uma redefinição de sujeitos, seja pelo aprofundamento que se faz sobre as nossas peculiaridades ou pelo questionamento colocado pelo olhar do *outro* que impõe, ao mesmo tempo, indagações e conflitos, reafirmações e relativizações (HAESBAERT, 2014).

O fato de poder usufruir de dois territórios ao mesmo tempo pode ser considerado um recurso ou uma vantagem. A oferta gratuita de atendimento de saúde praticada no Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS), estimula o movimento na fronteira de Corumbá-BR/ Puerto Quijarro/Puerto Suarez-BO, pois age como um atrativo, impulsionando a mobilidade populacional na mesma. A mobilidade humana sempre ocorreu, seja por razões de instinto, de necessidade, de fuga, de busca e existiu em diferentes épocas, locais, contextos e finalidades. Este movimento, no século XXI, se dá em busca não só do emprego, mas do pleno emprego; da moradia digna; da saúde integral; do acolhimento, solidariedade e dignidade no próprio país e no outro país também (BÜHRING, 2013).

Os limites, as barreiras entre os Estados Nacionais, são caracterizadas por uma profunda dinâmica entre espaços e as inter-relações sociais promovidas. Neste movimento, que lhes é peculiar, e na perspectiva de integração ganham uma redefinição de espaço-lugar, a

fronteira, que tem sentimento de pertença, um lugar que possa chamar e reconhecer como seu, que lhe seja próprio a fim de que possa estabelecer relação de identidade, local que se firma em vínculos coletivos e afetivos, representa-se pelos sujeitos que nela convivem, apresentando-se como uma sociedade de fronteira, onde a natureza dos grupos que a compõem é sempre diversa, mas a identidade do lugar se une, se funde e se converge em um lugar próprio daqueles que passam a ocupa-lo (BÜHRING, 2013).

A movimentação dos transfronteiriços, por sua vez, se dá em função de interesses concretos e particulares, como acontece na busca ao atendimento à saúde em Corumbá-MS, que reforçam ou negam os limites territoriais estabelecidos entre as Nações. Esse encontro entre pessoas de diferentes nacionalidades, em situação de vulnerabilidade, constrói olhares sobre o *outro* e este é visto, neste caso, como o intruso e a ameaça. Nesse processo é reforçado o distanciamento cultural e social entre os dois povos.

Na cidade de Corumbá-MS é evidente os conflitos surgidos na rede de atenção básica de saúde, como visto nas entrevistas citadas e na matéria de um periódico local. Ali estão expostos alguns dos conflitos que acontecem quando o boliviano usa do aparato de saúde do lado de cá.

Com a pandemia da Covid-19 (meados de março de 2020), mediante o temor e medo instaurados com os números crescentes de óbitos divulgados pela mídia brasileira, o pânico se instalou na cidade de Corumbá. O governo boliviano fechou a fronteira entre os dois países, não entravam brasileiros e nem bolivianos que estivessem do lado de cá. Já o Brasil, manteve o entendimento de cidades gêmeas e permaneceu com suas fronteiras abertas. Conseqüentemente, o trânsito de pacientes oriundos de Puerto Suarez continuou permitido, gerando discussões sobre o risco de contaminação que estes pacientes representavam. As ambulâncias bolivianas circulavam constantemente na cidade e isto suscitou matérias em jornais da região. O momento externava preocupação com as condições de saúde da cidade e de ter de dividi-las com os bolivianos.

O site de notícias *Folha MS*, no dia 23 de março de 2020, com a reportagem de Erick Silva intitulada “Bolívia proíbe entrada de brasileiros, mas mantém envio de pacientes para tratamento de saúde em Corumbá”, falou sobre o não fechamento da fronteira para entrada dos bolivianos no Brasil (SILVA, 2020). Dando ênfase para pacientes que estavam sendo trazidos para atendimentos nos hospitais de Corumbá-MS, alegava que tal prática poderia comprometer o atendimento de corumbaenses. A matéria também chama atenção para o número de leitos de UTI disponíveis na cidade: “Os dez leitos de UTI disponíveis na cidade e que podem salvar vidas da população corumbaense, podem ser consideravelmente reduzidos

tendo em vista o constante atendimento de urgência a qual recorre a população boliviana” (SILVA, 2020). A reportagem apurou que em relação aos leitos de UTI, de cada 10, de 3 a 4 estão sempre ocupados por pacientes bolivianos. A entrevista realizada com médicos atuantes no hospital de Corumbá, segundo a reportagem, afirma que o fluxo de ambulâncias que chegavam com doentes continuava o mesmo com a fronteira fechada. O atendimento aos cidadãos estrangeiros, no caso os bolivianos, se estendia por todos os setores da Santa Casa. A reportagem abordou também os custos destes pacientes ao hospital, que segundo relato de médicos, os casos, em sua maioria, apresentavam estado grave e demandavam elevada receita, com a disponibilização de medicamentos de última geração e procedimentos de alta complexidade, além de longa recuperação dentro da unidade. Isto tudo acontecia sem contrapartidas do governo boliviano, com os custos deste tratamento recaindo sobre os contribuintes brasileiros. Por fim, a reportagem conclui:

Mas a chegada de uma pandemia, reacende o alerta de que a benevolência brasileira e o apelo pelo atendimento humanitário, realizado sempre de maneira unilateral, poderá custar ainda mais caro aos brasileiros que poderão arcar com a própria vida em caso de superlotação das unidades, como já ocorre até em países considerados de “primeiro mundo” (SILVA, 2020, online).

A reportagem enfatizou que o ir e vir deveria ser cessado, uma vez que o governo boliviano havia fechado e impedido a entrada de brasileiros em território boliviano. Postada nas redes sociais, esta reportagem, recebeu comentários que expressavam a indignação e a ira dos cidadãos corumbaenses com a situação do salve-se quem puder, no precário sistema de saúde da cidade fronteira de Corumbá-MS<sup>86</sup>.

Apesar de todos os tratados e acordos feitos entre os governos do Brasil e da Bolívia, as relações se dão mesmo entre as pessoas que, informadas ou não, acabam externando sua indignação e estranhamento na presença do boliviano, o *outro*, deixando claro e evidente a presença dos limites nacionais, impondo fronteiras entre brasileiros e bolivianos, principalmente nos casos em que se vê obrigado a dividir o pouco que tem em Corumbá-MS com eles, que tem praticamente nada.

O último acordo, o Acordo Interinstitucional Internacional Subscrito, entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira, firmado em

---

<sup>86</sup> Descrita no ítem 5.2 desta seção: O Sistema Único de Saúde e sua condição de funcionamento em Corumbá-MS.

outubro de 2017, é específico à saúde pública na região de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, versa sobre o aparato de saúde nas regiões fronteiriças. As decisões e diretrizes estão a cargo de grupos de trabalho mistos, brasileiros e bolivianos, ligados a saúde pública das fronteiras e nesta região, segundo o atual Secretário Municipal de Saúde não tem dado certo, pois:

Depois da homologação do referido acordo, foi feita apenas uma reunião e nada foi para frente, porque a Bolívia não compareceu nos encontros de trabalho. Segundo este gestor, ficou claro que os bolivianos só querem desfrutar do SUS no Brasil, por isto fomentaram este acordo, pois até agora, abril de 2020, nada andou. (informação verbal)<sup>87</sup>.

Apesar da saúde ter se destacado nas discussões bilaterais, ainda que a passos curtos, e tenha sido objeto de acordos, que propõem ações conjuntas BR/BO para atendimento das demandas da região, infelizmente não houve efetivação, pois poderiam levar ao rompimento de barreiras impostas pelo Estado-Nação, uma vez que versam por entendimentos e investimentos entre os dois países.

## **5.2 O Sistema Único de Saúde e sua condição de funcionamento em Corumbá-MS**

No século XX é produzido o modelo de saúde preventiva, que destaca para o Estado o dever de proporcionar aos seus cidadãos os serviços básicos de saúde, conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde(OMS). No ano de 1986 na 8ª Conferência Nacional da Saúde, pela primeira vez a coletividade foi chamada a participar, e a saúde foi implantada na Constituição Federal de 1988, confirmando as resoluções da Conferência de saúde, que, em seu artigo 196, diz: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação” (BRANCO, 2009).

Conforme a Constituição Federal de 1988, a “Saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Anteriormente, o sistema público de saúde somente prestava assistência aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, provendo acesso aos serviços hospitalares de uma parcela de aproximadamente 30 milhões de pessoas, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas ou clínicas particulares. Diante o aporte da Constituição, surge o novo ideário de saúde da população brasileira, requerendo profundas mudanças no sistema de atendimento à saúde no Brasil. (BRASIL, 2002)

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida pelo atual Secretário Municipal de Saúde[abril 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2020

As mudanças ocorridas na década de 1990 no Sistema de Saúde no país colocaram em choque as disparidades regionais e as desigualdades entre estas as nações Brasil e Bolívia. O Sistema de saúde, neste período, é redimensionado passando a ser totalmente gratuito e a grande preocupação passa a ser a garantia de um sistema centrado nos princípios doutrinários da universalidade, equidade, integralidade e participação popular na formulação e gestão da política de saúde, organizado a partir de uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada (BRANCO 2009). No SUS, a responsabilidade pela saúde deveria ser descentralizada até o município, ou seja, deveriam ser fornecidas aos municípios condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existia a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo seria autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade (BRASIL, 2002).

No ano de 1990 o Sistema de Saúde brasileiro sofreu modificações e a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dá origem ao Sistema Único de Saúde (SUS). Seus princípios fundamentam-se na universalização dos serviços com a saúde, sendo um direito de todas as pessoas, devendo ser garantida pelo Estado a todos os cidadãos, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

A equidade visa diminuir as desigualdades, promovendo maior investimento às áreas de maiores necessidades, e a integralidade busca o atendimento a todas as pessoas, através da integração de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e a reabilitação. Também pressupunha a articulação da saúde com outras políticas públicas, assegurando o desempenho entre diferentes áreas correlatas a saúde. Um marco histórico e social no Brasil (BRANCO, 2013).

Cada esfera do governo teria sua parcela de contribuição e responsabilidade para que o SUS funcionasse bem e a União, através do Ministério da Saúde ficaria como o principal financiador da rede pública de saúde, com metade de todos os gastos com o Sistema financiados pelo governo Federal, a quem também competiria a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

Aos estados e municípios caberia contribuir com a outra metade dos recursos para cobertura dos custos. O gestor estadual aplicaria recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União, aplicaria as Leis Federais, formularia suas próprias políticas de saúde, coordenando e planejando o SUS no Estado, sendo responsável pela organização do atendimento à saúde em seu território. Finalmente, aos municípios caberia a execução das ações e serviços de saúde na esfera do seu território, aplicando além dos

recursos próprios, os oriundos do Estado e da União. Teria a autonomia de formular suas próprias políticas em saúde, além de aplicar as diretrizes estaduais e federais. Enfim, ao município caberia o planejamento e a coordenação do SUS para garantir atendimento pleno a sua população.

O SUS surge com um caráter inovador, correspondente a um processo social, sua estrutura arrojada coloca em xeque interesses antes irrelevantes na política de saúde no Brasil. Este novo sistema de saúde brasileiro passa de um modelo de atenção curativa à demanda, para um modelo de atenção integral à população. A lei afirma categoricamente, em seu artigo 2º, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (BRASIL, 1990).

A saúde contemplada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), possui como características a universalidade, a equidade e a integralidade dos serviços de saúde, o que garante gratuidade ao atendimento a todos os cidadãos portadores do Cartão SUS, retirados nas Unidades Básicas de Saúde. A oferta do atendimento é gratuita e o sistema é definido pelo Governo Federal da seguinte forma:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidade, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, c2013-2021, online)

Os princípios da “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”, apresentada no site do Governo Federal, traz informações para que todos os cidadãos conheçam seus direitos na hora de procurar atendimento de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). Ela reúne os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado.

Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.

Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.

Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.

Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.

Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.

Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Embora sejam estes os princípios básicos da saúde e o enunciado diga que é para garantir o ingresso digno nos sistemas de saúde ao brasileiro, na cidade fronteira de Corumbá-MS estes princípios atendem aos brasileiros, mas ao mesmo tempo se aplica de uma forma generalizada a expressão “Todo cidadão”. O SUS em Corumbá-MS atende não só os usuários do Brasil, como também os bolivianos que procuram o atendimento, dando duplo entendimento e sentido ao direito à saúde na fronteira, apontando para a universalização do acesso a todos os indivíduos, indistintamente. Esta demanda vinda do país vizinho acarreta sérios problemas no aparato de saúde, como citado anteriormente na fala do Secretário de saúde, principalmente em relação aos custos.

Verifica-se ainda no artigo nº. 35 da Lei 8.080/1990, que cria o SUS, a previsão de combinações de critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, como o perfil demográfico da região, o perfil epidemiológico da população a ser coberta. Estabelece no § 2º que nos casos de Estados e Municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados na respectiva Lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional (BRANCO, 2013), o que de fato não acontece.

Apesar de ficar evidente que se refere aos casos de limites territoriais com outros países, os indicadores demográficos utilizados pelo governo federal ainda são os levantamentos censitários dos municípios feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que ocasiona os problemas aos atendimentos dos fronteirizos, pois o Ministério repassa uma verba baseada no número de habitantes do município e não computa a população fronteira que é atendida, como pode ser constatado na entrevista com o Dr. R. L., Secretário de Saúde do Município de Corumbá-MS, da atual gestão, que traz as seguintes considerações a respeito da questão dos repasses feitos pelo Ministério da Saúde:



Hoje a saúde opera com um montante de 140 mil pessoas sendo que o município só tem 112 mil habitantes ...vem um recurso para 112 mil habitantes, e atende 140 mil cartões SUS, esta diferença se eu for dividir com o número de habitantes que eu tenho que atender ele vai aumentar, o gasto em saúde por habitantes vai aumentar. O que é gasto em saúde hoje por habitante no município? Garante a saúde do cidadão hoje? Eu tenho o mesmo gasto em compra de material, de remédios, de serviços em especialidades, de RH, é o mesmo gasto que eu tenho em outras cidades como Campo Grande e Dourados por exemplo, ele é muito maior, um especialista aqui sai o dobro do valor, então o custeio desta saúde é muito maior sai muito maior. E lá no Ministério da Saúde esta divisão por habitantes é feita de uma maneira só, não respeitando as peculiaridades de cada região, e principalmente a parte de fronteira, você sabendo que tem um fluxo grande e que a cidade depende dela mesmo (informação verbal)<sup>88</sup>.

As conversas com os dirigentes da saúde em Corumbá/MS revelam que são notórias as dificuldades que a saúde enfrenta pela deficiência não só no seu aparato, mas também pela escassez de recursos para atingir o atendimento pleno como prevê o Sistema Único de Saúde.

A cidade de Corumbá-MS conta hoje com 26 unidades básicas de saúde, com suas respectivas equipes para o desenvolvimento da atenção básica e recentemente implantou mais duas unidades que ainda estão funcionando sem os devidos registros e alvarás. Enquanto aguardam a legalização burocrática, estas duas unidades já estão em funcionamento devido a demanda.

A implantação das unidades básicas de saúde do município ocorre em bairros que possuem uma maior demanda pelos serviços de saúde, mas não leva em conta o número de habitantes bolivianos que ali residem especificamente. Se o indivíduo boliviano estiver instalado e com residência fixa, passam a ser computados como moradores da cidade, sendo incluído na demanda específica da região/bairro. O que diversifica e altera os atendimentos nos postos de saúde são os bolivianos não residentes da cidade, que burlam o sistema para impressão de seus cartões SUS e acessam os serviços sem integrarem cálculo da demanda social da região que frequentam.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são as pontas da Rede, os primeiros atendimentos são feitos nestas unidades e posteriormente encaminhadas, se o paciente necessitar de atendimento de média e alta complexidade. A cidade conta ainda com a Santa Casa, com um Pronto Socorro e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde todos os portadores de cartão SUS podem procurar atendimento e também os estrangeiros sem cartão SUS.

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida pelo Dr. R.L.[setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

Pelas carências estruturais do sistema de saúde em Corumbá-MS, a presença de bolivianos provoca conflitos com os brasileiros, pois aumentam o número de pessoas que procuram pelos serviços e muitos entendem o boliviano como um intruso, e até os responsabilizam pela baixa qualidade dos serviços.

Dezesseis entrevistas foram realizadas com mulheres e homens usuários do sistema público de saúde, moradores dos bairros da borda oeste da cidade, neste processo buscou-se delinear as situações advindas da presença dos bolivianos nas UBS. Destas, 100% demonstraram insatisfação e como as respostas foram similares, optou-se por um recorte que expressasse o ideário comum do tom das conversas engajadas. A Senhora C.P., moradora do Bairro Dom Bosco, mãe de cinco filhos, sendo duas ainda crianças, com cinco e três anos, respectivamente, relatou:

Quando meus filhos maiores eram crianças eu ia nos postos tinha bem menos pessoas, agora a gente vai no posto e fica quase o dia inteiro até ser atendido, cheio de gente e a maioria são bolivianos as vezes estão bem sujos. Os médicos demoram para consultar e se durante o tempo que agente está lá, chegar alguma emergência da Bolívia eles são atendidos na frente. Algumas vezes quando tenho dinheiro prefiro levar meus filhos no médico particular do que ficar lá no posto de saúde, é muita gente, muitos bolivianos. E tem faltado remédios, eu acho que é porque os bolivianos estão pegando também(informação verbal)<sup>89</sup>.

Esta senhora, que trabalha como doméstica, deixou claro que dá preferência ao uso do sistema privado de saúde do que ir nas UBS lotadas. Questionada sobre o uso do sistema público de saúde pelos bolivianos, diz que isto muito atrapalha, principalmente porque eles fazem uso dos remédios ofertados gratuitamente, não sobrando o suficiente para muitos dos brasileiros.

Já a Senhora E.M., moradora do bairro Aeroporto, disse:

Eles atrapalham porque às vezes não conseguimos pegar fichas por conta deles. Mas se eles atrapalham tanto porque que dão este cartão do SUS para eles? Se eu for lá do outro lado no hospital deles tenho que pagar pelo atendimento. Então deveria atender mas cobrar, pelo menos ajudavam na saúde daqui(informação verbal)<sup>90</sup>.

---

<sup>89</sup> Entrevista concedida pela Senhora C.P. [janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>90</sup> Entrevista concedida pela Senhora E.M. [janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

A jovem R. P., que faz tratamento dentário na Unidade Básica de Saúde Ernesto Sassida, no Bairro Dom Bosco, relata ter ido toda semana ao posto e agora não está tão cheio por conta da pandemia, mas que todas as vezes que vai para seu atendimento avista bolivianos aguardando para serem atendidos. Perguntada se a presença dos estrangeiros atrapalha em seu uso do sistema de saúde, respondeu que não, visto que eles estão lá em busca de atendimento médico, enquanto ela, odontológico. Sua fala sem rispidez ou reclames devido ao uso do sistema por bolivianos é justificada pela diferença de assistência procurada por ambos no momento.

Buscou-se um morador antigo do Bairro Popular Nova e beneficiário do Sistema Público de Saúde, o Senhor A. C. e quando indagado sobre a presença dos bolivianos na UBS do Bairro respondeu:

No Posto Breno aumentou muito os bolivianos são atendidos como nós. Recebem a consulta e os remédios com qualquer outro corumbaense. E quando chegam passando mal são atendidos na frente de todos. Eu acho que a prioridade deveria ser do brasileiro, porque afinal a gente mora aqui, eles estão vindo e pegando o lugar da gente. (Informação verbal)<sup>91</sup>.

Estas falas expõem os conflitos que a presença do *outro* causa no atendimento da saúde brasileira, a presença deles é notada e por vezes incomoda aqueles que pensam que deveriam ser prioridade.

Já o Senhor A.F. morador do Bairro Guarani nos relatou em entrevista que o Posto do Bairro dele é muito frequentado por bolivianos e que eles disputam as vagas de atendimento, os remédios e vacinas com os moradores e beneficiários daquele local. Em tom de insatisfação deixa claro que estes beneficiários não deveriam ser atendidos gratuitamente:

Estes bolivianos estão aqui na cidade ganhando dinheiro com seus comércios, não empregam ninguém, vedem suas mercadorias sem dar nota fiscal e fazem o que quer. E ainda tem que ter atendimento de saúde de graça, deveria cobrar deles. (Informação verbal)<sup>92</sup>.

O íterim destes discursos carrega os conflitos gerados com a presença do *outro*. Os brasileiros notam a presença dos bolivianos como usuários do sistema de saúde pública e se

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida pelo Senhor A.C.[janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>92</sup> Entrevista concedida pelo Senhor A.F. [favereiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

sentem i incomodados, por reconhecerem no atendimento do estrangeiro um certo tratamento de prioridade que lhes rouba o acesso a um serviço tão fundamental.

O acesso ao Sistema Único de Saúde passa a ser também um serviço do qual o boliviano fronteiriço usufrui, uma vez que para utilizá-lo basta ter o cartão SUS. Para dificultar ou tentar dar legalidade à emissão do cartão SUS a estrangeiros e em particular aos bolivianos passou-se a fazer exigências. Mas, apesar destas novas exigências, a situação é problemática quando se refere a esta questão. Somente nos anos de 2018 e 2019, a Secretaria de saúde do Município passou a controlar os cadastros com mais rigor, mas ainda não tem o controle sobre a situação.

### **5.3 O cartão SUS a chave para a entrada do boliviano no Sistema de saúde no Município de Corumbá-MS**

A convivência próxima, uma melhor estrutura de atendimento e a gratuidade do sistema, favorecem a vinda da população boliviana, que demanda atenção à saúde, ao Brasil, na tentativa de resolver as desigualdades em saúde decorrentes da divisa territorial e da fragilidade do sistema de saúde do país de origem.

O Secretário de Saúde do Município de Corumbá-MS estima a existência de aproximadamente 140 mil cartões SUS na cidade. Outros funcionários da Secretaria de Saúde do Município dizem que este número é maior, ou seja, há uma discrepância entre o número de habitantes e o número de cartões SUS de aproximadamente 30 mil cadastros. Segundo os dirigentes da saúde, os cartões estão distribuídos entre estrangeiros e turistas, havendo alguns óbitos, mas afirmam que, embora não tenham o controle numérico, a maioria são bolivianos. Estas informações, ainda que sejam subjetivas, são de fontes dirigentes da saúde do Município, assumindo-se que seus locais de fala se sustentam com o conhecimento dos funcionamentos da pasta.

Na tentativa de ter números mais precisos e não informações subjetivas foram tomadas como base de análise os dois últimos anos, 2018 e 2019, os quais são referência de controle da secretaria de saúde. Ainda não há um cadastro para controle e nem mapeamento destes cartões emitidos, apenas guardam cópias de todos os processos de emissão dos cartões SUS feitos a estrangeiros nos últimos dois anos.

Ao manusear estes cadastros, percebe-se que apesar de toda investida da Secretaria de Saúde do Município em regulamentar a situação, ainda há por parte dos bolivianos, na tentativa de superar as barreiras construídas pelo Estado-Nação, um forjamento de documentos, referente aos comprovantes de endereços.

Existem endereços na cidade que abrigam até quinze beneficiários de cartões SUS, todos com o comprovante da mesma residência. O mais interessante nestes casos, é que o detentor do nome das contas de energia, água ou telefone emitem inúmeras vezes, declarações afirmando que aquele, ou aquela, boliviana mora naquele endereço. Situação recorrente quando o titular destas contas é também boliviano, reforça-se o antes dito de que há uma solidariedade, um companheirismo e corporativismo entre eles. Em relação a estes endereços, muitos titulares das contas são brasileiros, nem sempre as declarações de residência podem ser consideradas verídicas, pois elas são emitidas para várias pessoas com nomes bem diferentes e sem nenhuma evidência de parentesco.

O fato do envolvimento de brasileiros corrobora com a denúncia do Jornal Correio de Corumbá, citada anteriormente nesta seção, de que a comprovação de residência gere vantagens ao informante. O que chama atenção é que em muitos casos há comprovação de residência a um boliviano sem um contrato de locação para corroborar com a veracidade dos fatos. A residência do indivíduo se confirma, por vezes, com uma declaração digitada ou feita de próprio punho com firma reconhecida em cartório. A Secretaria de Saúde aceita este documento sem dar conta ou não de sua autenticidade e os cidadãos que o assinam, principalmente os brasileiros, também não dão conta da infração que estão cometendo, ou talvez se façam de rogados para negociar este documento.

No ano de 2018, iniciou-se um trabalho na Secretaria de Saúde do Município de Corumbá-MS para obtenção do quantitativo de cartões SUS emitidos para estrangeiros, mais especificamente para bolivianos. Atualmente estão sendo feitos no Núcleo de Informações em Saúde (NIS) separadamente. Os técnicos da Secretaria compilaram que nos anos de 2018 e 2019 foram emitidos 991 cartões SUS a estrangeiros, sendo 723 para Bolivianos, conforme Quadro 1, feito com base no manuseio realizado por esta pesquisadora nos formulários e documentos para emissão destes cartões SUS.

Quadro 1 – Número de cartões SUS expedidos a Bolivianos por bairro nos anos de 2018 e 2019

BAIRROS	N. DE CARTÕES SUS
Dom Bosco	243
Centro	117
Aeroporto	91
Cristo Redentor	63
Popular Nova	61
Popular Velha	39
Nova Corumbá	24
Nossa Senhora de Fátima	15

Maria Leite	10
Guarani	9
Universitário	8
Jardim dos Estados	7
Guatós	7
Centro América	3
Vila Mamona	1
Beira Rio	1
Cervejaria	1
Presidiários bolivianos (homens e mulheres que estão no sistema penitenciário cumprindo pena no Brasil)	23

Fonte: Arquivo documental da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá-MS, 2018 e 2019.

Quando se fala estrangeiro, ali está o boliviano. É assim que é denominado pelos técnicos da Secretaria de Saúde do Município de Corumbá-MS, mesmo quando se referem aqueles que vivem aqui no Brasil, reforçando as diferenças impostas pelos limites do Estado-Nação.

Os comprovantes de endereços que validam a emissão destes cartões SUS estão distribuídos pelos bairros da cidade de Corumbá-MS, são contas das concessionárias de energia, água, telefone ou declarações de residência dos titulares das contas. Durante o manuseio destes 723 processos, percebeu-se uma duplicidade de endereços nos mesmos em que aparecem também os casos de famílias inteiras se cadastrando no mesmo endereço, famílias de até dez pessoas.

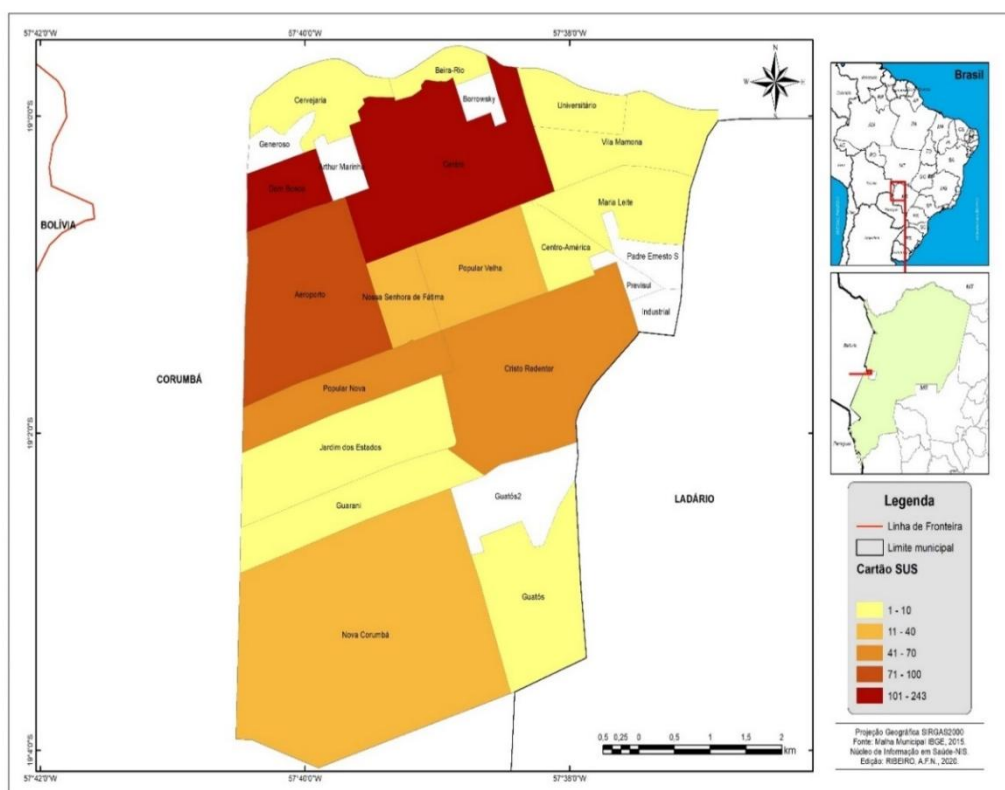
Dois endereços, dos que estão sobrecarregados, com acúmulo de processos de pessoas com nomes totalmente diferentes, um no bairro Dom Bosco e outro no Aeroporto, foram visitados e quando procurados, notou-se que os indivíduos que os utilizaram em seus processos não residem no local informado.

Os endereços indicados para emissão do cartão SUS aparecem em quase todos os bairros da cidade, nem sempre são de casos como relatamos acima. Existem os endereços fornecidos nos quais os moradores residem mesmo neles, percebe-se pelas características do processo e pelo próprio comprovante que anexam, em geral estão no nome do requisitante do cartão SUS. Foram averiguados, em campo, dez endereços e constatamos que são de fato moradores bolivianos que estão lá.

Coincidentemente os bairros de maior número de endereços indicados são os bairros onde estão concentrados um maior número de comerciantes e moradores bolivianos, Bairro

Dom Bosco, Centro, Aeroporto, Popular Nova e Cristo Redentor os que mais se destacam (figura 8):

Figura 8 – Distribuição dos cartões SUS emitidos por bairro



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

De posse do cartão SUS, os bolivianos têm acesso a toda rede de atendimento oferecida, de baixa, média e alta complexidade, tanto no Município de Corumbá-MS como em outros municípios do Brasil, caso necessite de transferência por gravidade do quadro de

saúde, por exemplo. Sobre o atendimento dos bolivianos, a Coordenadora do Serviço Municipal de Auditoria em Saúde, Senhora. M.G., informou que:

Os atendimentos dos bolivianos, eles são atendimentos direto nas redes de urgência e emergência, quanto aos atendimentos da atenção básica e média complexidade que seriam as consultas especializadas ou até os atendimentos de alta complexidade se faz necessário o cartão SUS, pois o decreto de 2014 do Município de Corumbá é base para as documentações necessárias para o estrangeiro se regularizar. E basicamente os documentos são: CPF, comprovante de residência e o antigo registro nacional de estrangeiro que agora é o registro de imigrante. A responsabilidade da confecção do cartão SUS no município está centralizada em um único local que é no Núcleo de Informação em Saúde do Município. Devido a umas denúncias que aconteceram sobre a venda dos cartões SUS para quem tinha um login para fazer o cadastramento do cartão [de que] estava[m] vendendo este cartão para estrangeiros. Ai resolveu-se centralizar a emissão dos cartões exclusivo para estrangeiros em um único local (informação verbal)<sup>93</sup>.

Quando perguntado à Senhora. M. G. se a Secretaria de Saúde do Município tem noção de quantos cartões SUS o município tem hoje emitidos para bolivianos aqui na fronteira, a resposta foi:

Não, nós já tentamos ter acesso a este banco de dados, mas o sistema da base de dados do cartão SUS não possibilita acesso aos relatórios. Não se consegue puxar esta informação, por este motivo que começamos a juntar a partir de 2018 centralizados aqui, e toda vez que é feito um cartão SUS é tirado uma cópia e entregam para auditoria para que possamos começar a ter uma possibilidade de gerar algum tipo de relatório para fazer algum tipo de análise seja ela para quantificar ou para conferir se estes estrangeiros residem nestes endereços ou não, atividade que ainda não foi desenvolvida, nós ainda estamos na fase de juntar os cartões para ver como vamos trabalhar com isto.

Existe um certo temor da equipe de auditoria em sair nas ruas conferindo endereços e/ou vistoriando para averiguação. Eles temem represálias nos bairros pelos próprios bolivianos ou até mesmo de alguns brasileiros que são coniventes com situações que podem não ser legal em relação a emissão dos cartões do SUS.

Segundo a Coordenadora entrevistada, a base de dados é centralizada no Ministério da Saúde e não tem nenhuma plataforma que viabilize a consulta dos mesmos. Diz ainda que falta interesse do Ministério em quantificar estes cartões emitidos para estrangeiros, primeiro porque as áreas de fronteira são menores que outras áreas do Brasil e também porque os

---

<sup>93</sup> Entrevista concedida pela *Sra. M.G.* [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



interesses das áreas de fronteira são diferentes dos demais lugares. Em entrevista, a Senhora M. G., Coordenadora do Serviço Municipal de Auditoria em Saúde segue dizendo que:

A secretaria de Saúde tem o interesse em conseguir fazer esta identificação na rede no geral para conseguir identificar quantos são estes estrangeiros e quais os bairros que eles estão mais centralizados para desenvolver alguma atividade. A atividade basicamente seria para tentar de alguma forma identificar o estrangeiro e a partir desta identificação deste estrangeiro regularizado no município você conseguiria ver onde eles estão andando na rede, assim se conseguiria traçar um perfil epidemiológico destes estrangeiros uma coisa interessante para o próprio município que tem uma possibilidade de se organizar frente a este tipo de atendimentos. Esta organização que pretendemos fazer no município seriam os atendimentos desenvolvidos e seria também uma forma de conseguir qual tipo de financiamento seria trabalhado pra isto.

Quanto aos recursos que são repassados para o Município, oriundos do Governo Federal, para atendimento e fomento das ações de saúde pública, a coordenadora ressalta a importância do levantamento de dados que poderiam servir de justificativa para reivindicar mais recursos junto ao Ministério da Saúde:

Hoje dentro da legislação, mais especificamente na Lei 8080, que fala do financiamento sobre o SUS, ela traz alguns critérios a serem utilizados para se ter uma noção do financiamento do município e tem vários critérios elencados na Lei, e por enquanto o único critério que está sendo usado é o perfil demográfico da região; o que inviabiliza estes estrangeiros porque muitos deles desenvolvem atividades pendulares, moram na Bolívia, vem aqui trabalham na região de Corumbá informalmente e entram no Município passam o dia e voltam para o outro lado da fronteira, acaba que eles não tem residência fixa aqui e o perfil demográfico é com base em quem está residindo aqui, eles acabam não entrando então no censo do IBGE que norteia os repasses para os Municípios. O perfil é per capita e o recurso a ser repassado por região então se o financiamento é per capita e você tem uma população flutuante de mais ou menos trinta ou quarenta mil pessoas estas pessoas não residem e acabam não fazendo parte deste financiamento. É isto que acontece, temos uma torneira aberta na saúde em Corumbá.

Segundo Branco (2013), no Brasil não há um marco regulatório único para tratar do direito do estrangeiro ao sistema de saúde brasileiro, nem normas e regras aplicáveis a todas as cidades de fronteira, no que diz respeito à saúde. Verifica-se que mesmo não havendo previsão, há demanda da população fronteiriça por atendimento, dando origem a conflitos, já que não há estimativa legal. Assim, como existem municípios que atendem essa demanda, outros regulamentam este atendimento, como é o caso de Corumbá-MS e dependendo do

nível de complexidade, outros simplesmente se recusam a esse atendimento. A decisão acaba sendo do gestor local:

...o gestor passa a exercer um poder discricionário, dependendo da “pressão” que ele sofre, e do seu conceito de “solidariedade”, pois não há jurisprudência quanto ao direito do estrangeiro fronteiriço ao Sistema Único de Saúde, bem como aporte de recurso estadual ou federal para que o município fronteiriço atenda essa demanda (BRANCO, 2013, p. 935).

Percebe-se em conversa com o atual Secretário de Saúde do Município, a visão humanitária da gestão, declarando que a sua orientação é a de não recusar o atendimento ao paciente boliviano, tanto o que tem o cartão SUS, como aqueles que chegam até o pronto socorro sem este documento.

A grande preocupação dos gestores brasileiros em cidades limítrofes com outros países, e não é diferente no Município de Corumbá-MS, é referente à capacidade financeira para atender essa demanda, uma vez que o recurso recebido é *per-capita*, ou seja, por número de habitantes residentes no município segundo estimativas do IBGE, ficando, portanto, fora da contagem não só o estrangeiro fronteiriço, bem como o brasileiro residente do outro lado da fronteira.

Assim, o sistema de saúde do Município recebe hoje um repasse referente a 112 mil habitantes e opera a saúde com cerca de 140 mil cartões SUS. Este excedente, o déficit, vai para a conta dos cofres municipais e dependendo do período, entra nos recursos municipais, oscilando em razão do número de atendimentos no mês para usuários bolivianos com cartão SUS, somados aos atendimentos daqueles que mesmo sem o referido documento, procuram os pronto-atendimentos.

#### **5.4 O atendimento do boliviano na Santa Casa e Pronto Socorro**

Além dos pacientes bolivianos que possuem o cartão SUS, existem também a demanda que vêm do país vizinho para atendimento no Pronto Socorro e na Santa Casa. Estes, mesmo sem portarem o cartão encontram atendimento, conforme diretriz da gestão municipal. De acordo com relato de um médico brasileiro, formado na Bolívia, já houve caso que o atendimento foi negado, mas é raro isto acontecer, mas quando acontece, o fronteiriço, que tem seu atendimento negado, não tem meios para reivindicar o mesmo, cabendo a ele o caminho de volta.

Ainda que a Constituição Federal dita expressamente em seu Art. 196 que a saúde é um direito de todos e dever do estado, nem todos os gestores públicos tem esse mesmo

entendimento, muitos divergem na interpretação da Lei. A questão reside em quem são esses “todos” citados pela Constituição? Todos os cidadãos brasileiros ou todas as pessoas que procuram o sistema de saúde? Todos os brasileiros natos e naturalizados e também o estrangeiro residente no Brasil? E o estrangeiro fronteiriço deve ser tratado de forma diferenciada pela sua condição de fronteiriço? E em qual situação deverá ser assegurado o atendimento a esse estrangeiro fronteiriço? A diversidade de interpretação gera conflitos, pois estes atendimentos dispensados aos fronteiriços acarretam dificuldades financeiras ao município, pois nem o Estado nem a União reconhecem essa assistência, não repassando recursos correspondentes a essa demanda nem ressarcimento dos mesmos. Relato da diretoria da Santa Casa informou que os valores gastos nestes atendimentos são glosados e cabem ao Município arcar com estas despesas.

Os pacientes estrangeiros, que não possuem o cartão SUS, acometidos de alta complexidade são mandados de volta para Bolívia, tendo que procurar tratamento em cidades bolivianas. Campo Grande (capital do Estado de Mato Grosso do Sul) não aceita a transferência de estrangeiros que não possuam o cartão SUS, porém há exceções. Conforme nos relatou o Secretário de Saúde, alguns casos de necessidade extrema são mandados para a capital em razão da questão humanitária que direciona ações da gestão atual.

Assim, a falta do cartão SUS gera insegurança e em meio a situação confusa relacionada ao atendimento na saúde pública brasileira, o estrangeiro boliviano se vê, por vezes, nas mãos de alguns profissionais médicos oportunistas, cobrando atendimentos e procedimentos que, aos brasileiros, são oferecidos gratuitamente dentro do sistema de saúde-prática esta ilegal -sendo fato relatado em entrevista com alguns bolivianos sobre o atendimento que recebem na saúde. Um dos casos relatados foi da Senhora S.C. que contou o que ocorreu durante a busca de atendimento para sua filha gestante:

O médico me disse que se a criança não fosse retirada poderia morrer, só que para retirá-la naquele instante seria cobrado o serviço, eu paguei por fora e em dinheiro ao Dr.....para ter o atendimento e o procedimento feito, dentro do hospital público, porque senão minha neta morreria(informação verbal)<sup>94</sup>.

Quando perguntado do porquê de não ter prestado denúncia respondeu ter medo de cair em descrédito por ser ela boliviana. Em agosto de 2019 teve publicidade o caso de um médico que foi autuado, com cassação de seu registro para atendimentos pelo SUS, por

---

<sup>94</sup> Entrevista concedida pela Senhora S.C. [junho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

cobranças irregulares de cirurgias. Não foi o mesmo médico do relato da boliviana entrevistada, mas as duas estórias corroboram com a existência destas práticas criminosas, das quais inúmeros bolivianos já podem ter sido vítimas. Este atendimento, que entrou pelo pronto socorro, além de ter sido pago direto ao profissional, foi mais um dos que engrossaram as despesas que glosam na Santa Casa.

Outros bolivianos relataram a ocorrência de preconceitos sofridos, oriundos do fato de serem estrangeiros, exemplificando a abordagem feita, anteriormente neste texto, sobre os conflitos e as situações de fronteira.

Os dados foram obtidos junto ao setor de faturamento do Hospital Santa Casa de Corumbá, os quais apontaram que os pacientes bolivianos são atendidos por diversas causas: partos, falta de ar, acidentes, fraturas e alguns casos que precisam ser encaminhados para Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Os casos mais graves, em geral, são trazidos de ambulância do Hospital de Puerto Suarez. Os dados levantados neste setor mostram que a procura tem crescido ano a ano e que a quantidade atendida ultrapassa cem pacientes por ano. A Senhora A.L., chefe do faturamento do Hospital Santa Casa, reportou em entrevista concedida que:

Estes prontuários são glosados, ou seja, não são pagos pelo SUS, porque estes pacientes chegam ao Pronto Socorro e são atendidos sem portar o cartão SUS. São pacientes que o pronto atendimento e o pronto socorro e a alta complexidade atendem sem exigir o cartão. Os pacientes denominados estrangeiros, geram despesas que glosam no orçamento do Hospital porque o SUS não repõem, ficando para o Município resolver o déficit causado por estes pacientes. Isto se constitui em uma torneira aberta para as finanças do hospital, chegando anualmente a custos que variam entre 60 e 80 mil reais/ano, dependendo da complexidade dos atendimentos podem ultrapassar 100 mil reais por ano (informação verbal)<sup>95</sup>.

Pesquisa feita junto a este setor do hospital apontou que nos anos de 2017 e 2018 foram aproximadamente 300 pacientes atendidos, na condição de estrangeiro, dos quais 95% dos casos eram bolivianos que se dirigiram ao atendimento do Pronto Socorro pelos mais diversos casos.

Para entender porque esta procura se dá, buscou-se através de entrevista com profissionais da saúde, que atua nas cidades fronteiriças bolivianas, como médico

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida pela Senhora A.L.[julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

provinciano<sup>96</sup>, dados sobre o funcionamento do aparato de saúde nestas cidades, corroborando com o que disse o médico que atua na Bolívia E. M., citado anteriormente nesta seção. Constatou-se que em Puerto Quijarro existe apenas o Hospital Municipal Príncipe da Paz de 1º nível, onde são realizadas não mais que consultas ginecológicas, pediatria e clínica geral. Em Arroyo Concepción existe o Prosalud Posto de Saúde da Província de Herman Bush que possui um pequeno centro cirúrgico para pequenas intervenções e quatro leitos para internação, com atendimentos somente de baixa complexidade. A maior estrutura de saúde pública na região está em Puerto Suarez, onde existem quatro unidades básicas de saúde que atendem baixa complexidade e o Hospital Municipal São João de Deus, um hospital de 2º nível, que abrange várias especialidades. Nele são realizadas pequenas e médias cirurgias em seu único centro cirúrgico, que apesar de ser um hospital de segundo nível, mesma classificação que a Santa Casa de Corumbá, possui uma estrutura de atendimento muito menor, não tem Unidade de Terapia Intensiva e seus recursos são muito escassos. Em entrevista, o médico provinciano A.H. explicou porque optam por trazer os pacientes a Corumbá-MS:

Somente em último caso os pacientes vêm, só quando não existem mais medidas a serem tomadas por lá e principalmente quando o caso não suporta uma viagem longa até Santa Cruz de La Sierra, aí Corumbá-MS se apresenta como a opção melhor e mais próxima de salvar estas vidas que estão em tal situação (informação verbal)<sup>97</sup>.

A procura pelo Sistema Único de Saúde brasileiro ainda é atrativo para os bolivianos, embora a Bolívia tenha implementado a gratuidade na saúde pública através do Decreto Supremo 3813 de 27 de fevereiro de 2019. A gratuidade, porém, ainda é gradativa e não atinge todos os procedimentos e pessoas, conforme versa em seu artigo terceiro: “*Artículo 3 (atención em salud) - Las atenciones em salud universal y gratuita, com base em produtos de saludcomenzará a prestar-se de maneira progressiva a partir del primer dia del mês de marzo de 2019*”. (BOLÍVIA, 2019).

Várias alterações nas leis bolivianas<sup>98</sup> que versam sobre a saúde aconteceram no ano de 2018 e 2019, alterações que modificaram a Lei nº 475 de 30 de dezembro de 2013,

<sup>96</sup>Os médicos provincianos são estagiários do curso de medicina que terminaram sua residência e atuam durante um ano prestando serviços para o governo boliviano.

<sup>97</sup>Entrevista concedida pelo médico provinciano A.H. [outubro de 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.

<sup>98</sup>Lei 475 de 30 de dezembro de 2013 – *Ley de Prestaciones de Servicios de Salud integral del Estado Plurinacional de Bolívia*; alterada pela Lei 1069 de 28 de março de 2018. Ambas modificadas pela Lei 1152 de fevereiro de 2019 e pelo Decreto Supremo nº 3813 de 27 de fevereiro de 2019, que estabelecem as regras atuais

estabelecendo em seu capítulo III que a gratuidade ao atendimento de saúde se dá a determinados grupos: mulheres grávidas, durante a gestação e após seis meses do parto, crianças menores de cinco anos, mulheres e homens com mais de 60 anos, mulheres em idade fértil e pessoas incapazes.

Percebe-se assim que o atendimento gratuito do sistema de saúde boliviano se restringe a um grupo de pessoas, fato que torna o SUS brasileiro, onde a gratuidade é para todos, muito atrativo. Embora tenham ocorrido modificações o SUS boliviano, com princípios semelhantes aos do brasileiro, está sendo paulatinamente implantado e não são todos os tipos de assistência que tem gratuidade, pouco ainda foi avançado. O segundo relato do médico E.M., diz que:

O SUS continua ainda funcionando da mesma maneira, onde somente as crianças até seis anos, mulheres grávidas e idosos com mais de sessenta anos que não pagam e recebem remédios gratuitos, os demais todo pagam consulta. Levam suas receitas para comprar os remédios. E se o caso do paciente for grave que tenha que ser transferido para Corumbá ou para Santa Cruz pagam pela ambulância (Entrevista concedida em outubro de 2019).

Esta discrepância entre o SUS brasileiro e o boliviano, somados a precariedade no aparato de assistência à saúde de Puerto Quijarro e Puerto Suarez - BO, atuam como fatores de fomento à procura pelo atendimento no Brasil, seja através da corrida pelo cartão SUS ou pelo atendimento direto no hospital e pronto socorro. Embora acordos vigentes entre os dois países existam, ainda não se tem, de fato, ações que amenizem este problema nas zonas fronteiriças do Brasil, em particular nesta região em discussão. Trata-se de um problema antigo, tópico de diversas discussões, mas que ainda está longe de ser resolvido.

Já houveram investidas por parte do governo brasileiro na tentativa de sanar o problema nas cidades fronteiriças, com a criação do Projeto Integrado de Saúde das Fronteiras –(SIS Fronteiras), em 2005, cujo objetivo era estruturar o aparato de saúde nos municípios de fronteira a fim de ampliar a capacidade de atendimento nos mesmos. Corumbá-MS foi contemplado com as três fases de repasses de recursos do projeto, tendo sido feitas algumas melhorias como aquisições de materiais, veículos e reformas no aparato da saúde do Município, mas ainda se encontra muito aquém do necessário para o atendimento do fluxo da demanda local e dos moradores do outro lado. Este programa funcionou apenas no período dos três repasses e, desde 2009, não houve mais nenhum aporte oriundo do mesmo, nenhum

tipo de recurso específico para fronteiras, oriundo do Governo Federal, para cobertura da demanda boliviana por serviços desta natureza, fato que tem gerado custos consideráveis ao orçamento municipal.

O fluxo constante de pacientes fronteiriços para o município de Corumbá-MS, as tentativas e os subterfúgios por eles usados para conseguir o acesso ao SUS, reforçam a ideia de que a fronteira é uma área liminar, onde se forjam modos de vida particulares, na medida em que configuram dinâmicas sociais próprias de cidades fronteiriças compreendidas a partir daqueles que vivem nessas regiões.

A procura ao atendimento de saúde no Município de Corumbá pelos fronteiriços bolivianos é um exemplo do que Haesbaert (2014) discute sobre a dinâmica das fronteiras, principalmente quando trata do que denomina de arte do “contornamento”, ou seja, o saber transitar pelas fronteiras sociais e jogar com as identidades, passando de um lado a outro um saber que se transforma em recursos para inventar possibilidades de vida e de formas de vida:

Ato de circundar, de rodear, é também uma "arte" usada por aqueles que desenvolvem uma habilidade especial em "transitar entre fronteiras" (do legal e do ilegal, do deter-se e do avançar...) São populações que vivem "contornando" dois grandes riscos, o da morte violenta e o de ficar subordinado à caridade ou ao assistencialismo alheio (HAESBAERT, 2014, p. 288).

São as vantagens e os trunfos que os fronteiriços possuem por viver no limiar e poder usufruir dos dois lados. A busca pelos serviços de saúde pública impõe várias fronteiras que são contornadas e transpostas no cotidiano desta gente que se insere do lado de cá, acreditando que muitas são as possibilidades e os direitos deles enquanto fronteiriços. Direitos estes garantidos, muitas vezes por ter nascido do lado brasileiro, por ter conseguido tirar os documentos brasileiros e a principal batalha é a conquista do cartão SUS que, além da abertura das portas ao atendimento local, também lhe insere em outras regiões do Brasil, com atendimento a casos de alta complexidade com gratuidade. Conseguir tirar seu cartão SUS é para o boliviano, principalmente os não residentes em Corumbá-MS, transpor a maior de todas as fronteiras que encontram na saúde pública brasileira.

Apesar de todo o trabalho de humanização feito pelos dirigentes da saúde pública municipal, existem relatos de pacientes oriundos da Bolívia que são tratados com diferença, fato que reforça a existência de uma barreira invisível, a fronteira do humano.

Conforme nos relatou a Senhora S. C., moradora de Puerto Quijarro, feirante, disse:

Precisei procurar o Pronto Socorro para levar meu filho que estava mal e lá esperamos horas para ser atendida quando fui atendida me chamavam de “thoca”<sup>99</sup>. Eu não sou “thoca”, eu falava para a enfermeira que mesmo assim continuava me chamar assim. Eu não gosto que me tratem assim (informação verbal)<sup>100</sup>.

O fato de tratar a mãe do paciente desta forma demonstra descaso, despreparo e é desumano. O preconceito implícito no trato destes pacientes fortalece a identidade brasileira e criam situações constrangedoras e conflituosas na referência ao *outro*, a condição de nação inferior está presente nesta relação. Segundo a médica provinciana entrevistada Dr<sup>a</sup> S.H., também residente na Santa Casa de Corumbá-MS, relatou que presencia muitas humilhações e despeitos com pacientes bolivianos e que alguns médicos alegam que não gostam de atendê-los porque são “sujos”. Falta também empenho dos gestores em realizar um diagnóstico preciso da situação dos atendimentos, quantificando e qualificando os atendimentos aos estrangeiros oriundos da fronteira Brasil/Bolívia

Esta situação vivenciada nas cidades de fronteira, sobre o atendimento da saúde pública, em particular no Município de Corumbá-MS, é histórica, sempre foi desfavorável, tanto para o Município, que tem seu orçamento aquém das necessidades do atendimento à saúde pública, quanto para o estrangeiro que procura o atendimento, favorecido pelo alto grau de permeabilidade do Brasil com a Bolívia e pela gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, os atendimentos das populações flutuantes têm enfrentado contratemplos, como o entendimento de alguns dirigentes municipais, quanto ao direito à saúde no atendimento do estrangeiro pelo SUS. Ele é sempre colocado como peso para os orçamentos do Município e em muitas situações discriminado pelos próprios usuários brasileiros, como o *outro* que toma o lugar, que estorva, externando claramente preconceitos.

As tentativas de reverter esta situação nas últimas décadas, têm se mostrado pouco eficaz, pois as ações não acontecem no tempo necessário. Apesar da iniciativa do SIS Fronteira, dos acordos feitos entre o Brasil e a Bolívia pouco se avançou na questão da saúde nesta região fronteiriça.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com os gestores da atual administração do Município de Corumbá/MS, ficou claro que os mesmos não têm conhecimento do número exato de quantos bolivianos possuem cartão SUS no município, principalmente dos pacientes que não vivem na cidade e são oriundos da Bolívia.

---

<sup>99</sup>“Thoca” significa, na língua portuguesa, loira, mas muitos corumbaenses têm a mania de chamar as bolivianas nas feiras, no comércio e nas ruas de thoca. Para alguns uma maneira carinhosa, para outros pejorativa.

<sup>100</sup> Entrevista concedida pela Senhora S.C. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



Nas Unidades Básicas de saúde o paciente apresenta seu cartão SUS, mesmo o atendente notando que ele é estrangeiro, este paciente não é quantificado, é atendido como um usuário brasileiro, perante o cartão SUS eles são iguais. Não existe no Município um cadastro do estrangeiro que é atendido pelo SUS na ponta da rede de atendimento. O único cadastro que a saúde tem são dos dois últimos anos, 2018 e 2019. O despreparo da administração municipal e dos atendentes da saúde se revela, pois, apesar de terem os usuários bolivianos e se declararem residente em Corumbá-MS, deveriam ter algum mecanismo para dimensionar o atendimento ao estrangeiro, ser cadastrado como estrangeiro atendido pelo SUS. Isto causa indignação, uma vez que demonstra não só o despreparo como também o descaso, por parte da administração, com a saúde e com os atendimentos do fronteiro, ignorando as peculiaridades das cidades de fronteira. Medidas como a da emissão da Resolução nº 02 de 04 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Saúde do Município, começaram a controlar a emissão de cartões SUS, que teve uma significativa diminuição em virtude das exigências feitas, mas ainda não foi o suficiente para implantar no município o controle do número de bolivianos atendidos. Segundo o Secretário de Saúde Municipal, Dr. R. L.:

A possibilidade de integração entre os sistemas de saúde Brasil-Bolívia é colocada como remota por conta dos poucos recursos para a saúde, o que complicaria ainda mais a situação financeira de Corumbá-MS; e pela diferença de atendimento do sistema de saúde boliviano, que embora esteja implantando o SUS, alguns atendimentos ainda são pagos, enquanto no Brasil é totalmente gratuito. Os gestores alegam também as dificuldades por conta das diferenças culturais e por falta de compromisso dos dirigentes bolivianos em cumprir os acordos feitos entre os dois países (Entrevista concedida na Secretaria de Saúde do Município de Corumbá-MS em setembro de 2019).

Esta situação está longe ainda de ser resolvida, ou talvez não tenha resolução, e vai sendo empurrada enquanto não for feita uma força tarefa pelos órgãos competentes, no sentido de promover encontros entre dirigentes dos dois países e discutir a situação fronteira, criar políticas públicas brasileiras e bolivianas no sentido de avançar nos atendimentos dos serviços de saúde tanto no Brasil, quanto na Bolívia, sendo uma situação que deve ser tratada politicamente. Lamentavelmente, alguns membros da classe política da cidade, bem como alguns legisladores municipais, se mostram preocupados não com a situação precária do atendimento e a falta de leitos hospitalares, mas sim com discussões e legislações que dificultam o atendimento aos fronteiros desta localidade, mostrando um

despreparo e um desconhecimento sobre as dinâmicas e as reais necessidades de uma cidade fronteiriça.

Ações e políticas públicas na área de saúde devem estar presentes na agenda orçamentária nacional de uma maneira descentralizada, resultando em ações sociais mais dinâmicas através das experiências concretas que são verificadas nas regiões fronteiriças, buscando suprir as dificuldades enfrentadas pelos municípios fronteiriços. Percebe-se que o Estado não cumpre o que está escrito na Lei, deixando muito a desejar no propósito do atendimento da saúde em áreas de fronteiras, uma vez que há a previsão na própria Lei para a situação dos fluxos migratórios. Investir em projetos sociais, implementar políticas públicas locais e eficientes são medidas necessárias para buscar a implementação de atendimento igual aos desiguais.

O ir e vir do migrante boliviano, em busca da gratuidade e melhores condições de assistência à saúde, transpõe os limites estabelecidos pelos Estado-Nação, entre o Brasil e a Bolívia, mas as fronteiras são deslocadas para dentro das Unidades básicas de saúde, como Pronto Socorro e Santa Casa de Corumbá-MS, se apresentando em vários episódios desta procura. O direito à saúde é uma garantia indissociável do direito à vida e a negação do atendimento a esses estrangeiros fere não apenas os princípios constitucionais como também os tratados firmados pelo Brasil, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (BRASIL, 1992), do qual o Brasil é signatário, e estabelece em seu artigo 4º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida” (BRANCO, 2013).

Enquanto os agentes políticos municipais, estaduais e federais não olharem com diferença a dinâmica das cidades de fronteiras em relação a outras, em especial no atendimento à saúde pública, a situação será cada vez mais precária. Os representantes políticos não devem e não podem considerar a fronteira apenas como limite territorial e político, como uma linha estática. A fronteira tem vida própria, é um lugar de existência e de moradia, construída pela dinâmica dos fronteiriços e suas peculiaridades. Atualmente, as fronteiras são perceptíveis na cidade de Corumbá-MS, pois onde tem a presença do *outro* ali estão as fronteiras, sendo que elas já ultrapassaram os limites territoriais, principalmente na saúde pública.

E é na perspectiva da integração entre os dois países, da integração fronteiriça, firmando vínculos coletivos e afetivos que a saúde tem que ser tratada. Neste aspecto, as discussões ainda são incipientes. Embora os acordos estabelecidos se apresentem como os primeiros passos, não possuem eficácia e nem são suficientes para dar conta da expressão que o problema representa na região fronteiriça.

Este movimento, em função da busca ao atendimento à saúde, é uma das molas propulsoras da mobilidade na região fronteira em questão, pois transpõem a linha divisória que delimita os dois países, já que a divisa não é condição de cessar o movimento e a fronteira é um lugar de encontros e desencontros, espaço onde *um* se depara com o *outro* e neste encontro de diferentes surgem as indagações e os conflitos.

Os preconceitos e os maus tratos, cobranças indevidas por fora, são elementos que muitas vezes levam alguns bolivianos, de maior poder aquisitivo, ou aqueles que têm alguma reserva financeira, a procurar direto o atendimento em clínicas e hospital privado em Santa Cruz de La Sierra ou, até mesmo, em Corumbá-MS, onde afirmam ser bem atendidos, conforme nos relatou a Senhora O. S., feirante e residente em Puerto Quijarro:

Eu uso a saúde em Corumbá, mas tenho ido naquele hospital novo ou na Clínica Samec, onde pago pelo atendimento e sou bem atendida; tenho cartão do SUS, mas está muito difícil conseguir consulta tem que ir de madrugada pegar ficha e eu não tenho tempo, preciso vir nas feiras (informação verbal)<sup>101</sup>.

Ressalta-se que, enquanto no sistema de saúde pública ele é visto como um problema, na saúde privada o boliviano é visto como um trunfo nos rendimentos. Recentemente inaugurado, o Hospital da CASSEMS se preparou para atender este cliente particular, dando visibilidade em suas instalações, sendo ali acolhido e bem vindo (Imagens 49 e 50).

Imagem 49 – Indicação de sanitários – Hospital CASSEMS Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 50 – Porta da sala de curativos – Hospital CASSEMS Corumbá-MS

<sup>101</sup> Entrevista concedida pela Senhora O.S.[julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza De Barros. Corumbá, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Conversamos com um dos dirigentes administrativos do Hospital, o Senhor W. E., que nos informou que este hospital é equipado para receber tanto o paciente brasileiro quanto o boliviano, por isto pensaram nas placas informativas para melhor acolher os fronteiriços da Bolívia que os procuram. Os bolivianos que tem recursos com opção de recorrer a saúde em Santa Cruz de La Sierra e este hospital em Corumbá, objetiva atrair esta clientela, uma vez que está bem mais próximo e com suas instalações modernas.

Apesar de sempre estar lado a lado com os pacientes brasileiros, no sistema privado não há reclamação alguma pelo atendimento, pois nele o boliviano paga.

Nesta ciranda, mesmo encontrando os limites impostos pelas condições de acesso à saúde pública, os bolivianos, neste caso, buscam usufruir dos dois territórios, ao mesmo tempo, se valendo de recursos e direitos que acreditam ter. Garantem o seu atendimento na saúde pública, modificam toda uma situação desenhada para atendimento da cidade, que é vista pelos dirigentes nacionais apenas como brasileira e não como fronteiriça.

Esta gente nunca deixou de estar na cidade de Corumbá-MS, desta forma, vão ao longo do tempo ocupando espaços, driblando as dificuldades, buscando o almejado desejo de ter os documentos brasileiros e o cartão SUS, assim se inserindo no sistema de saúde do qual passa a participar por contornar as fronteiras que se apresentam e uma nova territorialidade acaba se desenhando.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro momento que esta pesquisa foi pensada, a ideia basilar foi a de discussão das fronteiras presentes na cidade de Corumbá-MS, produzidas na relação entre brasileiros e bolivianos, não uma fronteira com limites territoriais, mas a fronteira do humano segundo aponta Martins (1997), enaltecida pelas diferenças da identidade que o *outro* carrega, herdada pela formação do seu Estado-Nação, com o diferente não sendo visto como humano, mas como o *outro*, o de uma outra nação, o inferior. Durante a construção desta tese, metodologias híbridas foram utilizadas para que os dados levantados elucidassem com maior proximidade a realidade. e desse modo, diálogos e entrevistas deram o tom do estudo, somadas a corroboração de bibliografia e documentos que traziam contribuição significativa a análise, reflexão e conclusão.

Sempre ligados ao comércio, às feiras e a prestação de serviços, os bolivianos estão, dia após dia, participando da produção da cidade e ao chegarem a Corumbá-MS, enfrentam as fronteiras impostas, mas as transpõem, especialmente aquelas estabelecidas por uma identidade nacional. Assim, rompem as fronteiras e, ao mesmo passo, produzem fronteiras. Desta forma, o espaço fronteiro é socialmente construído a partir de seus moradores, que reforçam os laços ao ultrapassarem as barreiras nacionais, produzindo cotidianamente geografias na cidade.

É impossível andar por Corumbá-MS e não sentir estar no limite entre os dois países, pois a geografia desenhada na cidade reporta o lugar de fronteira, onde o *outro* está presente. A presença dos bolivianos é uma constante e o fluxo cada vez maior se revela na ocupação dos espaços pela cidade.

Depois de quase três séculos de sua existência, desde que foi fundada como um vilarejo, Corumbá-MS ainda continua sendo a terra de oportunidades para muitos vizinhos bolivianos. Eles se instalam do lado de cá, no Brasil, ocupando, produzindo e imprimindo uma nova geografia, notada principalmente nos bairros da borda oeste da cidade, que concentram o maior número de seu comércio e conseqüentemente, um elevado contingente de residentes. Os imigrantes bolivianos estão em constante movimento e se constituem como parte integrante da cidade produzindo lugares diferenciados, introduzindo costumes e manifestações culturais. Mesmo com as fronteiras estabelecidas e apesar delas, participam da produção da cidade de Corumbá-MS, sendo o fronteiro boliviano aquele que ocupa espaços do lado de cá e enfrenta as fronteiras que surgem além dos limites territoriais.

Estes sujeitos buscam Corumbá-MS para se instalar e trabalhar, usufruir dos serviços públicos como saúde e educação, muitos vêm, trabalham e voltam para Bolívia. Seja de que modo for, enfrentam os obstáculos que as diferenças identitárias lhes impõem, as fronteiras do humano, onde são tratados como os *outros*, os inferiores, o estrangeiro, os bolivianos. Este tratamento, ou esta relação, é assim desde que o boliviano está aqui do lado de cá, e apesar disto eles resistem. Ao concluir este trabalho, pode-se seguramente afirmar que não existe Corumbá-MS sem bolivianos, pois os mesmos sempre estiveram presentes neste lugar, quando ainda não era uma cidade.

A convivência deles sempre foi recheada de conflitos e diferenças. Mas apesar desta convivência pouco amistosa, os bolivianos não se abalaram e não se deixaram abater, ousando mais e mais em relação ao território vizinho, o lugar do *outro*. Dos diálogos constatou-se que todos que aqui chegam tem como objetivo, além de trabalhar, obter sua documentação brasileira, portar os documentos que lhe concedem tranquilidade de trânsito e o acesso aos serviços públicos brasileiros. O mais almejado, dentre variadas classes sociais entrevistadas, é a saúde pública brasileira, na qual buscam acolhimento, mas são sempre tratados como estrangeiros. Para acesso a tal necessitam do cartão SUS, a maior barreira para que os mesmos se utilizem do benefício da saúde gratuita e, apesar de todas as dificuldades, o número de cartões expedidos aos denominados estrangeiros ainda é elevado, e os dirigentes da saúde pública no município não conseguem ter controle sobre a expedição destes cartões ou da quantidade de beneficiários advindos do país vizinho.

A confirmação do companheirismo (ou protecionismo) que os bolivianos têm uns com os outros, se demonstram no processo de emissão dos cartões SUS, visto o fornecimento dos comprovantes de endereços dos que residem no Brasil para uso irregular daqueles que residem na Bolívia, para forjar uma possível residência brasileira, provendo acesso ao tão objetivado cartão.

Esta emissão de cartões, sem controle, dia a dia, promove um inchamento do sistema de saúde pública no Município. Uma vez emitido os cartões, o atendimento se dá para todos na ponta da rede de atendimento à saúde, pois os profissionais não são orientados ou treinados para diferenciar brasileiros ou bolivianos. Mas este tratamento igualitário aparece somente na esfera burocrática, pois nas relações humanas os bolivianos são tratados como bolivianos, estrangeiros, os que vêm de um país hierarquicamente inferior ao Brasil. Apesar de todo esforço da administração pública em ser humanitária nos atendimentos aos bolivianos, os relatos dos mesmos, durante a construção desta pesquisa, expõem situações nada humanitárias acontecendo na saúde pública, onde as fronteiras erigem-se a todo momento e em todas as

direções em que tentam se inserir como beneficiários de um sistema que, os bolivianos residentes no país vizinho, acreditam ter direito.

Este é um controle que acredita ser impossível precisar, mas as estimativas deveriam existir como documentos a serem levados até os governos federais e estaduais, de ambos os países, para comprovar que os recursos repassados a uma cidade fronteiriça jamais poderiam ser controlados pelos censos populacionais. Tal prática, o uso dos censos populacionais, desqualifica o rico ir e vir da região fronteiriça, um lugar ímpar. Nos recursos federais e estaduais direcionados à saúde de Corumbá-MS a fronteira não existe, precarizando o sistema.

A história desta região mostra que viver em Corumbá-MS é compartilhar o espaço com os vizinhos. Embora alguns segmentos da sociedade ainda não aceitem a denominação de morar na fronteira, lançando seus olhares aos bolivianos como se eles fossem intrusos, sua presença é algo permanente, eles estão aqui e em crescente número de pessoas e de estabelecimentos,

Ora “atrapalhando”, como pensam alguns, ora salvando a economia, ora usufruindo e ora sendo atração turística, os bolivianos, hoje, estão mais inseridos do que muitos imaginam na cidade de Corumbá-MS. Eles ocupam os espaços com a aquisição de propriedades, com seus comércios, com barracas nas feiras, com a utilização da saúde, com a frequência nas escolas, com a inserção da sua cultura, nos sufrágios eleitorais para escolha dos dirigentes políticos.

Desse modo, brasileiros e bolivianos se misturam em ambos os lados dos limites territoriais, nas cidades fronteiriças, mas a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS é maior e mais perceptível. Situação visivelmente percebida pela nova geografia que está se desenhando em alguns bairros, principalmente naqueles onde estão estabelecendo seus comércios, mas também aparecem em outras localidades da cidade onde estão adquirindo propriedades e construindo moradias. Cotidianamente se esbarra e se cruza com bolivianos andando pela cidade de Corumbá-MS, às vezes com suas vestes características, outras não, mas a simples presença deles reforça todos os dias que aqui o outro convive lado a lado.

A presença dos bolivianos em Corumbá-MS é visivelmente crescente, notada no comércio formal, como comerciantes; no informal, como ambulantes; nas feiras, como feirantes; nas casas como moradores; andando pelas ruas da cidade; como consumidores (no período da realização deste estudo, a variação cambial favorecia a presença do consumidor boliviano no Brasil). Eles frequentam todos os tipos de estabelecimento comerciais e é comum entrar nas lojas de grifes e encontrar bolivianos, nos salões de beleza mais requintados da cidade e encontrar bolivianas, nos cafés, nos restaurantes, enfim os vizinhos estão por

todas as partes da cidade e nas mais diversas camadas sociais. Eles estão por toda a cidade, nas ruas, nas praças, nas lojas, nos restaurantes, nos salões de beleza, vivendo, usufruindo, comprando e vendendo mercadorias (Imagens 51 a 55).

Imagem 51 – Bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 52 – Bairro Jardim dos Estados



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.



Imagem 53 - Pedinte boliviana que cotidianamente fica na porta dos bancos



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 54 – Boliviana caminhando pelas ruas centrais do comércio



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Imagem 55 - Uma manhã de agosto na Rua Major Gama, área central



Fonte: Trabalho de campo agosto de 2019. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Em cada local que eles estão são notados, seja pelas suas características físicas, vestes, maquiagem, ou pela língua, são percebidos pelas suas diferenças, estas criam as fronteiras que se dão dentro do espaço urbano da cidade de Corumbá-MS. Os costumes e os hábitos tão diferentes dos habitantes locais colocam este povo sempre na condição de excluído ou rejeitado. As desigualdades são marcadas pelas origens nacionais dos mesmos, seja em que camada social for, onde eles estiverem são sempre vistos como os bolivianos, reforçando as fronteiras humanas afloradas da convivência. Existe uma outra fronteira a ser transposta todos os dias, que não mais aquela no limite entre os dois países.

Concluindo a pesquisa proposta, reitera-se que não existe Corumbá-MS sem bolivianos, pois este é e sempre foi para eles um lugar de oportunidades. Estão historicamente instalados do lado de cá, produzindo espaços, lugares e em constante movimento. Os bolivianos são parte integrante da cidade e vivem sempre na busca de

melhores condições de vida e/ou sobrevivência, através do trabalho, seja formal ou informal, participam da produção da sua geografia e, apesar das fronteiras que se estabelecem nesta construção, estão integrados, a produzem e dela fazem parte.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras e Identidades em movimento: Fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil.** Cadernos CERU, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.
- ALVES, G. L. **Mato Grosso e a História: 1870-1920 – Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para hegemonia do capital financeiro.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, nº 61, p. 5-82, 1985.
- AMARAL, M.R. **Formação da Fronteira Brasil-Bolívia e o Tratado de Roboré.** 157 p. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços)– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas.** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, S. **Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá.** 2019. Disponível em: <<https://www.correiadoestado.com.br/economia/consumidores-da-bolivia-salvam-comercio-de-corumba/358028/>>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População -Nepo/Unicamp, 2012.
- BAIBICH, T. M. **Fronteiras da Identidade: o auto-ódio tropical.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- BAIRRISMO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/bairrismo/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BARROS, M. C. L. – **A história da disciplina de Geografia nas décadas de 1930 e 1940: A fisionomia do Estado controlador.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Edunesp, 1998. p. 187-227.
- BENTACOR, G. T. Las fronteras em um contexto de câmbios: la vida cotidiana em ciudades gemelas Rivera (Uruguay) y Sant’ana do Livramento (Brasil). **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 3, p. 18-42, 2008.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1985

BHABHA, H.K. Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 198-238.

BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em Foco**. Campo Grande: UFMS, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 136 p.

BRANCO, M.L. **O SUS na fronteira e o direito**: Em que medida o estrangeiro tem direito ao SUS. 2009. Monografia (Especialização em Direito Sanitário) – Fiocruz, Brasília, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8080: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS)**. 2020. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/ultimas-noticias/3295-lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080\\_190990.htm](https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.541 de 19 de setembro de 2005** – Firma acordo entre o governo do Brasil e Governo da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/D5541.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.541%2C%20DE%2019,8%20de%20julho%20de%202004.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5541.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.541%2C%20DE%2019,8%20de%20julho%20de%202004.>)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6737.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.737%2C%20DE%2012,8%20de%20julho%20de%202004.>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6737.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.737%2C%20DE%2012,8%20de%20julho%20de%202004.>)>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto 678, de 6 de Novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 86.715 de 10 de dezembro de 1981**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/estrangeiros.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.560 de 29 de agosto de 2002**. Institui o Cartão Nacional de Saúde - CARTÃO SUS e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BOLÍVIA. **Decreto Supremo 3813 de 27 de febrero de 2019**. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N3813.html>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOLÍVIA. **Ley 475 de 30 de dezembro de 2013** – Ley de Prestaciones de Servicios de Salud integral del Estado Plurinacional de Bolívia;

BÜHRING, M.A. **Direitos humanos e fundamentais, migração na fronteira Brasil e Uruguai**: uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gêmeas: Santana do Livramento – BR/Rivera e Chuí-BR/Chuy-UR. Porto Alegre, 2013.

CABRAL, L. Com fronteira fechada, prejuízos no comércio de Corumbá já chegam a quase R\$ 5 milhões. 2019. Disponível em: <<https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=113393>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CORREA, W. B. **A fronteira Oeste**. Ed. UFMS, Campo Grande, 2005.

CORUMBÁ. **Resolução nº 02, de 04 de dezembro de 2014**. Normatiza o Cadastramento no Sistema Cartão Nacional de Saúde no Município de Corumbá. Corumbá, MS, 2014. Disponível em: <<http://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/289/2014/12>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, p. 17-33, 2012.

COSTA, E. A. Mexe com que? Vai para onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em Foco**. Campo Grande: UFMS, 2011.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 65-83, 2013.

COSTA, E. A. As Fronteiras da Identidade em Corumbá-MS: significados, discursos e práticas. In: **Série Fronteiras, Caderno Estudos Fronteiriços**. Ed. UFMS, vol. 2 p. 69-97, Campo Grande, 2010.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DINIZ, W.L. C. **Los Hermanos Bolivianos**: Representações nos jornais de Corumbá-MS (1938 – 1999). 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2014.

DONNAN, H. & WILSON, T.M. **Border approaches**: anthropological perspectives on frontiers. Lanham: University Press of América, 1994.

ESPÍRITO SANTO, A. L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS: Propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre.** 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos fronteiriços) – UFMS. Corumbá, 2015.

FERREIRA, C.M.P.G.MARIANI, M. A. P. BRATICEVIC, S. I. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá. **Brasil Saúde. Soc.** São Paulo, v. 24, n. 4, p.1137-1150, 2015.

FLYNN, D. K. **"We are the border"**: identity, exchange, and the state along the Benin-Nigeria border. *American Ethnologist*, 1997.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras.** São Paulo: Radical Livros, 2009.

G1. **Fechada há 16 dias, fronteira Bolívia/Brasil gera prejuízos a Corumbá.** 2019. Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/noticias/economia/fechada-ha-16-dias-fronteira-boliviabrasil-gera-prejuizos-a-corumba/1115592>>. Acesso em: 26 fev. 2020.

GALVÃO, C. **Com a alta do dólar, bolivianos aquecem vendas no comércio de Corumbá.** 2015. Disponível em: <<https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=78448>>. Acesso e, 26 fev. 2020.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura y identidad. La región sociocultural. In: BARBERO M.B.ROCHE, F.L. ROBLEDO A.I. **Cultura y Región.** Facultad de Ciências Humanas. Centro de Estudios Sociales. Colômbia, 2000.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. **Conceitos essenciais da sociologia.** São Paulo: Ed. UNESP, 2016.

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity: Self and Society in the late Modern Age,** Cambridge: Polity Press, 1991.

GOETTERT, J. D. **Fronteiras:** quando o “paraíso” e o “inferno” moram o lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed UFGD, 2017.

GRIMSON, A. **Pensar fronteras desde las fronteras.**, Caracas: Nueva Sociedad, 2000.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. P.169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 337-372.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/tranterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1ª ed. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora,



2006.

HALL, S. **As culturas nacionais como comunidades imaginadas**. São Paulo: DP&A Editora, 2003.

HOUSE, J.W. The frontier zone: A conceptual problem for policy makers. *International Political Science Review*, v.1, n° 4, 1980.

IBGE, Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso. In: SENA, D. M. O cotidiano do estrangeiro num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jul./dez.2012.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

ITO, C. A. **Corumbá: o espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

JESUS, A.D. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

LOPEZ, F.; BEATRIZ NIETO, D.; ARIAS, C. 2010. Relaciones entre el concepto de movilidad y la ocupación territorial de Medellín. **Rev. EIA. Esc. Ing. Antioq**[online], n.13, p. 23-37, 2010.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MAMIGONIAM, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista Geosul**, Florianópolis, 1996. ISSN 2177-5230.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

MATOS J. S. SENNA A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, p. 95-108, 2011.

MEIHY, J.C., HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLADO, L. A. Aproximaciones a la idea de nación: convergencias y ambivalencias de una comunidad imaginada”. **Alpha**, Osorno, n. 26, 2008.

MÉLO, J. L. B. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 1, n.1, 2004.



MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/cartaaosusuarios02.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona**. c2013-2021. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 02 jan. 2020.

MONDARDO, M. L. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

NETO, A. F. O.; MARTINS, R. F. Interações e distanciamentos na fronteira – Análise qualitativa das festas religiosas em homenagem à padroeira da Bolívia, em Corumbá – Brasil, e suas afirmações identitárias. **Revista Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**. São Luís, v. 4, n.1, 2018.

OEA. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Costa Rica, 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao\\_Americana.htm](https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2019.

OLIVEIRA G.; CORONATO M. **Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história**. Reportagem publicada na edição 926 da Revista Época, 04/04/2016.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

OPS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Perfil del Sistema de Salud de Bolivia**. Washington, 2008.

PERES, R. G. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. IN: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2012.

QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)**, Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Campo Grande: Ed.UFMS, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENOLDI, B. Movimiento de Fronteras. Experiencias Cotidianas de habitar y transitar em los limites de Argentina, Brasil e Paraguay.p. 181-202 In: HERNÁNDEZ A. H. CAMPOS-DELGADO A. (Coord.) **Líneas, limites y colindancias** – Mirada a las fronteras desde América Latina. 1ª Edição. Tijuana: El Colegio de La Frontera Norte, 2015. 348 p.

SANTOS, M. **Território e cidadania: o espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SENA, D. M. O cotidiano do estrangeiro num lugar cosmopolita: Corumbá. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, p. 1870-1888, 2012.

SILVA, E. **Bolívia proíbe entrada de brasileiros, mas mantém envio de pacientes para tratamento de saúde em Corumbá**. 2020. Disponível em: <<https://folhams.com.br/capa/bolivia-proibe-entrada-de-brasileiros-mas-mantem-envio-de-pacientes-para-tratamento-de-saude-em-corumba/>>. Acesso em 05 abr. 2020.

SILVA, T.T.(Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, G. J. A respeito de migrações e estigmas: indígenas Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, segunda metade do século XX. **Revista de História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 2, 2011.

SILVA, G. J. A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**. Brasília, v.6, n. 2, 2012.

SUAREZ RIGLOS, M. (coord.) **Puerto Quijarro pasado y presente**. Santa Cruz de La Sierra: Governo Autónomo Departamental de Santa Cruz, 2011. Disponível em: <[http://issuu.com/nanchin/docs/puerto\\_quijarro](http://issuu.com/nanchin/docs/puerto_quijarro)>. Acesso em: 13 de out. 2019.

THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

TORRES FILHO, E. T. **O Gasoduto Brasil–Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 99-116, Jun. 2002.

TURNER, F. **The significance of the frontier in American History**, 1998. Disponível em: <<https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1893turner.asp>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WINCALENDAR. **Virgem de Urkupinha**. 2019. Disponível em: <<https://www.wincalendar.com/pt/Virgem-de-Urkupinha>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

YUNES, F. **Bolivianos que não moram em Corumbá conseguem Atestado de Residência e carteira do SUS?** 2017. Disponível em: <<http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=27108%22>>. Acesso em: 23 fev. 2020.